

XI CONGRESSO
DO
PARTIDO SOCIALISTA



5, 6 e 7 de fevereiro
Coliseu dos Recreios

ORDEM DE TRABALHOS

Sexta-Feira, 5 de Fevereiro de 1999

20:00 às 23:00 (Período de acreditação dos Delegados)

Sábado, 6 de Fevereiro de 1999

09:00 às 10:30 Votação para a eleição do Presidente do PS

10:30 Ponto 1 – Eleição da Comissão de Verificação de Poderes
– Eleição da Mesa do Congresso Nacional
Ponto 2 – Eleição da Comissão de Honra do Congresso Nacional

11:30 Ponto 3 – Sessão de Abertura do Congresso Nacional
– Proclamação dos resultados da votação para a eleição do Presidente do Partido
– Intervenção do Presidente eleito

12:30 Ponto 4 – Apresentação da Moção Política de Orientação apresentada pelo Secretário-Geral

13:30 às 15:00 Interrupção para Almoço

15:00 Continuação do Ponto 4 (Apresentação e discussão das Moções Globais)

20:00 Votações

20:30 – 21:45 Interrupção para Jantar

22:00 Ponto 5 – Apresentação, discussão e votação das Moções Sectoriais, subscritas por Delegados ao Congresso Nacional

Até às 24:00 Entrega das listas de candidatos aos órgãos nacionais

Domingo, 7 de Fevereiro de 1999

09:30 Ponto 6 – Apresentação ao Congresso das listas de candidatos à Comissão Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição e Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira

10:00 Continuação dos trabalhos

10:00 às 11:30 Ponto 7 – Votação das listas de candidatos à Comissão Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição e Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira

12:00 Proclamação dos resultados

12:30 Ponto 8 – Sessão de Encerramento com Intervenção do Secretário-Geral



MOÇÕES DO XI CONGRESSO DO PARTIDO SOCIALISTA



MOÇÃO POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO NACIONAL

A NOSSA VIA – UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS PORTUGUESES

«Com a Razão e com o Coração»: esta foi a base da relação de confiança que os portugueses estabeleceram com o PS em Outubro de 1995. Essa relação de confiança foi por nós escrupulosamente honrada e, por isso, consolidou-se e até se ampliou significativamente.

Durante estes três anos de acção governativa do PS e da Nova Maioria, respeitamos o principal compromisso que havíamos assumido perante os portugueses: o de colocar as pessoas em primeiro lugar!

Fizemo-lo porque entendíamos que essa era a principal preocupação dos portugueses: a de abrir um novo ciclo na política nacional onde a exigência de humanização da vida das pessoas encontrasse respostas adequadas nas prioridades definidas pelos poderes públicos.

Mas fizemo-lo, também, em nome e em perfeita consonância com a nossa própria concepção sobre a acção política nas sociedades contemporâneas.

Com efeito, o projecto do PS para Portugal assenta em valores e em princípios que radicam na nossa tradição histórica e que inspiram as nossas propostas face a um Mundo em profunda e acelerada mutação.

O PS, sem renunciar à renovação do seu discurso político e sem deixar de participar nos debates que se travam entre os socialistas europeus, não precisa de procurar pretensas «novas vias», nem de nenhum «acto refundador», para enfrentar os desafios do futuro.

Pelo contrário, é na nossa identidade colectiva, forjada ao longo dos anos, que procuramos as raízes orientadoras da nossa acção política e das propostas de modernização da sociedade portuguesa que apresentamos aos nossos concidadãos.

A nossa via: um projecto moderno assente nos valores que sempre defendemos

O PS teve, desde 25 de Abril, tanto no poder como na oposição, indeclináveis res-

ponsabilidades na consolidação da democracia, na reinserção de Portugal na cena internacional, na garantia de funcionamento de uma economia de mercado assente num modelo de organização social norteado pelos valores da solidariedade, da igualdade de oportunidades e de uma efectiva justiça social.

Para os socialistas democráticos, uma sociedade humanista que confere o primado à afirmação dos direitos humanos assenta na democracia política entendida como um ideal de afirmação dos valores da liberdade, do pluralismo, do diálogo e da tolerância.

Esses valores são realizados através da participação dos cidadãos na vida pública, nomeadamente através do sufrágio, em eleições ou em referendos, e pela intervenção em partidos e em associações políticas.

O papel insubstituível dos partidos políticos na formação da vontade colectiva passa pelo combate à abstenção e à indiferença, pela dignificação da actividade política, pela reforma dos partidos políticos e pela consagração de mecanismos credíveis de efectivação da responsabilidade política.

A realização plena da democracia exige que os seus valores essenciais se projectem no plano económico, social e cultural. Só em sociedades abertas e competitivas é possível garantir a mediação política dos interesses sociais contraditórios ou conflitantes no respeito pela vontade da maioria e na garantia da coesão e da paz social.

O mesmo é dizer que só através do aperfeiçoamento do Estado de Bem-Estar é que será possível garantir a universalidade de direitos dos cidadãos com a adopção de políticas de discriminação positiva a favor dos sectores mais desfavorecidos ou mesmo em risco de exclusão social, no caminho para uma verdadeira Sociedade de Bem-Estar.

As modernas sociedades abertas e plurais assentam em economias de mercado que promovem o desenvolvimento das forças económicas, a criação de riqueza e de postos de trabalho, mas exigem a definição de um contrato social que simultaneamente garanta uma rede de protecção social universal baseada nos valores da dignidade humana e

da protecção perante os riscos sociais. A igualdade de oportunidades e a solidariedade social são elementos estruturantes de sociedades democráticas estáveis, pressuposto do livre desenvolvimento das suas capacidades produtivas, sem o qual carece de base a própria função redistributiva que compete ao Estado.

Para os socialistas democráticos, a robustez da democracia depende da capacidade de afirmação de uma cidadania activa e responsável, o mesmo é dizer, da afirmação de uma sociedade civil autónoma, agregada em torno de valores como a qualificação educativa e profissional e a identidade cultural e linguística nacional, que constituem dos mais relevantes factores de coesão social.

O PS sempre teve uma concepção universalista, assente no diálogo entre culturas e identidades nacionais distintas, marcado pela preocupação da garantia da paz e da promoção da resolução pacífica dos conflitos. Por contraponto ao isolacionismo da ditadura, afirmámos sempre a necessidade de uma participação activa na cena internacional, com especial destaque para a integração europeia de Portugal, que garantimos em 1985 com a adesão às então Comunidades Europeias e que sempre prosseguimos com empenhamento fosse no governo fosse na oposição.

O ideário do PS foi construído, nestes vinte e cinco anos, com vitórias e com derrotas, no absoluto respeito pela vontade popular e na fidelidade a esses valores e princípios que soubemos sempre actualizar, com capacidade de inovação pioneira no movimento socialista internacional. Não apagamos nem silenciámos nenhum momento da nossa história colectiva, afirmada pela vontade anónima de centenas de milhares de militantes e simpatizantes. Ao contrário de outros, não precisamos de combater fantasmas do passado para criar a aparência de que temos futuro.

Na verdade, com a humildade democrática que caracteriza o ideário socialista, assumimos, com responsabilidade, os nossos próprios erros, demonstrando que, com eles, também aprendemos. Mas orgulhamo-nos, a justo título, de ter contribuído, em momentos decisivos, para a construção do Portugal

moderno e democrático que só a revolução do 25 de Abril e a instauração da democracia tornou possível.

Actualidade do socialismo democrático

A razão determinante desta continuidade histórica assenta no facto basilar de que sempre nos recusámos a transformar o socialismo democrático num conjunto de dogmas que não se discutem, garantindo assim a sua permanente actualidade e vitalidade pelo continuado debate renovador.

Aprendemos, com Mário Soares e os fundadores do Partido, que o valor maior da liberdade só tem plena realização se permanentemente equacionarmos e actualizarmos as nossas posições políticas à luz dos desafios que nos coloca a mudança das condições políticas e sociais em que somos chamados a actuar ao serviço dos portugueses.

Por isso, assumimos, no passado, com coragem e determinação, políticas que se tornavam absolutamente necessárias para garantir equilíbrios económicos e sociais fundamentais para o nosso País.

Estivemos sempre na primeira linha do combate pela consolidação de um regime democrático assente nos direitos e liberdades fundamentais reconhecidos na nossa Constituição, e contribuímos, de forma decisiva, para a criação das condições do pluralismo político e da competitividade económica determinados pela nossa plena integração europeia. Por isso, sempre nos contrapusemos frontalmente àqueles que defendiam uma concepção dogmática e fechada do papel da esquerda na sociedade. Mas fizemo-lo sem negar as nossas raízes na fidelidade aos valores de esquerda que constituem a síntese mais conseguida entre as liberdades democráticas e a solidariedade e a justiça social.

A queda do Muro de Berlim e o colapso do comunismo veio mostrar que havia uma esquerda que tinha razão ao persistir sem esmorecimento na defesa da liberdade política e económica e da solidariedade e da justiça social. E que essa esquerda somos nós, socialistas e social-democratas europeus.

É com fundamento nestas mesmas convicções que, também hoje, nos recusamos a aceitar os dogmas de um neoliberalismo imperante e do seu individualismo cego, que em nome de uma liberalização predadora sacrificia, tantas vezes, valores essenciais da cidadania e da coesão económico-social. A indiferença e soberberia do neoliberalismo dogmático perante a pobreza, o desemprego, a exclusão e a marginalidade social constitui a principal ameaça à coesão e à paz social nas sociedades contemporâneas.

Com efeito, se deixarmos às regras cegas do mero funcionamento do mercado a função de regulação social, estaremos a permitir que se reinstaure um determinismo economicista que justifica a exploração, a lei do mais forte, o agravamento das desigualdades sociais e consequentemente a rotura do modelo social europeu de matriz socialista democrática e social-democrata.

Por isso, a globalização económica e financeira, aliada à revolução tecnológica e comunicacional, representa hoje um enorme desafio civilizacional e cultural a que importa encontrar uma resposta consequente. E essa resposta só pode ser formulada com base em **valores e princípios políticos e sociais** que sejam assumidos pelo conjunto da colectividade.

A nossa convicção é a de que esses valores e princípios constituem o eixo fundamental da **proposta socialista democrática e social-democrata**. A qual, no respeito pela nossa tradição histórica e pela nossa memória colectiva, não constitui uma via pretensamente equidistante entre a esquerda e a direita, antes assenta num compromisso claro de defesa dos valores da solidariedade social que historicamente sempre foram património da esquerda progressista. Para nós, a globalização comunicacional comporta oportunidades e riscos. As colectividades que melhor souberem aproveitar essas oportunidades e esconjurarem esses riscos sairão vencedoras. Pelo que importa assumir com clareza a necessidade de **encontrar instâncias e instrumentos de regulação da globalização à escala planetária**. Essa necessidade pressupõe o reforço da cooperação internacional e, muito especialmente, confere um papel decisivo e determinante aos grandes espaços regionais de cooperação e de integração, como é o caso da União Europeia.

Cabe aos socialistas democráticos e aos social-democratas europeus a responsabilidade de liderarem esse movimento de regulação da globalização, no plano político, económico-financeiro e social.

Pela nossa parte temos formulado contributos relevantes para este debate, com especial destaque para a participação no Congresso da Internacional Socialista, realizado em Nova Lorange em 1997, bem como para o Relatório da respectiva Comissão Económica apresentado em Genebra, em Novembro de 1998.

Para nós, socialistas portugueses, o grande desafio que, por diversas vezes, assumimos foi, precisamente, o de renovarmos o pensamento socialista democrático face à evolução do Mundo sem abdicar das suas raízes ideológicas essenciais. Fizemo-lo, no plano mais global da luta política e social, através da prática política que, desde os anos difíceis da implantação da democracia, assumimos com responsabilidade, quer no governo quer na oposição. Prosseguimo-lo, no plano partidário, através da revisão do nosso Programa político e da abertura do Partido à sociedade civil, especialmente através da realização dos Estados Gerais para uma Nova

Maioria.

Neste percurso foi sempre **insubstituível e inestimável o contributo e o empenhamento dos militantes do PS**, da sua mobilização generosa e anónima, do seu debate interno plural. Sem essa capacidade militante o Partido não teria podido sedimentar-se e consolidar-se como o fez ao longo destes vinte e cinco anos de regime democrático.

Cabe igualmente destacar o papel que neste processo sempre desempenhou a **Juventude Socialista**, que ultrapassou o estremo limiar de uma organização de juventude estruturada em torno dos problemas específicos dos jovens para trazer para o debate político de toda a sociedade temas e contributos renovadores que muito ajudaram o PS a enfrentar com sucesso os desafios da modernização da vida política na fidelidade aos seus valores fundamentais.

Sem esse referencial de militância, dos jovens, das mulheres, dos trabalhadores, dos autarcas, dos responsáveis das diferentes estruturas do Partido, o PS não teria conseguido continuar a renovar-se, abrir-se à sociedade civil, desempenhar um papel agregador de muito vastos sectores independentes que participaram activamente na definição do Programa da Nova Maioria e na prática política do Governo do PS e da Nova Maioria ao longo destes mais de três anos.

A evolução histórica do PS representa, em termos práticos, que fomos progressivamente elaborando a **síntese entre um partido de militantes e um partido de eleitores**, que é o modelo que corresponde às actuais formações partidárias que têm vocação para assumirem responsabilidades de poder.

Esta síntese foi obtida aos seus diversos níveis de inserção na sociedade, desde o plano autárquico ao plano nacional, sem descuidar a intervenção organizada no domínio sindical e laboral, no respeito estrito pela autonomia das estruturas organizativas dos trabalhadores.

A crise de intervenção e participação política que hoje caracteriza a generalidade das sociedades contemporâneas exige uma resposta da parte dos partidos políticos, que passa, sem dúvida, pela sua própria reforma e reorganização em termos que correspondam ao incentivo à participação e à militância - especialmente entre a juventude - e a uma melhor articulação com as organizações da própria sociedade civil.

A renovação do PS, contudo, não é um processo que se possa ter por concluído. O caminho iniciado há alguns anos assentou sempre no debate vivo alimentado por um saudável pluralismo interno de opinião e no respeito por todos livremente assumido pelas orientações democraticamente fixadas pelos órgãos máximos do Partido, a começar pelo Congresso.

Esse caminho tem que ser prosseguido e aprofundado, a todos os níveis da estrutura organizativa do PS, na fidelidade ao nosso ideário comum e na abertura ao confronto de ideias na sociedade civil.

Essa é a grande fonte de vitalidade da nossa via enquanto socialistas portugueses.

Com esta consciência, importa reconhecer que a **estrutura organizativa actual do PS** apresenta ainda insuficiências quanto à capacidade de responder aos desafios do relançamento da militância e à adopção de formas mais eficazes de relacionamento com uma sociedade civil cada vez mais complexa e diversificada.

Razão pela qual entendemos que, após as eleições legislativas de Outubro de 1999, a

direcção do PS deverá promover a **criação de um Fórum** que promova um debate e um documento orientador sobre a reforma da estrutura organizativa do Partido face aos novos desafios com que seremos confrontados nos próximos anos em nome do nobre ideal da participação política democrática.

Criar as condições para ganhar os desafios do Século XXI

A política do XIII Governo Constitucional corresponde integralmente a este sentido evolutivo das posições do PS na sociedade portuguesa e foi definida com base no Contrato de Legislatura dos Estados Gerais e no Programa Eleitoral do PS e da Nova Maioria, que estiveram na base da vitória eleitoral de Outubro de 1995.

Tornámos claro, desde o primeiro momento, que o governo do PS e da Nova Maioria introduziria em Portugal uma maneira diferente de fazer e de estar na política.

Esse nosso compromisso, **de dessacralizar o poder**, não resultava apenas de uma contraposição táctica face ao autismo e à arrogância que caracterizaram os dez anos de governação do PSD. Resultava antes, acima de tudo, de acreditarmos profundamente nas virtudes do diálogo e da concertação, da procura de soluções partilhadas e participadas que resolvam os problemas concretos dos cidadãos no respeito pelo interesse geral.

Ao longo destes três anos demonstrámos que era possível criar um novo clima político em Portugal, onde as divergências podem ser fonte criadora de soluções, sem excluir ninguém do debate político democrático. O que fizemos observando a relação de forças parlamentar emergente das eleições de 1995, com base na maioria relativa de mandatos de que dispomos na Assembleia da República e em função das específicas condições de governação ditadas por tal facto.

Assumimos, por isso, as nossas próprias posições em estrita fidelidade ao mandato popular, pelas quais seremos responsabilizados pelos eleitores em Outubro de 1999, ora procurando gerar os consensos necessários que as viabilizassem no plano político e social, ora assumindo o confronto em nome dos valores que justificaram a confiança popular que em nós foi depositada.

Temos consciência que fomos chamados às responsabilidades governativas no quadro de uma sociedade cada vez mais complexa, mais exigente e mais reivindicativa. A opção que assumimos de **privilegiar o diálogo e a concertação de interesses socialmente relevantes** corresponde à convicção de que, desse modo, se superam melhor os conflitos sociais e se potencia a aceitação pela comunidade das decisões políticas.

Mas, em todas as circunstâncias, assumimos claramente as responsabilidades inerentes à condução da vida política nacional, compatibilizando a autoridade do Estado com a procura de apoios alargados na própria sociedade. **Nunca confundimos autoridade com autoritarismo**, mas sempre que foi necessário impor as melhores soluções para o interesse geral do País não hesitámos em enfrentar resistências e enquistamentos, por fidelidade ao mandato popular que nos foi confiado.

O balanço destes três anos de governação

evidencia o cumprimento integral das prioridades do projecto com que nos apresentámos ao eleitorado.

Reconhecemos que alguns aspectos há em que os objectivos que nos propusemos ainda não se encontram integralmente alcançados, embora o essencial das medidas políticas em causa se encontre em condições de aplicação no período que nos separa das próximas eleições.

Nenhuma das reformas fundamentais para a modernização do Estado e da sociedade deixou de ser abordada pelo Governo do PS e da Nova Maioria, sobre nenhuma delas deixámos de enunciar as respectivas prioridades assentes no estudo criterioso, na promoção do debate alargado e numa estratégia de implementação. Pelo vasto alcance de muitas delas, como sempre dissemos, o período de uma legislatura não seria suficiente para as concluímos e avaliarmos os seus específicos benefícios.

Mas, ao contrário do que os nossos adversários políticos pretendem fazer crer, o governo do PS e da Nova Maioria encentou de facto as reformas necessárias, segundo uma estratégia de prioridades que assumimos em função dos desafios de modernização do País.

Esta estratégia, que combinou medidas legislativas com medidas de acção política e de modernização administrativa, encontra-se em curso de aplicação e o ritmo do seu desenvolvimento variou sectorialmente em função da própria dinâmica política e da evolução da necessária concertação de interesses que potenciasses a eficácia da sua aplicação prática. Os efeitos concretos das reformas empreendidas variam no tempo e exigirão naturalmente a sua continuidade no decurso da próxima legislatura.

Com efeito, conforme assumimos perante os portugueses em Outubro de 1995, a aposta central do PS e da Nova Maioria assentou na **condução de uma política de ajustamento económico-financeiro com consciência social**, privilegiando o emprego e o apoio aos sectores sociais mais desfavorecidos ou em risco de exclusão irreversível, assumindo as necessárias políticas de liberalização económica no quadro da promoção da qualidade dos recursos humanos nacionais.

Provámos inequivocamente capacidade de gestão económica com rigor, cumprindo as metas da convergência europeia sem prejuízo do crescimento contínuo e criterioso da despesa pública nas áreas sociais, **norteados por princípios de equidade e no respeito pela legalidade**, combatendo com eficácia a fraude.

Fizemo-lo porque nos recusamos a aceitar a ideia de que a esquerda tem apenas uma vocação de contra-poder, de que a esquerda estaria prisioneira da fatalidade de ser oposição para condicionar um pretensão «poder natural» que seria assumido pelas forças da direita.

Pelo contrário, anima-nos, hoje tal como no passado, a firme convicção de que é a esquerda socialista democrática e social-democrata que é portadora de um projecto de modernização da sociedade e do Estado em nome de valores de liberdade, igualdade de oportunidade e solidariedade que terão que constituir a matriz civilizacional do Século XXI.

Por isso, ao fim destes três anos podemos dizer que o **Governo do PS e da Nova Maioria concretizou o compromisso solene de criar as condições para preparar Portugal para os desafios do Século XXI.**

O PS tem um projecto para o Portugal do Século XXI

Uma sociedade coesa e solidária aposta na qualificação das pessoas, uma sociedade segura, uma sociedade democrática, tolerante e mais justa, uma sociedade moderna que vença o nosso atraso estrutural.

Uma sociedade coesa e solidária

O PS continuará a atribuir a maior prioridade à afirmação dos valores da cidadania sobre que assente a nossa coesão e identidade nacionais. O seu reforço passa em primeira linha pelas políticas de emprego e de educação, políticas que colocam as pessoas como o centro das preocupações da acção dos poderes públicos.

Neste contexto, para o PS, a **promoção de emprego** (em especial no caso dos desempregados de longa duração e dos jovens, particularmente nos recém-licenciados) constitui objectivo permanente que prosseguiremos sem esmorecimento, através de políticas activas de emprego que combinem o apoio à criação de empregos nos sectores tradicionais com capacidade competitiva com o incentivo aos «empregos do futuro», associados à sociedade da informação, às tecnologias informacionais, aos serviços de proximidade, às indústrias culturais e de ocupação dos tempos livres.

A política de emprego encontra-se estreitamente associada à promoção de uma estratégia de **formação profissional** que promova a melhoria das qualificações dos trabalhadores portugueses.

O PS assume o objectivo de integrar em acções de formação profissional nos próximos três anos, até ao ano 2002, 10% da população activa, ano em que pretendemos ter pelo menos 20% dos desempregados em efectiva formação profissional.

Reconhecendo a especial importância estratégica dos jovens à procura do primeiro emprego, o PS define como objectivo, até ao ano 2000, que não psssem mais de seis meses sem que a esses jovens seja oferecida uma alternativa de emprego, de formação, de ocupação ou de estágio, visando até ao ano de 2006 que todos os jovens até aos 18 anos estejam ou a estudar, ou em formação ou empregados e simultaneamente em formação.

Face aos adultos desempregados à procura de um novo emprego, o PS assume o compromisso de, até ao ano 2000, garantir que não pssa mais de um ano sem que lhes seja oferecida uma alternativa de emprego, formação, ocupação ou estágio.

O PS pretende prosseguir na aposta que fez na qualificação dos recursos humanos nacionais face a um mundo cada vez mais competitivo e exigente quanto às capacidades e aptidões dos cidadãos. Por isso, para o PS, a **educação continua a ser uma paixão** que se traduz numa aposta geracional.

Na próxima legislatura continuaremos fiéis a este esforço de investimento público no sector do ensino, conferindo prioridade à qualidade do ensino ministrado, à combinação entre o sistema de ensino e a formação profissionalizante, à definição de modalidades de frequência do ensino ao longo da vida.

O esforço colectivo no sector da educação exige continuidade na próxima legislatura, onde avulta a preocupação de **humanizar a escola** e garantir a todos os alunos a possibilidade efectiva de contacto e utilização das **novas tecnologias de informação**.

Nas sociedades contemporâneas a organização da vida familiar e o papel das famílias desempenha um elemento fundamental de garantia da coesão social no seu todo e especialmente do desenvolvimento harmonioso das crianças e dos jovens. Acresce que a evolução demográfica e das condições de vida moderna têm conduzido simultaneamente ao aumento significativo do número de famílias monoparentais e de pessoas que vivem sozinhas, bem como ao aumento do número de idosos dependentes. Para o PS, uma **sociedade mais justa e solidária** é aquela que se mostra capaz de responder de forma adequada a estes diferentes estatutos sociais e condições de vida, através de políticas de discriminação positiva (no plano fiscal, da organização do trabalho, da participação na vida colectiva) e de serviços de proximidade que correspondam às suas necessidades mais prementes.

Para o PS, importa que a sociedade no seu conjunto reconheça muito em especial o **papel das mulheres**, através de medidas de discriminação positiva no plano profissional, de acesso ao mercado de trabalho e de formação profissional, bem como no plano da participação na vida política.

A dignificação do papel da mulher, muito especialmente na efectiva afirmação da igualdade de direitos com os homens em todos os domínios da vida colectiva, bem como a cultura da partilha de tarefas no plano familiar serão esteios fundamentais da política do PS no decurso da próxima legislatura.

No domínio do sistema político, o PS cumpriu o compromisso de, em sede de revisão constitucional e de alteração da lei eleitoral, adoptar mecanismos legais que confirmam um peso acrescido à presença de mulheres nos órgãos electivos do poder político, designadamente na Assembleia da República, que deverá ser concretamente implementada já nas próximas eleições legislativas.

Uma sociedade segura

As sociedades contemporâneas caracterizam-se pela incerteza e pela insegurança decorrentes de factores sociais e das profundas mutações tecnológicas. O PS continuará a responder a este sentimento de insegurança cívica através da combinação de medidas de reforço dos direitos de cidadania e de uma atitude **dura face ao crime e face às causas do crime**, sem desvios prepotentes ou autoritários.

Procuraremos cada vez mais que os problemas de segurança envolvam os vários departamentos do Estado e das autarquias locais numa perspectiva de cooperação e coordenação, ao mesmo tempo que as forças de segurança actuem com acrescida proximidade face às necessidades das populações.

O PS prosseguirá a política de **aumento dos efectivos das forças de segurança**, de reforço do patrulhamento e policiamento das zonas de maior risco e de melhoria das condições de preparação e formação dos agentes policiais e das condições da sua actuação.

Uma **policia de proximidade** é também uma policia que os cidadãos sentem como sua, cuja autoridade aceitam em nome da igualdade de tratamento e da segurança de todos. Para este objectivo contribuirá a instituição das policias municipais que o PS apoiará em estreita articulação com a actuação dos conselhos locais de segurança.

Mas uma sociedade mais segura não é apenas aquela que garante a tranquilidade e a

ordem pública. É sobretudo aquela que **actua contra as causas do crime no plano económico e social**.

A melhoria das condições de vida dos portugueses, as políticas de combate à pobreza e à exclusão, a política de prevenção, recuperação e reinserção de toxicodependentes, as políticas sociais, especialmente no domínio da protecção universal no desemprego e na doença, são componentes fundamentais de uma concepção integrada da segurança das pessoas e das colectividades.

O PS continuará a dedicar especial atenção à situação dos **jovens em risco**, especialmente combatendo o trabalho infantil, e dos toxicodependentes.

Sabemos que nas sociedades modernas a **toxicodependência** constitui um dos problemas de resolução mais complexa, que exige um amplo debate e um largo consenso nacional, bem como a mobilização activa das famílias, da escola e de um vasto conjunto de instituições da sociedade civil. A resposta ao flagelo da droga continuará a ocupar um lugar de destaque nas prioridades políticas do PS e da Nova Maioria, quer na vertente de combate ao tráfico mediante a melhoria da coordenação da actividades das policias e a potenciação das condições de cooperação internacional, designadamente no espaço da União Europeia, quer através de programas diversificados de prevenção, recuperação e reinserção de toxicodependentes.

A segurança das populações passa também de forma muito relevante pela garantia de **protecção nas situações de doença e enfermidade**. As principais preocupações do PS e da Nova Maioria assentam na humanização dos cuidados de saúde, no acompanhamento médico permanente das pessoas e das famílias, na efectiva melhoria da qualidade de serviços nos centros de saúde e nos hospitais, especialmente nos serviços de urgência e na erradicação das listas de espera.

Estes objectivos exigem uma reforma profunda do Serviço Nacional de Saúde, a começar pelas condições de prestação laboral dos médicos e dos enfermeiros que foi já levada a cabo, passando pela reformulação do próprio modelo de gestão e de partilha de responsabilidades entre os vários níveis do sistema (diferenciação entre financiamento do sistema e entidades prestadoras dos cuidados, novos métodos de gestão das unidades públicas, articulação da rede pública com a iniciativa mutualista e privada na cobertura das necessidades de saúde do conjunto do território nacional).

O Governo do PS e da Nova Maioria já divulgou as linhas fundamentais desta reforma, a que continuará a atribuir a maior prioridade até ao final da corrente legislatura e no decurso da próxima.

O sucesso de uma reforma desta envergadura dependerá da mobilização de todos os agentes que actuam no âmbito do Serviço Nacional de Saúde e do comportamento das próprias populações, da sua educação sanitária e da sua conduta na acesso criterioso aos cuidados médicos em função das suas reais necessidades.

A salvaguarda de valores essenciais como a tendencial gratuitidade do SNS e a sua natureza universal, quer quanto aos utentes quer quanto às prestações dispensadas, passará por melhorias de gestão do sistema bem como pelo sentido de responsabilidade dos seus utentes.

Atenção especial merece a situação dos **idosos**, especialmente dos que se encontram em situação de dependentes, cuja protecção

passará por redes de apoio ambulatorio e domiciliário, conjugando o apoio médico com a prestação de serviços de proximidade necessários à salvaguarda de condições dignas de vida.

Uma sociedade democrática, tolerante e mais justa

Para o PS, a sociedade do Século XXI terá que ser caracterizada pela renovação dos valores da cidadania e da participação política na definição dos destinos colectivos.

O desenvolvimento tecnológico e comunicacional tem que ser encarado como um instrumento ao serviço do primado da Razão e dos valores da democracia e da tolerância. O combate pela racionalidade é, antes do mais, um combate cultural, de afirmação da cultura cívica e do pluralismo de opinião contra as manifestações do nacionalismo agressivo, do fundamentalismo religioso, da xenofobia e do racismo.

A coesão da sociedade na diversidade das suas manifestações só pode ser assegurada pela revalorização da acção política, pelo incentivo à participação dos cidadãos e pelo combate à indiferença e ao abstencionismo. As **reformas do sistema político** são tanto reformas institucionais como reformas na maneira de fazer e de estar na política.

O PS persistirá na defesa das propostas que tem apresentado no sentido de melhorar a qualidade da representação política através da aproximação dos eleitos aos eleitores e da introdução de círculos uninominais num quadro de representação proporcional, como determina a nossa Constituição.

De igual modo, a reforma dos partidos, do seu sistema de financiamento, das garantias de democracia interna no seu funcionamento, bem como das próprias regras de funcionamento do Parlamento, representam outros tantos elementos necessários a uma intervenção mais alargada dos cidadãos na vida das instituições cuja vocação primeira é exprimir a mediação política da vontade popular. Mas a democracia não se resume às instituições políticas aos seus diversos níveis. Cada vez mais é a **democracia na própria sociedade** que está em causa. A democracia nas instituições da sociedade civil, nas empresas, nos sindicatos e o contributo que todas estas instituições podem dar para o fortalecimento de um sistema político aberto e plural. A democracia política carece de uma cidadania activa e participativa a todos os níveis e em todas as instâncias da vida colectiva. Dai o papel central que a sociedade civil portuguesa terá que cada vez mais assumir no Século XXI. Uma sociedade civil que se liberte das peias do corporativismo e das desigualdades de informação, conhecimento e participação.

Uma sociedade civil que assuma como seu o papel de combate às desigualdades fácticas, ao arbítrio e à discricionariedade.

Para o PS este objectivo exige do Estado uma actuação permanente de combate à ilegalidade e à fraude a todos os níveis, em nome do valor maior que representa a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Mas exige igualmente a afirmação de uma **cultura de responsabilidade da parte dos cidadãos** na sua conduta cívica e pessoal, bem como a consciência do esforço que a todos é pedido para a realização do bem comum.

A repartição equitativa do esforço, das responsabilidades e dos benefícios constitui,

para o PS, um critério orientador de todas as políticas públicas sem excepção.

Esta preocupação de equidade e justiça é particularmente relevante no domínio da reforma do sistema fiscal que continuará a desenvolver-se no decurso da próxima legislatura, de acordo com as conclusões do debate público já realizado e tendo em linha de conta as necessidades de harmonização fiscal que decorrerão da entrada em vigor da moeda única europeia.

Neste momento é possível dizer com segurança que estão reunidas as condições para proceder, nos próximos anos, à reforma da tributação do rendimento segundo critérios de acrescida equidade e justiça social, bem como à progressiva alteração dos mecanismos de tributação da propriedade, não para aumentar a receita mas sim para garantir a equidade.

Esta preocupação central do PS será levada a cabo através da concertação de interesses na sociedade e do persistente combate à fuga e à fraude fiscal.

O sucesso desta política dependerá também, em larga medida, da percepção dos cidadãos quanto aos benefícios individuais e colectivos que resultam de uma correcta e adequada aplicação das próprias receitas públicas. Por isso, para o PS, o Portugal do Século XXI terá que ser o Portugal do primado da qualidade de vida dos cidadãos!

Neste sentido, a primeira preocupação do PS visará a **melhoria da qualidade de vida urbana**, designadamente nas grandes cidades, através da conjugação do grande esforço em curso de investimento em infra-estruturas (de transportes e de melhoria das acessibilidades para as populações suburbanas) com a adopção de políticas de reordenamento do espaço urbano que correspondam aos padrões mais exigentes de qualidade da vida moderna, quer no que respeita a novas construções quer na recuperação dos centros históricos.

Na promoção da qualidade de vida dos cidadãos, seja nos centros urbanos seja nas zonas rurais, desempenha um papel central a **qualidade ambiental e o equilíbrio ecológico**.

Para o PS, o desenvolvimento tem que ser garantido numa perspectiva de garantia e promoção do equilíbrio ambiental. Com efeito, um desenvolvimento sustentável impõe que se prossiga o investimento nas redes de comunicação, seja rodoviária seja ferroviária, melhorando desta forma a mobilidade dos cidadãos no todo nacional, mas esse investimento terá que subordinar-se à necessidade de respeitar o meio ambiente e a qualidade de vida dos seus destinatários.

Para o PS, a reciclagem e reutilização, de par com a definição de soluções seguras para os resíduos, devem constituir a grande mensagem mobilizadora dos cidadãos e das comunidades para o desenvolvimento de uma cultura ambiental que se reflita nos nossos próprios comportamentos quotidianos.

O PS atribuirá à melhoria da qualidade ambiental, desde a água ao tratamento dos resíduos, passando pelo controlo do impacto ambiental das infra-estruturas e pela severa punição dos agentes poluidores, a natureza de uma cruzada nacional em defesa do equilíbrio ecológico como base de uma cidadania moderna.

Do mesmo modo, as condições de vida dependem em larga medida da qualidade dos serviços de interesse geral que são dispensados aos cidadãos. Para o PS, a garantia de igualdade de acesso a esses serviços de interesse público e o efectivo controlo da sua

qualidade e preço, devem constituir uma preocupação dos poderes públicos tanto quanto da própria sociedade civil, cuja mobilização para tal fim será incentivada e apoiada pelo Estado.

Uma sociedade moderna que vença o nosso atraso estrutural

Nestes últimos vinte e cinco anos Portugal reconquistou a democracia, integrou-se plenamente no espaço europeu, reconstruiu fortes laços de comunhão com os países do espaço lusófono, assistiu ao fim da divisão do Mundo em blocos político-militares, modernizou a sua sociedade e a sua economia posicionando-se, assim, para enfrentar novas condições geopolíticas e geoeconómicas, com maiores e melhores possibilidades de afirmação da sua identidade política, económica e cultural.

A construção do rumo universalista da nossa democracia foi tornada possível pela **revolução libertadora do 25 de Abril de 1974**, que assim permitiu às gerações actuais almejar um futuro de dignidade social e de defesa dos interesses nacionais no confronto saudável com outras civilizações e outras culturas num mundo globalizado.

Estes últimos vinte e cinco anos permitem-nos afirmar que, graças à democracia, o Século XX não foi perdido por Portugal e pelos Portugueses! Redefinimos um rumo nacional e reencontrámo-nos com o sentido profundo da nossa identidade como Povo e como Nação.

Mas temos pela frente ainda enormes desafios, o maior dos quais representa, sem dúvida, o **vencermos o nosso atraso estrutural** acumulado pelas décadas de marginalização, isolacionismo e proteccionismo.

Esse é o grande desafio que o PS se propõe assumir e propõe seja assumido colectivamente por todos os portugueses.

É, antes do mais, um **desafio geracional**: às gerações contemporâneas que recolocaram Portugal no rumo do desenvolvimento e da paz cabe agora abrir os rumos que nos permitam ganhar o Século XXI e fazer do nosso País um Estado moderno e uma sociedade desenvolvida e coesa.

O PS submete aos Portugueses o projecto de um Portugal para o Século XXI, o Século de afirmação do novo Portugal!

Um Portugal europeu, a que a globalização devolveu a sua centralidade no Mundo enquanto **primeira frente atlântica da Europa**. Um Portugal inserido plenamente na União Europeia mas que sabe aprofundar e valorizar as suas ligações universais, projectadas pela sua componente atlântica e viradas para o mundo da lusofonia, da América Latina, do Magrebe. Ligações essas que representam uma mais-valia do próprio protagonismo europeu de Portugal. E que devem ser afirmadas, no plano cultural tanto quanto no plano económico, quer enquanto expressão do nosso próprio interesse nacional quer enquanto componente da própria projecção da Europa no Mundo.

O sentido mais profundo deste Portugal do Século XXI, que o PS ambiciona ajudar a construir, é o de criar novas condições para a realização pessoal dos Portugueses.

O que se exprime, em primeira linha, na aposta na qualificação das pessoas, muito especialmente dos jovens, através da educação e da formação profissional mas tam-

bém através da democratização do acesso e do usufruto dos instrumentos da sociedade de informação e da globalização comunicacional.

O Século XXI exige, por isso, uma política que dê prioridade absoluta à **qualificação científica e tecnológica da população**, à difusão e assimilação das novas tecnologias de informação, à expansão e reforço da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, definiremos como meta a atingir um substancial aumento dos recursos públicos despendidos em Investigação e Desenvolvimento, criando-se centros de Ciência em todas as regiões e promovendo a disponibilização maciça de endereços electrónicos (mais de um milhão), bem como a ligação à Internet de todas as escolas e associações, promovendo a multiplicação por mil dos conteúdos de origem parvoquialismo e da mesquinhez, afirmando claramente que, em condições objectivas de igualdade, somos capazes de assumir os desafios mais ambiciosos que partilhámos com outros povos e outras culturas.

Um País preparado para os desafios do Século XXI é um País que **tem orgulho na sua cultura e nas raízes históricas** que definirão a sua identidade própria, mas que tem que se libertar definitivamente do parvoquialismo e da mesquinhez, afirmando claramente que, em condições objectivas de igualdade, somos capazes de assumir os desafios mais ambiciosos que partilhámos com outros povos e outras culturas.

Um Portugal que preza a sua identidade nacional, que **promove o valor universal que representa a sua própria língua e cultura**, mas cuja principal arma de afirmação no Mundo assenta na qualificação dos seus cidadãos, nos seus conhecimentos, na sua capacidade de realização.

Uma capacidade de realização que exige que colectivamente, de forma coesa e solidária, saibamos assumir os nossos direitos tanto quanto os nossos deveres e responsabilidades, melhorando a nossa organização interna, da administração pública às empresas, passando pela escola, pela vida familiar e pela própria conduta cívica dos cidadãos.

Um Portugal cuja vitalidade assente, acima de tudo, na cultura cívica e na capacidade de afirmação da própria sociedade civil, em permanente diálogo com os poderes públicos e no respeito pela vontade geral.

Este projecto só será possível através do empenhamento das Portuguesas e dos Portugueses que, preservando a sua coesão nacional, consigam manter e ampliar a autoconfiança e a autoestima que os anos da ditadura e do isolacionismo haviam debilitado.

A afirmação de Portugal no Mundo

A afirmação de Portugal no Mundo passa, em primeiro plano, pelo combate à posição periférica de Portugal, afirmando o primado da nossa participação activa no processo de integração europeia.

Mobilizando as forças económicas e sociais e a vontade dos próprios cidadãos, foi possível vencer o desafio da participação, desde a primeira hora, no núcleo de países que integram a moeda única europeia.

O projecto do Euro representa, para nós, não um fim em si mesmo mas antes um instrumento destinado a promover o crescimento económico e o emprego na União Europeia. Mais do que regras contabilísticas, o que conta é promover condições de melhoria efectiva das condições de emprego e da qualidade de vida dos cidadãos no conjunto do nosso continente.

Face a um Mundo caracterizado pela globalização dos mercados e dos fluxos financeiros, pela livre circulação da informação e pela sofisticação dos meios comunicacionais, proporcionada pela revolução tecnológica e informática, a sociedade internacional é hoje, acima de tudo, marcada pela profunda interdependência dos seus protagonistas.

Essa interdependência, bem evidenciada pela propagação das recentes crises financeiras e económicas na Ásia, na Rússia e na América Latina, vem sublinhar, por um lado, a insuficiência ou mesmo a ausência de instituições reguladoras globais tanto no plano económico-financeiro como no plano político-militar e, por outro, a relevância da participação em espaços alargados de cooperação e de integração regional, como forma de melhor salvaguardar os interesses nacionais.

Perante a globalização alguns entendem que é possível aos Estados adoptar políticas proteccionistas de cariz marcadamente defensivo. Pelo contrário, para nós, socialistas democráticos, a globalização é um movimento incontornável, que comporta oportunidades e riscos a que importa saber responder, no sentido de melhor aproveitar as primeiras e limitar os efeitos nefastos dos segundos.

Neste contexto, a melhor atitude nacional perante a globalização é a de afirmar, com consistência, as posições nacionais de um pequeno País de economia aberta como o nosso, através da participação activa e responsável nas organizações internacionais que desempenham um papel relevante na regulação global.

E nesse contexto assumir activamente propostas que permitam superar a manifesta insuficiência das instituições internacionais perante as novas realidades planetárias, seja no plano económico-financeiro seja no próprio plano político-diplomático-militar (desde a reforma das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, passando por uma nova concepção acerca da Organização Mundial do Comércio e do seu papel na promoção não apenas de um comércio livre mas também social e ecologicamente justo).

Esse o sentido primeiro, eminentemente político, da nossa participação no projecto da **União Europeia**. Mas esse é, também, o sentido mais geral da afirmação do papel de Portugal no Mundo, seja através da participação na Organização das Nações Unidas (onde desempenhamos um relevante papel como membro não-permanente do respectivo Conselho de Segurança), seja através das responsabilidades assumidas no quadro das organizações político-militares de que fazemos parte (designadamente a NATO, como evidencia a participação de forças militares portuguesas na Bósnia-Herzegovina).

A especificidade do papel de Portugal no Mundo resulta ainda particularmente realçada pelo impulso decisivo que demos, neste mandato, à criação da **Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)**, bem como pelo protagonismo que assumimos no relacionamento com os países da América Latina, seja a verdadeira **«redescoberta» do Brasil** no plano económico e político, seja no quadro da Cimeira Ibero-Latino-Americana.

O significado destas apostas ganhadoras no plano internacional constitui um pressuposto da nossa continuada afirmação no Mundo, onde desempenha um lugar cada vez

mais relevante a afirmação da nossa identidade cultural e linguística própria. Neste contexto, assume particular destaque o papel das **Comunidades Portuguesas no Mundo**, não apenas enquanto elemento de ligação de todos os cidadãos nacionais onde quer que residam, mas também enquanto componente da afirmação dos nossos valores nacionais e da nossa específica maneira de ser e de estar no Mundo.

No plano político, a afirmação do nosso interesse nacional faz-se através da participação activa e empenhada na concretização do projecto da União Política e da União Económica e Monetária, tal como definidos nos Tratados de Maastricht e de Amsterdão. Mas também na afirmação de uma estratégia europeia que confira à temática social – e especialmente à luta contra o desemprego – um papel central nas preocupações políticas dos responsáveis e das instituições europeias.

Portugal enfrenta o novo século integrado na moeda única e apresentando, na vigência do actual Governo, taxas de crescimento económico superiores, em média, às taxas de crescimento europeias. Este ponto de partida pode e deve ser entendido como uma condição ou pressuposto para enfrentarmos em melhores condições a competitividade crescente ditada pela globalização e pela própria moeda única, promovendo activamente a coesão económico-social dos países da União e apoiando uma estratégia de crescimento económico que, no respeito pelos valores essenciais da estabilidade macro-económica estabelecidos no denominado «Pacto de Estabilidade», confira prioridade ao combate ao desemprego e à valorização competitiva das empresas europeias à escala planetária.

O projecto europeu justifica-se em função dos **interesses dos cidadãos europeus no seu conjunto**. Esse projecto será tanto mais apoiado e assumido pelos cidadãos europeus quanto mais estes tiverem a percepção de que as prioridades da construção europeia correspondem aos seus problemas quotidianos, quer aos de índole social (combate ao desemprego, à pobreza, à exclusão, à discriminação racial) quer aos respeitantes à sua segurança e estabilidade (garantia da paz no continente, combate à criminalidade organizada, especialmente ao narco-tráfico e à fraude internacional). Só num espaço alargado como é a União Europeia será possível coordenar as políticas económicas nacionais por forma a garantir um crescimento económico sustentado, com baixas taxas de inflação, mas onde o relançamento da procura corresponda adequadamente às **prioridades do combate ao desemprego estrutural**.

As novas condições de concorrência global trazem novos desafios e também novas ameaças, a que acresce a necessidade de introduzir reformas profundas que permitam à União o seu alargamento aos países candidatos da Europa Central e do Leste. Perante estes novos desafios existe um risco sério de recrudescimento de tendências nacionalistas e proteccionistas que podem representar uma séria ameaça ao projecto europeu. A sobrevalorização dos riscos inerentes à globalização em geral e ao processo de construção europeia em particular poderá criar a prazo, mesmo em Portugal, novas clivagens no compromisso europeu. Mas para o PS, a aposta europeia continua-

rá a ser da maior prioridade na condução da nossa política nacional e exigirá uma firme vontade política de afirmação permanente do apoio popular a um projecto que, comportando desafios e dificuldades, só pode ser vencido através do empenhamento dos cidadãos e da capacidade de as instituições europeias responderem às suas reais preocupações.

A continuidade do processo de integração europeia constitui pressuposto incontornável para que a voz de Portugal se possa fazer ouvir no Mundo e, dessa forma, possamos, em melhores condições, preservar os nossos próprios interesses nacionais. Afirmção que potencia não apenas a defesa dos nossos interesses nacionais específicos, mas também amplifica a capacidade de afirmação das grandes causas internacionais que assumimos, entre as quais avulta de sobremaneira a dos **direitos do povo de Timor-Leste** face à ocupação ilegal e ilegítima da Indonésia. O PS continuará firmemente empenhado neste grande combate pelo reconhecimento dos direitos do povo de Timor-Leste e por uma solução negociada internacionalmente que dê integral satisfação às aspirações dos timorenses.

PRESTAR CONTAS AOS PORTUGUESES

A solidariedade social e o combate ao desemprego

Os desafios da globalização não se confinam ao estrito domínio económico-financeiro. Para o PS, na realidade, as novas condições de competitividade global põem em causa os próprios fundamentos do modelo social europeu. Ora, a evolução recente da esmagadora maioria dos países europeus conferiu aos socialistas democráticos e aos social-democratas uma especial responsabilidade na valorização dos factores de **coesão social** das sociedades europeias e na definição das **reformas sociais** que nos permitam enfrentar os desafios da globalização económica e financeira.

O Governo do PS e da Nova Maioria, nestes três anos, deu já inequívocas provas do nosso empenhamento na definição de uma estratégia de reforma social norteada pelos valores da justiça social e da equidade nas prestações e nos apoios sociais públicos para realização da igualdade de oportunidades.

No combate às desigualdades sociais a criação do **rendimento mínimo** e do aumento das pensões sociais segundo efectivos **critérios de justiça social**, representam pontos fulcrais desta estratégia que temos vindo a prosseguir. De igual modo a relevância conferida ao combate ao desemprego no conjunto da política económica do Estado permite que de forma sistemática e continuada **a taxa de desemprego tenha vindo a diminuir em Portugal** nos últimos dois anos e meio.

As reformas introduzidas no mercado de trabalho, na sequência do Acordo de Concertação Estratégica, visando a flexibilização das condições de prestação laboral, a valorização da aprendizagem e da formação profissional, a redução progressiva e negociada do horário de trabalho e a partilha do trabalho constituem instrumentos que convergem para o objectivo central do combate ao desemprego.

A definição de uma **estratégia europeia de combate ao desemprego**, como sempre defendemos tantas vezes isolados, constitui hoje um ponto central da agenda da própria União Europeia e representa, por isso, uma oportunidade para a coordenação das políticas económicas dos Estados centrada no crescimento económico e na criação de emprego.

Do mesmo modo, o Governo do PS e da Nova Maioria avançou com propostas tendentes a introduzir **reformas de fundo no sistema de segurança social**, tendo em vista responder aos desafios que decorrem do progressivo envelhecimento da população e das necessidades de financiamento de um sistema público universal, que disponha dos meios financeiros necessários para a gradual valorização das pensões de valor mais baixo (tal como na prática já temos vindo a fazer).

A **instituição do rendimento mínimo** associada a uma política de reinserção dos seus beneficiários no mercado laboral, a política de equidade nas prestações, de reforço da sustentabilidade financeira a médio prazo do sistema público de segurança social, de abertura de novos espaços à afirmação de sistemas de responsabilidade individual e colectiva de reforma, tal como consta das propostas do Governo do PS e da Nova Maioria, serão prosseguidas como instrumentos de consolidação de uma verdadeira Sociedade de Bem-Estar.

A aposta na qualificação das pessoas

No cumprimento dos compromissos assumidos perante os portugueses em Outubro de 1995, o Governo do PS e da Nova Maioria fez uma inequívoca aposta generosa na educação.

O lançamento da **rede de ensino pré-escolar**, conjugando a iniciativa pública com o protagonismo de instituições particulares de solidariedade social e da iniciativa privada, representa uma alteração qualitativa do maior alcance cujos resultados só serão plenamente compreendidos dentro de alguns anos.

Com a mesma preocupação prosseguimos uma política de **dignificação do ensino e dos seus agentes**, bem como da melhoria da qualidade do ensino a todos os níveis, reformulando o quadro institucional, de autonomia e de financiamento das escolas secundárias e do ensino superior.

A aposta na «educação como paixão» está bem espelhada no facto de, antes mesmo do termo da legislatura, termos já atingido o objectivo de **aumentar a despesa pública em educação em cerca de 1% do PIB**.

Nestes três anos procedemos a uma **articulação mais completa entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional**, permitindo desta forma que a formação dos recursos humanos nacionais beneficiasse não apenas de níveis de qualidade mais elevados mas também da aprendizagem de conhecimentos feita na perspectiva da sua efectiva aplicação prática, o que lhes confere melhor preparação para enfrentarem um mercado de trabalho progressivamente mais exigente e sofisticado, onde as qualificações pessoais e a adaptabilidade às novas tecnologias constituirão um factor essencial.

A aposta nas pessoas traduziu-se também na projecção conferida **à cultura, à ciência e à investigação** no quadro da acção

governativa. Neste contexto, cumpre destacar a decisão histórica tomada quanto à preservação das gravuras de Foz Côa, a qualidade da programação cultural evidenciada no decurso da EXPO/98, bem como as relevantes intervenções de preservação do património histórico e arquitectónico nacional. Em todos os casos visámos a preservação e promoção da nossa identidade cultural e linguística.

No domínio da ciência e da investigação o Governo do PS e da Nova Maioria definiu uma estratégia de abordagem da emergente **sociedade de informação**, criando as condições quer infra-estruturais quer de recursos humanos necessários para enfrentar os desafios deste novo paradigma civilizacional: com a criação da Rede Ciência Tecnologia Sociedade, mais de 2000 escolas e de 200 bibliotecas públicas foram equipadas e ligadas à Internet, em articulação com a totalidade das instituições científicas e de ensino superior. Nestes três anos o orçamento de Ciência e Tecnologia do Estado mais do que duplicou, definiu-se uma política científica e tecnológica conducente à efectiva melhoria das qualificações das instituições científicas nacionais e foi lançado o programa Ciência Viva que já abrange mais de quatrocentos mil jovens e cerca de mil e oitocentas escolas.

Neste contexto, a criatividade e a qualidade da investigação e da produção nacional continuarão a representar elementos centrais da afirmação dos valores perenes da nossa própria identidade nacional renovada em face da emergente sociedade da informação e do conhecimento.

Uma democracia participada, pela dignificação da política

Com a revisão constitucional de 1997, contribuímos para a criação de condições ampliadas de participação dos cidadãos na vida política.

Temos consciência da prioridade das reformas políticas e da necessidade de conduzir essas reformas na procura de consensos alargados que dignifiquem a política e a acção dos agentes políticos. Dissemo-lo, com clareza, aos portugueses em 1995. Persistimos nessa convicção.

Sem embargo, temos que reconhecer que, neste capítulo, as reformas realizadas ficaram aquém do que pretendíamos. E sem pretendermos eximir-nos às nossas próprias responsabilidades, importa reconhecer que a prioridade que conferimos às reformas políticas não foi acompanhada pelos restantes partidos com assento parlamentar.

Com efeito, a intransigência do PSD quanto à redução do número de deputados à Assembleia da República bloqueou a possibilidade sequer de procurar encontrar a maioria qualificada necessária para a alteração da lei eleitoral à Assembleia da República, apesar de o Governo ter conduzido o processo de forma totalmente transparente e com assinalável participação da sociedade civil.

Não sendo exequível obter um consenso alargado a tempo da realização das próximas eleições parlamentares, o PS reeditará o seu compromisso eleitoral de propor a **alteração da lei eleitoral** segundo as linhas gerais da iniciativa legislativa já apresentada no Parlamento.

Graças à revisão constitucional de 1997, foi possível abrir novos espaços para a realização de **referendos** de âmbito nacional. A ausência de experiência antecedente e o tipo

de campanha que alguns partidos conduziram, sobretudo no caso do referendo sobre a instituição em concreto das regiões administrativas, lançaram algumas dúvidas sobre a aceitação popular de consultas referendárias.

Para o PS, o referendo é um instrumento de participação popular que pode contribuir para a revalorização do debate político e para a consciencialização dos cidadãos. Embora reconhecendo algumas das dificuldades que o referendo suscita entre nós, o PS tomará a iniciativa de modificar a legislação dos referendos locais, como forma de contribuir para o enraizamento popular deste instrumento de participação democrática. No tocante à organização do Estado, o PS defendeu consistentemente uma estratégia de **devolução do poder e de descentralização de atribuições e de competências administrativas** em benefício das freguesias e dos municípios, desta forma cumprindo, pelo que entendemos que não existem condições políticas para, no horizonte político mais próximo, retomar o projecto de regionalização.

Com a decisão popular tomada no referendo de Novembro de 1998, a instituição em concreto de regiões administrativas foi inviável de forma inequívoca. O PS assume colectivamente esta derrota e, como sempre afirmamos, respeitaremos a vontade popular, pelo que entendemos que não existem condições políticas para, no horizonte político mais próximo, retomar o projecto de regionalização.

Neste contexto, o compromisso descentralizador do PS prosseguirá devidamente remodelado. Para além das propostas de reforço dos poderes e dos meios financeiros das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, o PS reforçará o protagonismo das associações dos municípios e das áreas metropolitanas e instituirá mecanismos de participação democrática no funcionamento das Comissões Coordenadoras Regionais.

Neste quadro, será conferida prioridade à racionalização da própria administração desconcentrada do Estado, por forma a progressivamente lhe conferir coerência e uma maior uniformidade, tendo em vista melhor responder às necessidades das populações, designadamente das regiões do interior do País.

De igual modo prosseguiremos a via de consolidação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira, como resposta para a promoção da efectiva melhoria das condições de vida das populações insulares, no respeito pela solidariedade nacional.

Promover a segurança dos cidadãos

O Governo do PS e da Nova Maioria conferiu particular relevo à criação de condições de **combate à criminalidade**, reformando profundamente a estrutura e as condições de actuação das forças de segurança.

A segurança dos cidadãos nas sociedades contemporâneas exige dos poderes públicos uma capacidade de intervenção que conjugue de forma equilibrada a actuação dos mecanismos de prevenção e de repressão criminal com políticas públicas de combate às próprias causas sociais da criminalidade.

O **aumento significativo dos efectivos policiais e a melhoria das suas condições de preparação e de actuação**, designadamente o aumento dos postos policiais e das patrulhas, a criação de conselhos locais de segurança, a aprovação do quadro legal que permite a criação de polícias municipais, são elementos desta política que devem ser conjugados com o novo quadro legal decorrente quer das alterações do Código Penal e do Código de Processo Penal quer dos novos instrumentos conferidos ao Ministério Público no **combate à criminalidade em geral e à corrupção e à criminalidade económico-financeira** em particular.

Relacionada com a temática da segurança dos cidadãos, avulta a **nova estratégia de abordagem da toxicodpendência**, de prevenção e de recuperação expressa num aumento significativo das infra-estruturas públicas e na cooperação com entidades da sociedade civil.

Uma economia moderna ao serviço do interesse geral

A aposta do PS no projecto da União Económica e Monetária assentou no objectivo principal de criar condições de estabilidade macro-económica que permitissem o desenvolvimento do nosso País. A consistência do processo de ajustamento levado a cabo permitiu que **Portugal crescesse nestes últimos três anos a um ritmo superior à média comunitária**, um crescimento sustentado com base em baixa inflação e com um assinalável potencial de atracção de investimento nacional e estrangeiro.

Sem confiança na orientação económica imprimida pelo Governo ao País o investimento não teria evoluído positivamente nem se teria podido criar os postos de trabalho que permitiram uma continuada diminuição do desemprego.

Mas simultaneamente o Governo do PS e da Nova Maioria conduziu uma política de **reformulação de regras essenciais do relacionamento do Estado com os agentes económicos e sociais**, onde desempenharam um papel muito relevante quer os acordos sociais de curto prazo quer o acordo de concertação estratégica.

Através de um programa faseado, transparente e controlado por instâncias independentes, o Governo do PS conduziu um processo de privatizações que reduziu o peso do Estado na economia tendo em vista criar novos espaços de intervenção da iniciativa económica privada.

Sem embargo, agora que o processo de privatizações de aproxima do seu fim, importa tornar claro que **este movimento liberalizador não significou a adopção de um «Estado mínimo»** no plano económico.

Pelo contrário, lançaram-se as bases institucionais que permitem ao Estado desempenhar plenamente as suas funções essenciais de regulação e de prestação de serviços económicos de interesse geral, directamente ou em parceria com interesses económicos privados, bem como incentivou-se a reestruturação de sectores económicos fundamentais, desta forma garantindo o respeito pela vontade colectiva.

A experiência de funcionamento de instâncias reguladoras independentes num con-

texto de mercados liberalizados tem provado adequadamente e deverá ser prosseguida e alargada.

Num contexto de globalização, a afirmação dos interesses económicos nacionais passa, cada vez mais, **pela internacionalização das empresas portuguesas**, com o apoio activo do Estado, designadamente tendo em vista mercados onde podemos usufruir de importantes vantagens comparativas como são os países africanos de expressão oficial portuguesa, o Brasil, os países do Magrebe e mesmo os países da Europa Central e do Leste.

A internacionalização representa, assim, um instrumento de sustentação das empresas no próprio mercado interno, sujeito a regras de acrescida concorrência internacional, e constitui também uma forma de presença activa de Portugal em regiões de relevância política fundamental para o nosso País.

Conforme sempre afirmámos, elemento fulcral da função redistributiva do Estado é o **sistema fiscal**, o qual, nestes últimos três anos foi modernizado em termos de capacidade de recolha e de tratamento informático da informação, ao mesmo tempo que se prosseguiu uma política eficaz de recuperação fiscal e de combate à fraude e à evasão fiscal.

De igual modo, o Governo do PS e da Nova Maioria, respeitando o **compromisso de não aumentar os impostos durante a legislatura**, introduziu diversas reformas destinadas a **melhorar a equidade fiscal** (alteração do coeficiente familiar no IRS, introdução do mecanismo das deduções à colecta, redução ponderada e criteriosa do IRC, revisão de alguns aspectos da base de incidência do IVA, tributação de rendimentos que mais frequentemente são escamoteados à declaração fiscal, como as mais-valias das operações realizadas em bolsa), bem como produziu relevantes estudos destinados a fundamentar uma reforma profunda do sistema fiscal nacional no seu todo, tendo divulgado e submetido a debate público os princípios orientadores e as grandes linhas dessa reforma, para além das diversas concretizações que parceladamente foram sendo levadas a cabo anualmente nas respectivas leis orçamentais.

Uma sociedade humanizada assente na melhoria das condições de vida dos cidadãos

Nestes três últimos anos o Governo do PS e da Nova Maioria deu sinais claros da sua preocupação central em melhorar as condições de vida dos portugueses.

Hoje os cidadãos deste País vivem melhor do que há três anos atrás. Não apenas porque os seus rendimentos disponíveis cresceram continuamente, mas também porque melhoraram as próprias condições objectivas de vida.

Com efeito, o Governo do PS e da Nova Maioria levou a cabo uma **política de ambiente** com a preocupação central de erradicar insuficiências e deficiências graves que punham em causa a saúde política e o equilíbrio ambiental.

No domínio da água, do tratamento dos resíduos urbanos, dos resíduos industriais e hospitalares, o Governo tomou decisões fundamentais que garantirão uma acrescida qualidade de vida das colectividades.

Ainda que essas decisões, aqui e além, tenham defrontado a contestação de interesses organizados, assiste-nos a certeza de que elas eram inadiáveis e corresponderam a prioridades de uma sociedade ecologicamente mais equilibrada e respeitadora do meio ambiente.

O equilíbrio da vida das populações depende também em larga medida da **qualidade dos cuidados de saúde** dispensados às populações.

Em todas as sociedades contemporâneas, marcadas pelo envelhecimento das populações e por novas e complexas doenças, os cuidados de saúde representam um sector sob constante pressão de uma crescente procura e de um acentuado aumento da despesa pública. Este movimento evolutivo impõe permanentemente uma renovada capacidade de resposta da parte das instituições públicas de saúde, como esteio fundamental da garantia da igualdade de acesso e da universalidade do sistema nacional de saúde, bem como uma cada vez mais cabal articulação com as instituições particulares e a iniciativa privada, nas suas diferentes modalidades.

O Governo do PS e da Nova Maioria fez, pela primeira vez em Portugal, da **política de defesa dos interesses dos consumidores** uma política prioritária da acção do Governo, atingindo as diferentes políticas sectoriais, ao serviço do desenvolvimento de uma sociedade moderna e por forma a promover a qualidade de vida dos cidadãos. As novas leis do consumidor e dos serviços públicos essenciais que conduziram à garantia da facturação gratuita detalhada no serviço de telefones, a consagração da desvalorização automática do valor dos veículos objecto de seguros facultativos por danos próprios, o novo Código da Publicidade, a nova lei da publicidade domiciliária e as novas regras em matéria de *time-share* e outros direitos de habitação turística são alguns exemplos que devemos realçar. Esta actuação firmemente prosseguida de frontou-se, por vezes, com hábitos arraigados e resistências corporativas, tão prejudiciais a uma verdadeira modernização da sociedade onde os valores da realização pessoal encontrem adequada satisfação.

O PS continuará, sem esmorecimento, a conferir à defesa dos direitos dos consumidores uma atenção central, correspondendo à exigência de qualidade nos produtos e serviços fornecidos, com especial incidência naqueles sectores onde se registem atitudes de abuso de posição dominante ou concertação de interesses contrários à satisfação das necessidades colectivas.

Modernizar a Administração Pública e a Justiça

Num Mundo onde a globalização da economia e da informação define um ritmo de decisão cada vez mais veloz e exigente, a competitividade global de um País afere-se, em boa parte, pela capacidade de resposta de instituições fundamentais como a Administração Pública e a administração da Justiça.

A modernização da Administração Pública portuguesa constituiu uma preocupação central do PS. Nestes três anos definimos um rumo destinado a **conferir mais transparência e um controlo alargado sobre a acção administrativa**, tendo procedido, pela primeira vez, a um levantamento

exaustivo da nossa realidade administrativa e das suas carências mais relevantes.

Esta orientação passou, designadamente, pela aprovação de legislação sobre concursos para cargos de direcção e chefia e revalorização de diversas carreiras, pela melhoria da qualificação profissional dos funcionários públicos e a introdução de regras de flexibilização da gestão de recursos humanos que permitam a renovação da própria estrutura administrativa do Estado. Sem embargo, a aposta do PS e da Nova Maioria continuará a ser a da aproximação da Administração aos administrados, com especial relevo para a desburocratização dos circuitos de decisão e para a humanização das relações dos serviços com os cidadãos.

O caminho já percorrido neste sentido tem que ser continuado, por forma a incentivar uma participação mais activa dos administrados na vida administrativa em defesa dos seus direitos, bem como a introdução de mecanismos de flexibilidade no desempenho da função administrativa fazendo apelo à ética de serviço público que deve caracterizar permanentemente o funcionamento dos funcionários perante os cidadãos.

A garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos, bem como a satisfação de necessidades sociais fundamentais, exigem um **sistema judiciário** com condições para uma resposta eficaz e em tempo útil às causas submetidas a julgamento. Situações atinentes à lentidão da administração da justiça e à distância dos cidadãos face ao sistema judiciário, sentidas hoje na maior parte dos países do nosso espaço político e cultural, podem representar sérios factores de debilitação das próprias instituições democráticas no seu conjunto.

Nestes três anos introduzimos reformas no direito penal e processual penal, no processo civil, nos estatutos das magistraturas judicial e do Ministério Público, no funcionamento da Polícia Judiciária e no conjunto do sistema prisional que representam opções estruturantes cujas consequências só poderão ser globalmente percebidas nos próximos anos, no decurso da aplicação concreta das reformas empreendidas.

Sem embargo, o PS reconhece que a nossa tradição jurídica, marcada por um hiperformalismo, forte propensão para a litigância e por um conjunto complexo de garantias, exige o empenhamento de todos os agentes judiciários na transformação de práticas que dificultam o processo de agilitação da administração da justiça. Ao Estado caberá prosseguir na via da simplificação legislativa e processual e incentivar o recurso a modernas tecnologias com o mesmo objectivo.

Renovar a confiança dos portugueses no PS

Para o PS, o caminho percorrido nestes três anos permite-nos encarar com serenidade e confiança o momento de prestar contas aos portugueses em Outubro de 1999. A acção política levada a cabo pelo Governo do PS e da Nova Maioria pautou-se pela **fidelidade aos valores** do nosso ideário político e pelo **respeito pelos compromissos** assumidos perante o eleitorado em Outubro de 1995.

A longevidade do Governo minoritário do PS só se explica porque, no essencial, sempre contou com um largo apoio popular, um capital de confiança e de esperança que não foi desfeito pela agressividade e pelo radicalismo das oposições. Esse **«contrato de confiança»** com os portugueses foi o principal factor dissuasor de uma crise política que aritmeticamente esteve sempre ao alcance dos partidos da oposição conjugados entre si e, aqui e além, ensaiada através de coligações negativas que inviabilizaram, atrasaram ou distorceram iniciativas políticas e legislativas do PS.

Esse «contrato de confiança» reforçou-se ainda pelo facto de os partidos da oposição, com o seu discurso de permanente «bota abaixo», terem procurado sempre distarçar a ausência de alternativas credíveis ao projecto do PS com um crescendo de demagogia, agressividade e intrigismo político.

Em nome da consistência do nosso compromisso com os portugueses haverá que resistir a esta «política virtual», feita a pensar nos directos dos telejornais e em nome de mesquinhas preocupações de sobrevivência de direcções partidárias frágeis e instáveis.

A democracia só sairá reforçada se o próximo acto eleitoral permitir colocar os portugueses perante **propostas claras, sérias e consistentes** quanto aos destinos do País no dealbar do próximo século.

A existência de uma proposta alternativa ao projecto do PS é do nosso próprio interesse, porque com ela seria possível evidenciar melhor a coerência e a consistência da nossa acção ao longo desta legislatura.

A inconsistência da estratégia de coligação entre o PSD e o PP, aparentemente confinada ao objectivo de potenciar os seus resultados eleitorais exclusivamente para tentar impedir uma eventual maioria absoluta do PS, é afinal a expressão da **crise de valores, de projecto e de liderança dos partidos da direita**. Com efeito, excluída a demagogia mais desenfreada e o tacticismo destinado a deslumbrar a opinião publicada e a alcançar o objectivo, de duvidoso mérito, de «marcar a agenda política», dificilmente os portugueses conseguem discernir sobre que assenta hoje o projecto da direita para Portugal.

Ao contrário do que alguns analistas afirmam, os partidos da direita não têm programa alternativo à governação do PS porque a governação do PS lhes tenha roubado as suas «bandeiras» tradicionais, em nome de uma qualquer nebulosa ideológica destinada a entronisar os interesses políticos do eleitorado central, mas pelo seu próprio vazio.

Por outro lado, o PCP, ao não se renovar, persiste em manter-se à margem de um projecto de poder norteado pelos valores da esquerda moderna.

A governação do PS e da Nova Maioria é inequivocamente um projecto de esquerda moderna. Um projecto que consolida, em torno de valores e de políticas, o apoio de uma clara maioria de eleitores que compreende e se identifica com as prioridades da acção política e governativa do PS.

Prioridades que correspondem a propostas exequíveis e responsáveis de valorização da democracia política, do combate às desigualdades sociais e de consolidação da paz e da estabilidade cívica e social enquanto pressupostos do desenvolvimento económico e da melhoria das condições de vida das

populações. Propostas essas que representam, assim, a vontade de um **bloco social de progresso** que nos permita enfrentar os desafios da globalização comunicacional e do aprofundamento da integração europeia.

As propostas dos socialistas democráticos portugueses, do PS e dos muitos independentes que participaram nos Estados-Gerais e deram corpo e alma ao projecto da Nova Maioria, têm hoje cada vez maior ressonância no contexto europeu, onde a esmagadora maioria dos eleitores depositou idêntica confiança nos respectivos partidos socialistas e social-democratas.

O pluralismo interno da família política europeia a que pertencemos permitiu criar um intenso debate interno, que revela uma vitalidade e um sentido estratégico que nenhuma outra família política europeia apresenta neste momento.

Os portugueses conquistaram, pelo seu esforço e mérito próprios, o direito a terem uma voz activa e um protagonismo fundamental neste debate sobre o futuro do nosso modelo civilizacional.

Cabe ao PS e à Nova Maioria assumir a condução política deste combate.

O sucesso deste empreendimento político depende de clareza nos objectivos e da consistência dos nossos compromissos com os eleitores.

Sobre estas matérias importa falar claro.

O ano de 1999 reserva-nos importantes combates, tanto na frente externa como na frente interna.

Portugal tem que vencer os desafios da criação de condições, no plano europeu, para a afirmação do Euro como instrumento de crescimento económico e de criação de emprego. Para tanto importa ampliar a coordenação das políticas económicas dos Estados da zona Euro, conferindo prioridade à competitividade das empresas, à garantia do nosso modelo social e à realização de investimentos infra-estruturais que representem a criação de novos empregos sustentáveis e que assentem na modernização da capacidade tecnológica e de investigação científica europeia. Para tanto importa reafirmar o compromisso de solidariedade europeia, designadamente no quadro da adopção das perspectivas financeiras para o período 2000/2006, por forma a que as políticas europeias contemplem a realização efectiva da coesão económico-social.

Internamente, os portugueses serão chamados, em 1999, por duas vezes, a fazer escolhas sobre os rumos futuros do nosso País: em Junho, nas eleições para o Parlamento Europeu e em Outubro, nas eleições legislativas.

Independentemente das coligações de circunstância dos nossos principais adversários, o PS assume inequivocamente o seu projecto nacional e europeu apresentando-se a ambos os actos eleitorais com a sua identidade própria, o seu símbolo, o seu programa e a sua equipa dirigente. Fiel aos compromissos assumidos em 1995, fá-lo-emos no quadro de uma dinâmica política aberta à sociedade civil e à participação de todos os independentes que se identificam com as nossas propostas.

O alargamento da convergência política que presidiu à Nova Maioria de 1995, segundo novas modalidades adaptadas às actuais condições do combate político, representa um elemento essencial deste movimento

político destinado a prestar contas aos portugueses pelo mandato que nos foi conferido em Outubro de 95 e a pedir um mandato claro e inequívoco para governar no primeiro quadriénio do século XXI.

Para tudo isto pedimos aos portugueses um mandato claro e inequívoco em quanto a continuidade e renovação do «contrato de confiança» que estabelecemos desde há mais de três anos com os eleitores. Um mandato consolidado e ampliado para garantir a estabilidade política e a possibilidade de, com base no diálogo e na concertação política, aprofundar o projecto de transformação e modernização da sociedade portuguesa no próximo século.

Para realizar esse projecto de um **Portugal ganhador no Século XXI** importa persistir na modernização da sociedade e do Estado, adaptando-a a padrões de maior exigência e qualidade, tanto no plano do funcionamento das instituições democráticas quanto no domínio da organização autónoma da sociedade civil.

Persistir nas reformas definidas com base no diálogo e na concertação de interesses, no respeito da vontade geral.

Persistir nos valores da solidariedade e da coesão social, no combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social.

Persistir no compromisso europeu, no relacionamento universal em função das nossas raízes históricas e culturais e no empenhamento em prol da paz e da segurança colectiva.

Persistir na aposta na qualificação das pessoas, seja no domínio da educação seja no da formação profissional.

Persistir no combate ao crime e à fraude, correspondendo aos anseios de maior segurança para as populações.

Persistir na afirmação de um crescimento económico sustentado, de um desenvolvimento da qualidade das infra-estruturas, no respeito pelo meio ambiente e pelos direitos dos consumidores.

Persistir no combate às desigualdades e às assimetrias, promovendo activamente a igualdade de oportunidades independentemente do local onde se reside.

Persistir na valorização da qualidade de vida urbana, na melhoria das condições sociais e culturais dos grandes centros populacionais e suas periferias.

Persistir num modelo de desenvolvimento sustentado que promova o equilíbrio do mundo rural tanto na sua vertente agrícola como no contributo para o equilíbrio ecológico e ambiental.

Em suma, persistir na política do PS e da Nova Maioria para melhor afirmar o papel dos Portugueses no século XXI.

O PS tem a convicção de ter sempre estado na primeira linha deste combate pelo futuro. O PS tem a certeza de que, na sequência das responsabilidades governativas que assumiu nestes últimos três anos, é portador de um projecto nacional que nos permita afirmar a nossa identidade e os nossos valores próprios no Século XXI.

Com o apoio, o empenhamento e o esforço de todos os Portugueses sem excepção! Porque é para para todos os Portugueses que aspiramos a governar Portugal!

António Guterres

O PS POR UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

Preâmbulo

A apresentação de moções nos Congressos do PS constitui, em princípio, uma acto potencialmente relevante para a formulação política partidária. Ao longo dos anos, congressos sucessivos contaram com moções de elevada qualidade. No entanto, a frequente disparidade entre os textos aprovados e a prática política subsequente legítima a interrogação sobre o real alcance prático desses textos, independentemente das suas virtualidades intrínsecas.

Por esse motivo, afigura-se pertinente chamar a atenção dos responsáveis partidários, cujas responsabilidades incluem a prossecução dos princípios orientadores aprovados, para a necessidade de, ultrapassados os congressos, ter presentes as ideias e as preocupações apresentadas pelos militantes.

A elaboração desta moção inspira-se na crença de que este tipo de textos não representa, no PS, um mero exercício elegante de divagação teórica e que, pelo contrário, os dirigentes do Partido sabem receber e valorizar, com construtividade e serenidade, todas as reflexões, ideias e propostas com interesse objectivo.

A cultura interna do Partido, designadamente no que se refere à secundarização dos militantes na reflexão política e governativa, na produção de ideias e propostas e na real intervenção na formulação política global do PS e do Governo, que foi formado na base e na sequência da vitória eleitoral do Partido, é sensível e instala algum mal estar.

Simultaneamente, é preocupante a possibilidade de, gradualmente, poder vir a instalar-se uma percepção popular de inexistência de um projecto político partidário suficientemente caracterizador e carismático do PS, racional e emotivamente mobilizador de grande parte do eleitorado, que transcenda o mero circunstancialismo das acções de gestão mais ou menos corrente e a empatia popular do Secretário Geral e de alguns dirigentes partidários de qualquer determinado momento.

A boa gestão governativa exige uma enorme qualidade técnica a todos os níveis. O que, por vezes, pode esquecer-se é que o rigor técnico é naturalmente compatível com a estratégia política e social e com modelos modernos e coerentes de sociedade, e que esta compatibilização coerente, consistente e omnipresente é algo que se vai tornando menos explícito no PS. Espantosamente, assiste-se à (abusiva mas inteligente) referência, já pré-eleitoral, por parte de líderes de partidos em princípio mais conservadores que o PS, a valores *socialis* e *civilizacionais* em domínios em que o PS deveria ser forte e em que se descaracterizou e fragilizou.

O que se defende não é um regresso a ideologias felizmente ultrapassadas e a intelectualismos bolorentos semi-abstractos, mas, pelo contrário, precisamente, um salto de modernização ideológica, conceptual e política, que no PS talvez se tenha, por vezes, confundido com descaracterização pretensamente tecnocrata (outra confusão a desmontar é a que parece subsistir entre os conceitos *profundamente disintóis*

de competência técnica e de tecnocracia...). O PS tem que demonstrar, *em simultâneo*, ser o partido tecnicamente mais capaz de gerir as questões correntes, ser o mais inteligente e consistente nas conceptualizações estratégicas das reformas que propõe aos portugueses e ser o mais sólido na coerência global com que enquadra toda essa actuação num conjunto de valores e objectivos últimos que se centram na dignidade e no bem estar material e imaterial dos cidadãos. É isso falta ainda, em substancial medida, construir no PS, com profundidade e modernidade.

A conjugação de todas estas dinâmicas, entre outras, prefigura cenários potencialmente preocupantes, e o que esta moção pretende sublinhar é que as sementes de muitos destes problemas poderão estar já hoje lançadas por erros involuntários de apreciação do próprio Partido, que não são dramáticos mas que seria grave não corrigir de imediato.

Os comentários expostos não constituem um lamento pessimista por males fatídicos, antes subentendem e pressupõem um futuro estável para o PS que, no entanto, poderá ser posto em causa se não forem tidas em conta correcções atempadas e alguma humildade auto-crítica.

Estes comentários são assumidos e partilhados por militantes que, com profundo orgulho de pertencer ao PS, reconhecem que a prática política do Partido apresenta, entre qualidades e defeitos, um balanço amplamente positivo. O facto de este documento focar pontos a corrigir, e assim se apresentar com um tom de crítica construtiva e muito amiga, não anula a defesa da acção do PS como sendo globalmente muito positiva, a mais credível no quadro político-partidário português e a mais elevada nos valores por que pugna.

Trata-se de procurar contribuir para o futuro bem comum do Partido e de *ajudar, sincera e lealmente, a actual liderança com a máxima construtividade*, com um elogio global à excelente acção que tem conduzido, o que não se faz necessariamente expressando-lhe a concordância absoluta que lhe seria mais reconfortante ouvir.

Não sendo simpático suscitar a análise de problemas quando todos vivem em compreensível ambiente de festa, fazê-lo é, no mínimo, sério e corajoso.

Ignorar estas questões, e outras ainda aqui não referidas, poderá ser mais agradável quando se deseja, humanamente, saborear a euforia. Durante uma década essa foi a obstinada e arrogante opção do PSD. Salvaguardadas as muitas diferenças entre ambos os partidos, o humilhante e desprestigiante resultado posterior dessa opção do PSD deverá merecer a mais humilde atenção e reflexão do PS. Neste momento.

O Partido e a Vida Interna

Oportunidade de uma Reflexão Desapaixonada

Embora a História não se repita necessariamente, talvez constitua um exercício salutar e pedagógico, para o PS, não esquecer o

curioso percurso do PSD durante o "período laranja", partido que, após atingir uma maioria absoluta, não só a manteve como reforçou até que, de vitória em vitória, se defrontou com uma humilhante derrota final. Seria surrealista pensar que a queda do PSD se deveu apenas a fragilidades verificadas nesse momento. Pelo contrário, esse colapso decorreu, também, das consequências dos muitos erros gradual e cumulativamente cometidos ao longo dos anos pelo PSD, da sua arrogância, do seu autismo, da sua insensibilidade perante erros e injustiças, da generalizada sensação de clientelismo, etc.. Esse caso exemplar evidencia como, mesmo quando se ganha nas urnas, se podem estar já a lançar e a acumular as vulnerabilidades que, com o tempo, se tornarão patentes e que o cidadão finalmente poderá penalizar. É, frequentemente, em períodos de popularidade e euforia que, discretamente, germinam as sementes da posterior impopularidade. Por outro lado, não existem estados de graça eternos.

Seria, no mínimo, ingénua supor que um partido em alta de popularidade o será para sempre e que, por isso, se pode atribuir o luxo de não inventariar, reconhecer e corrigir os seus erros. O tempo passa e mesmo realidades aparentemente sólidas (endógenas e exógenas) podem mudar radicalmente. As honrosas vitórias eleitorais do PS no passado recente não devem toldar a capacidade do Partido de reflectir não só sobre os sucessos mas também sobre os inevitáveis e humanos erros acumulados. O triunfalismo e o deslumbramento do poder tendem sempre a limitar a lucidez e a visão estratégica e, em última análise, podem favorecer uma imprudência.

O passado recente da estratégia política do PS foi largamente condicionado pela necessidade de vencer as eleições legislativas e autárquicas, o que é compreensível desde que não se esqueça que o objectivo verdadeiramente em causa (e o único legítimo...) não é o da aritmética dos votos e dos cargos mas o do acesso ao poder *apenas* pela convicção de que se possui um projecto coerente, individualizado e de elevada qualidade, destinado a prestar um serviço à comunidade nacional, não ao ego de militantes, de dirigentes políticos ou de independentes.

No entanto, o êxito tático do PS ao vencer aquelas eleições, apesar dos seus enormes méritos, pode estar alicerçado em bases que, simultaneamente, encerrem erros estratégicos de consequências potencialmente nefastas a médio prazo.

É importante, talvez mesmo vital, manter a frieza, a humildade, a coragem, a criatividade e a sensatez de identificar, corrigir e prevenir dinâmicas internas potencialmente geradoras de deficientes percepções estratégicas e de vulnerabilidades que poderão vir a fragilizar o apoio popular, a inviabilizar o exercício continuado do poder legítimo e mesmo a susceptibilizar a própria coesão interna do Partido.

Subvalorizar ou ignorar estes riscos endémicos, não os enfrentando nem corrigindo com uma urgência crítica, poderá, para muitos, ser agradável numa fase de inebriada, embora merecida, euforia, mas

certamente poderá induzir graves perdas futuras para o PS e para o país.

Em qualquer estrutura ou organização, questionar um *status quo*, ainda que serena e construtivamente, sempre assusta interesses corporativos eventualmente instalados, em particular aqueles cuja intervenção e proeminência possam assentar mais no manobrismo de influências do que nas reais capacidades próprias; mas fazê-lo é um indispensável acto de coragem, de honestidade, de dignidade e de inteligência. Os actuais dirigentes do PS possuem sensibilidade para este tipo de reflexão construtiva, sinceramente amiga e bem intencionada. É um direito (e, afinal, um dever) dos militantes apresentar análises e ideias. É um dever dos dirigentes partidários acolher tais reflexões e dialogar séria e construtivamente com os militantes, não com ritualismo de cortesia formal mas com genuína preocupação em os integrar no processo global de decisão política do próprio Partido e mesmo do Governo, o qual existe unicamente por designação do Partido, que foi nesse sentido votado pela comunidade.

O Projecto e a Identidade do PS

O PS era, há não muito tempo, algo carente de ideias novas. Mais recentemente, designadamente antes das últimas eleições legislativas, um manancial de ideias novas foi sendo gerado e objecto de um eficiente marketing político. No entanto, sendo em princípio positivo, este fluxo de ideias consubstanciou-se não apenas, mas essencialmente, em planos eminentemente técnicos, sectoriais e táticos, não tanto políticos ou estratégicos. Como as discussões sobre opções técnicas dependem muito mais das opiniões e teses dos interlocutores *individuais* (sejam eles do PS ou do PSD, por exemplo) do que dos princípios de base de um partido, estas opções técnicas dificilmente caracterizam este ou aquele partido, pois a diferenciação entre partidos, nesse nível das questões técnicas, não é tanto de modelos como, frequentemente, apenas conjuntural.

Propostas e ideias avulsas, admitindo a respectiva qualidade, são sempre enriquecedoras, mas a caracterização de um partido perante o eleitorado exige uma coerência mais global, uma interligação e aglutinação coerente dessas ideias, que só a elaboração política permite estabelecer. Um partido necessita de uma identidade de fundo, relativamente intemporal, que transcenda as momentâneas medidas avulsas ou as demarcações táticas perante a actuação dos outros partidos, sejam eles governos ou oposição.

Perante o exterior, no PS continua a faltar, ou a ser insuficiente, essa identidade, essa coerência global, essa imagem distinta de marca política. Sintomaticamente, e apesar das inúmeras propostas eleitorais e acções governativas de elevado mérito, é indesmentível a generalizada sensação popular de que, para além das variantes de estilo, as diferenças de fundo entre PS e o PSD são reduzidas. Esta sensação é perigosa a prazo pois revela a

circunstancialidade e a potencial volatilidade de parte do actual apoio popular ao PS. No passado recente, o descontentamento perante a arrogância e a ineficiência do Estado Laranja levou os cidadãos a procurarem a mudança, mas a dificuldade do PS em projectar uma identidade global e consistente, a qual nem sempre é visível para o cidadão, pode tornar frágil o desempenho político e eleitoral do PS a prazo.

Por outro lado, é óbvio que o PS venceu eleições com claros méritos próprios, mas seria perigosamente ingénuo fingir não se entender que um dos factores da vitória foi, também, a fragilidade das oposições. Obviamente, as oposições não serão eternamente fracas e desarticuladas. As conjunturas não se repetem e eleições futuras poderão ter lugar em quadros bem diferentes. Por outras palavras, a continuidade da proeminência eleitoral do PS também está dependente de um factor que não controla, que é a maior ou menor capacidade futura de recuperação, revitalização e renovação da imagem dos partidos da oposição, que podem vir a regenerar, com parcial sucesso, a sua imagem e a sua popularidade eleitoral. A convergência destes factores poderá vir a induzir efeitos negativos e a sua prevenção provavelmente exige ajustamentos internos e externos urgentes no PS.

Entre muitas outras, estas questões sugerem que o PS e o Governo (Governo que decorre do PS, é importante não esquecer, visto que se elegem partidos, não governos...) devem compreender que, se é fundamental a competência técnica da actuação diária no plano das medidas correntes (o que nem sempre representa, por si só, eficiência técnica a prazo, se não existir consistência estratégica e política...), é igualmente necessário construir uma identidade, uma coerência política e governativa e uma caracterização estratégica de valores, objectivos e referências, em tempo útil. E esta é uma definição que só é legítima, genuína, coerente e convincente se sedimentada no PS, a partir do seu interior. Se não se partisse deste pressuposto deveria ser, então, questionada a própria razão de existência do PS enquanto tal... E esta é uma questão que merece a reflexão seguinte.

A Inovação e a Organização do PS

Ciclicamente referenciada nos momentos de sucessão na liderança do PS, a verdadeira renovação do PS nunca se produziu substancialmente. Seria injustiça não reconhecer que foram mudando caras e estilos políticos e, igualmente, as ideias num plano essencialmente técnico. Mas é difícil negar que as mudanças geradas se desenvolveram, fundamentalmente, no seio de uma cultura política que basicamente se mantém e se reproduz com mutações insuficientemente estruturais, em torno de círculos demasiado restritos de influência e de amizade implantados no partido.

Com uma diversificação concêntrica (porque gerada e controlada quase sempre pelos mesmos grupos internos de influência), a verdadeira inovação e renovação preparada para o futuro, nos planos das ideias de referência (que caracterizam os partidos e que aglutinam o eleitorado de forma mais estável), das opções políticas de fundo e correntes, da intervenção política e das pessoas, não ocorreu insuficientemente. A já citada confissão generalizada do eleitorado, de incapacidade em reconhecer e identificar significativas diferen-

ças de fundo entre os projectos políticos e as identidades do PS e do PSD, é uma das várias provas dramáticas deste facto, de implicações potencialmente sensíveis no futuro do PS.

Não se circular nos meios assíduos e algo herméticos do Largo do Rato e, actualmente, dos corredores do Governo, é condição estatisticamente quase impeditiva (ou, pelo menos, fortemente limitadora) de um militante poder intervir no partido no plano da formulação da política nacional. Num partido em que, sabidamente, se refere a importância da valia do capital humano, aquela constatação é constrangedora, pois indicia uma fragilidade de gestão interna do Partido, visto que se desbarata frequentemente o maior activo do PS, que consiste na capacidade intelectual, política, técnica e cívica de inúmeros militantes com capacidade e qualidade e que se estendem a todos os domínios relevantes, os quais não devem ser vistos como ameaças aos círculos existentes.

Os dirigentes partidários nacionais deverão, também, reconhecer que os militantes, enquanto tal, têm capacidade (e total legitimidade) para intervir na reflexão sobre a definição das políticas do partido não apenas aos níveis local e regional mas também no plano das questões de política nacional e global do país e do partido. Não o reconhecer não só minoraria a rentabilização do capital humano do PS como prejudicaria o futuro deste, simultaneamente acumulando um difuso mas real mal estar interno.

Neste contexto, não seria prestigiante que um partido que inclui no seu discurso político externo o respeito pela sociedade civil, asfixiasse e desvalorizasse a sua "sociedade civil interna", isto é, os seus militantes de base. É fundamental que se compreenda que o conceito lato de "sociedade civil" não se identifica apenas num país, mas sim em qualquer organização de massas, como um grande partido político, e inclui os membros que não integram a respectiva classe dirigente (a "classe política"). No PS (como em quaisquer outros partidos ou organizações) sempre existiram e continuarão a existir resistências à intervenção política da respectiva "sociedade civil" interna, designadamente os militantes que não se incluem entre os meios de contacto corrente dos dirigentes. É óbvio que, por exemplo, deslocações de dirigentes são efectuadas pelo país, pelas secções do Partido, em reuniões com os militantes, mas é fácil apreender nesta acção um carácter algo ritual e simbólico (geralmente essas acções demonstram um real objectivo que é mais o de informar os militantes sobre os juízos e as orientações superiormente estabelecidas pelos dirigentes do partido do que para, prévia, genuína e interessadamente, absorver as ideias dos militantes e as suas propostas e as considerar nos processos de decisão política em causa...). e essas acções, mesmo assim positivas, não invalidam a afirmação de que a resistência à real inovação de ideias, de propostas e de pessoas no PS fora dos habituais círculos internos de influências é um facto relativamente generalizado, que também muitas honrosas excepções não conseguem infirmar.

É compreensível que estas atitudes por parte de dirigentes sejam, na maioria dos casos, involuntárias e que os próprios, possuídos pelas melhores intenções e absorvidos nas suas preocupações correntes, nem se apercebam destas deformações, mas este facto não os dispensa de alguma reflexão autocrítica, que só poderá beneficiar o Partido. Os desafios do PS a médio prazo pode-

rá revelar ser imprescindível o trabalho e a intervenção (*real, não apenas formal*) daqueles militantes. O ponto seguinte insere-se exactamente nestas considerações.

A Reflexão Interna e Externa

Os Estados Gerais representaram um período angular de consequências positivas e negativas. O seu balanço foi claramente positivo mas este reconhecimento, sincero, não nos permite ignorar algumas distorções que efectivamente também geraram. Se se pretende cultivar e perpetuar, dos Estados Gerais, uma visão simplista, mítica e dogmática, poderá desejar-se acreditar que constitui um altar de perfeições. No entanto, se se possuiu a coragem do realismo, tem que reconhecer-se a sua contribuição positiva e o seu saldo (também muito positivo) mas, paralelamente, admitir o seu ângulo mais frágil, nomeadamente no que se prende com a gestão embrionária de problemas que assumirão visibilidade gradual.

Entre outros aspectos, é impossível dissociar as excelentes dinâmicas associadas ou subjacentes aos Estados Gerais de outras duas questões: a intervenção política dos independentes e a intervenção política real dos próprios militantes do PS, na definição do perfil e do projecto do próprio Partido.

É um acto de elevação política e de maturidade o facto de um partido estabelecer relacionamento e diálogo produtivos com independentes ou o facto de um governo contar com a participação de independentes (ou até de membros capazes de outros partidos, que são portugueses cujo potencial deve ser enquadrado, não ignorado, designadamente em domínios eminentemente técnicos).

Por essa razão, não é possível discordar de uma iniciativa como os Estados Gerais, enquanto conceptualizado em torno daqueles princípios. No entanto:

- A compreensível preocupação eleitoral em projectar, no país, uma imagem de abrangência do projecto do PS, e a consequente captação do apoio alargado de independentes, talvez tenham causado um excesso de zelo nesta captação, em si mesma, e, muito especialmente, em comparação com o tratamento dado aos próprios militantes que constituem o Partido. Sobrevvalorizou-se a condição de independente e subvalorizou-se a capacidade e a dignidade intelectual e política do militante. Tornou-se moda ser independente e um estigma de secundarização ser militante, o que não parece curial nem legítimo;

- É fundamental a abertura às ideias, à intervenção e à sensibilidade da sociedade civil. O que é, no mínimo, muito incoerente, é a abertura à participação da "sociedade civil externa" nas definições internas do Partido quando, como foi atrás sublinhado, não se tem conferido a mesma abertura nem a mesma atenção a uma boa parte da "sociedade civil interna". Será que se realizaram "Estados Gerais" internos, para juntar militantes na reflexão e na definição política e governativa do PS? Antes das eleições e periodicamente agora que o PS governa? Não, e, contudo, os militantes corporizam, na sua globalidade, o Partido, e constituem a sua peça humana soberana e central, colectivamente acima dos próprios dirigentes.

Sublinhe-se, para evitar equívocos, que a oportunidade dispensada aos independentes nos Estados Gerais, e desde então, foi e é absolutamente correcta, em si mesma, mas a paralela subalternização da capacidade política dos militantes é um erro grave, sensi-

vel para os militantes, que constitui um objectivo e indesculpável desperdício dos activos humanos do PS.

De resto, é elogiável a excelente colaboração de muitos desses independentes e nem para eles será justo que, não por sua culpa, frequentemente se sintam vítimas exteriores deste mal estar interno, o qual decorre de alguma inabilidade interna (involuntária e bem intencionada) com que, perante os militantes, todo este processo foi e continua a ser implementado;

- Um partido necessita de afirmar um espaço político próprio, claramente identificável pelo eleitorado. As propostas de governação correntes são essenciais mas evoluem conjuntamente no tempo e não caracterizam verdadeiramente a imagem e a personalidade de um partido. A sua imagem de fundo necessita de contornos mais claros, intemporais, estruturais e característicos, e é um factor indispensável de orientação e fixação estratégica do eleitorado.

Este projecto político global, incluindo um projecto político próprio, claramente identificável pelo eleitorado, e um projecto corrente de governação técnica (propostas de orientação e execução táctica) não podem, por uma questão de óbvia coerência, deixar de ser obra dos militantes do partido, pois são estes que, por definição, mais claramente assumem a partilha dos respectivos princípios orientadores. Ouvir independentes (e mesmo independentes de outras simpatias partidárias ou até militantes de outros partidos...) é um acto de sensatez e de grande maturidade política. Valorizar, respeitar e importar ideias e propostas externas interessantes é-o igualmente. Não o fazer seria um acto de irresponsabilidade e de desrespeito pelo país real e pelos cidadãos. Mas fazê-lo deve ser um acto materializado sempre em complemento e em melhoramento de um projecto estruturado internamente, nunca em substituição ou subalternização deste, excepto se se considerar que se trata de um partido com militantes incapazes e incompetentes para o fazer.

De resto, é aconselhável não confundir questões distintas. Um partido deve ouvir (atentamente) toda a comunidade e recolher ideias e perspectivas. Em seguida avalia a possibilidade de incorporar essas ideias nas suas propostas e no seu projecto. Não como uma simplista caixa de correio mas fazendo-o por integração adicional e por compatibilização com um programa de base pré-existente, que é definido internamente e que só assim poderá conferir ao partido a sua identidade e, afinal, até mesmo a sua própria razão de existência.

A estruturação de um forte e eficaz projecto político partidário, capaz de projectar uma imagem e uma identidade claras e perceptíveis pelo eleitorado é uma tarefa complexa alicerçada em valores, princípios e ideias estratégicas do próprio partido, que o definem politicamente, não numa perspectiva dogmática, arrogante e clientelar mas, isso sim, num quadro de genuína humildade e atenção às ideias de toda a sociedade (não só dos independentes simpatizantes de longa ou de curta data do Partido...).

Por isso, o projecto político de um partido dificilmente será coerente, forte e eficaz se se transformar num amontoado de ideias e propostas, talvez interessantes individualmente mas incarterísticas e imperfeitas no seu conjunto. Infelizmente, os Estados Gerais acabaram por, a prazo, produzir não uma caracterização do PS mas uma ainda maior descaracterização (que, obviamente e ape-

sar de disso, pode ter gerado ganhos eleitorais imediatos, por mimetismo político). Muitas excelentes ideias então captadas não conseguem esconder a frequente incoerência e alguma desconexão de conjunto. Se, anteriormente, já era significativa a dificuldade de os cidadãos caracterizarem comparativamente o PS, mais essa dificuldade se instalou, como se constata através da constante referência de cidadãos à falta de diferenciação substancial entre os projectos de fundo do PS e do PSD, por exemplo. Os Estados Gerais constituiram uma louvável e inteligente iniciativa do PS que atingiu relevantes objectivos políticos imediatos, mas efeitos negativos foram também criados, e estes poderão, indirectamente, vir a revelar-se graves no futuro. Não será prudente ignorá-los. Será inteligente resolvê-los.

- Num país que estivera sujeito a 10 anos de frequente nepotismo, de abuso e de arrogância de poder, a exclusão política da oposição pelo PSD acumulara nesta tensões e ansiedades, incluindo a ansiedade pelo poder. Esta ânsia pelo exercício do poder e pelo acesso a ele inclui os casos legítimos de quem entende poder contribuir para melhorar o país mas inclui também, infelizmente, imensos casos de simples e obsessiva procura do poder, da influência e da notoriedade pessoais. Infelizmente, nem a direita nem a esquerda detêm o monopólio das pessoas sérias, como não o têm das que favorecem o clientelismo. Nos Estados Gerais convergiram muitos cidadãos politicamente sérios, mas deverá pensar-se se não se poderá ter registado a participação de políticos ou de candidatos a políticos, menos preocupados com o país que consigo mesmos, que viram nesta iniciativa uma excelente oportunidade para convenientemente se colar a PS numa estratégia de posicionamento futuro dentro, ou junto, das estruturas de poder. Os Estados Gerais podem (involuntariamente) ter criado o embrião de uma vasta potencial clientela, pronta a explorar oportunidades decorrentes do acesso do PS ao poder, à qual se conferiu um protagonismo exagerado e com a qual se contraíram muitas implícitas dívidas políticas e expectativas.

O Partido e a Sociedade

Referências Políticas numa Sociedade em Mudança

Não se pode confundir a eficiência técnica da gestão dos problemas correntes com a necessidade de possuir um conjunto de referências orientadoras de fundo. Essas duas preocupações, sendo complementares, não só não se excluem como mesmo se exigem reciprocamente, e só em conjunto viabilizam e credibilizam uma arquitectura política séria e consistente.

Um partido político não é um simples grupo de pessoas que se reúne para se candidatar colectivamente a cargos de gestor público, isto é, ao poder em si mesmo (embora por vezes pareça, ao longo do tempo, que a política nacional tende para isso). É muito mais que isso, é um conjunto de valores individuais, sociais e civilizacionais, é um consequente sistema integrado e coerente de referências e de objectivos estratégicos (em síntese, uma ideologia) e, finalmente, e *no estrito enquadramento* daqueles valores e daquelas referências, é uma entidade que se disponibiliza para convencer os cidadãos da validade desse projecto e para participar na

gestão dos assuntos da comunidade.

Se se pretender despir a sociedade e o indivíduo de quaisquer valores e referências de fundo, criando uma sociedade estruturalmente amorfa, amoral, egocêntrica, desumanamente selvagem e retrógrada, fará todo o sentido defender o fim das ideologias. Se, pelo contrário, se pugnar por um mundo não só eficientemente gerido mas também integrador e garante de valores como a dignidade, a liberdade, a segurança, o bem estar, a democracia ou a solidariedade, entre outros, é indispensável a existência de um ordenamento desses valores e das suas formas de materialização e salvaguarda e isso é, basicamente, a estruturação ideológica. Seria bizarro que um Partido como o PS, que se reclama de valores tão humanistas, aceitasse diluir-se, descaracterizar-se e esvaziar-se (por bizarra opção teórica ou por prática partidária e governativa) ao subscrever, implícita ou explicitamente, as teses da inoportunidade, da inconveniência ou da irrelevância das ideologias.

O balizamento ideológico consubstancia o ordenamento e a hierarquização de valores e objectivos de referência e, consequentemente, não só é politicamente fulcral como também constitui a génese estruturante de existência de qualquer real partido político. Constitui, igualmente, o indispensável tecido aglutinante em que se inscreve a coerência global das medidas políticas que, de outra forma, não passariam de actos avulsos e estrategicamente inexpressivos.

Outra questão completamente distinta é a da constatação de que a profunda e fulgurante transformação do mundo e da sociedade induz novas realidades, novos desafios, novas potencialidades e novos riscos que, por sua vez, impõem a evolução ideológica, não no plano relativamente atemporal dos valores de base mas no âmbito das soluções e das fórmulas de intervenção política, social, económica, cultural, ambiental, de segurança, etc. Por outras palavras, não são as ideologias que, por natureza, estão ultrapassadas. O que existem são sistemas ideológicos desactualizados e que implodiram conceptualmente por falta de compreensão do mundo em transformação e por uma surpreendente falta de imaginação teórica.

De facto, a ideologia da velha esquerda clássica encontra-se, hoje, profundamente desajustada das realidades existentes e em formação. É, por outro lado, honesto realçar que os desajustamentos temporais dessa esquerda antiga não são o seu único factor de imperfeição e de falta de capacidade de resposta prática em domínios específicos, pois também subsistiram erros teóricos básicos que não houve coragem de corrigir atempadamente. De resto, o impacto das realidades contemporâneas na consistência política e operativa da esquerda consiste, em alguma medida, precisamente em revelar com maior evidência algumas incongruências e fragilidades conceptuais que essa velha esquerda clássica, na verdade, sempre possuiu.

Os valores fundamentais mantêm-se, mas outras áreas do sistema ideológico e a própria metodologia de intervenção política exigem arrojadas reformulações. Mas regeneração e modernização, nas esferas teórica e prática, não são, nem seria admissível que fossem, sinónimo de capitulação de valores ou de deserção de ideais e referências. Seria impensável que, a pretexto da maturação e da modernização ideológica da esquerda, se procurasse adulterá-la,

desvirtuá-la ou esvaziá-la, seja por incompetência política para identificar e ordenar as novas abordagens conceptuais seja por meros oportunismos táticos ou eleitoralistas. A velha esquerda assustava-se com a indispensável competência técnica moderna. Mas a nova esquerda, que deve ser tecnicamente competitiva, não pode confundir rigor técnico com tecnocracia, a qual pode ser também taticamente eficiente mas é geralmente um desastre estratégico e um factor desumanizante e desconector das eficiências globais a prazo.

O PS esteve, e está, anos atrasado relativamente a esta reflexão, em parte por falta de imaginação e em parte por insuficiente renovação interna. Simultaneamente, é oportuno notar, com uma confrangedora e incómoda sensação, o facto de, neste momento, aparentemente se ignorar o debate que se tem desenvolvido no seio da esquerda e da centro-esquerda europeias e de não se promover uma reflexão activa no âmbito dos militantes do PS, designada mas não exclusivamente, sobre a corrente da "Nova Esquerda". Aquele debate e algumas das teses que dele têm florescido contêm contributos de enorme interesse, mas não é irrelevante salientar que também outras dessas teses assentam demasiadamente em conceptualizações difusas e frágeis que, perante a dificuldade em gerar, coerentemente, novas estruturas ideológicas e políticas de esquerda moderna, não resistem à tentação algo simplista de eleger "modelos" que, em essência, são uma espécie de "média aritmética" entre as referências da antiga esquerda clássica e as neoliberais, em lugar de produzir um modelo genuinamente novo, imaginativo e consistente.

Estas teses, apesar de claros méritos em domínios específicos, na verdade não adaptam politicamente a esquerda ao novo mundo e aos novos desafios, simplesmente adaptam a prática política às implicações mais imediatistas das novas realidades.

O PS não deve assistir passivamente a este debate europeu e internacional nem se deve secundarizar provincianamente a esta ou àquela corrente. O PS, no qual este tipo de debate foi receado e desvalorizado no passado, deverá incorporá-lo agora com criatividade, não com seguidismos, e, acima de tudo, deverá fazê-lo com a lúcida compreensão de que a capacidade teórica e política do Partido transcende o Largo do Rato.

A questão do papel do Estado é, naturalmente, um foco central de reflexão. Ao esclerosado Estado absorvente não deve suceder um Estado que deixe de servir os cidadãos e que se remeta a um simples papel de catalizador para que outros o façam, embora se reconheça que, em alguns casos, tal deva mesmo suceder.

Ao Estado pesado e burocratizado deverá suceder o Estado mais leve e eficiente, não o Estado demitido das responsabilidades que tem para com os cidadãos, em função dos quais existe e opera e cujas necessidades colectivas centrais não pode linearmente defraudar.

A Classe Política e a Sociedade Civil

Por outro lado, seria (convenientemente?...?) ingénuo pretender fazer crer que as perversões que frequentemente decorrem da intervenção do Estado são apenas dependentes da sua dimensão, consequentemente inferindo-se, erroneamente, como solução tácita para todos os males a simples redução do seu peso quantitativo.

Mais paquidémico ou mais ligeiro, o Estado continuará a existir e a exercer uma forte influência sobre a vida do país e dos cidadãos. Mas, para além da dimensão do Estado, um ponto de vulnerabilidade muito mais profundo e socialmente muito mais nefasto e perigoso, que é qualitativo, é a forma como o Estado é gerido.

O Estado controla. Mas, afinal, quem controla o Estado e o gere? Naturalmente, a designada "classe" política. E, infelizmente, é na classe política que residem algumas das mais prementes necessidades de mudança. Seria profundamente injusto, incorreto e ilegítimo crucificar toda a classe política pelos erros de uma sua parte. A classe política, como qualquer grupo profissional, social ou corporativo, assenta em cidadãos comuns, que padecem de fraquezas e detêm qualidades. Os erros são humanamente inevitáveis, uns mais compreensíveis que outros, e há que interpretar esse facto com alguma bonomia, independentemente das acções correctivas a tomar, sem dramatismos desproporcionados. Mas a classe política também não pode, inversamente, desculpar-se de ritos e sistematicamente no que se refere a erros e desvios que são absolutamente indesculpáveis e intoleráveis, como são os casos da arrogância, do abuso do poder, do clientelismo, do tráfico de influências, da falta de transparência dos processos de decisão política, da sobrança magistática, do nepotismo e do frequente insulto primário à inteligência dos cidadãos. Este tipo de comportamentos, que revela uma insuficiente cultura cívica e política, não se identifica com a maioria dos políticos, mas o número destes que se associa a essas perversões da democracia é, infelizmente, suficientemente elevado para transformar este problema numa questão verdadeiramente sistémica, não apenas aleatória ou pontual.

Os padrões de actuação descritos são conhecidos de todos os cidadãos. É patético que uma parte da classe política sempre recuse admitir estes erros estruturais gravíssimos, fingindo-se ofendida pelas críticas. É natural que os (inúmeros) políticos cujo quadro de comportamento não é esse se sintam incomodados por um clima de suspeição e criticismo generalizado por parte dos cidadãos, mas o acto mais sério que estes políticos poderão assumir é o de reconhecer a validade global dessas críticas e de eles próprios promoverem as correcções ético-políticas necessárias.

Trata-se, de facto, de um problema da cultura política implantada. Mas é, paralelamente, um dos males endémicos mais perniciosos e fluidos da sociedade portuguesa, sendo insustentável que esta situação permaneça sem alteração e sem uma moralização enérgica.

De um modo mais ou menos explícito os cidadãos reconhecem-no. É notória, indesmentível e generalizada a descrença que os portugueses sentem relativamente à política em geral, aos políticos em particular, aos partidos e mesmo às instituições, e tal sucede não por algum obscuro designio conspirativo contra os políticos mas, simplesmente, porque uma parte destes quase sistematicamente veicula uma imagem que em nada valoriza nem prestigia a vida política em geral.

É isto também que tem que mudar, como parte integrante de uma Nova Cultura Política nacional. Assumindo uma postura mais clara e moralizadora da classe política nacional, o PS deverá não só estaria a dar um salto qualitativo na sua imagem cívica e política; estaria também a intervir num domínio de ansiosos e de razões de mal estar dos cidadãos portugueses, assim ocupando um espaço psicológico

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

e político que é simpático à comunidade e que é potencialmente gerador de um número acrescido de votos que poderia representar o acesso à maioria absoluta.

Simultaneamente, a Nova Cultura Política de esquerda moderna deverá, inequivocamente, valorizar e dignificar a peça central da democracia que, contrariamente ao que muitos políticos parecem acreditar, não são eles próprios nem sequer os partidos políticos mas que é, isso sim, a Sociedade Civil, a comunidade real, composta colectivamente por todos os cidadãos.

Não se trata de conceitos minúscula e artificialmente restritivos, como os de "independentes", das instituições de solidariedade social, etc. Trata-se, pelo contrário, do universo dos cidadãos (individual e colectivamente, ou mesmo materializado em formas organizadas de intervenção que eles livremente entendam promover e activar). Os partidos políticos constituem uma peça importante da vida democrática, precisamente porque são uma das formas de intervenção colectivamente organizadas por conjuntos de cidadãos, que se constituem em militantes de um projecto referencial e político que creem poder gerar um valor acrescentado de interesse para a comunidade.

Apesar do âmbito próprio que é justamente cometido aos partidos, estes deverão (e o PS deverá ser disso um exemplo) demonstrar a maturidade e a humildade para compreender que não se situam num plano superior à sociedade civil e que o inverso é verdadeiro. Os partidos emanam da sociedade civil. Não é a sociedade civil que descende dos partidos. Os partidos respondem perante a sociedade civil global que os designa temporariamente, não o inverso. A esquerda moderna, democrática e inteligente exigirá partidos mais maduros, mais humildes e civicamente muito mais esclarecidos.

Os partidos deverão apreender um outro pressuposto básico da democracia que com frequência se ignora, que é o do papel, da legitimidade e dos limites do conceito de maioria. Um partido que, por hipótese, congrega 40% ou 65% dos votos revela um importante apoio (*global e na generalidade*) recebido da comunidade. Mas ao compreensível orgulho (orgulho, não arrogância) em obter tal nível de apoio popular deve juntar-se a humildade e a sensatez de perceber que, naqueles casos tomados como exemplo, 60% e 35% da comunidade, respectivamente, terão discordado das propostas desse partido, e esses frios valores representam imensos cidadãos cuja dignidade em democracia não pode ser esmagada ou desconsiderada, apesar do reconhecimento

pragmático de que, em situações de consensualização ou convergência impossível (desde que tentadas...) vence a proposta indirectamente mais suportada pelo voto. Em síntese, qualquer maioria, relativa ou absoluta, confere um grau de legitimidade que, todavia, não é absoluta. Qualquer minoria tem que ser respeitada em democracia, tem que ter o direito de ser ouvida e de participar no que for exequível.

A democracia nunca pode ser desvirtuada como ditadura de qualquer maioria. A nova esquerda moderna deverá ser um expoente da democracia e o PS deverá sê-lo em Portugal. Com a certeza de que, simultaneamente, essa postura só conquistará simpatias junto dos cidadãos, que se encontram cansados de anos e anos de conflitualidades ridículas e frequentemente irresponsáveis entre políticos e entre partidos políticos. Esta inflexão importante da imagem do PS, centrado na sociedade civil muito mais que no egocentrismo de uma parte da classe política, para além de constituir uma mudança fortemente sustentada no plano teórico e político, seria tão inovadora e simpática perante o comum eleitor que poderia também ser mais que suficiente para garantir o ganho da distância que separa a maioria simples da maioria absoluta nas próximas legislativas.

Finalmente, e sem prejuízo de outras questões que não cabem neste documento cuja dimensão é naturalmente limitada, será justificado chamar a atenção para o facto de não ser mais aceitável, nem por uma sociedade civil em amadurecimento num mundo moderno, nem por qualquer esquerda arejada e preparada para o futuro, a tradicional opacidade com que os responsáveis políticos permanentemente escondem da comunidade os pormenores, os fundamentos, os potenciais e os riscos envolvidos nos processos de decisão política, flagrantemente furtando ao conhecimento público, à reflexão *informada e esclarecida* dos cidadãos e à opinião expressa destes, matérias que em muitos casos potenciam implicações (positivas e negativas) que serão impostas posteriormente a esses mesmos portugueses, por vezes ao longo das próximas gerações como é o caso das decisões profundíssimas sobre o processo de construção europeia. Não é própria de uma verdadeira democracia e muito menos o será de qualquer partido de esquerda moderna a eventual tentativa de condicionar a opinião pública ou de seleccionar a informação publicamente disponibilizada, não porque esteja necessariamente em causa a adequação das decisões políticas mas porque é uma inaceitável desconsideração para com a dignidade da democracia e para

com a inteligência cívica dos cidadãos e da comunidade.

O PS e a Identidade Nacional

Num virar de milénio em que as fenomenologias nacionais e internacionais atravessam sucessivos patamares de profunda transformação qualitativa a uma velocidade crescente, a globalização, as integrações regionais, os novos riscos globais, a desagregação das esferas convencionais de soberania nacional e os omnipresentes fluxos de informação induzem, gradual mas irreversivelmente, uma transição da visão local para a transnacionalidade das interacções quotidianas que afectarão a vida das nações e do cidadão. Neste contexto de interactividade das sociedades, das culturas e das economias exige um sentimento de pertença e de identidade global e uma visão estratégica internacional. O PS deverá liderar a criação de valor acrescentado nacional no domínio pedagógico e político desta sensibilização.

Contudo, paralelamente a um acrescido sentimento de identidade global é fundamental a compreensão de que a inevitável interactividade transnacional entre sociedades colocará em confronto diário interesses distintos entre países que, compreensivelmente, deverão estar aptos a, num contexto de competitividade desprotegida, agressiva e constante, defender os seus interesses específicos, sendo fundamental que o faça sem deixar diluir descontroladamente vectores básicos de sentimento nacional e de cultura própria. E, para isso, Portugal, como qualquer outro país, necessita não só de modernização económica e política mas também de uma postura cultural e cívica que inclua algo tão imaterial mas também tão crucial como o orgulho nacional, a auto-confiança e a auto-estima, não numa leitura de nacionalismo arcaico e retrógrado mas numa perspectiva moderna, aberta e inteligentemente estratégica.

O cidadão deve ser incentivado a, saudável e equilibradamente, cultivar estes parâmetros que são essenciais para a competitividade de um país num contexto interactivo global, no quadro de uma cultura geral de criatividade, iniciativa, coragem, personalidade e optimismo realista. Em síntese, o PS deverá ser um elemento promotor e catalizador dessa compatibilização simbiótica entre a pertença global e a identidade nacional.

Todavia, pode, por vezes, ser perigoso inculcar no cidadão noções enganadoras ou exageradas de sucesso, pois isso poderá desprotegê-

lo e desmobilizá-lo. Entre muitos outros exemplos possíveis deste tipo de erros poderá citar-se o facto de, em Portugal, a (globalmente muito justificada) euforia com a construção europeia e com o desempenho nacional levar a classe política a acreditar, e a fazer acreditar o cidadão, que Portugal faz já parte do 1º escalão dos países europeus, exagerando o (claramente positivo) significado de o nosso país ter preenchido os critérios de convergência para o Euro (de 15 países só 1 não o conseguiu). Apesar de todos os enormes avanços nacionais, esse sentimento é parcialmente vulnerável. Parece, por vezes, não se compreender que, apesar de reconhecido e elogiado pelos seus progressos, Portugal só será visto, na cena europeia, como um país de primeira linha quando, por exemplo, conseguir projectar uma imagem que não seja de parente pobre, e quando, um dia, já não necessitar de mendigar constantes fundos estruturais.

Valorizar estas mudanças sensatas e equilibradas na focalização e na valorização da identidade nacional num contexto de pertença global, numa nação que se sente algo insegura e confusa ao presenciar a diluição de soberania nacional, poderá também, curiosamente, constituir um elemento refrescante no discurso político nacional e do PS, que, coincidentemente, poderá consubstanciar mais um elemento eleitoral que certamente representará um número adicional de eleitores para uma desejada maioria absoluta.

...
Estarão os dirigentes do PS dispostos a aceitar, neste momento, uma renovação criadora, politicamente fundamentada e eleitoralmente cativadora, do tipo de intervenção política convencional no nosso país, compreendendo e corporizando muitos dos anseios latentes dos cidadãos portugueses que hoje nenhum partido convenientemente acolhe, mesmo que isso signifique introduzir uma profunda imaginação no discurso político, valorizar muito mais a sociedade civil (do país e do partido) e começar a corrigir os vícios corporativos de uma parte da classe política?

...
Os objectivos sugeridos envolvem claros avanços de modernidade no discurso político. E poderão, simultaneamente, representar um ganho adicional se empatia junto da sociedade civil e dos eleitores que, em última análise, poderá ser relevante para viabilizar a transposição da distância entre a maioria relativa e a maioria absoluta nas próximas legislativas.

31.12.98

Pedro Jordão, Secção de Aveiro, nº 142076

FALAR, É PRECISO (CONTRIBUTO PARA A REFLEXÃO)

1. Porquê esta moção

Um Congresso socialista não deve ser uma liturgia de auto-satisfação, nem, como já foi dito, «uma sessão de propaganda». Por isso decidimos apresentar um contributo. Não como alternativa à moção de António Guterres, que votaremos favoravelmente. Mas para suscitar algumas questões que poderão, eventualmente, enriquecê-la e completá-la.

Não temos, aliás, que acrescentar qualquer outra justificação. Um Congresso faz-se para isto mesmo. E o PS que, em 1974/1975, Mário Soares definiu como «partido sem medo», tem de saber também combater dentro de si a pior de todas as heranças culturais: o medo de pensar pela própria cabeça. É tempo de as pessoas se juntarem à volta de ideias e não apenas, como costuma acontecer em vésperas de Congressos ou eleições, para discutir listas e cargos.

Quem tem medo de debater ideias?

Nós não temos. Esse medo não pode existir, nem no Partido Socialista, nem no Portugal democrático, seja por carrearismo, seja por auto-censura, seja por que motivo for.

Falar, é preciso. É preciso não ter medo de discutir ideias. Porque, respondendo a uma velha pergunta de Antero de Quental, que Salgado Zenha gostava de repetir, «não se pode viver sem elas».

2. Um congresso para quê?

2.1. Vivemos uma época difícil, que é de fim mas também de recomeço e renovação. Fim do modelo soviético, tal como foi historicamente realizado. Mas fim, também, das ilusões neo-liberais, com a falência de um modelo que traz consigo a exclusão de dois terços da humanidade.

E o socialismo? Como lembrou Octávio Paz, pode ter falhado a resposta histórica à pergunta formulada, no início deste século, sobre a injustiça inerente ao capitalismo. Mas a pergunta permanece. Onde quer que haja injustiça e desigualdade, o socialismo está vivo. Não apenas porque é preciso resistir à deriva neo-liberal. Mas porque é necessário construir uma alternativa.

2.2. A vida política é feita de ciclos. De vitórias e de derrotas. De ascensão e refluxo. Mas um partido como o PS representa valores permanentes. Por isso é indispensável a sua vitalidade interna. E esta só é possível com debate, pluralismo e confronto de ideias. É preciso reconhecer que estes objectivos nem sempre têm sido cumpridos. A realização dos Estados Gerais em 1995 constituiu um facto novo no processo de abertura do partido à sociedade. Mas o desaparecimento dos Congressos, a escassez de debates como o que se travou na Convenção Nacional do Coliseu, em 1996, algum amorfismo e a tentação da burocratização do partido têm contribuído para uma certa diluição ideológica.

Em todos os partidos há o risco de se manifestarem «lobbies» e pressões. Existe a ameaça da lógica do «poder pelo poder», da po-

lítica como encenação de si mesma, da sobreposição da imagem e da sondagem às verdadeiras questões de fundo. Mas as grandes batalhas políticas não se ganham só em torno de objectivos materiais. Ganham-se em torno de causas, de programas e de metas morais.

2.3. Fala-se muito em crise da representação e em reforma do sistema democrático. Para impulsionar essa reforma, o PS tem de começar por si próprio. Um partido anestesiado não pode pretender mobilizar os cidadãos e combater a indiferença perante a política. O PS tem de ser um partido aberto. Mas sem deixar de ser um partido de militantes. Foi com os militantes que travámos, em 1975, a batalha pela democracia pluralista em Portugal. Foi com eles que elegemos Mário Soares e Jorge Sampaio para Belém. Foi com eles que, em 1995, em torno de António Guterres, pusemos fim à degradação da democracia em que se transformara o consulado cavaquista. Sem militantes, sem bases activas e intervenientes, tudo fica reduzido à lógica do aparelho e ao risco de carrearismos, que é tanto maior quanto maiores as responsabilidades que detemos no poder.

Por isso o regresso do PS aos Congressos deve ser marcado pelo debate ideológico, pelo confronto de ideias, pela contribuição para a construção de uma alternativa. Mas não há alternativa sem avaliação crítica do que fizemos e do que está por fazer. Nem há alternativa se não contrapusermos, às pressões dos interesses e das conjunturas, a lógica dos nossos valores e das nossas convicções.

2.4. O governo é um órgão de soberania que tem a sua lógica e autonomia próprias. Mas o PS, sem quebra de solidariedade com o governo, deve saber preservar o seu espaço de intervenção. Há um espaço do governo e há um espaço do partido. Nem o partido pode comandar o governo, nem o governo pode fazer do partido simples instrumento de campanhas eleitorais. O PS não é, nem pode ser, uma caixa de ressonância ou uma correia de transmissão do governo.

Sempre lutámos contra este tipo de instrumentalização na sociedade democrática. Temos de reflectir sobre o nosso relacionamento com a sociedade, com o governo e conosco próprios. Cabe-nos a enorme responsabilidade de imprimir um novo impulso ao debate socialista. No partido, no país, na Europa e até no mundo.

É para isso que estamos aqui.

3. O caminho que fizémos

3.1 A vitória de 1995

A vitória do PS em 1995 foi a maior até hoje obtida em Portugal por um partido da oposição contra o poder estabelecido. O que, num país como o nosso, significou o triunfo da cultura democrática contra a tradição situacionista.

Por isso se promoveram mobilizações como o Congresso «Portugal, que futuro?» e os Es-

tados Gerais.

O mérito de António Guterres foi ter procurado responder à crise do sistema e ao desencanto dos cidadãos com uma lógica de abertura, renovação e diálogo. O que o PS propôs aos portugueses foi uma nova forma de fazer política. Outra cultura democrática, outra sensibilidade social, outra perspectiva humanista, outra consciência histórica e cultural.

O PSD de Cavaco Silva falhou. No plano político, porque nunca teve um entendimento democrático do que é maioria absoluta. No plano económico, porque foi incapaz de colocar Portugal no «pelotão da frente» da Europa e deixou a estrutura produtiva portuguesa desorganizada. No plano social, porque a arrogância tecnocrática o deixou indiferente ao desemprego e à exclusão. E no plano cultural, porque retirou à política a dimensão moral e humana sem a qual ela não tem qualquer grandeza.

3.2 A experiência de governo

António Guterres propôs aos portugueses inverter esta lógica de degradação da vida democrática. No plano político, introduziu no poder um novo estilo e uma nova cultura democrática. Praticou o diálogo com todos os quadrantes, respeitou o papel dos órgãos de soberania e das oposições, defendeu a autonomia e dignidade da função parlamentar. No plano económico, conseguiu que Portugal participasse no núcleo duro das decisões sobre a União Económica e Monetária e tivesse uma voz activa e solidária na construção europeia. A entrada de Portugal na primeira fase do euro não foi uma submissão aos critérios monetaristas de Maastricht. Foi um instrumento e uma oportunidade para obter vantagens económicas e financeiras que podem contribuir decisivamente para o desenvolvimento do país e para o bem estar dos portugueses. Garantiu-se um ritmo de crescimento económico superior à média europeia e criou-se emprego. No plano social, não se esconderam as desigualdades geradas pelo desemprego, pela exclusão, pelas deficiências estruturais dos serviços de saúde e de justiça e pelos bloqueios e insuficiências do sistema educativo. Iniciaram-se reformas de fundo, como a da rede pré-escolar ou a da Administração Pública. Lançaram-se as bases da reforma fiscal, da reforma da Segurança Social. Começou a modificar-se o relacionamento das forças policiais com os cidadãos. Instituiu-se o rendimento mínimo garantido. Cumpriam-se projectos de prestígio para o nosso país, como a EXPO 98. Concretizaram-se obras públicas de grande relevância na rede nacional de acessibilidades. Aumentaram-se os meios financeiros à disposição das autarquias. Reforçaram-se as dotações para os sectores sociais nos sucessivos Orçamentos de Estado, com destaque para o da educação em 1999. Cumpriu-se a promessa de não agravar os impostos. E tudo isto sem maioria absoluta no parlamento, sem abandonar o diálogo com os parceiros sociais e sem derrapagens orçamentais que nos teriam excluído imediatamente do euro.

3.3 A experiência de maioria parlamentar

Mas não podemos esquecer o papel do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República. Os deputados eleitos pelo PS procuraram impedir que o Parlamento e o próprio Grupo Parlamentar se deixassem reduzir a uma mera câmara de eco do governo, respondendo aliás ao desafio nesse sentido lançado pelo primeiro ministro na apresentação do programa do governo. Não faltaram, por parte da nossa bancada, o apoio e a solidariedade às propostas do executivo. Mas os deputados socialistas não prescindiram de apresentar também as suas próprias propostas, as suas próprias ideias e até as suas críticas e chamadas de atenção, quando o entenderam necessário.

A pressão das agendas dos partidos das oposições e o facto de não dispormos senão de uma maioria relativa condicionaram, é certo, a actuação do Grupo Parlamentar. O taticismo sistemático do PSD de Marcelo Rebelo de Sousa prejudicou, por vezes, a estratégia do PS. Nem sempre o debate foi suficiente. Apagaram-se alguns fogos, lançaram-se, por outro lado, temas quentes que dividem a sociedade portuguesa. Mas o Grupo Parlamentar do PS demonstrou, sem quebra de solidariedade com o governo, que não devemos ter medo de enfrentar os problemas, por muito incómodos ou difíceis que eles sejam. Reafirmámos a nossa visão da democracia, em que a solidariedade e até os laços afectivos e de camaradagem que nos unem não excluem a diferença de opiniões e sensibilidades. E em que os consensos são procurados pelo diálogo e pela vontade de os construir e não impostos por mera disciplina partidária. É por isso que não tem sentido fazer do silêncio uma virtude. No PS ninguém manda calar ninguém. Convém aliás lembrar o que o PS prometeu no Programa Eleitoral: «a nova maioria garantirá que a Assembleia da República ocupará um papel central no sistema político e que os deputados do PS e da nova maioria exercerão as suas funções de controlo do governo sem atitudes de subserviência, com espírito crítico e assumindo um protagonismo activo que dignifique a própria instituição parlamentar aos olhos do conjunto dos cidadãos».

Apesar de o governo de António Guterres não dispor de maioria absoluta na Assembleia da República, salvaguardaram-se as principais propostas do executivo nas votações parlamentares, nomeadamente em matéria de Orçamento de Estado. Foi possível evitar colisões negativas, que teriam desencadeado crises governamentais. Ao contrário da instabilidade económica e social que alguns vaticinaram antes das eleições legislativas, em caso de vitória do PS, tivemos estabilidade governativa.

3.4 O PS e os órgãos de soberania

O Partido Socialista fez eleger destacados militantes seus para a chefia dos principais órgãos de soberania política: Jorge Sampaio, Almeida Santos e António Guterres. Somos, hoje como no passado, a principal garantia da estabilidade democrática. Tal fac-

to é, para todos nós, motivo de responsabilidade acrescida. É por isso que não podemos limitar-nos, neste Congresso, a avaliar o que foi feito. Temos de nos questionar sobre o que não foi feito, sobre as lições a tirar de erros cometidos e, sobretudo, sobre os caminhos que temos de debater e aprofundar para construir a alternativa que nos cabe ser.

4. O que tem de ser questionado

4.1. O papel do PS e o do governo

4.1.1. A modernidade e identidade dos partidos socialistas é inseparável da sua organização e funcionamento interno. A concepção democrática do socialismo assenta na democracia representativa interna, na liberdade e no pluralismo de opiniões e sensibilidades e na ideia de um partido projectado para fora de si mesmo e aberto à sociedade.

Mas a modernidade do PS não começou agora. Afirmou-se em 74/75, quando, pela primeira vez numa situação revolucionária, os socialistas ousaram preservar a sua autonomia e garantir a vitória da legitimidade democrática sobre a legalidade revolucionária, abrindo assim o caminho a uma nova era de transformações democráticas na Grécia, em Espanha, no Brasil e noutros países da América Latina. O PS foi então pioneiro de um combate entre duas concepções de socialismo. Ousou afirmar que a liberdade é um valor em si mesmo revolucionário. E que a verdadeira revolução, nos dias de hoje, não é um projecto de conquista violenta de poder. É um projecto de transformação das estruturas económicas, sociais e políticas que não pode realizar-se senão em liberdade e em democracia.

Coube ao PS em Portugal, por razões históricas, fazer um pouco de tudo para garantir e consolidar a democracia pluralista. Depois de cinquenta anos de ditadura e contra as derivações comunista e anarco-populista, tivemos de construir o Estado de Direito e de salvaguardar os direitos políticos e sociais. Mas, no plano económico, foi preciso fazer reajustamentos que muitas vezes foram interpretados como sendo «meter o socialismo na gaveta». Mário Soares já várias vezes o explicou. O socialismo que nos acusaram de «ter metido na gaveta» era a caricatura do socialismo, o «socialismo real» que falhou historicamente.

4.1.2. Tem razão António Barreto quando afirma não haver uma forte tradição socialista em Portugal, pelo menos até ao 25 de Abril. A partir de 1891, o Partido Republicano absorveu praticamente a corrente socialista. A tradição do movimento operário português é anarquista e comunista. Só depois do 25 de Abril é que o PS se enraíza verdadeiramente na sociedade portuguesa, nele convergindo várias inspirações, a republicana, a do marxismo não dogmático, a sergiana e a do catolicismo progressista. O realismo criador de Mário Soares conseguirá fazer a síntese das várias tendências e marcar fortemente a natureza original do PS português. Mas foi num combate da esquerda contra a esquerda, mais concretamente entre o projecto do socialismo democrático e o modelo comunista de tipo soviético, que o PS moldou a sua identidade. Sendo certo, também, que muita gentileza sem formação socialista veio então acolher-se no PS. Este processo histórico criou naturais ambiguidades e deixou marcas profundas nos dois principais partidos da esquerda, no sistema político, na própria sociedade e em toda a esquerda portuguesa. Ainda hoje se considera como natural e legítima qualquer aliança à direita ou da direita entre si e

se encara como uma espécie de pecado mortal qualquer aproximação da esquerda com a esquerda.

Em 1974, o PS era um partido fortemente ideológico e o partido socialista mais à esquerda da Europa. Com a prioridade que foi preciso dar à consolidação da democracia e a experiência do exercício do poder, essa ambiguidade tendeu a aumentar. A entrada no PS, na altura da aliança PS-CDS no governo, do grupo de militantes do ex-GIS, entre os quais Jorge Sampaio, portadores de uma importante experiência na luta anti-fascista, reforçou o PS. Mas algumas contradições permaneceram.

Se historicamente o PS é um partido de esquerda, nele continuam a coexistir várias sensibilidades. Temos sabido conviver com estas diferenças. A experiência de governo, aliás, tende a reforçar uma certa lógica pragmática, de realismo. É muito difícil governar à esquerda, hoje, com alguns dos actuais constrangimentos impostos pela construção europeia. É por isso que nenhuma alternativa será possível senão à escala europeia. Mas em cada momento devemos lembrar-nos que os portugueses, em 1995, votaram pela mudança e não para que se continue a gerir o que está. É preciso definir uma estratégia para o futuro.

4.1.3. O PS é o grande pilar da democracia portuguesa. Mas o seu funcionamento interno ainda não é satisfatório. É preciso compensar a abertura aos independentes e à sociedade para aprofundar a nossa própria identidade e vitalidade. Não se pode correr o risco de assistir a uma diluição do PS ou à sua redução ao aparelhismo. No PS, todos os militantes devem participar na definição da linha política do partido e não remeter-se ao simples papel de tarefeiros.

Mas a ameaça ao PS não vem de fora nem dos independentes. Vem dele próprio. Sobre tudo das ambiguidades e do conformismo. A modernização do PS não pode ser a sua transformação num partido descaracterizado. Nem o seu esvaziamento e a sua redução a uma lógica de poder pelo poder. Não há socialismo sem sonho, inconformismo e rebeldia. O papel do PS, quando está no governo, pressupõe a vontade permanente de não nos resignarmos a governar nas condições e limites impostos pela direita.

A esquerda é uma tradição, uma cultura, um imaginário. O PS não o pode esquecer. Não podemos ficar entre a sondagem e imagem. Temos de saber resistir à ditadura do imediato e do mediático. Temos de compreender que há um espaço do governo e há um espaço do partido. Nem o partido a comandar o governo. Nem o governo a diluir o partido e a reduzi-lo a um simples instrumento de campanhas eleitorais.

Temos de reabilitar o debate, a política e a ideologia. Temos de preservar a autonomia do partido e desenvolver a sua capacidade de reflexão e intervenção. Nem o governo pode cair na tentação de ser ele próprio a direcção do partido. Nem a direcção do partido pode demitir-se de ser ela própria a pensar e decidir a política do partido.

A vida política portuguesa está, tradicionalmente, demasiado marcada pelo governamentalismo e pelo clientelismo. O PS tem de contrariar esses velhos pecados. Nem a partidarização do Estado, nem a governamentalização do partido.

Temos de promover a transparência da vida política, fazer a pedagogia do civismo, da dedicação à coisa pública. Temos de ser o exemplo das virtudes republicanas da honra-

dez e do desapego pessoal do poder. O PS tem de ser intransigente na defesa da esquerda dos valores contra a direita dos interesses. Somos um partido da esquerda democrática e não apenas um grupo com preocupações sociais de mercado.

4.1.4. Mas não são os dirigentes e deputados do PS que, por si sós, podem defender o partido. As bases são responsáveis. Cada militante é pessoalmente responsável. É por isso que as bases têm de fazer ouvir a sua voz. E têm de tomar responsabilidade pelo futuro do partido e da democracia. É este o momento privilegiado para o fazer, neste Congresso. Mas o debate e a reflexão não podem parar aqui.

Temos de nos interrogar sobre a nossa prática dentro do PS. A nossa tradição é a da pluralidade de opiniões. Mas isso não significa que não tenha de haver, no PS, melhor coordenação entre os diferentes órgãos do partido. Temos de garantir o respeito pelas decisões dos órgãos nacionais. Temos de reflectir sobre o seu melhor funcionamento e sobre a separação de funções, para preservar a autonomia e espaço próprios, quer do governo, quer do partido.

Uma nova cultura democrática deve começar por nós próprios. Pelo governo, pelo partido, pelo grupo parlamentar, pelas bases. Pela definição de regras claras que permitam preservar a autonomia de cada um. Rejeitamos a visão estalinista de pôr a partido a comandar o governo. Mas também não queremos repetir o erro cavaquista de pôr o governo a comandar o partido.

4.2. O papel do Estado no contexto da União Europeia e da globalização

4.2.1. A lógica neo-liberal domina a economia mundial. É ela que está a subverter os fundamentos humanistas da nossa civilização e a minar Estados-Providência tão fortes como eram, por exemplo, os da Suécia e da Alemanha. O desemprego estrutural, a exclusão social e a desregulação das nossas sociedades devem-se à ditadura dos mercados financeiros e à colonização da Europa por um modelo incompatível com os valores da sua cultura e da sua civilização. Passou-se da teologia de Estado para a teologia de mercado. Hoje, esta é a questão de fundo de todo e qualquer debate político.

A mundialização do modelo neo-liberal é responsável pela crise do sistema de representação. Há alternância mas não há alternativa. E não há alternativa porque as mudanças políticas não podem ser acompanhadas de mudanças na economia. Mas nenhuma reforma do sistema político vencerá a crise actual se não for acompanhada de políticas económicas e sociais que invertam a lógica do modelo neo-liberal. Esta é a grande linha divisória entre a esquerda e a direita, entre socialistas e conservadores. Esta é a grande batalha de que vai depender o futuro do nosso destino nacional e do nosso destino europeu. Uma batalha que exige concertação à escala europeia, para que ao modelo neo-liberal que nos pretende colonizar seja possível contrapor uma Europa mais democrática, mais solidária e mais social. Mas uma batalha que exige também resistência e imaginação em cada país. O PS tem sido pioneiro mas não pode nunca abandonar os seus valores e referências. Não pode ceder às pressões dos «lobbies», nem a modas, nem a uma falsa modernização que não é senão a colonização pelo pensamento e pela linguagem neo-liberais.

4.2.2. O Estado não pode demitir-se das suas responsabilidades sociais nem passar à clandestinidade. Ou, como escreveu Régis Debray, ser transformado num criado doméstico e domesticado da sociedade comercial, convertendo-se a nação numa espécie de sociedade anónima. Numa democracia moderna, não se podem separar os direitos políticos dos direitos sociais. Não há uns sem os outros. E só o Estado, como instrumento regulador e corrector das injustiças e desigualdades, pode impedir que a lógica cega do mercado destrua os direitos sociais e esvazie os direitos políticos.

Que não haja ilusões: as fracturas sociais resultantes do modelo ultra-liberal trazem consigo fracturas políticas que põem em risco a estabilidade democrática em toda a Europa. Sem o modelo social europeu, o actual número de desempregados no velho continente já teria dado lugar a uma das maiores convulsões sociais de sempre. Por isso, só a mais extrema leviandade pode propor o seu desmantelamento. Leviandade. Ou um défice total de sensibilidade social. Ou, para sermos mais claros: um défice de esquerda, um défice de cultura política socialista.

O PS está no governo para tentar mudar a lógica de um sistema baseado no lucro, na exclusão, na poluição e destruição de recursos naturais e na emergência de novos poderes acima dos poderes democraticamente constituídos. A subordinação do poder económico ao poder político foi um das grandes metas morais da democracia nascida no 25 de Abril. Só o PS pode impedir que o poder do dinheiro, o poder mediático, o poder da comunicação-espectáculo — ou outros — se sobreponham ao poder democraticamente constituído. Para o PS, o Estado não pode demitir-se das suas responsabilidades sociais ou ser humilhado diante da sociedade civil.

4.3. O PS e a renovação da esquerda

4.3.1. O polo aglutinador da esquerda tem de ser o PS. Não podemos deixar aos outros a defesa do património cultural e dos valores da esquerda. Temos de ser nós a assumi-los, renová-los e adaptá-los às novas realidades da vida e do mundo.

Nada é tão urgente, sobretudo na Europa, como o ressurgimento da esquerda. Para que as mudanças e rupturas necessárias se façam segundo as regras democráticas da alternância com alternativa. As vitórias eleitorais de vários partidos socialistas e social-democratas na Europa são um factor de esperança. Mas são, também, uma terrível responsabilidade. O eleitorado está cansado de mudar de governo sem mudar de política e desta vez espera que o seu voto tenha consequências concretas. No plano europeu e no plano nacional.

António Guterres já não está isolado como quando preconizou, em Madrid, uma nova sensibilidade social na construção europeia. É certo que Blair, Jospin e Schroeder representam realidades distintas. Mas as suas vitórias exprimem uma vontade e uma necessidade de mudança. Começam a existir condições para uma nova dinâmica política e social liderada pela esquerda no processo de construção europeia.

4.3.2. Mas algo tem de mudar também no plano interno. Há uma parte da esquerda e da extrema esquerda que não faz outra coisa senão atacar o PS. Alguns ainda estão do outro lado do muro, ainda não saíram de 1975, ainda não compreenderam as razões da fa-

lência histórica dos seus modelos. Custa-lhes admitir que, sem o PS ou contra o PS, não há qualquer alternativa de esquerda em Portugal.

Mas a reconstrução de uma nova aliança de direita deve obrigar os partidos de esquerda a repensar as suas relações e as suas soluções políticas. Não porque o PS não possa, sozinho, enfrentar e derrotar a nova AD. Mas por uma questão de princípio e por uma exigência de estabilidade. Não aceitamos a ideia de que só há estabilidade ao centro e à direita, ou que a estes competiria governar e à esquerda sonhar. Uma democracia adulta não pode excluir o diálogo no seio da esquerda. Não tanto, no nosso caso, para derrotar uma coligação de direita, como, sobretudo, para reforçar a base social e a estabilidade de um governo de esquerda. A esquerda não pode automutilar-se nem prescindir, por sistema, de uma parte de si mesma. Um tal estado de espírito é uma doença infantil da democracia portuguesa. A esquerda não é unívoca, a esquerda é plural. É essa a nova dimensão da esquerda democrática.

4.3.3. A renovação e abertura da esquerda passam pela renovação e abertura do PCP. Tal não significa quebra de autonomia e identidade nem a transformação do PCP em muleta do PS. Mas o PS não pode pedir ao PCP para se renovar e abrir sem ser capaz de empreender um diálogo sério com um PCP renovado, sem tabus nem sectarismos. Não se combate um sectarismo com outros sectarismos. Nem se constrói uma política de esquerda dialogando preferencialmente com a direita social e política. Governar à esquerda implica ser capaz de dialogar construtivamente com a outra parte da esquerda.

4.3.4. Mas a renovação do PS e da esquerda não se pode também fazer sem as novas gerações. O que pedimos aos jovens de hoje não é que sejam iguais a nós. O que lhes pedimos é que sejam eles próprios, que pensem pela sua cabeça, que não se deixem instrumentalizar nem manipular por quem quer que seja. Como dizia Jean Paul Sartre, «que não tenham medo de agarrar a lua, porque nós precisamos dela». Que não tenham medo de ousar o impossível, porque só a juventude capaz de ousar o impossível pode obrigar o poder a ousar um pouco do que é possível. Que sejam o inconformismo, a irreverência, a rebeldia e o contra-poder de que todos os poderes precisam. É este aliás o papel que a JS vem desempenhando. Devemos reconhecer-lhe o direito de iniciativa e de agendamento de projectos próprios no Parlamento, tal como o tem feito, na medida em que isso significa um acto de autonomia, de liberdade e, por isso mesmo, de reafirmação da modernidade e identidade do próprio Partido Socialista. O PS é, por excelência, um partido da solidariedade intergeracional.

5. Construir uma alternativa

5.1. O papel do socialismo democrático na construção europeia

5.1.1. As dificuldades da esquerda democrática não são só um fenómeno português. Verificam-se um pouco por toda a Europa. Há esquerda como resistência, como nostalgia, como vontade de mudança do eleitorado. Mas, de certo modo, ainda não há esquerda como projecto alternativo. E essa é a principal razão da crise do sistema e do aproveitamento, pela extrema-direita, da fractura social que alastra na Europa. Os deserdados e

os excluídos ficaram sem referências nem «terra prometida». Deixaram de sonhar com o «grande dia». Os seus votos e a sua revolta passaram a ser capitalizados por todas as formas de nacionalismo, xenofobia, fundamentalismo e mesmo neo-fascismo. Mas o fim de uma revolução errada não pode significar o fim da ideia e da necessidade de mudança. A ideia de revolução é que tem de mudar.

A fractura da esquerda foi, durante muito tempo, a fractura entre reforma e revolução. A primeira defendida por socialistas e sociais-democratas. A segunda, identificada com o modelo russo, pelos comunistas. A saída só poderá fazer-se pela superação dessa velha fractura. Uma perspectiva de futuro não pode ser outra senão a de um projecto de transformação da sociedade por via da reforma do sistema, no quadro da democracia política e no mais absoluto respeito pela liberdade e pelos direitos humanos. A nova esquerda, sem a construção da qual será muito difícil sair da crise do sistema actual, supõe um esforço de síntese entre a ideia democrática e a ideia de transformação. Mas passa, também, pelo regresso às origens e à própria razão de ser do socialismo: o combate à «injustiça inerente» ao capitalismo e a inversão da lógica de um sistema baseado no lucro e na exclusão.

Na época da complexidade e da mundialização, tal não será talvez possível senão à escala continental. Não é só porque não queremos que os socialistas, quando no poder, não façam esta política. É porque não podem. Porque ainda não há uma estratégia comum e concertada que permita contrapor, ao modelo ultraliberal, o projecto de um Europa mais democrática, mais social e mais participada. Não se pode pedir ao PS português que faça sozinho o que outros partidos na Europa não são capazes de fazer. Mas pode-se pedir-lhe que não se resigne, que seja diferente, que seja sempre um partido pioneiro, um partido sem medo da palavra socialismo e da palavra esquerda.

5.1.2. Com as vitórias dos partidos sociais-democratas e socialistas em recentes eleições, abriu-se um tempo de esperança e expectativa. Como disse Lionel Jospin, é preciso evitar que a economia de mercado se transforme numa sociedade de mercado. Mas para isso é preciso um novo «realismo de esquerda», uma «utopia concreta», um renascer, sobretudo, da ética republicana para reabilitar a política e revitalizar a democracia. É preciso dar uma nova dimensão social e solidária à construção europeia. É preciso que nasça um novo ciclo, marcado pela emergência de verdadeiras políticas de emprego e de consolidação do Estado social, que constitua uma resposta nova ao pensamento único.

A União Monetária e Económica não pode divorciar-se da necessidade de uma verdadeira União política. A Europa não pode ficar-se por uma espécie de monopólio do que o General De Gaulle chamava «os peritos em chineses bruxelenses». Há um défice democrático, um défice de participação e um défice parlamentar. O que se exige da esquerda, hoje no poder na maioria dos países europeus, é uma pedagogia cívica que envolva os parlamentos nacionais e uma maior articulação com o Parlamento Europeu reforçado nos seus poderes e no seu prestígio. O divórcio entre as instituições e os cidadãos, a fractura social provocada pelo desemprego e pela exclusão e um processo de globalização que põe em causa os fundamen-

tos da nossa civilização humanista e da nossa identidade europeia baseada na diversidade cultural estão a criar uma crise de confiança e de incerteza, senão mesmo de angústia. A Europa não é apenas o euro, decreto necessário, mas sobretudo um projecto político baseado nos valores da liberdade, da cidadania, da tolerância e da solidariedade. E também um projecto social incompatível com fenómenos de racismo, intolerância e xenofobia.

5.1.3. Houve sempre, em Portugal, como escreveu António Sérgio, duas políticas nacionais. Uma apontando para a reestruturação do país com base na educação, na reforma da mentalidade e na reorganização do sistema produtivo. Outra baseada no fácil enriquecimento à custa dos apoios vindos de fora. E houve sempre, em Portugal, duas atitudes em relação à Europa: a da direita ultramontana para quem a Europa foi sempre uma palavra perigosa e uma ideia subversiva. E a da tradição progressista que sempre associou a Europa à liberdade, ao espírito crítico e à ideia de que é possível transformar a sociedade. O PS não pode olhar para a Europa como a nova árvore das patacas, com uma política economicista e abdicativa. Temos de voltar a ter o gosto da descoberta e da diferença, estimulado pelo que há de melhor na nossa tradição humanista e universalista. Não basta colocar o poder monetário nas mãos de financeiros ortodoxos. É necessário um contrapeso político e uma articulação das políticas nacionais que possa garantir o futuro de um projecto europeu com menos tecnocracia e mais cidadania. Como disse Mário Soares, a Europa será a Europa dos cidadãos, uma Europa política e solidária, ou não será.

Nenhum Estado pode hoje responder sozinho, com eficácia, ao grande problema do desemprego. Face à lógica da mundialização, há que reafirmar a identidade europeia, sem prejuízo das diversidades culturais e linguísticas que dela fazem parte integrante. Há que articular políticas económicas, sociais e ambientais que permitam inverter a lógica monetarista que até agora tem predominado na construção europeia. E há que coordenar as políticas externas e de segurança. A Europa não pode demitir-se de ter uma voz activa no contexto internacional, em defesa da paz e da cooperação, contrariando a hegemonia geo-estratégica e militar dos Estados Unidos. É essa a pesada responsabilidade que cabe aos socialistas europeus. A de lançar a esquerda e dar uma nova resposta, à escala do continente, aos gravíssimos problemas sociais que são fruto do ultraliberalismo. E dar corpo à esperança de voltar a fazer da política, não apenas a gestão daquilo que está, mas um instrumento de mudança e de transformação da sociedade e da vida. Para isso é necessário manter a unidade e a coerência do socialismo europeu.

5.2. Os desafios da globalização e da mundialização

5.2.1. A grande pergunta que hoje se coloca é aquela que Gorbatchov lançou ao mundo, em Moscovo, num já distante inverno: a de ser ou não ser, no plano global de toda a humanidade. Saber se há ou não a hipótese de um futuro e a possibilidade de continuação da vida humana sobre um planeta azul chamado Terra. Esta pergunta é inseparável da lógica económica do sistema imperante à escala mundial, porque essa lógica, a não ser invertida, não só põe em causa os direitos individuais e sociais, como conduzirá ao esgotamento dos recursos sem os quais a vida,

tal como a conhecemos, não será possível. É uma questão filosófica e até ontológica. Mas é também e sobretudo uma questão ideológica e política. E que é a de saber se há ou não uma alternativa à desordem dominante. Nunca como hoje foi tão grande a crise provocada pela lógica de um sistema que, depois de ter integrado as grandes conquistas tecnológicas, se revela incapaz de dar resposta à desordem económica, ao desemprego estrutural, à exclusão de milhões de seres humanos, em cada país e à escala planetária. O capital financeiro multiplica-se e desloca-se cada vez mais depressa. Deslocaliza-se. Faz novos ricos mas deixa um cortejo de pobres e novos excluídos. Ameaça de colapso as periferias do sistema e os países com fragilidade financeira, sujeitos a ataques especulativos de dimensões nunca vistas. A crise financeira que alastrou, dos mercados asiáticos à Rússia e já ameaça gravemente o Brasil e toda a América Latina, pode minar, de um momento para o outro, pela incerteza e pela volatilidade, o próprio funcionamento dos maiores centros financeiros do mundo. A «mão invisível» falhou. São os mais ortodoxos ultraliberais, como Milton Friedman, quem vem agora pedir a nacionalização da banca no Japão.

A globalização e o sistema económico dominante modificaram a tradicional unidade entre o trabalhador e o local de trabalho, a relação do homem com a cidade, a própria relação da família e das pessoas entre si. Costumes, culturas, tradições, laços foram destruídos. O homem está só no grande mercado do mundo. Já não é dono do seu tempo, dos seus instrumentos de trabalho, da sua casa e de si mesmo. Já não é cidadão, é consumidor.

O mundialismo, como escreveu o editorialista do «Herald Tribune», é uma escolha ideológica dos Estados Unidos da América. E que escolha é essa? A imposição de um modelo económico, o ultraliberalismo, a todo o planeta. A ditadura dos mercados financeiros sobrepe-se aos Estados. As grandes decisões deixam de ser tomadas pelos dirigentes nacionais democraticamente eleitos. O poder mediático e o poder financeiro querem estar acima do poder político. A homogeneização favorece a hegemonia da potência dominante. E além das fracturas sociais que está a provocar, varre as identidades nacionais, enfraquece os Estados, apaga as singularidades e as diferenças culturais. E impõe um modelo económico único, um pensamento único e uma cultura única. Assim se impõem as modas, os comportamentos, as ideias e até a língua. Estamos perante uma nova ameaça: uma cultura única, contra aquilo a que Miguel Torga chamou «a fisionomia inconfundível de cada povo».

5.2.2. É por isso que não há solução para o desemprego estrutural nem para a exclusão. É por isso que se acentua a crise de confiança e de credibilidade no sistema político, ao mesmo tempo que proliferam os riscos e as tentações populistas. É por isso que é necessária uma nova esquerda. A escala europeia, primeiro. Mas capaz de se fazer ouvir, também, à escala mundial. A dimensão planetária do actual poder económico, financeiro e mediático, há que contrapor uma alternativa política. Temos de continuar a exigir, como o fez António Guterres no Congresso da Internacional Socialista, uma reforma das instituições internacionais, do FMI ao Banco Mundial, para que deixem de ser arautos e agentes do pensamento único. Outra lógica terá de presidir à Organização Mundi-

al do Comércio, para que a livre circulação de mercadorias não se torne em mais um instrumento de enfraquecimento das economias mais frágeis. É preciso regular os mercados financeiros mundiais, cuja ditadura e irracionalidade põem em causa a própria estabilidade dos sistemas políticos democráticos. Temos de introduzir mecanismos correctores de injustiças nos mercados financeiros, do tipo da taxa preconizada pelo Nobel de Economia James Tobin, a aplicar aos movimentos de capitais, com vista à criação de um fundo de apoio às economias vulneráveis. Temos de defender a criação de um Conselho de Segurança para as Questões Económicas nas Nações Unidas. Estes e muitos outros passos têm de ser dados para inverter a fatídica lógica do neo-liberalismo no mundo. Não é possível continuar a adiar a alternativa que falta. Mas não basta criticar os tecnocratas de Bruxelas. Como sugere Pierre Bourdieu, é preciso inventar uma nova solidariedade internacional, pelo menos à escala europeia, susceptível de oferecer uma alternativa às derivações nacionalistas que nascem da crise e se verificam em numerosos países da Europa. Trata-se de construir instituições capazes de controlar as forças do mercado financeiro e de introduzir mecanismos de proibição de qualquer retrocesso ou tentativa de destruição das conquistas sociais.

5.3. As reformas que importa aprofundar

5.3.1. A modernidade é um combate que sem cessar recomeça. Porque, como disse um filósofo, é um estado nascente, indefinidamente nascente, do sujeito, da sua história, do seu sentido. É disso que se trata. De recuperar a iniciativa histórica, reencontrar o sentido. Saber se há ou não alternativa ao pensamento único e ao sentido único. Perante os comportamentos que provocaram os desequilíbrios do presente, as perversões do modelo económico dominante e aquilo a que Almeida Santos chamou «apocalipse à solta», saber se, como ele escreveu, é possível «uma nova tábua de valores, um novo direito, uma nova justiça, um novo modelo de desenvolvimento e partilha, uma nova autoridade, um novo Estado. Um novo Pacto».

5.3.2. A luta pelos direitos e liberdades fundamentais cumpre-se na vida quotidiana dos cidadãos, nas suas realizações, partilhas e conflitos. E também nas instâncias judiciais que garantem o acesso ao direito e à realização da justiça. Esta realização institucional exige independência, imparcialidade, igualdade dos cidadãos, direito a um processo equitativo, presunção de inocência, rigor de procedimento dos agentes judiciais e tempestividade das decisões dos tribunais. Como disse o Presidente da República, Jorge Sampaio, a questão da justiça, na sua complexidade, é hoje uma questão «eminente política», que a todos interpela e compromete e que exige cooperação institucional. Mas a crise da justiça, revelada na «insatisfação geral quanto ao funcionamento das instituições judiciais», não tem a sua origem na falta de leis. Não há uma crise da lei. O que devemos questionar é se não há uma crise, «mas de autoridade, de confiança na autoridade da lei, que se exprime na garantia judiciária» ou, por outras palavras, numa falta de confiança na organização e na adequação dos procedimentos instituídos. E na impunidade de alguns face à acção judiciária e face à lei. Na era da mediatização, temos de nos interrogar sobre se esta organização e estes

procedimentos ainda terão virtualidades «para dizer o direito e modelar as realidades do presente e do futuro». As realidades de hoje não se bastam pela proclamação dos direitos e das liberdades. É preciso garantir as condições concretas do exercício desses direitos e dessas liberdades. O risco de desregulação das instituições judiciais é por isso preocupante. A justiça penal está sujeita a uma pressão quantitativa, de pequena criminalidade. A justiça civil está sobrecarregada com a cobrança de dívidas de entidades financeiras e seguradoras. Mas o que não podemos deixar de exigir são melhores resultados no combate à alta criminalidade moderna: a dos crimes referentes ao tráfico da droga, ao branqueamento de capitais, à corrupção. Os novos poderes, também aí, encontraram escalas de actuação que contribuem para reforçar o primado do dinheiro sobre os direitos das pessoas. Nenhuma reforma do sistema político e do sistema judiciário vencerá a crise actual se não for acompanhada de políticas económicas e sociais que invertam a lógica neo-liberal. Essa é, como temos vindo a dizer, a grande linha divisória entre esquerda e direita, entre socialistas e conservadores. O que nos leva a colocar a questão das outras reformas que é preciso aprofundar.

5.3.3 É por isso que a posição dos socialistas não pode ser outra senão a de defender o Estado-Providência. Não podemos pactuar com aquilo a que Manuel Villaverde Cabral chamou «a conspiração dos ricos contra os pobres». O mercado não reparte os ganhos de produtividade, concentra-os num núcleo de privilegiados. A justiça não nasce espontaneamente do mercado.

A questão não é apenas de financiamento de políticas sociais, é de sentido e modelo de sociedade. O modelo neo-liberal com uma mão cria a exclusão e com a outra oferece caridade. Por isso pretende o desmantelamento do Estado-Providência a troco de uma espécie de «assistencialismo caritativo» ou de «segurança social dos pobres», que passará a ser cidadãos de segunda nos seus direitos sociais.

Como defendemos na Convenção Nacional do Coliseu, não se pode pôr em causa um princípio básico, que é o da igualdade do cidadão perante o Estado. Nem a obrigatoriedade constitucional de um sistema de segurança social unificado. Nem o papel redistribuidor de riqueza e corrector de desigualdades que cabe ao Estado. A nossa tradição é a do serviço público, não a assistencialista. A solução socialista é essa, não outra.

5.3.4. Mas não haverá reforma da segurança social sem uma reforma fiscal. Se não há recursos suficientes, é porque aqueles que deviam pagar utilizam a sua influência para não pagar. Há cidadãos que pagam demais e deveriam, talvez, pagar menos. Mas há sobretudo alguns que pagam de menos e deviam pagar mais.

Segundo o relatório do Orçamento de Estado para 1999, Portugal é, na União Europeia, um dos países em que os impostos sobre rendimentos e lucros são, comparativamente, mais baixos, enquanto os impostos sobre bens e serviços, com destaque para o IVA, se situam muito acima da média europeia. Os impostos sobre rendimentos do trabalho são claramente superiores aos impostos pagos pelas empresas. Os impostos sobre o património têm um peso diminuído (2,4% em 1997) no total das receitas fiscais, muito inferior

ao da generalidade dos países da OCDE.

São estas distorções, que sobrecarregam cegamente toda a gente por via dos impostos indirectos, pagos por quem tem e quem não tem, que precisam de ser reformadas. Os maiores rendimentos têm de contribuir proporcionalmente para a receita fiscal.

A questão não é apenas de eficiência e fiscalização. É também de justiça, porque é de corrigir desigualdades que se trata. É cívica, porque não há cidadania sem uma participação no esforço de solidariedade nacional que ao Estado compete promover pela via da redistribuição. É cultural, porque também através da reforma fiscal se pode combater o incivismo e incultura que Miguel Torga verberou no dito português segundo o qual «o que é comum é de nenhum». Temos de aprender a riscar esta frase da nossa língua.

5.3.5. Há, em Portugal, uma doença da saúde. O sistema nacional de saúde está em crise. Não podemos deixar de nos interrogar sobre as suas causas. Somos o país da União Europeia onde o Estado menos gasta com a saúde das pessoas e onde as famílias contribuem mais pesadamente para essa despesa. Há problemas estruturais de financiamento e de organização por detrás da crise. Mas há quem dela beneficie. A crise do sistema público é a melhor estratégia para forçar as pessoas a recorrer aos novos sistemas privados. Basta ver o empenhamento das bancas e seguradoras na transformação da doença em negócio rendoso.

E, no entanto, a medicina realizou nos nossos dias avanços prodigiosos que têm salvo e podem salvar a vida de milhões de pessoas. A esperança de vida e o acesso à saúde são factores integrantes do novo conceito de desenvolvimento humano defendido por vozes como a do Nobel indiano Amartya Sen. O direito à saúde não pode deixar de ser uma das nossas prioridades. A reforma do sistema público de saúde implica a afirmação do primado da responsabilidade do Estado na garantia do direito à saúde. O serviço público de saúde é uma das causas emblemáticas do PS.

5.3.6. Todos os grandes mestres que se opuseram, em Portugal, ao obscurantismo, apontaram para a condição primordial de todas as reformas: a reforma da mentalidade, a promoção da educação e da cultura, o desenvolvimento do espírito crítico, do livre exame, da cidadania.

Do Infante D. Pedro a Luís António Verney, de Almeida Garrett e Alexandre Herculano a Eça de Queirós e Oliveira Martins, de Antero de Quental a Jaime Cortesão, António Sérgio, Bento de Jesus Caraça e tantos outros, há uma linhagem de portugueses que sempre esteve na frente dessa batalha. Batalha que não pode ser continuamente adiada e continuamente perdida.

A educação, diz António Sérgio, não tem por objecto manter, mas sim melhorar e revolucionar a estrutura da sociedade. O problema é que é antes da escola que as desigualdades se originam. Nem todos têm, à partida, as mesmas oportunidades. Nem todos aprendem a falar da mesma maneira. Há, por assim dizer, uma injustiça primordial, que gera todas as outras. É por isso que a educação pré-escolar é uma prioridade absoluta. É uma responsabilidade que tem de ser partilhada, porque é, em si mesma, condição fundamental da igualdade de oportunidades. As «condições concretas da igualdade» de que falava Sérgio, começam aí. E também aí o

Estado não pode demitir-se do papel que lhe cabe.

Vivemos uma época de rápidas e profundas mutações. A revolução tecnológica abriu vários horizontes possíveis: tanto podem conduzir à libertação como à autodestruição. E a mundialização da economia não se realiza senão com o advento do seu inverso, a economicização do mundo, ou seja, a transformação de todos os aspectos da vida em questões económicas, senão em mercadorias. Ao contrário do que pretendem fazer crer pensadores da moda, a mundialização não conduz à generalização da democracia, nem dos direitos do homem, nem dos valores universais e de emancipação trazidos pelo espírito das luzes. O que acontece é o contrário: o esvaziamento dos direitos políticos e dos direitos sociais e a criação de sociedades dualistas cada vez mais desiguais.

Por isso é preciso um novo pacto. É uma nova perspectiva na educação, no acesso à informação e na cultura. É preciso contrapor, à teologia de mercado, um novo humanismo, que começa na escola; à ditadura do imediato e do mediático, as possibilidades criativas e inovadoras da sociedade de informação; e à lógica uniformizadora, a preservação da especificidade cultural de cada país, através da defesa e divulgação da língua e do património cultural de cada povo.

5.3.7. Portugal é uma velha nação com oito séculos de História e de unidade nacional. Mas nas últimas décadas têm-se verificado profundas transformações nas relações da população com o território e com a paisagem. A concentração urbana, o êxodo rural e, mais recentemente, a imigração, têm provocado crescentes desigualdades demográficas regionais. Temos um interior cada vez mais desertificado e um litoral cada vez mais construído. Temos, sobretudo, extensas periferias urbanas, resultado de décadas de demissão dos poderes públicos perante a construção da cidade. Mais de metade dos centros urbanos portugueses não são hoje cidades com uma história e uma memória. São «bairros», quase todos fruto de iniciativa privada, onde as pessoas se acumulam em dormitórios inhóspitos e onde o espaço público é inexistente ou descuidado. As deslocamentos entre a casa e o emprego tornam-se um pesadelo quotidiano. O tempo perdido em bichas afecta a qualidade da vida, do trabalho e do lazer.

Estas transformações não se deram apenas em Portugal. Mas, aqui, não foram acompanhadas por políticas nacionais viradas para a cidade. O país encheu-se de «urbanizações sem urbanismo», perante a crescente dificuldade das autarquias em fazer frente a pressões de construção associadas a capitais financeiros cada vez mais poderosos. Entretanto, a vida mudou. Desfez-se a relação familiar tradicional. As mulheres entraram em força no mercado de trabalho, conquistando assim maior autonomia económica para si e para os seus. Mas a ausência de políticas de apoio à família tornou tudo mais complicado. Somos um dos países da UE com mais alta taxa de actividade feminina, mas também com uma das piores coberturas em equipamentos de apoio, como creches, jardins de infância, centros de dia, apesar do enorme esforço que está a ser feito. O que coloca as mulheres portuguesas em condições particularmente difíceis no exercício dos seus direitos económicos e sociais. O que as tem privado, também, de alcançarem todos os seus direitos de cidadania. A «igualdade na soberania» entre homens e mulheres passa também por medidas concretas que assegurem, na sociedade portu-

guesa, uma melhor partilha do tempo, das responsabilidades e dos recursos.

5.3.8. Mas não são só as mulheres que são vítimas das transformações que se deram na família e na cidade. Os idosos, os jovens, as crianças vivem vidas separadas. Perdeu-se o convívio intergeracional, pilar durante séculos da transmissão de valores e afectos. E assiste-se ao absurdo de a população activa ter de pagar, do seu bolso, as mensalidades da creche, da escola ou do lar de idosos por onde se repartem os seus familiares ditos «dependentes». Assiste-se, sobretudo, ao aumento da solidão, não só entre os mais velhos, mas nas camadas jovens, que muitas vezes procuram, nos seus grupos e nos seus bairros, afirmar uma identidade que não conseguem reconhecer na família nem na escola. É também deste absurdo de quotidianos sem sentido que nasce, muitas vezes, a tentação da droga. A luta contra a toxicodependência não o pode ignorar, como não pode ignorar o ignominioso negócio planetário que o tráfico de droga proporciona, à custa da dificuldade de viver de milhões e milhões de pessoas.

É tudo isto que tem de ser questionado. Na reforma do ensino, da saúde, da segurança social. Nas políticas de emprego e formação profissional. Mas também nas políticas de ambiente, de transportes, de ordenamento do território, de localização dos equipamentos, das redes, das fábricas, dos escritórios, do

comércio e da habitação.

Também na habitação estamos, aliás, a pagar os custos da demissão do Estado, durante décadas. As autarquias foram deixadas sozinhas com um problema para o qual não tinham recursos nem meios. Predominou a visão neoliberal segundo a qual a habitação, mais do que um problema social, é um negócio, entregue à iniciativa privada e à banca. O Estado foi-se limitando quase só a pagar bónus de juro, enquanto as famílias se endividaram para garantir o seu «direito à casa» ou se sujeitaram a recorrer a habitações fortuitas, em bairros clandestinos ou degradados.

Há sinais de esperança e há, sobretudo, um novo relacionamento entre o governo e as autarquias. Mobilizaram-se novos recursos, insistiu-se na necessidade de reabilitar e renovar. Mas, atenção: o problema não é só de falta de casa ou de falta de verba. É de falta de cidade. E esta falta afecta o exercício da cidadania. A democracia não nasceu no campo. A crise urbana e a crise do sistema representativo estão interligadas. Não haverá mais democracia sem melhor cidade. Mas também não haverá melhor cidade se não houver mais e melhor democracia.

5.3.9. O problema da segurança tem de inserir-se neste quadro de transformações da nossa vida colectiva. A insegurança é, hoje, uma das mais fortes injustiças sociais. Porque afecta os mais frágeis - os mais novos, as mulheres, os isolados, aqueles que têm menos agi-

lidade física e menos capacidade de defesa. Mas também porque é sintoma de um profundo mal-estar que pode conduzir, e tem conduzido, a tentações populista e xenófobas. Não podemos limitar-nos a contrapor à delinquência, em particular à delinquência juvenil, interpretações sociológicas. Também é preciso agir. É seguramente necessária uma nova polícia, mais próxima dos cidadãos, e um novo funcionamento da justiça, mais eficiente na separação entre o trigo e o joio. É preciso que as penas previstas na legislação sejam proporcionais aos delitos e não paguem os pequenos pelos grandes.

Mas é sobretudo preciso compreender que a cidadania é indissociável de uma ética de responsabilidade: responsabilidade dos pais pela educação dos filhos, em primeiro lugar, responsabilidade da escola pela formação de cidadãos; responsabilidade das autarquias e das populações pela qualificação dos espaços públicos e pela criação de ambientes urbanos mais saudáveis e seguros; responsabilidade dos poderes públicos pela aplicação da lei, pelo ordenamento do território, pelas políticas de emprego, segurança social e saúde sem as quais não podemos, verdadeiramente, falar em «segurança». Mas responsabilidade do Estado, também, pelas medidas de repressão e reinserção que não podem deixar de ser aplicadas. E responsabilidade de todos nós pela exigência permanente de renovação e aprofundamento das condições da cidadania. É esse o principal sentido que

temos de dar às reformas que importa aprofundar.

6. Conclusão

«Os novos senhores do mundo, escreveu Ignacio Ramonet, não se submetem ao sufrágio universal e escapam a o seu controle». Por isso é preciso reabilitar a política e reinventar a esquerda. A lógica da cidadania tem de voltar a sobrepor-se a outra lógicas. É essa a responsabilidade que nos cabe. Sabemos que não é fácil. O novo começa sempre com poucos. Mas tem de começar em qualquer ponto, por qualquer lado. Na Europa, aqui, agora mesmo.

Assinem esta moção, entregue em 22 de Janeiro de 1999:

Manuel Alegre
Alberto Martins
José Medeiros Ferreira
Eduardo Pereira
Jorge Streh Ribeiro
Fernando Pereira Marques
António Campos
Ana Catarina Mendes
Helena Roseta
Isabel Soares
Luís Filipe Madeira
Maria Carolina Títo de Moraes
Rui Namorado
Ernesto Melo Antunes (Capitão de Abril)

MOÇÃO SECTORIAL

RIGOR E CREDIBILIDADE

1 Base de dados

É urgente a actualização da base de dados de militantes do Partido Socialista de modo a poder ser garantida uma correcta avaliação do potencial humano existente e o seu eventual aproveitamento em prol do engrandecimento do Partido e do desenvolvimento do País.

Um partido com implantação e dimensão como a que tem o Partido Socialista não pode descuidar este aspecto tão importante da sua organização interna, sob pena de poder pôr em causa o seu posicionamento como partido de futuro em Portugal.

2 Quotas

Não sendo estruturalmente defensores, como princípio de filosofia política, do sistema de quotas obrigatórias na formação das listas, pensamos tratar-se da única forma de garantir uma maior participação das mulheres na vida do Partido.

De facto, não poderá aceitar-se que num partido que é estatutariamente defensor da

igualdade de oportunidades a todos os níveis, continue a assistir-se a um completo alheamento político por parte de alguns dos nossos principais dirigentes relativamente a esta matéria, que tem a sua manifestação mais visível na metodologia de formação das listas para as eleições dos órgãos do partido, assim como para os sufrágios nacionais.

De resto, a recente apresentação, por parte do Governo, de uma Proposta de Lei tendente a garantir exactamente uma maior igualdade de oportunidades na participação política dos cidadãos de cada sexo, só vem reforçar a actualidade e justeza das nossas preocupações sobre este aspecto.

Importa referenciar, no entanto, a excessiva timidez política desta Proposta de Lei, quer na abrangência (uma vez que se prevê venha a vigorar só para os próximos 4 actos eleitorais e apenas para as eleições para a Assembleia da República e Parlamento Europeu), quer no alcance (as percentagens propostas não apresentam avanços significativos relativamente à prática política actual do partido nesta matéria).

3 Autarquias

Mostra-se cada vez mais urgente a reimplantação de cursos de formação autárquica, assim como a garantia de um efectivo e real apoio do partido aos seus representantes nas autarquias locais.

Efectivamente, é hoje inquestionável a importância crescente que os problemas locais das populações têm para o colectivo nacional e para a estabilidade governativa.

Por outro lado, os novos problemas sociais nascidos no final deste século, tais como, o envelhecimento da população e consequente isolamento social, a toxicodependência com todos os problemas que lhes estão associados, o insucesso escolar, o desemprego, a degradação do parque habitacional, entre outros, exigem uma intervenção rápida e eficaz dos autarcas do Partido Socialista, única forma de manter a credibilidade política junto dos eleitores.

4. Participação

Por último, não queremos deixar de manifestar

a nossa profunda preocupação pelo défice de participação dos militantes de base no processo que envolve a tomada de decisões do nosso partido.

De facto e à parte de honrosas excepções de todos conhecidos, o debate político no Partido Socialista é praticamente inexistente, mostrando-se, em consequência de tal prática, igualmente inexistente o aproveitamento das capacidades e potencialidades da generalidade dos militantes.

É urgente a implementação de medidas que invertam este estado de coisas.

Esperemos sinceramente que os aspectos que aqui viemos apresentar sejam devidamente considerados na consciência de todos os socialistas, e fundamentalmente nos órgãos nacionais do Partido.

VIVA O PARTIDO SOCIALISTA!
 VIVA PORTUGAL!

1ª subscritora:
Fernanda Teixeira Ribeiro da Cruz Dias
 Militante nº 121069
 Secção de Campo de Ourique

VENCER DESAFIOS, GANHAR PORTUGAL

Três anos de governo

Está em causa antes demais fazer o balanço, o exame de consciência do PS. É necessário retrospectivar criticamente para perspetivar com confiança.

Sem complexos. Com frontalidade. Em 1995, o PS captou os sinais do tempo e assumiu-se como portador das expectativas dos portugueses ávidos de tranquilidade política, de justiça e solidariedade social. De progresso e desenvolvimento económico. De melhor qualidade de vida.

O PS não desiluiu. Consolidou o designio europeu. Cumpriu os critérios de convergência europeia, entrámos no Espaço Euro, continuamos a aprofundar a integração europeia, de tal modo que servimos de modelo ao desenvolvimento de uma Europa mais humanista. Ao ponto de António Guterres surgir como um dos mais desejados rostos da nova Europa.

Enfrentámos ao longo destes três anos o desafio da modernização e do desenvolvimento de Portugal. Consolidou-se e promoveu-se a criação de uma malha inédita de infra-estruturas. A nível viário apostou-se não só na rede rodoviária, como também na ferroviária. Modernizaram-se Portos. Construíram-se novos tribunais e novos hospitais. Promoveram-se verdadeiras reformas na Administração Pública. A educação nunca teve dotação orçamental do Estado tão grande como neste Governo.

A política de ambiente pela primeira vez foi assumida como a base de um desenvolvimento sustentável que garanta um futuro com qualidade de vida.

O Governo PS combateu a exclusão social no terreno, potenciando a criação de condições mínimas de vida a todos os portugueses com o Rendimento Mínimo Garantido. Promoveu o aumento dos funcionários públicos. Apoiou de forma decisiva o trabalho desenvolvido pelas Instituições de Solidariedade Social. Fez do combate à toxicodependência uma prioridade da acção social governativa.

Uma relação de confiança com os portugueses assente no diálogo e na tomada de decisões. Um Governo que tem uma missão a cumprir: fazer Portugal!

O PS e os desafios

O PS encontra-se à beira deste fim de milénio numa encruzilhada pragmática e ideológica, que condicionará as tomadas de decisões e visibilidade e identificação do Partido com a sociedade.

Encontramos um Partido que é mais governado que liderado. Um partido que permitiu que as tarefas da governação o afastassem

da realidade e da vivência das Secções e dos seus militantes. Um partido desmobilizado que não correspondeu ao apelo da luta política nos referendos.

É necessário adaptar o PS aos novos tempos. Sem demagogias e sem receios.

Em termos internos, é urgente uma nova revisão estatutária, que promova uma maior participação dos militantes nos actos a vida do Partido e uma maior descentralização na tomada de decisões.

É urgente que sejam criadas condições para que surjam novos quadros políticos, onde a identidade ideológica com a declaração de princípios e Programa do PS seja a regra. Os quadros políticos do PS devem ser escolhidos pelas suas qualidades e não por quem melhor utilize as habilidades estatutárias a seu favor, onde a consolidação dos instalados no aparelho seja a regra.

É urgente que se conceda às Federações condições para que estas possam criar modelos de organização mais adaptados à sua realidade. Faz, por exemplo, todo o sentido a criação de estruturas nas Áreas Metropolitanas.

É fulcral um maior protagonismo do Secretariado Nacional a nível interno, coordenando a formação e mobilização dos militantes. Deverá ser realizado um Plano nacional de Formação Política, assente na divulgação das acções e posições do PS, através de colóquios, sessões-debate, e de conferências sobre a acção governativa do PS, abertos a independentes, com a participação de figuras públicas relevantes.

Só assim se construirá um partido vivo e dialogante, a toda a hora, e não apenas em momentos eleitorais.

Os desafios que iremos encontrar exigem determinação e empenho para os ultrapassar. Teremos que provar aos portugueses que é necessário voltar a confiar no PS nas próximas eleições legislativas.

Temos a virtude de saber escutar os portugueses e de saber quando mudar e como. De sermos progressistas e reformistas, quando na oposição encontramos o conformismo e a demagogia.

É necessário um Programa de Governo de e para os portugueses. Um programa que faça sentido. Que vá de encontro ao III pilar do Tratado da União Europeia. Que combata a toxicodependência e todas as causas de insegurança das populações. Que vá de encontro aos anseios, ambições e desejos dos jovens na Educação e Formação Profissional, Emprego, Habitação, Qualidade de Vida... enquanto são jovens. Que aponte caminhos aos agricultores.

Que garanta uma economia de rigor sem pôr em causa o desenvolvimento industrial. Que aposte na reforma do sistema judicial, facilitando

a acessibilidade e a celeridade das decisões. Que o sistema de saúde tenha mais sorrisos, mas seja também mais eficiente e funcional.

Um programa de governo que exija responsáveis políticos com firmeza e decisão e não responsáveis técnicos, por vezes inconscientemente influenciados por ideias e grupos de pressão de diversos sectores. Um programa humanista e solidário, cuja primeira preocupação sejam os excluídos e marginalizados. É necessário reinventar a qualidade de vida para os idosos abandonados pelos seus familiares. É necessária uma política de reinserção social dos carenciados.

Esta é a batalha que o PS vai ter de travar. Esta é a batalha pela igualdade e solidariedade.

Esta é a batalha da esquerda com razão. Esta é a batalha da esquerda com coração.

Outro dos desafios são as eleições autárquicas. As autarquias surgem cada vez mais como uma das mais visíveis faces do poder do Estado, e o espaço privilegiado para a resolução de problemas que afectam as populações. Nesse sentido, é imperioso que as concelhias do PS possam decidir livremente sobre o estabelecimento de acordos pré-eleitorais com outros partidos políticos, coligações ou grupos de cidadãos, depois de analisadas as diversas especificidades locais pelos órgãos Regionais e Nacionais.

É necessário revitalizar a Associação Nacional de Autarcas Socialistas, e criar imediatamente um grupo de trabalho para preparação das próximas eleições autárquicas do ano 2001. É necessário um Plano Nacional de Apoio aos autarcas dos municípios e das freguesias, e destas muito em particular, pois muitas concelhias sé se lembram das freguesias quando chega a hora de elaborar as listas.

O PS vai enfrentar o divórcio entre a sociedade civil e o poder político. Este deve ser o grande debate no interior do PS.

Quando Léon Blum, em 1921, recusa as condições impostas pela Internacional Comunista e afirma uma concepção democrática assente na democracia representativa interna, deram-se os primeiros passos na afirmação do modelo adoptado pelo PS em Portugal. Este modelo, que privilegia a liberdade de expressão e a igualdade de oportunidades entre os militantes, é o modelo do Estado Democrático de Direito em Portugal. Fomos nós socialistas, pois, os progressistas na aproximação dos cidadãos aos políticos, lutando contra a separação imposta pelo regime salazarista. Mas hoje a democracia exige muito. Exige mais.

Após a solidificação do templo democrático em Portugal, ainda muito falta fazer no que se refere ao aprofundamento dos valores da

cidadania, e no reencontro histórico do socialismo democrático contemporâneo com os valores e ideais da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

O aprofundamento da democracia passa pelo PS que somos e por aquele que queremos ser. A abertura aos independentes deverá continuar, privilegiando o debate e a reflexão, escutando e encontrando soluções para os problemas que se colocam à governação do país, sem que com isso se reduza os militantes do PS a funcionários aparelhistas e a boys ávidos de jobs.

O casamento entre cidadãos e políticos passa também pela descentralização das instituições. Não temos dúvidas que a Regionalização foi uma clara opção de esquerda, de uma esquerda moderna e europeia. Ainda que não tenha sido assimilada pelo povo, não pode servir de entrave a reformas profundas no Estado e nas instituições.

Mas para que esta ligação seja uma realidade, há que ser coerente. Há que demonstrar aos portugueses que todos somos iguais. E para chegarmos bem fundo ao coração dos portugueses, para trazê-los à participação e a uma maior actividade na sociedade e na política, devemos tratá-los por iguais. Por isso, discordamos em absoluto da proposta de lei de quota mínima de 25 por cento por sexo na lista de deputados à Assembleia da República. Somos todos iguais em direitos e deveres, e as mulheres, minoritárias até essa data, não necessitam de nenhum sistema deste tipo para se imporem na vida política. Vamos mesmo mais longe: qualquer sistema de quotas é desonroso e desprestigiante para qualquer dos sexos, e para as mulheres em particular.

Um partido vencedor

O nosso partido está vivo. Com ânsia de luta e espírito de vitória. Com a certeza de que o nosso esforço será recompensado com um país mais forte e desenvolvido, mais humano e solidário.

Por isso lutamos. Por isso trabalhamos. Por isso temos opinião. Um partido mais forte faz-se com a voz de todos. E por vezes é melhor ouvir quem tem menos responsabilidades. Talvez porque esteja mais sereno, menos preocupado. É de com o contributo de todos que vamos entrar no século XXI com o PS mais forte que nunca. Com Portugal no pelotão da frente da Europa e do Mundo.

Queremos liderar a esperança, queremos avançar realizando! Vamos vencer os desafios, e ganhar Portugal!

Primeiros subscritores:

Pedro Sá e Macedo Moniz

UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS MILITANTES

1. Os signatários, delegados da Secção do Lumiar, Ameixoira e Charneca ao XI Congresso Nacional do Partido Socialista, apresentam moção sectorial com vista ao estabelecimento da indispensável «*RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS MILITANTES*» de forma a permitir que o PS, seguindo «*A NOSSA VIA*», proceda às transformações estruturais decorrentes do mandato claro e inequívoco que o eleitorado português lhe irá conceder nas próximas legislativas.

É, aliás, convicção dos signatários - delegados do Lumiar - que será absoluta a Nova Maioria que o PS disfrutará na legislatura de 1999-2003, durante a qual se esperam reformas de fundo na Sociedade Portuguesa para poder fazer face aos desafios do Século XXI. Com efeito a modernização do Estado, a regeneração do sistema político-partidário, a guerra à droga e ao desemprego, o combate à perfididade europeia, o processo de internacionalização dum economia sustentada, o desenvolvimento da capacidade de inovação tecnológica e a abertura estratégica ao Atlântico, são tarefas gigantescas, próprias dum geração. Mas proporcionam uma oportunidade histórica ao Partido Socialista para que não deixe hipotecar nem o seu futuro nem o da esquerda portuguesa.

2. Daí a necessidade de se reforçar a relação de confiança com os militantes PS num partido que seja uma verdadeira plataforma entre o Poder Político (leia-se Governo) e a Sociedade. Um partido que exista autonomamente, nem excessivamente governamentalizado nem dependente da volubilidade da sociedade civil. Um partido que seja uma mais valia efectiva, com pensamento próprio e reflexão crítica, servindo de alerta (anticipado) a eventuais desvios da acção governativa. Um partido que, por outro lado, contribua para a credibilização da política e dos seus protagonistas - a classe política. Um partido que sirva de catalizador aos movimentos sociais de apoio às reformas que terão de ser implementadas e constituem naturais expectativas da população portuguesa. Enfim, um partido capaz de enfrentar com sucesso os desafios que o esperam. Desafios que poderão ter de assumir-se numa conjuntura diferente da actual: ciclo económico mundial marcado por alguma recessão, redução progressiva dos fundos comunitários, competitividade acrescida dos candidatos da abertura ao Leste (em especial na atracção do investimento estrangeiro), diminuição dos proveitos resultantes das privatizações, eventuais dificuldades no cumprimento das regras orçamentais impostas pelo Pacto de Estabilidade.

3. Ora o insucesso dos referendos (especialmente o da regionalização) veio a demonstrar que a dinâmica vencedora - que ficou conhecida por Estados Gerais - estava já completamente esgotada. Experiência inteligentemente utilizada, capitalizou o descontentamento identificado em «Portugal, que futuro?» e assentou a sua lógica numa cooptação de independentes e/ou dissidentes de várias formações políticas, mobilizando assim significativos sectores da sociedade, quer à esquerda quer à direita. A constituição do governo PS, saído das eleições, não poderia deixar

de corresponder a um governo em que uma parte substancial da população portuguesa se visse representada. Por outro lado, reproduziu e potenciou a já conhecida lógica de relacionamento individualizado e fulanizado que tem, aliás, caracterizado a prática das formações políticas nacionais.

Em suma, passados os primeiros tempos da governação, recrutadas algumas personalidades para o preenchimento de cargos públicos e alimentadas pequenas querelas (aproveitadas e ampliadas pelos media), extinguiu-se qualquer forma de diálogo, seja com a sociedade civil seja até com os próprios militantes. O não funcionamento do Gabinete de Estudos Nacional é, neste caso, paradigmático. A iniciativa dum concelhaio a pôr a funcionar uma estrutura de participação de militantes de base (simultaneamente denominada «estados gerais do militante») veio chamar a atenção para a circunstância de o «povo» ter estado ausente dos Estados Gerais (reservados apenas ao «clero» e à «nobrezia») e, simultaneamente, procurou animar um diálogo com militantes desmotivados e, sobretudo, perturbados por inquietantes sinais de descontrolo político na articulação Grupo Parlamentar - Governo, situação que entretanto terá sido ultrapassada. Registe-se que a iniciativa referida, mesmo que de expressão limitada na forma e no âmbito, não deixa por isso de ser louvável.

4. Mas a regionalização - ou, se se quiser, a descentralização - é bandeira que não pode baixar-se. Seria a mais completa frustração para milhares de militantes socialistas que, desde há muito, se empenham na sua concretização. Temos de fazer dela o debate das grandes causas. É questão que terá de ser retomada - dentro do Partido - aquando da inevitável reflexão a fazer para a modernização do Estado, através dum profunda reforma da Administração Pública, na sua estratégia e na sua gestão.

Com efeito se uma tal reflexão não for feita, atempadamente, será a União Europeia a impor-nos (directa ou indirectamente) constrangimentos de natureza orçamental dificilmente compagináveis com a nossa realidade. Daí a necessidade do Partido manter diálogos, de saudável conflitualidade, com movimentos sociais de diversa natureza e num esforço sério e continuado de pedagogia.

Ora o Partido em si mesmo, nas condições actuais do seu funcionamento, tem muita dificuldade em protagonizar um projecto de mudança. A maior parte dos seus membros mais activos ou estão no Governo ou preenchem cargos públicos. Até por isso não podem reunir as condições de suficiente independência para a organização e implementação dum estratégia partidária autónoma que possa responder aos desafios que se esperam.

Se não vejamos alguns exemplos desses desafios...

• **Primeiro.** Toda a esquerda europeia discute o seu reposicionamento político em tempos dum realidade que é a globalização. Não se trata de qualquer refundação ou recentragem, mas sim do estabelecimento de bases para um novo relacionamento entre o político e o económico, entre o mercado e a protecção social. A indispensabilidade

da intervenção do PS, neste debate, é uma questão de defesa da autonomia nacional, é uma questão de democracia. Ora ninguém acredita que o Partido (tal como está a funcionar) seja capaz de construção teórica autónoma que alimente polémica consistente na sociedade civil. Meia dúzia de intervenções avulsas, em artigos de opinião, a maioria dos quais de crítica à postura de outros, foi até agora saldo diminuto para querela tão importante.

Já no passado a Secção do Lumiar (em conjunto com outras estruturas de base) chamou a atenção⁽¹⁾ para o facto do PS não ter tido matriz operária e, por conseguinte, tradição sindical. Mas uma tal circunstância não lhe retirava todo um passado de luta (como nenhum outro partido) na implantação da democracia em Portugal e na consolidação do seu Estado de Direito. E é precisamente em nome desse passado que se exige que o PS seja o *fulcro* de qualquer debate para actualização do pensamento social da esquerda portuguesa sempre na base de uma inspiração humanista e libertadora, reforçando a identidade nacional fundada na cultura e procurando, no advento do indivíduo, um sentido para a globalização.

• **Segundo.** Tudo indica que a nova maioria polarizada pelo PS teve, na sua constituição, uma significativa participação de funcionários e outros agentes do sector público, administrativo e empresarial. E não se reprova que, no preenchimento da máquina do Estado, tenham sido beneficiados homens e mulheres recrutados nessa área de eleitores. O que se deverá contestar são nomeações de preparados (mesmo quando competentes para o exercício de outras funções) ou nomeações por razões únicas de obediências de qualquer natureza. Até porque a nomeação de incompetentes é porta pela qual, muitas vezes, se instala a corrupção.

Para além disso não se nega que tenha melhorado a situação de contratação e de prestação de serviços de muitos funcionários públicos. E que terão sido feitos esforços louváveis seja para uma maior desburocratização da Administração, seja em termos de condições de trabalho dos seus agentes (cursos no INA, Loja do Cidadão). Mas a grande reforma porque anseia a Função Pública não se esgota nestas acções pontuais. Começa numa nova cultura de governação que valorize a Administração criando uma escola de «policy-makers» em carreiras de verdadeira qualidade, como acontece na generalidade da União Europeia. Uma Administração revitalizando a capacidade de análise prospectiva do Estado, atenta, antecipando-se aos acontecimentos (compare-se a segurança técnica dos espanhóis e a posição portuguesa na recente cimeira de Vilamoura sobre a água), fornecendo ao Poder Político estratégias alternativas para a necessária escolha política..., evitando, assim, desgastes desnecessários como é o caso, por exemplo, das incineradoras.

Ora o que se verifica é uma cultura de governação de legislatura - mediatizada (porque na base de «spin doctors») e herdada de governos anteriores - em que os ministros, secretários de Estado e assessores substituem-se, de facto, à Administração. Nesta desapareceu a hierarquia da competência e o

rigor da disciplina para além de permitir as maiores desigualdades entre funcionários que possuem poder reivindicativo de grupo e aqueles que dele não dispõem. E a Administração só não paraliza devido à dedicação de muitos dos seus agentes.

O recurso a consultores externos (nacionais e estrangeiros) nas actividades nobres de concepção e planeamento desincentivam, naturalmente, a criatividade e a capacidade de iniciativa. A introdução de concursos para lugares de chefia, pese embora os seus propósitos moralizadores, acaba por constituir medida de muito duvidosa eficácia. A criação de institutos públicos e sociedades de capitais públicos, na conjuntura descrita, não passará de cosmética onerosa (multiplicação de lugares, cartões de crédito e outras mordomias) diluindo responsabilidades - que na Administração devem ser individualizadas - por um colectivo constituído, tantas vezes, por profundos desconhecedores do sector em que se inserem aqueles institutos e/ou sociedades. Acresce que merece quantificação e reflexão os encargos dos fundos de pensões correspondentes à peregrinação, nestes vinte anos, de alguns milhares de gestores públicos.

• **Terceiro.** Atravessa-se um período em que, por restrições orçamentais, há a tendência fácil de concessionar infraestruturas, equipamentos e prestações de serviços públicos em tudo quanto origine receitas susceptíveis de permitirem a amortização dos respectivos investimentos. Até hospitais e prisões (como, por exemplo, no Reino Unido) não escapam à onda das privatizações. São as multinacionais a montarem a engenharia financeira do negócio. A continuar assim ficarão reservados, para o Estado, serviços francamente deficitários e tarefas de licenciamento e regulação de actividades. A continuar assim entra-se na era das *empresas ricas e do Estado pobre*. De registar, como curiosidade, que os consórcios adjudicatários vão, precisamente, buscar «know-how» às entidades públicas dos países que não deixaram empobrecer o seu Estado, o qual - por isso - não se demite dos seus deveres.

Não se estranhe assim que, neste quadro, se recomendem especiais cautelas no processo (em voga) de procura de *parceiros privados para o desenvolvimento*. E que, cada vez mais, se impõe o primado do político sobre o económico, da ética das convicções sobre a lógica dos interesses, impedindo que as grandes multinacionais devam o sistema financeiro e controlem a produção da riqueza nacional. Por outro lado, continua *incontornável* (pelo menos até agora) o saldo imediato resultante das privatizações e megafusões: o *desemprego*.

Impõe-se, pois, um projecto nacional para o Sec. XXI que vença os nossos atrasos estruturais, projecto com novos desígnios e que complemente o processo de integração na União Europeia. A adequação do sistema educativo às necessidades nacionais, a aposta na inovação e na tecnologia, o desenvolvimento de formas cooperativas e do mercado social do emprego, um enérgico combate à droga e uma maior segurança policial, uma estratégia de desenvolvimento (na base da competitividade e promoção de emprego) sobre o Atlântico fazendo da língua portuguesa a nossa verdadeira pátria, a apresentação

(como potência administrante) dum plano concreto de desenvolvimento de Timor introduzindo (assim) novos dados na litania sem fim das negociações com a Indonésia - são algumas das vertentes a ter em conta no *projecto estratégico* que se reclama. Recorde-se que, nos anos 40, dois governantes seguiram uma linha de rumo e criaram um centro de excelência em Portugal no domínio das barragens: desenvolveram tecnologia (LNEC), planearam empreendimentos (Hidráulica e Hidroeléctricas), abriram mercados (Portugal e antigas colónias), especializaram empresas de construção (Somague e outras). Tudo em português. Daí nasceu o prestígio do LNEC... então escala obrigatória na visita de governantes e dirigentes mundiais ao nosso País. Em contrapartida, o saneamento político (em 1947) dos nossos maiores matemáticos retirou a possibilidade de Portugal ter apanhado, então, o comboio inicial da informática com todas as consequências negativas, para o desenvolvimento, que facilmente se adivinham.

Ora só um PS aberto, moderno, de mudança, poderá contribuir para que se tenham novas aspirações e se erradiquem da sociedade portuguesa resquícios do marcelismo, de gestões tipo Mac Namara dos anos 60, das perniciosas tentativas (até agora frustradas) de compromissos históricos numa promiscuidade do público e do privado. *Só o PS poderá liderar o combate cívico indispensável a um Portugal novo e verdadeiramente europeu.*

5. Os aspectos focados evidenciam o muito que ainda há a fazer. E como dizia nome grande da nossa História, as contas pedidas aos governantes não se referem ao que de bom (ou mau) fizeram, mas sim ao que deixaram por fazer. Por isso o reforço da *RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS MILITANTES* torna-se indispensável para que o PS, no Governo, possa proceder às transformações estruturais por que anseiam milhões de Portugueses. Mas um PS robustecido constituindo verdadeira consciência social do Governo, ao qual recordará

sempre a sua mundividência socialista. Ora os signatários - delegados do Lumiar, Ameixoeira e Charneca - têm plena convicção de que só o Secretário Geral - *directamente e sem ser por delegação* - poderá assegurar o reforço dessa relação de confiança que é vital não só para o Governo como para a própria esquerda portuguesa.

Os signatários - delegados do Lumiar, Ameixoeira e Charneca - confessam que, hoje como ontem, não têm razões para manter expectativas especiais relativamente à composição dos órgãos dirigentes a sair do Congresso e que, eventualmente, pudesse configurar uma alteração significativa no funcionamento interno do Partido. As estruturas de base (do Norte ao Sul) continuarão a assistir cooptações de inscritos seus que nunca entraram nas respectivas instalações ou que delas se afastaram logo que assegurado um cargo público de algum relevo. Isto porque sabem não ser aí a sede da sua legitimação partidária.

Por isso é preciso chamar ao Partido quem milite nos bons e maus momentos, quem não tenha compromissos para poder dialogar (sem constrangimentos) com movimentos sociais, quem possa contribuir para a credibilização da política defendendo princípios éticos e atacando frontalmente todas as formas de menor transparência. E só o Secretário Geral os poderá chamar e congregar para uma profunda modificação de comportamentos partidários, para uma mais eficaz sustentação da actividade governativa, em suma, para uma nova pedagogia do exercício do Poder Político.

É pois com este espírito que os signatários - delegados do Lumiar, Ameixoeira e Charneca - se permitem, através da presente moção sectorial, formular o seguinte conjunto de propostas concretas e que *não conflituam* quer com normas estatutárias vigentes quer com o funcionamento corrente do Partido.

(i) Apelar ao Secretário Geral para que crie, com a urgência possível, uma estrutura de reflexão política (tipo «think-tank» na expressão inglesa) a funcionar com o apoio logístico

do Gabinete de Estudos Nacional ou de qualquer outra estrutura que se entender mais conveniente;

(ii) Que seja o Secretário Geral a designar um número reduzido de militantes da sua *estricta confiança política e pessoal* (mas que não integrem, obviamente, o executivo governamental e respectivos gabinetes) para a ordenação de «task-forces» organizadas por áreas temáticas com vista ao *acompanhamento da acção governativa* e aconselhamento político do Secretário Geral;

(iii) Que o Secretário Geral obtenha a ratificação dessas designações nos órgãos competentes do Partido a fim de, sem equívocos, ficarem vinculados ao processo;

(iv) Que, através de mailing directo, o Secretário Geral convide - para efeitos de (i) e (ii) - todos os militantes (que se mostrem disponíveis) a inscrever-se na sua estrutura de base a qual remeterá os currícula aos coordenadores designados.

(v) Que cada um dos coordenadores das «task-forces» se reporte directa e unicamente ao Secretário Geral com o qual concertará o plano de acção anual, numa visão estratégica e de mobilização da colaboração disponibilizável.

(vi) Que cada um dos coordenadores das «task-forces» seleccione (como entender) os currícula recebidos das estruturas de base e constitua um núcleo inicial com o qual organizará as regras de funcionamento das «task-forces» que o Secretário Geral entender necessárias.

(vii) Que cada um dos coordenadores das «task-forces» convide também independentes cujos currícula deverão todavia ser enviados, *para simples conhecimento*, das secções PS correspondentes às residências dos independentes convidados.

(viii) Que os contactos de cada um dos coordenadores das «task-forces» com responsáveis governamentais (mesmo para a obtenção de informação e/ou documentação) deverão ter conhecimento prévio do Secretário Geral. Para o efeito deverá dispor de um staff

mínimo, em regime de tempo completo, para assegurar a eficácia de tais contactos sem melindres ou equívocos.

6. Entendem os signatários - delegados do Lumiar, Ameixoeira e Charneca - que a proposta apresentada terá, pelo menos, a virtude não só de chamar muitos militantes que se afastaram do Partido, como também estimular jovens (que são sempre o futuro) a ter ambições políticas mais saudáveis do que aquelas que são unicamente plasmadas em intrigas de bastidor e jogos de poder. Para além disso, a proposta é um instrumento que se proporciona ao Secretário Geral, enquanto Primeiro Ministro, *para uma mais efectiva coordenação do elenco governamental.*

Se a presente Moção Sectorial tiver acolhimento põe-se, assim, nas mãos do Secretário Geral, a possibilidade (ou não) de dispor duma *nova militância* que não hipoteque o futuro do PS nem o da esquerda portuguesa. Espera-se assim que, com este contributo, muita coisa venha a mudar - com toda a tranquilidade - no interior do Partido Socialista e na sua prática política, com o apoio, o empenhamento e o esforço de todos os *militantes sem excepção!*

(1) «REFLECTIR PARA VENCER: Clarificação Ideológica, Linha Política Coerente, Novo Funcionamento do PS». 5º Congresso da FAUL (há 13 anos). Texto em que se advogou a *institucionalização dum rendimento social mínimo garantido*, proposta levada à prática - e bem - nesta legislatura.

Lisboa, Janeiro de 1999

Os Signatários,

Reis Borges

Coelho Antunes

Fonseca Ferreira

Pacheco de Almeida

Fernando Gameiro

Ana Cristina Costa

João Santana

Vitória Melo

MOÇÃO SECTORIAL

“NO BARREIRO COMO EM QUALQUER LUGAR, COM O PS A MESMA FORMA DE ESTAR!”

A força das ideias

A evolução do PS na confiança gerada em torno das populações, não deixa dúvidas ao mais céptico dos cépticos no seio do nosso Partido, do Norte ao Sul e Ilhas.

Igualmente a evolução do PS no Concelho do Barreiro não deixa dúvidas a ninguém, passando em 1991 de um equilíbrio com o PSD, e com metade da vontade expressa de votos relativamente ao PC, para em 1997 ombrear com a força política dominante desde o 25 de Abril, reforçando todo o trabalho que o PS e os seus dirigentes no Concelho do Barreiro têm desenvolvido.

Disponibilizámos ideias, apresentámos soluções, despertámos sentimentos e criámos confiança.

Acreditámos e confiamos no futuro. Defendemos e propomos as nossas ideias, acreditando num passado recente e num fu-

turo que exigimos presente, numa caminhada que sabemos ser árdua, mas necessária e ao mesmo tempo fortificante, reclamando para si o triunfo das ideias acima da mera ideia do poder, pondo em prática o peso e a consistência das nossas ideias, num projecto que sabemos ser o caminho a seguir para o Concelho do Barreiro, para o Distrito e para o País. Defendemos as ideias, porque entendemos não entender, uma postura à sombra das vitórias, mas sim e sempre na liderança de novos desafios.

Os valores que conquistámos, a confiança depositada no Partido expressa nas urnas, são concretizações indispensáveis para fortalecer a nossa liderança num processo victorioso, cada vez mais e sempre virado para o bem estar e na defesa sem tréguas dos interesses da população que nos elege, e numa postura cómoda e expectante das correntes que percorrem os corredores do po-

der. Idealizamos um Partido cada vez mais forte, coeso e confiante nos valores que o integram, idóneo, respeitador e responsável perante os seus eleitores, poderoso, ambicioso, lutador e inovador perante os seus pares, transparente e coerente consigo próprio.

Os autarcas eleitos pelo Partido Socialista nas últimas eleições, conjuntamente com a postura governamental da Nova Maioria, têm a obrigação e o dever de transmitir os valores que tantos reclamam e só alguns respeitam, no desempenho e prossecução dos seus programas para uma Sociedade Livre e Democrática. As bases do Partido não devem nem podem ser esquecidas, pois o seu trabalho tem que ser apoiado, numa militância que se quer efectiva, desinteressada, contudo preocupada e atenta com o futuro que se aproxima, com a entrada no novo milénio, e com os desafios que o mesmo nos coloca.

A informação

A informação como forma de diálogo com a população, elemento imprescindível para uma aberta e profícua identificação com os eleitores, apresenta-se como motor propulsor das batalhas que se aproximam, transmitindo uma imagem, construindo uma cadeia que tanta falta tem feito a este partido.

Uma das características dominantes na passagem de testemunho de um milénio para outro, é sem sombra de dúvida a velocidade de informação, havendo até quem diga que vivemos «*A Revolução da Comunicação*». Esta situação muda por completo a relação entre pessoas, organismos, e sociedades.

Coordenação:

Questiona-se nos últimos tempos, a necessidade de desgovernamentalizar o Partido!

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

Sintoma mais que evidente da falta de condenação interna, pois uma estrutura partidária deverá e terá que ser por si só ideologicamente auto-suficiente e informada, evitando a todo o custo o descrédito provocado por posições partidárias desarticuladas, em detrimen- to e forma de cobertura às opções do Governo.

Queremos e exigimos ser os primeiros em toda a linha de informação e divulgação de acções protagonizadas pelo Governo, ao qual somos e devemos continuar a ser o seu principal pilar de sustentação, pelo que para tal tenhamos a oportunidade que nos assiste sempre na liderança dos processos, e nunca prostrados perante uma opinião pública já de si manipulada pela antecipação dos nossos adversários políticos.

Queremos e exigimos transparência na forma de representatividade interna, de forma a uma vez por todas colocarmos um ponto final na irrealdade que é neste momento a re-

presentação relativa nas secções do Partido. Por isso torna-se imperativo mudar, ou as engrenagens que suportam e fazem mover todo este sistema quebrarão, e o resultado não será o pretendido por todos aqueles que aqui estão, na defesa intransigente de um Partido sólido e transparente.

Organização:

Acreditamos por isso e apostamos na necessidade urgente de reafiliação partidária a nível Nacional, deixando aqui o repto ao nosso Secretário Geral, para que considere esta opção prioritária no projecto que lidera, repondo com a coragem que lhe reconhecemos, a verdade representativa no Partido.

Defendemos e desenvolvemos trabalho de base activo, construindo os alicerces que saibamos e acreditemos serem indispensáveis, para fortalecer a credibilidade que tem vindo a ser conquistada através do trabalho do Go-

verno, Deputados e Autarcas junto da população.

Quando por isso a opinião e decisão que prevalecer for contrária à por nós defendida, uma coisa devemos e temos que fazer, acatar e respeitar, reconhecendo as idéias e opiniões contrárias, admitindo o engano daquilo que pensávamos ser vontade geral, afinal de contas não o ser de facto.

Queremos um Partido Socialista forte e consciente, no trabalho ao serviço do interesse público em consonância com as idéias, orientação, verdade confiança e liberdade, num equilíbrio social que pretendemos reforçado, indubitavelmente vocacionado para as populações, acima da singularização que o poder e o vício permitem.

O Projecto do PS exige uma política de desenvolvimento subjacente a uma melhoria do ambiente urbano, em consonância com as autarquias e outros agentes locais, de forma a valorizar e melhorar os padrões de qualida-

de de vida das populações.

Defendemos a continuidade e o futuro prometido no ambicioso projecto Socialista, do qual somos parte integrante enquanto eleitos, e o continuaremos a ser enquanto nele acreditarmos.

Queremos estar sempre que a situação o exigir, e os direitos dos Cidadãos estejam a ser postos em causa, não escondendo a nossa condenação e expressando sem medos nem receios as nossas posições e a nossa consciência.

Contem connosco, porque acreditamos e subscrevemos que a NOSSA VIA É UM NOVO CAMINHO A SEGUIR, e entendemos que O QUE É DE TODOS POR TODOS DEVE SER DECIDIDO.

1º Subscritor
João Carlos Soares – Militante nº 217688
Secção do Barreiro

MOÇÃO SECTORIAL

POR UMA SOCIEDADE À ESQUERDA

A rápida mutação do Mundo iniciada na década passada e especialmente visível na nossa década lança grandes desafios às formações políticas de Esquerda, que deverão readaptar o seu discurso à nova situação mundial.

Os subscritores desta Moção, mais do que criar uma doutrina política, vêem como objectivo lançar intenso debate no seio do Partido Socialista e da sociedade em geral sobre os desafios que se colocam à Esquerda no novo milénio.

A ascensão do Neo-Liberalismo

A hiperfobia do Estado e a incapacidade momentânea de resposta dos modelos económicos Keynesianos e do Estado Providência às crises petrolíferas dos anos 70 e 80, abriram caminho à propagação das doutrinas económicas neo-liberais, que se apresentaram como soluções de resposta a essas crises económicas.

Exemplos paradigmáticos da aplicação política da doutrina económica neo-liberal são o "Reaganomics" norte-americano ou o "Thatcherismo" britânico. O primeiro exemplo leva a uma maior abstenção económica do Estado e a esforços no sentido da liberalização mundial do comércio. O segundo exemplo, assenta na redução do Sector Empresarial do Estado e na sua intervenção mínima na economia, e é o modelo que influenciará toda a Europa, onde a intervenção estatal sempre foi superior aos mínimos exigidos pelo "American way of life".

O advento do pragmatismo político associado às correntes neo-liberais desde logo contribuiu para uma séria tentativa de esvaziamento ideológico, para o qual foi ainda determinante a queda do Comunismo no Bloco de Leste. Tornou-se frequente que os media veiculassem a voz corrente da esmagadora maioria dos "opinion makers", advogando o fim das ideologias, o esbatimento ou até mesmo o fim do antagonismo Esquerda/Direita. Esta tentativa de introduzir uma espécie de pensamento único ou pensamento dominante deu os seus frutos, patentes na "Tercei-

ra Via" britânica ou no "Novo Centro" teutónico.

Uma informação globalizada, cidadão informado ?

A "Aldeia Global" e o desenvolvimento dos media, em especial da televisão, levou o indivíduo ao isolamento no seu lar, reduzindo-se assustadoramente as formas de convívio e debate com elementos exteriores ao agregado familiar. Este debate, invariavelmente politizado levava a uma maior pluralidade na análise da informação, hoje maioritariamente reduzida à visão veiculada pela imprensa escrita e televisiva.

Assim, com uma menor actividade de discussão política, o cidadão vê-se permeabilizado relativamente à informação que recebe pela imprensa. É natural que sendo propriedade de empresas privadas haja uma necessidade de realizar lucro, recorrendo a imprensa frequentemente ao sensacionalismo e à superficialidade da informação. Este facto nada teria de grave se os receptores da informação comportassem espírito crítico. Mas a realidade é que cada vez são menos críticos.

Naturalmente que o objectivo "sensacionalismo" é gerido cuidadosamente pela imprensa, havendo situações de flagrante manipulação. A associação de interesses entre os proprietários dos "Mass Media" e grupos de influência política conduz muitas vezes a uma guerra sem quartel, com a denúncia de escândalos que visam a classe política, muitas vezes hiperbolizados e manipulados. Nada melhor para acentuar a descrença do cidadão na política.

Os "Mass Media" assumem assim um papel relevante e mais que influente junto da opinião pública. O grande problema reside na concentração económica de que são alvo, estando assim manipulados em função dos interesses dos seus proprietários, quase sempre ligados à política e quase sempre religiosamente Neo-Liberais, como de resto a maioria dos empresários.

Os próprios Partidos Políticos pautam a sua

actuação pela acção da imprensa, dada a influência detida junto da opinião pública. O artificialismo do discurso e a sua convergência para os critérios do pensamento único Neo-Liberal são verdadeiramente assustadores. Mais uma vez lembramos a actuação do Labour ou do SPD.

Uma economia globalizada, um mundo desequilibrado e de conflitos sociais...

Nesta conjuntura política vivida na última década, por pressão dos EUA e do Japão, intensificaram-se esforços com vista à liberalização do comércio e da prestação de serviços. Em consequência dos esforços desenvolvidos por estes países foram concluídos e assinados os acordos que instituem a Organização Mundial do Comércio (OMC), num quadro ultra-liberalizante do comércio internacional.

Com este regime, tornou-se mais atractivo para as empresas multinacionais transferirem muitas das suas unidades de produção para os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD's), em especial aquelas que não necessitam de mão-de-obra muito qualificada. Os elevados custos de mão-de-obra nos Países Desenvolvidos (PD's), que comportam elevadas contribuições para os sistemas de Segurança Social, bem como uma regulamentação laboral muito favorável aos trabalhadores, que é inexistente nos PVD's foram factores determinantes para este movimento. Mais, a protecção ambiental imposta nos PD's afectou a actividade industrial, impondo-lhe uma regulamentação exigente em matéria de protecção ambiental. A protecção ambiental é ainda insipiente nos PVD's, que se tornam assim atractivos para a transferência das indústrias poluentes.

A inexistência de regimes democráticos consolidados e a fraca organização do movimento sindical e ambiental, bem como as dificuldades económicas desses países, facilitam assim o acesso às multinacionais.

Tudo isto poderia ser aceitável numa perspec-

tiva de desenvolvimento integrado e sustentado dos PVD's. Infelizmente, tal não sucede. Apesar de a actividade económica desenvolvida pelas multinacionais nesses países gerar emprego, a política das multinacionais é totalmente alheia à melhoria das condições de vida das populações, não havendo qualquer desenvolvimento em matéria salarial, social ou laboral que não seja estritamente necessário para a manutenção do "status quo".

A estratégia das multinacionais é assim uma exploração desenfreada dos PVD's, num novo colonialismo, sem contornos de domínio político directo, um colonialismo essencialmente de contornos económicos. O que não deixa de ter as repercussões na actividade política destes países, muitas vezes condicionada pelos interesses das multinacionais.

Os efeitos dos usuais contratos de investimento que usualmente são assinados entre a multinacional e o Estado receptor da unidade de produção são quase sempre incontinentes pela sua relação com os lucros da empresa no país, que são manietados por técnicas de fuga fiscal como a simultânea subfacturação de exportações e sobrefacturação de importações.

Se as consequências para os PVD's são, como vimos, negativas, a tensão social provocada por este movimento de internacionalização da economia não deixa incólume os PD's. Os PD's só se tornam competitivos com uma redução dos custos de produção das empresas, o que as força a optar pela automatização do processo produtivo, em detrimento do factor produtivo mão-de-obra, encarecido pelos pesados encargos sociais e pela forte regulamentação laboral. Naturalmente que em nome da competitividade das empresas e das economias dos PD's se sacrifica um elevado número de postos de trabalho, causando as altas taxas de desemprego que flagelam os PD's.

Outra consequência deste facto é a pressão das empresas para a flexibilização da regu-

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

lamentação laboral nos PD's, sempre em nome da competitividade, prejudicando assim as conquistas dos trabalhadores feitas ao longo de décadas, em nome da sua dignidade, segurança e estabilidade, em nome da justiça laboral. O Partido Socialista, bem como os seus parceiros da Internacional Socialista sempre estiveram na primeira linha da defesa dos direitos laborais, não podendo assistir impávidos a esta tentativa de retrocesso.

A tensão social aumenta assim nos PD's, como é patente nas manifestações sindicais a que assistimos nos últimos anos, sendo o exemplo francês paradigmático. A incapacidade de resolução deste problema acentua a descredibilização do sistema político. Mas nem só os movimentos sindicais actuam. A extrema-direita tem explorado este fenómeno da forma que mais lhe aproveita. A intensificação das manifestações de intolerantes de racismo e xenofobia atestam-no, como por exemplo em França, com a Front National, ou na Alemanha, com o crescente movimento Neo-Nazi. A própria extrema-direita mais subtil tem apelado aos valores do nacionalismo contra o movimento de globalização da economia, apontado como a causa da crise.

Por último, e não menos preocupante, a concentração do poder económico. O fenómeno de globalização da economia é acompanhado da concentração económica em grandes grupos empresariais, cuja extensão, poder e influência tornam mais difícil o seu controlo pelas entidades públicas. Os processos de concentração a que nos referimos tendem à criação de monopólios privados e oligopólios, dificultando assim o acesso ao mercado por novos agentes económicos e aliciando à cartelização do mercado, com consequências ao nível da formação de preços. Mesmo para um Neo-Liberal é clara e preocupante esta situação.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade

Tradicionalmente associa-se à Esquerda o valor igualdade e à Direita o valor liberdade. Este critério distintivo simplista leva muitas vezes à associação à Esquerda de uma imagem cinzenta, redutora e uniformizadora da acção dos indivíduos.

Na génese da idade contemporânea a Esquerda embandeirava os valores da liberdade e igualdade de direitos cívicos. A Direita era nessa altura acérrima e o desenvolvimento de um sistema capitalista agreste, causador de gritantes situações de injustiça social e atentatórias à dignidade humana, ditaram o aparecimento de novas correntes políticas defensoras da igualdade social. Para a Direita bastava o regime de direitos e liberdades de participação cívica, sendo ainda renitente quanto à consagração do Princípio da Igualdade a muitos desses direitos.

Toda a evolução do pensamento de Esquerda em finais do Século XIX e início do Século XX levou à criação de dois grandes grupos de formações de Esquerda: um revolucionário, onde pontificavam as teorias Marxistas, e outro reformistas, onde pontificaram as teorias de Bernstein. A primeira corrente levou aos resultados hoje conhecidos, pela absoluta falta de respeito pela individualidade humana. A segunda implementou em muitos países de regime económico uma segunda geração de Direitos, visando a criação de uma sociedade mais justa e humanizada. Esta segunda geração de direitos de cidadania concretizou-se na criação, entre outras,

de uma rede de serviços de educação, cultura e saúde ou dignificando as suas condições de vida com a introdução do salário mínimo, do direito a férias, da redução do horário de trabalho, do sistema de segurança social ou a garantia do direito à greve e liberdade de associação sindical.

Estes direitos foram sempre acompanhados pelo aprofundamento e alargamento do regime dos direitos fundamentais. A Esquerda Democrática, a qual o Partido Socialista representa, continua a sua luta pelo respeito pelos Direitos Humanos, não consentido qualquer atropelo ao seu conjunto ou isoladamente.

Somo hoje, mais que a Direita Neo-Liberal e Conservadora, guardiões dos direitos e liberdades mais elementares para o ser humano. A recusa da pena de morte a defesa das garantias processuais no sistema judicial e a concepção humanista do Direito Penal são acerrinamente defendidas pela Esquerda Democrática contrariando os ataques que têm sido lançados pela Direita Neo-Liberal e Conservadora.

A liberdade de expressão política, religiosa, cultural e artística encontram na Esquerda Democrática, par da defesa das minorias, um defensor implacável. A Esquerda Democrática luta intransigentemente pela defesa destes Direitos no plano interno e externo, não os sacrificando em função de interesses económicos, como tem sido feito por Governos oriundos de correntes Conservadoras e Neo-Liberais.

Pretendemos uma sociedade tolerante, onde o direito à diferença seja reconhecido e respeitado. O respeito pelas minorias é basililar para a sociedade tolerante que o Partido Socialista e a Esquerda Democrática concebem. O repúdio e combate às manifestações de intolerância, em especial as violentas, devem ser vectores de qualquer política de esquerda.

Na realidade a preocupação obsessiva da Direita Neo-Liberal radica nas liberdades económicas, que desejam ver reforçadas em detrimento dos Direitos Sociais. Pretendem uma sociedade onde o Estado seja um árbitro, um elemento neutro na actividade económica e na correcção das desigualdades sociais. Esta concepção traduz uma visão individualista e selvática da sociedade, trazendo-se numa verdadeira selva, onde só o mais forte sobrevive.

Esta não é seguramente a nossa visão. Há muito que defendemos a liberdade de empresa e o direito de propriedade. O que não concebemos é o seu exercício de forma totalmente desligada da função social que lhes assiste. O livre exercício destas liberdades poria em causa a efectivação de uma sociedade justa e solidária, devendo assim o exercício destes direitos e liberdades ser balizado por forma a evitar abusos de posição dominante. De mesma forma que a liberdade de expressão e imprensa se encontram balizados pelo direito a honra, ao bom nome e à privacidade.

É neste sentido que advogamos a intervenção do Estado na economia. Julgamos fundamental a defesa dos direitos dos trabalhadores e a existência de os direitos regulamentação laboral que os proteja, garantindo-lhe, aquilo que uma organização gerida em função e a dignidade do lucro nunca lhe daria. Situações como o trabalho infantil ou o sub-emprego, em que se assiste a uma exploração desenfreada dão força à nossa voz. É pela nossa concepção solidária e fraterna da vida em sociedade que não renunciamos a um sistema de assistência social que faça

face a situações de vulnerabilidade como o desemprego, a pobreza, a doença ou a velhice, dignificando a vida dos mais carenciados.

É por considerarmos que o ser humano nasce livre e igual em direitos que não renunciámos a promover uma igualdade de oportunidades, reflectida na protecção a infância e no direito à educação universal e gratuita. Continuaremos a lutar para que critérios de capacidade económica deixem de ditar a exclusão do acesso a graus mais elevados de ensino, em especial a liberdade de acesso ao mercado.

A concentração do poder económico, privada tal como foi demonstrado por Montesquieu para a concentração dos poderes públicos, é perigosa e atentador dos direitos liberdades individuais, neste caso das liberdades económicas, em especial a liberdade de acesso ao mercado.

O processo de concentração empresarial privada dificulta o funcionamento desejável do mercado, com todos os prejuízos causados no consumidor. É nosso dever limitar estes processos por forma a que deles resultem situações monopolistas ou oligopolistas. A protecção do consumidor e a defesa do ambiente serão necessariamente objectivas a prosseguir pela Esquerda Democrática, num combate assumido aos exercícios inadmissíveis dos direitos de liberdade económica.

Concebemos uma sociedade livre, tolerante, justa e solidária, onde os valores Liberdade, Igualdade e Fraternidade sejam os princípios orientadores básicos.

Por uma Democracia Participativa

O alheamento dos cidadãos da actividade política é, infelizmente, um dado adquirido nas sociedades contemporâneas. Este alheamento merece da esquerda e do Partido Socialista resposta adequada, no sentido de reforçar e aprofundar a vivência democrática. Uma política global de reforma do Estado com uma forte preocupação de dinamizar a participação cívica é uma solução credível e desejável.

A Revisão Constitucional de 1997, apesar de todas as insuficiências causadas pelo boicote da Direita Parlamentar, demonstrou o empenho do Partido Socialista em levar a cabo uma séria reforma do sistema político, consagrando medidas como a iniciativa legislativa popular, o fim do monopólio partidário nas candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, ou a introdução de círculos uninominais no sistema eleitoral para a Assembleia da República, num quadro de manutenção da proporcionalidade do sistema.

A revisão do sistema eleitoral para a Assembleia da República é uma forte medida de aproximação dos eleitores dos eleitos, através da criação dos círculos uninominais, devendo ser retomada pelo Partido Socialista. A este propósito foi também proposta a introdução de um sistema de quotas para garantir uma participação minimamente igualitária de ambos os sexos nas listas.

Ninguém põe em causa a necessidade de aumentar a participação das mulheres na actividade política. Este é um princípio fundamental a ser prosseguido por todos os partidos políticos. Contudo, prioritário à imposição legal de quotas, é o combate directo às causas do baixo índice de participação política feminina.

A participação feminina na actividade política em Portugal é reconhecidamente inferior à média europeia. Tal facto deve-se ao atraso cultural de que fomos e ainda somos vítimas em consequência de 48 anos de isolamento e ditadura. Na maior parte dos países europeus a participação das mulheres foi um processo natural e evolutivo. O mesmo se passou em Portugal até aos dias de hoje, com a condicionante do nosso atraso. Portugal já teve uma mulher como Primeira-Ministra e candidata a Presidente da República e o número de governantes, deputados e autarcas do sexo feminino.

É fundamental investir ao máximo na mudança de mentalidades, eliminando preconceitos machistas e incutindo nas mulheres o a necessidade de participação política. Infelizmente, ainda hoje entre as mulheres dos meios rurais ou entre as mulheres menos jovens, não há receptividade feminina para a participação na vida política.

Importa que este processo seja resultado de uma evolução natural de mentalidades e não de uma mera imposição legal. A imposição legal de quotas é uma medida artificial, que poderá associar uma imagem negativa à participação política feminina, na medida em que a sua participação é assegurada por imposição legal. A evolução natural da participação feminina é determinante para a sua solidez e credibilização.

Sempre foi apanágio do Partido Socialista a participação política feminina, podendo uma solução deste género insinuar dúvidas sobre a vontade das estruturas intermédias do Partido Socialista no que toca à participação feminina. Acreditamos convicentemente no papel relevante das mulheres na actividade política, lutamos e lutaremos em nome da sua presença efectiva.

O fim do monopólio dos partidos políticos nas candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, consagrado na última revisão constitucional, possibilita candidaturas independentes aos órgãos do Município, representando um avanço significativo nas formas de participação política do cidadão. É agora importante regulamentar este direito, assegurando a sua exequibilidade nas próximas eleições autárquicas.

Outra inovação da última revisão constitucional foi a iniciativa legislativa popular, possibilitando assim a participação directa do cidadão na actividade legislativa. Esta reforma constitucional carece de urgente regulamentação no sentido de de possibilitar o mais rápido possível a efectivação deste direito. Acresce ainda a necessidade de uma campanha de esclarecimento, a levar a cabo pelos órgãos de soberania e partidos políticos, por forma a incentivar o cidadão ao uso desta forma de participação.

O referendo foi pela primeira vez utilizado nesta legislatura, sendo os índices de participação inferiores ao desejado. Julgamos a prática referendária salutar como forma de aprofundar a democracia participativa. Todavia, importa encontrar formas de aumentar a participação nestes actos, sendo necessário o empenhamento crescente dos partidos políticos e de elementos de reconhecida capacidade da sociedade civil no sentido de incrementar um debate sério e abrangente em toda a sociedade, despertando assim a consciência cívica da população.

É ainda de saudar os esforços do Governo e do Partido Socialista no sentido de alargar a prática referendária à Administração Autárquica. Esta iniciativa servirá seguramente para um enraizar do instituto do Referendo no sistema político português.

Num momento em que assistimos a uma forte contestação à carga fiscal, curiosamente uma das mais baixas da União Europeia, afi-gura-se necessário prover para que haja um maior sentimento de retribuição do Estado ao contribuinte. Nesse sentido, entre outras medidas que não interessa aqui abordar, o Partido Socialista deve estudar e propor formas de participação do cidadão na repartição da despesa pública.

A introdução do Orçamento Participativo, uma figura onde o contribuinte pode afectar uma parte da sua contribuição fiscal a uma área de actuação da Administração Pública, deve ser ponderada pelo Partido Socialista. Desta forma será possível auscultar os anseios dos contribuintes, bem como poder criar uma maior satisfação e sentimento de retribuição no contribuinte.

A participação cívica não se esgota na reforma do sistema político, podendo ser incrementada através de uma reforma administrativa, de uma maior abertura dos partidos políticos à sociedade civil e do apoio ao associativismo.

Uma Administração Pública aberta e participada

Tradicionalmente a Esquerda é vista como excessivamente centralista, num modelo herdado do jacobinismo da Revolução Francesa. Esta ideia, cada vez mais errada, deve ser combatida com a condução de um movimento descentralizador da Administração Pública, com uma forte dinâmica de participação dos administrados. O Partido Socialista há muito que assumiu esta postura. Importa reforçar a nossa actuação neste sentido.

Conduzir uma reforma administrativa assente na transparência, descentralização, eficiência, racionalização e participação directa do cidadão, é imprescindível para despertar o interesse do cidadão na gestão da "Res Pública". Num momento em que as críticas à ineficiência e à centralização da Administração Pública atingiram um pico máximo, o Partido Socialista deve prosseguir a política de reforma administrativa iniciada à quatro anos.

Ao longo desta legislatura demonstrámos o nosso empenho na descentralização administrativa através de um conjunto de iniciativas legislativas que visaram o reforço das Autarquias Locais e a instituição das Regiões Administrativas.

A proposta de instituição em concreto das Regiões Administrativas foi recusada pelo Povo Português em referendo. Expressou-se assim a vontade popular de não pretender a instituição das Regiões Administrativas nos moldes e no tempo em que lhe foi proposto. Este facto não invalida que o Partido Socialista abandone a sua convicção nos benefícios emergentes da concretização desta reforma, devendo amadurecer e reavaliar a sua proposta, para que num futuro longínquo seja debatida, compreendida e aceite pelo Povo Português.

Os portugueses foram claros neste referendo, restando agora ao Partido Socialista desencadear uma política de descentralização nos Municípios e Freguesias. A par desta política deverão ser desenvolvidos esforços no sentido de proceder a uma reorganização territorial e funcional da Administração Pública Periférica do Estado, dotando-a de uma maior uniformidade territorial, de mecanismos de coordenação entre os diversos serviços e de uma maior racionalidade. A Administração Pública deverá ser ainda dotada de mecanismos de participação de-

mocrática dos administrados, conferindo-lhes voz nas opções da administração. Será assim possível contribuir para um maior interesse dos cidadãos e para uma maior proximidade da actividade administrativa aos anseios dos cidadãos.

O exemplo máximo destas medidas é o exemplo da Auto-Administração, visível nas Autarquias Locais, Universidades ou Ordens Profissionais. Estes exemplos são positivos e devem ser alargados, sempre que viável, a outras áreas da administração.

Um Partido dinâmico e aberto

A sociedade civil olha ainda com distância e até mesmo, porque não afirmá-lo, com alguma desconfiança para a actividade dos partidos políticos. A capacidade de abertura e atracção dos partidos políticos são determinantes para a adequação do seu discurso e actividade às necessidades da população. Por outro lado a participação da sociedade civil afastará o estigma negativo muitas vezes associado aos aparelhos partidários.

O Partido Socialista compreendeu desde cedo a necessidade de proceder a uma abertura à sociedade civil, abrindo-se ao debate e à participação de independentes. O ponto máximo desta orientação foi a realização dos Estados Gerais para uma Nova Maioria.

Não podemos adormecer à sombra do sucesso obtido com esse evento. Como partido que suporta o Governo as nossas responsabilidades são acrescidas na auscultação da sociedade civil. Sempre assumimos um espírito de intervenção, nunca estivemos condicionados por uma liderança centralista e não dialogante. O partido deve não só ser aberto à intervenção crítica e construtiva dos seus militantes, como também de elementos da sociedade civil.

As estruturas do partido devem desenvolver a criação de espaços de reflexão e debate destinados a militantes e independentes em todas os seus níveis de actuação, proporcionando assim uma abertura na definição das políticas a prosseguir pelo partido nas Autarquias Locais e na defesa dos interesses regionais.

É importante ressaltar que não pretendemos para o Partido Socialista o modelo de "catch all party". O Partido Socialista tem 25 anos de história, e princípios ideológicos sedimentados. Não podemos também esquecer a contribuição activa dos nossos militantes, que tanto esforço desenvolvem em prol do Partido.

Pretendemos que, no quadro dos nossos princípios ideológicos, haja suficiente abertura na organização do Partido para a participação de independentes que se identifiquem com a Esquerda Democrática. Esta participação de independentes deve ser vista como uma forma de enriquecer o discurso do Partido e reforçar os nossos laços com a Sociedade Civil. Radicalmente diferente é a construção de um programa e de um discurso exclusivamente em função de critérios de oportunidade eleitoral, o que frontalmente re-cusa a mos.

A dinâmica da Sociedade Civil

A Sociedade civil manifesta-se muitas vezes através de movimentos e associações cívicas. Estes fenómenos são extremamente importantes na mobilização política dos cidadãos, na medida em que permitem expressar vontades colectivas, totalmente à margem da actividade politico-partidária.

Importa assim encorajar estes meios de socialização e debate de ideias, que diminuam a indiferença do cidadão perante a actividade política. Estamos certos da sua relevância para o desenvolvimento de uma consciência política crítica nas populações.

É relevante neste campo o papel das associações cívicas, estudantis, ambientalistas e sindicais, que merecem todo o apoio dos organismos públicos para o desempenho das suas actividades, no total respeito pela sua independência.

Estas associações deverão ser ouvidas ao máximo pelos agentes políticos, órgãos de soberania e pela administração, ressaltando sempre a necessidade de não cair no extremo do Neo-Corportativismo. Julgamos que reservar um papel mais activo do movimento associativo, nas suas diversas vertentes, constitui simultaneamente o encorajamento da participação cívica e a consolidação do processo de decisão política.

Construir uma Europa Social

A Esquerda Democrática sempre demonstrou grande empenho no processo de integração europeu, através do Partido Socialista e dos seus parceiros no Partido Socialista Europeu. A construção de uma Europa, onde as diferenças culturais entre países sejam salvaguardadas, e haja um esforço em nome de uma acção comum é por nós assumido. O reforço dos órgãos da União Europeia, numa linha de participação e maior legitimação democrática, é uma prioridade para a Esquerda Europeia. Neste campo julgamos urgente a reforma do sistema judicial comunitário e uma maior visibilidade para o Parlamento Europeu.

A União Económica e Monetária, na qual estamos integrados é mais um passo sólido na construção europeia. Contudo, afigura-se nos necessário rever os critérios que orientam a política orçamental dos estados membros para a união monetária. Estes critérios são predominantemente monetaristas, obrigando a uma exagerada abstenção de intervenção económica dos estados membros. Esta orientação não permite desenvolver políticas sociais das quais não abdicamos, devendo os critérios que presidem ao Euro ser temperados em ordem à concretização da Europa Social.

É a Europa Social o grande objectivo a prosseguir pela Esquerda Europeia, num esforço para uma real convergência social entre os estados membros, que permitirá consolidar o processo de integração.

Em nome de uma Ordem Internacional justa e solidária

A visão da Esquerda Democrática não se resume ao bem estar da sociedade nacional. Os nossos valores são globais, dirigidos a toda a humanidade. Torna-se assim necessário neste momento em que se assiste a um processo de Globalização da Economia, assegurar uma acção capaz de converter este processo num meio de concretizar um desenvolvimento justentado de toda a Humanidade.

A ausência de regulamentação política, social e ambiental no processo de globalização da Economia abre caminho a todo o conjunto de desequilíbrios já anunciados nesta Moção. Não cremos que o processo de Globalização deva voltar atrás. Julgamos antes necessário proceder à sua reforma assegurando o respeito pelos Direitos Humanos, a efectivação pelo desenvolvimento e

melhoria das condições de vida nos Países em via de desenvolvimento, bem como evitar o retrocesso em matéria de Direitos Sociais nos Países Desenvolvidos.

Urge reformar a Sociedade Internacional dotando-a de mecanismos de efectivação destes objectivos. A aplicação de sanções económicas e isolamento dos países que desprezem os Direitos Humanos deve constituir uma norma na actuação de todos os sujeitos de Direito Internacional Público, em especial das Organizações Internacionais. No que respeita à liberalização do comércio e prestação de serviços, consagrada nos acordos da Organização Mundial do Comércio (O.M.C.), a prioridade reside no combate ao "Dumping Social" e ao "Dumping Ambiental" praticado pelos Países em Vias de Desenvolvimento.

A introdução de standards mínimos e progressivos em matéria de protecção ambiental e social nos acordos da O.M.C. é uma solução, desejável. Desta forma seria possibilitado aos PVD's a introdução progressiva de medidas de protecção ambiental, que visariam minimizar os efeitos perversos da prática de "Dumping Ambiental" nas economias dos PD's, proporcionando assim uma efectiva protecção ambiental a escala necessária e obstando à degradação das condições ambientais nos PVD's.

A introdução de standards mínimos e progressivos no combate ao Dumping Social implicaria a minimização do desemprego nos PD's e a dignificação das condições laborais e dos condições de vida nos PVD's. A definição dos critérios e prazos de implementação destas medidas poderia ser definido através das Convenções Internacionais do Trabalho elaborados no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, onde os diversos Estados têm assento através de representantes do Governo, das Associações de Empresários e dos Sindicatos nacionais.

A par destas medidas e no sentido de permitir aos PVD's o seu desenvolvimento urge uma reforma da Sistema Financeiro Internacional. O grupo Banco Mundial, que é composto pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, pela Sociedade Financeira Internacional e pelo Fundo Monetário Internacional, deve sofrer reformas no sentido de alterar a sua política de ajuda ao desenvolvimento.

A grande medida deve visar minimizar a imposição de políticas monetaristas em prol de medidas estruturais. As actuais imposições na ajuda ao desenvolvimento são muitas vezes excessivas, pondo em causa as já insipientes políticas de protecção social e a soberania orçamental desses países. O controlo dos movimentos de capitais deve ainda ser controlado pelo FMI, evitando-se a instabilidade causada pelos movimentos especulativos.

Por último é necessário assegurar o cumprimento do compromisso assumido pelos PD's de consagrar 1% do seu PIB à ajuda ao desenvolvimento, compromisso assumido na Conferência de Nova Dheli, em 1968.

É com esta política de solidariedade internacional que a Esquerda Democrática deve actuar em nome do Desenvolvimento. O Partido Socialista deve ser firme e determinado na luta por um Mundo junto e equilibrado, onde a Paz, Democracia, respeito pelos Direitos Humanos sejam regra e não excepção.

Os desafios da Esquerda Democrática

Perante esta nova Sociedade Global também

a Esquerda tem de se adaptar, procurando dar soluções aos desafios que lhe são lançados. O combate à tentativa de implementação do pensamento único Neo-Liberal, deve ser assumido pela Esquerda Democrática com soluções imaginativas, que não renunciem ao passado histórico do movimento do Socialismo Democrático.

O Partido Socialista e a Esquerda Democrática não podem enveredar por caminhos pretensamente renovadores, que assumem políticas económicas puramente neo-liberais e assumem um discurso minuciosamente estudado em função do tratamento da imprensa. Viver de ideais é mais digno que viver da imagem.

O Partido Socialista e a Esquerda Democrática devem lutar pela participação e formação

cívica, assumindo a necessidade de revitalizar um debate sério e participado em nome do aprofundamento da Democracia. A pluralidade de ideias e o debate aberto são fundamentais para a consolidação da Democracia, contribuindo para uma sociedade plural, activa e tolerante.

O Partido Socialista e a Esquerda Democrática continuam na primeira linha da defesa das liberdades individuais, em nome da protecção das minorias e do respeito pelos Direitos Humanos.

O Partido Socialista e a Esquerda Democrática não podem abandonar a defesa dos trabalhadores, lutando pela efectivação dos seus direitos e pela dignificação das condições de vida das populações, na construção de uma sociedade onde a igualdade de oportu-

nidades seja cada vez mais efectiva.

O Partido Socialista e a Esquerda Democrática devem assumir com frontalidade e convicção a sua crença na Economia de Mercado, desde que regulada por forma a obter um equilíbrio de interesses na sociedade e dirigida ao progresso da Humanidade. Para tal recusa claramente o funcionamento selvático do mercado, no combate à exclusão social, na defesa dos mais desfavorecidos, na protecção ambiental e no controlo do exercício abusivo das liberdades económicas.

O Partido Socialista e a Esquerda Democrática entendem o processo de globalização da economia como uma excelente oportunidade de combater as desigualdades, permitindo o desenvolvimento sustentado dos países

mais pobres, assumindo a defesa da reforma dos acordos e instituições internacionais, por forma a evitar que este processo se transforme numa exploração selvática dos recursos naturais e humanos dos Países do Sul pelas empresas dos países do Norte. O Partido Socialista e a Esquerda Democrática estão empenhados na construção de um Mundo equilibrado, onde os Direitos Humanos sejam respeitados e as populações tenham um nível de vida digno. Assumimos a necessidade de que as diversas culturas sejam preservadas.

S. Pedro do Sul, 21 de Janeiro de 1999

1º Subscritor

Rui Costa

Secção de S. Pedro do Sul

MOÇÃO SECTORIAL

CONSTRUIR OS FUNDAMENTOS DO PORTUGAL MODERNO E SOLIDÁRIO DO SÉCULO XXI

A construção de uma sociedade desenvolvida, mais justa e solidária em Portugal passa inevitavelmente pela capacidade do Partido Socialista de mobilizar e dinamizar a iniciativa e a acção dos Portugueses, incluindo, em primeiro lugar, a dos seus próprios militantes e simpatizantes, à volta de um grande Projecto de Desenvolvimento Nacional para o próximo século.

Este Projecto deverá visar o desenvolvimento sustentado e harmonioso de Portugal conciliando a manutenção da nossa identidade cultural, da nossa autonomia económica e da nossa independência política na abrangência dos próximos séculos, com a continuação dos avanços na construção de uma esperada e desejada União Europeia.

Os Princípios de uma Sociedade Desenvolvida e Solidária

A construção em Portugal duma sociedade desenvolvida socialmente mais justa e coesa deverá ser o objectivo fundamental de todos os cidadãos que se reclamam do ideal do socialismo democrático.

Para a construção progressiva deste tipo de sociedade impõe-se a definição e a implementação de um conjunto de princípios, pela colectividade nacional, de modo consensual.

Os princípios fundamentais, que devem reger uma sociedade democrática são os seguintes:

- a Liberdade,
- a Igualdade,
- a Responsabilidade,
- a Fraternidade,
- e a Solidariedade.

A Liberdade, sob as suas diferentes formas, consensual e colectivamente aceites, torna os Homens conscientes dos seus direitos e dos seus deveres e permite-lhes desenvolver o espírito de iniciativa.

A Igualdade é a condição fundamental para que a Liberdade seja assumida colectivamente por todos os Homens entre eles, e em particular a igualdade de oportunidades.

A Responsabilidade de cada Homem perante os outros e perante a sociedade, em geral, origina o Civismo entre os Homens que é a consequência lógica do pleno exercício da sua Liberdade de acção associada à Igualdade de oportunidades, dando origem a um relacionamento mais Humano entre todos os Homens.

A Fraternidade será a consequência da aplicação dos princípios de Responsabilidade e de Civismo entre os Homens.

Finalmente, a Solidariedade será o culminar da aplicação dos princípios anteriores resultando no desejo de justiça social e de coesão da Sociedade, possibilitado pelo desenvolvimento económico e social, evitando a criação a prazo de situações socialmente insustentáveis, potencialmente fomentadoras de ruptura da Sociedade.

O Partido Socialista, agente principal da consolidação da Democracia

Portugal, apesar do bom desempenho económico desta última década, com destaque para estes três anos de Governo do PS., ainda não pode ser considerado um País plenamente desenvolvido, se compararmos os indicadores sociais de Portugal com os dos restantes países da OCDE.

Em consequência, podemos concluir que ainda temos pela frente um longo caminho a percorrer, com vontade, esforço e dedicação para atingirmos o objectivo duma sociedade desenvolvida e solidária.

Convém não esquecer que esse desenvolvimento passa também pela capacidade de criarmos uma economia altamente competitiva a nível mundial, não esquecendo nunca que os outros países também não ficam parados e procuram atingir objectivos semelhantes. Esta situação implica a existência de uma esperança, de uma vontade, de uma ambição de um novo devir para Portugal no século XXI. Este que termina em 31 de Dezembro de 2000, fica marcado, em grande parte, pela vontade de um Homem que lutou pelo estabelecimento de um regime verdadeiramente

democrático em Portugal, ancorado à Europa livre e democrática - em particular, a União Europeia; este Homem, Mário Soares, praticou o Socialismo do possível, no contexto político existente na altura, colocando o interesse de Portugal, acima de certos interesses e objectivos legítimos, mas por vezes, demasiado ambiciosos e generosos do Partido Socialista.

Cabe agora ao nosso Secretário-Geral, António Guterres, a tarefa de coordenar e implementar um ambicioso Projecto de Desenvolvimento Nacional mobilizador da vontade, da coragem, do esforço e da capacidade de trabalho de Todos os Portugueses, após ter conduzido, com alto sentido de dedicação e muita coragem Portugal ao clube dos países fundadores do ?uro.

Convém contudo não esquecer que a integração no primeiro pelotão da moeda única, por muito importante que seja, não representa um objectivo, em si mesmo; somente poderá ser considerada como um meio para se atingir, no futuro, um conjunto de objectivos ambiciosos em termos de desenvolvimento social e económico para Portugal. Assim, impõe-se, para já, que estes ou se encontrem definidos ou então em vias de definição. Caso contrário, o euro poderá apresentar mais inconvenientes que vantagens.

Não nos devemos esquecer que os acontecimentos históricos que se comemoraram com a realização da Expo 98, representam uma manifestação de vontade e ambição de Portugal, definida há mais de cinco séculos, que ainda continua dando os seus frutos (a presença dos portugueses nos PALOPs colaborando na sua reconstrução e desenvolvimento económico; a crescente internacionalização das empresas portuguesas no Brasil), isto apesar de algumas contrariedades, em particular a continuação da guerra fratricida em Angola e do espectro de crise económica que paira sobre o Brasil e que poderá vir a ter sérias repercussões sobre a economia mundial.

Apesar do trabalho e do esforço dispendido estes últimos anos, impõe-se saber distinguir a realização de algumas grandes obras, onde

se associam as componentes - engenharia, requalificação urbana e promoção imobiliária - com a implementação de um ambicioso Projecto Nacional de longo prazo, mobilizador da energia e da vontade dos Portugueses, cujos frutos perdurem, pelo menos alguns decénios para além da data da sua conclusão, conduzindo a um desenvolvimento sustentado, harmonioso e solidário de todo o País e originando assim uma melhoria acentuada e contínua do nível cívico, económico e cultural da mais ampla franja possível de cidadãos.

Um Projecto de Desenvolvimento Nacional para o século XXI

A edificação de uma sociedade cada vez mais desenvolvida em Portugal implica a definição e existência de um conjunto de meios para a sua concretização.

Assim, primeiro impõe-se a definição, elaboração e início de implementação de um Projecto de Desenvolvimento Nacional para Portugal, a muito longo prazo (20-25 anos), com ampla participação de toda a Sociedade Civil, incluindo os partidos políticos, organizações associativas representativas do maior número possível de interesses, e também todos os cidadãos, em geral.

Este Projecto deverá evitar aquando da sua elaboração a constituição de comissões, de sub-comissões, de sub-comissões de sub-comissões, e outras, privilegiando um aspecto prático e tanto quanto possível consensual. A sua discussão deverá ser efectuada dentro de determinados prazos nunca permitindo que os mesmos se arrastem indefinidamente.

A sua redacção final deverá abranger o mais amplo consenso possível, sem pretender a unanimidade, pois esta é, porventura, sinónimo de seguidismo ou de incapacidade intelectual, por parte de certos indivíduos. Por último, a sua implementação deverá ser efectuada pelos cidadãos deste País, visto serem eles os verdadeiros actores da mudança, para quem o Projecto é dirigido, com vis-

ta à satisfação das suas necessidades e anseios. Para atingir este objectivo, torna-se não só necessário a realização de amplas campanhas de comunicação e de informação, mas também a preparação e a formação da classe política de modo a que esta conheça muito bem os objectivos e os meios a implementar para os atingir.

Este Projecto deverá valorizar a aposta em duas componentes fundamentais: o investimento nos Recursos Humanos e na Investigação e Desenvolvimento e deverá permitir «balizar» grandes orientações de desenvolvimento do século XXI para Portugal, tendo em consideração: - o nosso saber e a nossa riqueza cultural,

- o vertiginoso desenvolvimento actual da inovação e da ciência, em todo o Mundo, bem assim como a sua difusão instantânea,

- a evolução da demografia portuguesa, aliada às condições de emigração portuguesa deste século,

- e a condicionante da contínua integração de Portugal na União Europeia.

A conciliação destas condicionantes representará uma tarefa extremamente árdua para as gerações mais jovens que terão também de suportar e reparar o fardo dos erros cometidos pelas gerações precedentes.

- A Qualificação dos Recursos Humanos

O enorme esforço de investimento necessário para qualificar os Recursos Humanos é sobejamente conhecido, dado o baixíssimo nível de qualificação da grande maioria da população activa portuguesa.

Esta transformação implicará uma manifestação de esforço e vontade de todas as partes intervenientes (trabalhadores, empresários, entidades formadoras e financiadoras) para se atingir o nível de qualificação necessário, pois caso contrário corre-se o risco de vermos o desemprego crescer a um ritmo assaz elevado. Contudo, essa tarefa de consciencialização não cabe unicamente à classe política, ela impõe-se também aos cidadãos que deverão ser parcialmente responsabilizados pela imperiosa necessidade de procurarem formação contínua desde o início da sua vida activa até à sua reforma. Este esforço de qualificação dos Recursos Humanos, em estreita ligação com o Sistema Educativo, deverá também visar outro objectivo, em particular junto das camadas mais jovens: o desenvolvimento do espírito de iniciativa empresarial e de criação de empresas.

O outro esforço necessário relaciona-se com o investimento em Investigação e Desenvolvimento, entre outros, nos sectores em que Portugal possui conhecimentos (importantes, senão vastos) em alguns domínios tais como os Oceanos, a Floresta, o Turismo, os sectores tradicionalmente fundamentais e vitais da Economia e também aqueles que teremos forçosamente de desenvolver com urgência: a Saúde e as Tecnologias da Informação.

Os Oceanos, ou em termos mais gerais, o Mar («mar salgado») representa um potencial importante de desenvolvimento económico futuro, não somente pelo facto de ser considerado unanimemente um dos espaços geográficos de expansão do próximo século, mas também devido à extensão da nossa zona económica marítima exclusiva, à nossa posição geo-estratégica e ainda à experiência e ao saber que foi sendo adquirido ao longo dos séculos por gerações sucessivas de Homens que lhe dedicaram as suas vidas de trabalho e que permitiram a acumulação de

um saber e saber-fazer ligado ao Mar.

A Floresta Portuguesa, apesar de sub-aproveitada e de não ser ainda muito bem gerida, representa também um sector a desenvolver, não somente em termos de área de produção, mas também na utilização dos seus produtos a nível industrial, e no desenvolvimento de novos produtos e novas aplicações graças à realização de investigação e desenvolvimento. Aliás convem notar que o conhecimento da floresta não se limita à Europa, mas abrange uma extensa área representada pelos Palops e também pelo imenso Brasil.

O Turismo enquanto principal sector de actividade económica, em Portugal, deverá ser privilegiado em termos de desenvolvimento não somente devido às nossas condições climáticas, aliadas à característica de afabilidade e hospitalidade do nosso Povo, mas também pela nossa Cultura tão rica e variada, que se encontra fundamentada nas raízes de um dos países mais antigos da Europa. Este País, que plantou marcos históricos e culturais disseminados pelos mais diversos pontos do Universo, não somente devido à sua epopeia marítima, mas também na sequência da saga da emigração, possui, somente nesta vertente, um potencial elevado de visitantes «turistas» cujo interesse, curiosidade e eventualmente mesmo o desejo de conhecer as suas raízes profundas interessa incentivar e estimular. Será sempre bom não esquecer que as outras potencialidades são também extremamente importantes, e logicamente também interessa desenvolvê-las.

Os Sectores Fundamentais da nossa Economia deverão não somente ser mantidos mas, acima de tudo, dinamizados pois representam uma fonte multíplamente importante de saber e de saber-fazer, que importa valorizar cada vez mais, graças ao aumento da competitividade dos seus produtos, pelo recurso à investigação e desenvolvimento, ao design, às novas técnicas de marketing e à internacionalização, de modo a que possam ser uma fonte cada mais importante de valor acrescentado para Portugal, permitindo assim também uma melhoria dos rendimentos dos diversos agentes económicos a eles ligados.

A Saúde representa outro sector de actividade económica a privilegiar na medida em que, apesar de apresentarmos um atraso estrutural ainda importante comparado com os países mais desenvolvidos, podemos desenvolver conhecimentos e saberes que foram sendo acumulados ao longo de gerações, em diferentes regiões do Mundo, por onde a nossa influência se estendeu, e que depois de devidamente analisados e desenvolvidos permitirão dar um contributo para a irradicação de um conjunto de doenças existentes.

As Tecnologias da Informação representam um sector onde deveremos investir intensa e constantemente no futuro; em particular, o ensino e a aprendizagem das linguagens e programas de software, visto o seu conhecimento representar a «carta de condução» dos novos veículos da sociedade da informação. Somente assim poderemos evitar taxas de «analfabetismo» elevadas neste domínio de vital importância para o funcionamento da sociedade.

Logicamente, o segundo sub-sector onde se deverá investir fortemente será o da criação

de uma indústria de software que nos permita atingir uma situação, no computo geral, de não dependência de terceiros e se possível tornando-nos mesmo auto-suficientes.

A Agricultura representa um sector onde se torna urgente a realização de reformas estruturais de longo prazo, permitindo criar as bases para que o seu desenvolvimento se realize sem sobressaltos ou convulsões excessivas, pela implementação de um Projecto de Desenvolvimento Agrícola.

Importa, em primeiro lugar, criar as condições para que a mesma seja praticada em termos de gestão empresarial apoiada em movimentos associativos fortes, tanto de natureza privada como cooperativa.

Deverá portanto privilegiar-se o desenvolvimento de um associativismo dinâmico com objectivos empresariais bem definidos, visto que se nos outros países existem organizações de produtores fortes e devidamente estruturadas, não fará qualquer sentido que estas também não existam em Portugal.

O associativismo agrícola não pode somente manifestar-se e demonstrar capacidade reivindicativa em períodos de sobreprodução ou de calamidades naturais; é condição sine qua non para que o mesmo seja eficiente, que primeiro saiba impor uma disciplina entre os associados, fazendo com que estes se disciplinem e aprendam a cooperar em conjunto não somente no aspecto do intercâmbio das técnicas de produção, na coordenação das produções, na comercialização dos produtos, no desenvolvimento de uma formação de qualidade para todos os agricultores e no incentivo da aprendizagem das técnicas de gestão empresarial.

Em certa medida, já existem alguns exemplos deste tipo, tais como o associativismo dos produtores do vinho do Douro e dos produtores de leite, apesar dos problemas que se têm manifestado ultimamente. Somente assim será possível encontrar soluções para ultrapassar o espírito individualista do agricultor português, permitindo-lhe simultaneamente trabalhar menos e auferir um rendimento superior.

É indispensável incentivar a introdução e o desenvolvimento da produção de novos produtos agrícolas insuficientemente produzidos no espaço da União Europeia e adequados ao clima português. Para além desta medida importa também incentivar parcerias com empresas internacionais detentoras de capacidades de marketing ou de saber-fazer técnico visando a conquista de mercados externos.

Paralelamente, importa defender uma reforma da PAC que seja realista e consequente, conduzindo a uma diminuição dos subsídios agrícolas que beneficiam essencialmente os grandes produtores, em prejuízo dos médios, pequenos ou micro-empresários agrícolas; por outro lado, importa também definir políticas agrícolas de longo prazo que permitam o desenvolvimento adequado da agricultura tendo em vista, não somente a sua adaptação à concorrência mundial que se desenha no âmbito da OMC, mas também a salvaguarda e a defesa dos pequenos e micro-empresários agrícolas que, para além de desempenharem uma importante função económica, exercem também uma importante função social, evitando a desertificação total de grandes áreas do território nacional.

Deverá prosseguir-se a reestruturação do Ministério da Agricultura concentrando-se esta a sua actividade em certas áreas bem definidas tais como Estatísticas, Sanidade vegetal e animal, Engenharia e Obras Hidráulicas e

Agrícolas, Fiscalização e Controlo de Subsídios, transferindo as outras tarefas para as Organizações Agrícolas.

A Internacionalização da Economia Portuguesa deverá ser intensificada, sempre que possível, interligada com uma melhoria acentuada da qualificação dos Recursos Humanos do País, dando um especial destaque ao conhecimento técnico-profissional, às tecnologias da informação e de outras línguas estrangeiras.

É indispensável prosseguir o apoio à internacionalização das empresas portuguesas, identificando as dificuldades por elas sentidas na implementação das suas estratégias de internacionalização e incentivando a tomada de decisões estratégicas que lhes permitam vender cada vez mais produtos e serviços com a «marca Portugal» e não apenas com a indicação «fabricado em Portugal».

Importa também intensificar a procura do investimento directo estrangeiro consumidor de mão de obra muito qualificada, incorporando forte componente de investigação efectuada por investigadores portugueses, preferencialmente graças à criação, por essas empresas, de centros de investigação em Portugal.

As Reformas Estruturais a Realizar

Para que este conjunto de objectivos económicos se possa realizar plenamente, importa prosseguir ou desenvolver um conjunto de reformas profundas nos seguintes domínios:

- Educação,
- Justiça,
- Sistema Fiscal,
- Saúde,
- Administração Pública.

Este conjunto de reformas profundas, determinando as orientações a longo prazo, talvez vinte ou mais anos, é indispensável para um normal e correcto funcionamento da sociedade portuguesa, permitindo-lhe tornar-se apetecível em termos de dinamismo e competitividade económica a nível mundial. A simples implementação de reformas adequadas e necessárias, mas com efeitos apenas de curto prazo, é insuficiente pois estas terão de ser constantemente actualizadas ou modificadas, apresentando-se passados poucos anos como uma simples «manta de retalhos de legislação»: assim, importa definir grandes princípios orientadores da organização da vida em sociedade a longo prazo, respeitando sempre os interesses consensuais da esmagadora maioria dos cidadãos.

- Educação

É indispensável continuar a implementação da reforma do sistema educativo tendo em vista, entre outros aspectos, preparar os educandos para a realidade da vida activa e não para concepções puramente teóricas e abstractas, sem qualquer ligação com a realidade global e multicultural da actual sociedade da informação em que vivemos. Torna-se portanto imperativo fomentar constantemente o intercâmbio de aprendizagem escola-organizações externas (empresas, organizações não governamentais, Administração pública, etc.). Importa também começar a ensinar, desde a primária, para além do alfabeto, da tabuada, da leitura, a linguagem informática, conhecimento indispensável na sociedade da infor-

mação. Cada escola primária deverá assim ser equipada com, pelo menos, um computador por sala de aulas.

A implementação de uma nova filosofia escolar implicará a abertura das Universidades Portuguesas à realidade da sociedade, admitindo a livre circulação dos estudantes entre os diferentes cursos, uma vez que se caminha para a implementação de um sistema de aprendizagem contínua ao longo da vida activa de cada cidadão e como tal, não fará qualquer sentido as Universidades se excluam deste sistema, abdicando, simultaneamente, de rendimentos complementares para os seus orçamentos.

- Justiça

A reforma da Justiça somente será eficaz quando os processos entrados em Tribunal puderem ser julgados com a rapidez adequada e não estarem sujeitos a adiamentos sucessivos na sua resolução. O normal e eficaz funcionamento da economia e da sociedade dum país assim o exigem.

O princípio de Justiça implica também o agravamento das sanções penais aplicadas a certos crimes particularmente graves, em especial os atentatórios contra a integridade física dos cidadãos, destacando-se os casos de violação, pedofilia, maus tratos a pessoas, sendo recomendável que em certas situações as sanções penais a aplicar sejam agravadas até à prisão perpétua.

Torna-se também indispensável a instituição urgente de um sistema alternativo para resolução de conflitos e de litígios comerciais tornando-os mais céleres, justos e económicos, visto que sem a adopção a economia nunca poderá funcionar com eficiência, permitindo-se assim o desenvolvimento de comportamentos de desonestidade e de fraude susceptíveis de impunidade.

- Sistema Fiscal

A reforma do Sistema Fiscal é indispensável, mas sempre pensada em termos de longo prazo, nunca baseada numa filosofia que obrigue a pequenas e contínuas alterações dos códigos fiscais.

Para se poder implementar um sistema eficaz de combate à fraude fiscal importa, primeiro que tudo, também disciplinar as despesas públicas, não se permitindo o desperdício dos impostos pagos pelos contribuintes; enquanto este perdurar poderá sempre

haver a tendência para se justificar a fraude com os exemplos de desperdício do dinheiro do erário público.

A fraude também terá tendência a reduzir-se a partir do momento em que se eliminar o princípio da protecção do segredo bancário, para efeitos fiscais. Costuma-se dizer "quem não deve, não teme": como vivemos num regime democrático, em que o branqueamento de capitais é proibido e punível por lei, não faz grande sentido manter-se o princípio da protecção do segredo bancário, para efeitos fiscais.

Assim, talvez fosse possível implementar um Sistema Fiscal mais justo, possibilitando a redução da carga fiscal afectando os trabalhadores auferindo rendimentos provenientes exclusivamente do trabalho por conta de outrem.

- Saúde

Importa continuar e dinamizar a implementação de reformas estruturais indispensáveis a uma racionalização da prestação dos serviços de saúde visando conciliar a melhoria dos mesmos, com o aumento da sua procura, por força da evolução das condições sociais e demográficas (em particular, o envelhecimento e aumento da esperança de vida da população), com um controlo dos seus custos.

Neste sector, será certamente necessário realizar uma conciliação muito criteriosa e rigorosa dos interesses dos diversos actores presentes para se obter um resultado adequado.

- Administração Pública

O Povo Português recusou o modelo de regionalização do País, submetido a referendo, em finais de 1998. A regionalização foi apresentada como a reforma do século, embora tenha sido elaborada e apresentada de uma forma muito mal explicada, mal quantificada (embora esse aspecto não fosse fundamental) e nada dialogante com o Povo (alguns socialistas apresentaram-na mesmo, por vezes, com algum enfado e sobrançeria) considerando que esta deveria ser aprovada daquela maneira, e depois logo se veria a modalidade efectiva de implementação.

Perante a recusa daquele modelo de regionalização, mas não de uma regionalização bem elaborada, importa des-

de já começar a realização de um certo tipo de descentralização / regionalização da Administração e do Estado, talvez menos ambicioso, mas seguindo o exemplo de certos modelos levados a cabo pelas autarquias, muitas vezes de maneira espontânea, mas que conseguem conciliar os interesses conjuntos das populações.

Convém nunca esquecer que a finalidade da Administração Pública é fornecer um conjunto de serviços facilitadores da vida dos cidadãos, e não complicá-los como por vezes acontece. Importa portanto acelerar as reformas aí conducentes. Este aumento de qualidade de serviço público deverá ser implementado ministrando sempre uma formação adequada e suficiente aos funcionários públicos, que irão ser os principais agentes da implementação dessas medidas.

Será sempre bom recordar que a promoção a funções de chefia deverá ser efectuada tomando em consideração as capacidades técnicas dos candidatos e não exclusivamente a sua simpatia política, como acontecia frequentemente no passado, e que talvez também tenha acontecido, uma ou outra vez, sob o Governo do Partido Socialista. Quando esta prática acontece, corre-se o risco de se obterem maus resultados, por força da incompetência das pessoas.

Para que a Administração Pública funcione eficazmente convirá também instituir-se um sistema de avaliação anual das chefias, pelos seus subordinados.

Um Partido Socialista mobilizado e consciente da sua missão

«Competirá ao Partido Socialista, enquanto intérprete das aspirações do Povo Português, a implementação de um ambicioso Projecto Nacional para o século XXI, conducente à transformação e modernização da sociedade portuguesa!» - será certamente este o desejo de todos os militantes e simpatizantes do Partido Socialista.

Esta patriótica missão terá de ser realizada sempre em sintonia directa com o Povo, visto ser este o actor principal da mudança.

Por isso, o espírito de vitória, que se deseja e espera com maioria absoluta nas próximas eleições legislativas, que porventura iluminará todos os delegados ao Congresso deverá ser temperado com o espírito de humildade

e de responsabilidade pela missão, simultaneamente exaltante e difícil, mas não impossível, de construir as bases do Portugal moderno, desenvolvido e solidário do século XXI.

Para que este desejo se concretize é necessário que todos os socialistas saibam cerrar fileiras, privilegiando os ideais que os unem, não valorizando as pequenas divergências de opinião, embora também nunca perdendo o salutar espírito da crítica construtiva.

Para levar a bom porto o conjunto de propostas de transformação solidária da sociedade portuguesa, o Partido Socialista deverá também aprender a incutir nos seus militantes e simpatizantes um certo espírito de disciplina, pois será importante não somente saber recolher periodicamente o feed-back da actuação do Governo do Partido Socialista, mas também obter opiniões sobre a melhor maneira de pôr em prática certas decisões, transmitir algumas das importantes medidas a implementar no futuro, de modo a que os militantes socialistas possam ser os elos de ligação ao nível da vivência quotidiana com a população em geral.

Tal como os cidadãos devem estar compenetrados da necessidade de terem formação contínua ao longo de toda a sua vida activa, também os militantes e simpatizantes socialistas que exerçam cargos de responsabilidade política, e mesmo os restantes militantes e simpatizantes deverão frequentar periodicamente sessões de formação e aperfeiçoamento nos diferentes aspectos da vida em sociedade, em particular no âmbito das Ciências Sociais.

Com efeito, é indispensável que o Partido Socialista institua, com convicção, o seu próprio Sistema de Formação, porque todo o militante socialista deve possuir um conjunto de conhecimentos teóricos mínimos que lhe permitam defender e justificar os seus pontos de vista, quando confrontado com opiniões políticas divergentes.

Somente assim será possível ao Partido Socialista apresentar propostas realistas destinadas a satisfazer os anseios e as aspirações do Povo Português, de modo a que o Governo do Partido Socialista possa implementar as medidas concretas conducentes à sua efectiva realização.

José Manuel Rodrigues Marto

Militante nº 228728

MOÇÃO SECTORIAL

“MAIS IGUALDADE MAIS DEMOCRACIA”

O Departamento das Mulheres Socialistas, ao abrigo do artigo Nº114 dos Estatutos do P.S., e no cumprimento estrito do ponto 1º do mesmo Artº, que diz que o D.M.P.S. " têm como objectivo promover uma efectiva igualdade de direitos entre mulheres e os homens, bem como a participação paritária em todos os domínios da vida política, económica, cultural, social e a sua intervenção na actividade do Partido, apresenta ao Congresso a seguinte moção:

1 - Após 25 anos de efectiva democracia, as mulheres portuguesas ainda não gozam de um estatuto de efectiva igualdade de tratamento e oportunidades, apesar das numerosas declarações de intenções.

2 - As mulheres portuguesas, porém, assumiram e participam nas mudanças e nos combates nacionais, contribuindo activamente na criação do Rendimento Nacional. Em 1996 representavam 51,8% da população residente. E, de acordo com os estudos do EUROSTAT para 100 homens com habilitações superiores havia 170 mulheres com idêntica habilitação.

A nível global, a taxa de feminização do emprego situa-se em 45,1% e é dominante em sectores como a educação, 77,6%, saúde e acção social 75,8% e na indústria têxtil e cal-

çado, 72,1%. Apesar de nos últimos 10 anos a taxa de actividade feminina ter vindo a crescer lentamente, atingindo em 1997 valores como 42,9%, as mulheres portuguesas continuam a ser demasiadamente vulneráveis em termos económicos e sociais. Assim, por contraposição ao anteriormente expresso, a participação das mulheres na formação profissional em 1994 não ultrapassava os 30% dos desempregados, o desemprego feminino era superior ao masculino (7,3% para 5,4%), com a agravante do desemprego feminino ser de longa duração e sem possibilidades de requalificação profissional, devido à alta taxa de analfabetismo que atinge as mulheres. De igual modo, o rácio de remuneração entre homens e mulheres, demonstra que estas usufruem apenas 73,9% da remuneração masculina e que 63% dos trabalhadores que recebem salário mínimo, são mulheres.

3 - A Declaração de Pequim inclui no seu ponto nº13, que " A autonomia e afirmação das mulheres e a sua participação plena com base na igualdade em todas as esferas da sociedade, incluindo a participação no processo de tomada de decisão, e acesso ao poder, são fundamentais para se alcançar a igualdade, o desenvolvimento e a Paz. ". No entanto, apesar de em Portugal as mulheres

representarem 70% dos que concluem com êxito os cursos superiores, bem como representarem 65,1% dos trabalhadores da Administração Pública, continuam arredadas da decisão política e dos mais altos cargos das hierarquias políticas.

4- Se as mulheres demonstram competência para aprender e para executar, como os numeros demonstram, não é aceitável que estejam sub-representadas na tomada de decisão. O que podemos observar é que não existe paridade no sistema político português seja ele partidário ou não, e que as medidas já tomadas, são insuficientes para modificar a mentalidade masculina que domina a cultura política, pelo que se tornam necessárias outras iniciativas.

Assim o DMPS decidiu empenhar-se nesta árdua tarefa propondo ao PS que apoie este Departamento para se conseguir modificar este estado de desigualdade entre géneros. Concretamente propomos:

-Que o PS. e o Governo se empenhem em medidas concretas que visem num curto espaço de tempo o combate ao empobrecimento das mulheres e a sua reclassificação profissional através da incentivação da formação em articulação com a promoção da Educação

para Adultos.

-Que seja divulgada a avaliação do Plano Global para a Igualdade de Oportunidades criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº47 /97 para que se conheça a sua eficácia.

-Considerando ainda a baixa percentagem de mulheres em lugar de decisão, propõe-se que o PS promova de imediato a quota estatutária de participação de 25% de mulheres em lugares elegíveis em todas as instâncias da tomada de decisão, começando pela elaboração das listas para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.

-Como prova de aceitação destas medidas propõe-se que a constituição da Comissão Nacional, respeite a determinação dos 25% mínimos e que aceite a progressiva participação em paridade, contemplando esta posição nos diplomas sobre a Reforma Eleitoral.

Finalmente propõe-se que o Congresso aprove o Pacto Social para a Paridade entre Mulheres e Homens, o qual deve compreender a partilha do Emprego, das Responsabilidades Familiares e Poder de Decisão em todos os sectores e níveis da Sociedade.

D.M.P.S.

MOÇÃO SECTORIAL

MELHOR DEMOCRACIA COM MAIS CIDADANIA

A efectiva participação dos cidadãos e cidadãs é condição essencial para o aperfeiçoamento da democracia.

Em Portugal constata-se um "déficit democrático", dada a fraca participação das mulheres nos órgãos de decisão política.

Esta participação não tem aumentado desde o 25 de Abril ao contrário do que acontece em outras áreas em que se verifica que as mulheres têm uma participação decisiva no desenvolvimento e são maioritárias em muitos sectores de actividade revelando uma inequívoca capacidade para actuar na esfera pública (vide anexos 1 e 2).

Esta situação tem constituído uma preocupação do Governo Socialista, mas continua num impasse no Partido, devido ao preconceito ligado à questão das quotas, cuja rejeição por alguns, tem constituído um obstáculo ao progresso nesta matéria.

Ora o Partido Socialista, enquanto Governo, tem relativamente a este assunto, responsabilidades especiais no cumprimento da Constituição e de compromissos internacionalmente assumidos por Portugal no âmbito da U.E., das Nações Unidas e do Conselho da Europa.

É tempo de reflectir seriamente sobre esta questão e de apoiarmos o nosso Governo no esforço que tem vindo a fazer para melhorar o funcionamento da nossa democracia.

É tempo de recordar o que consta do Programa Eleitoral do Governo P.S. e da Nova Maioria que consigna a introdução de medidas positivas para promover a igualdade entre

homens e mulheres com vista ao aperfeiçoamento do regime democrático.

Desse Programa consta textualmente "no plano das relações entre homens e mulheres, o exercício da cidadania plena exige, para além de um tratamento de não discriminação jurídica, política e social, que se garanta a aplicação de medidas positivas destinadas a corrigir as limitações de base social e cultural de que as mulheres são ainda alvo no tempo presente".

E mais adiante, afirma-se que "uma sociedade mais igualitária será uma sociedade mais paritária".

Como partido do futuro, que participa na construção da U.E., o P.S. tem como objectivo, no que se refere à participação de mulheres e homens, a paridade.

Por iniciativa do P.S., na ultima revisão da Constituição o artigo nº 109 passou a estatuir que "a Lei deve promover a igualdade no exercício dos direitos civicos e políticos e a não discriminação em função de sexo no acesso a cargos politicos".

Em consequência, o Governo já depositou na Assembleia da República, uma proposta de Lei Eleitoral, para ser agendada ainda nesta legislatura, que estabelece a obrigatoriedade de medidas positivas em favor do sexo subrepresentado, com o objectivo de aumentar o numero de mulheres, não só nas listas, como nos eleitos de aí resultante.

O Congresso não deve, nem pode, ignorar estes factos, nem estar na prática em con-

tradição com as medidas tomadas pelo Governo no cumprimento de promessas eleitorais.

Não se trata apenas do não cumprimento de uma norma estatutária, em vigor desde 1987, mas do escândalo que seria, no momento em que apresentamos à Assembleia da República uma proposta de Lei, o P.S. na prática, e no que respeita aos seus órgãos dirigentes, não cumprir internamente o que preconiza na Lei.

Se analisarmos o que aconteceu nos partidos politicos, e nomeadamente no P.S. desde o 25 de Abril, constatamos que a percentagem de mulheres militantes não só não aumentou, mas diminuiu.

A explicação deste fenómeno não está num desinteresse das mulheres pela politica, mas no facto de as mulheres sofrerem um processo de exclusão no interior dos partidos politicos, cujo modo de funcionamento por outro lado, não se ajusta à dupla e tripla tarefa que ainda hoje têm que assumir.

É preciso que tomemos consciência que este é um problema grave para o nosso Partido e para o próprio regime democrático.

Neste sentido, é fundamental que o Congresso assuma as suas responsabilidades elegendo como um dos objectivos prioritários da actuação do Partido a construção da democracia paritária, aprovando desde já medidas positivas que viabilizem o aumento da percentagem de mulheres no P.S., cumprindo pelo menos a quota estatutária de 25% nomeadamente nos seus órgãos dirigentes

e em todos os lugares de decisão política.

D.M.P.S.

Anexo 1: Participação das mulheres nos órgãos de decisão política¹

Percentagem de eleitas na eleição de 1 de Outubro de 1995:
PS - 12,5%;
PPD/PSD - 8%;
PCP/PEV - 26,7%;
CDS/PP - 20%

Percentagem de eleitas nas eleições autárquicas
Dezembro de 1997 - 3% dos presidentes de Câmara eleitos

Percentagem de eleitas ao Parlamento Europeu
8% (a mais baixa percentagem de todos os Estados membros)

Percentagem de eleitas nas Assembleias Regionais:
Madeira - 13, 7%;
Açores - 9,6%

Percentagem de eleitas no total de órgãos de direcção dos partidos politicos:
PS - 17, 7%;
PSD - 9,8%;
PCP - 17, 55%;
CDS/PP - 8,5%

Anexo 2: Taxa de feminização em alguns sectores de actividade, na educação, na ciência e cultura¹

Emprego

- Taxa de actividade feminina - 43%
 - Taxa de feminização do emprego - 45, 1%
 - Taxa de feminização de algumas profissões: Médicas - 42,3%;

Advogadas - 35, 9%;
 Magistradas - 33,1%

Estrutura do emprego segundo as profissões

- Taxa de feminização
 Dirigentes da função pública e de empresas - 33%
 Profissões intelectuais e científicas - 50,7%

Profissões técnicas intermédias - 50,2%

- Jornalismo

Taxa de feminização - 32,8%
 Na Direcção do Sindicato de Jornalistas - 42,9%

- Cultura

Taxa de feminização da Associação Portugue-

sa de Escritores - 28%
 No Sindicato dos Trabalhadores de Espetáculos - 37,8%

- Ciência

Doutoradas - 53,4%

¹ Portugal Sindical das Mulheres 1997

² Portugal Sindical das Mulheres 1997

MOÇÃO SECTORIAL

ECONOMIA, FINANÇAS, EUROPA REFORMA ECONÓMICA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esta moção nasce de uma reflexão sobre a prática tendo em conta a reformulação da análise teórica e os filões do pensamento socialista europeu e mundial, utilizando o trabalho comum e razoavelmente coordenado que militantes socialistas e políticos independentes no Parlamento, no Governo e noutras instâncias e estruturas políticas, foram desenvolvendo, com objectivos comuns, estabelecidos no Programa Eleitoral do PS, no Contrato de Legislação (assinado nos Estados Gerais) e no Programa do Governo, concretizados em numerosos diplomas legais e globalmente no conjunto da prática governativa.

I

A ideia e o projecto do Socialismo em Portugal têm mais de um século. A necessidade de, mantendo a fidelidade aos ideais e às aspirações de Antero de Quental, José Fontana e Azedo Gneco, actualizar os objectivos e as estratégias socio-económicas na mudança de milénio obrigam-nos a uma reflexão sobre a prática político-económica recente bem como a perspetivar o futuro.

II

As reformas sócio-económicas

A actual conjuntura política de aprofundamento do processo de integração europeia e de desenvolvimento económico nacional obriga não só a uma pilotagem cuidadosa do processo político e económico em curso como a uma reflexão estratégica sobre os caminhos trilhados e a seguir nos domínios económicos e financeiros, no seu enquadramento nacional, europeu e mundial.

Aliás, a história do progresso económico e social deste século significou sempre uma ruptura com as práticas liberais-conservadoras no domínio económico. Foi disso exemplo a política do New Deal, levada a cabo pelo presidente Roosevelt, a qual permitiu ultrapassar a primeira e mais grave crise económica e dos mercados financeiros.

A marca socio-económica deste Governo ficou claramente estabelecida logo no arranque da legislatura pela adopção do rendimento mínimo garantido. Na altura, a direita disse que destruiríamos a economia nacional, que encorajariamos a preguiça e o desemprego. Hoje, a direita mais lúcida começa a dizer que esta foi uma reforma irreversível.

É o que nós pretendemos. Que seja irreversível! A exemplo de León Blum que em

1936 deixou as férias pagas como uma reforma de fundo para a França e como exemplo para muitos países europeus, o rendimento mínimo garantido ficará como uma bandeira das reformas que o PS conduziu, a partir do Governo e com o apoio das autarquias e de instituições de solidariedade.

A nossa «démarche» política insere-se na melhor tradição do pensamento progressista e do socialismo europeu.

Na senda do 1º Governo Trabalhista inglês do pós-guerra que criou o Serviço Nacional de Saúde, nós continuamos defensores de um SNS que cumpra de forma moderna, eficaz e actualizada as suas funções.

Na esteira da governação de Willy Brandt que adoptou medidas de reforço da participação dos trabalhadores na vida económica e de melhoria das condições de trabalho e de segurança nas empresas. Trilhando um caminho na área da segurança social e do bem estar dos trabalhadores de que a prática dos nossos camaradas suecos (ao longo de décadas) foi exemplo e de que Olof Palme foi um dos protagonistas.

Digamos ainda e por outro lado, do ponto de vista económico as verbas do próprio rendimento mínimo garantido, tendo em conta a situação social dos beneficiários, entram imediatamente no circuito de bens de primeira necessidade, constituindo assim um estímulo suplementar à actividade económica.

Iniciou-se, aliás, uma reforma da Segurança Social em que se deram vários passos decisivos para a melhoria da protecção social e o aprofundamento de uma relação de cidadania nessa protecção. Nas prestações familiares, nos aumentos diferenciados das pensões de reforma, na luta contra a fraude, particularmente, nas baixas, residem exemplos de ruptura com o passado recente.

III

Há desenvolvimentos importantes no plano do processo de integração europeia que, por um lado condicionam mas por outro potenciam a estratégia económica portuguesa.

As linhas do compromisso entre os socialistas europeus passam pela defesa do crescimento económico e da promoção do emprego na Europa, na perspectiva da justiça e da solidariedade social e no âmbito de uma economia de mercado social e ambientalmente equilibrada e sustentável.

Sem prejuízo da necessidade de cada país e, em particular, cada partido socialista adop-

tar as políticas que mais se adequem às características económicas das sociedades e às especificidades culturais dos respectivos povos, a esquerda não pode esquecer que também no actual contexto os valores da solidariedade e justiça têm uma forte componente internacional. E que no espaço europeu têm de se compatibilizar os interesses nacionais com a perspectiva do aprofundamento da construção europeia e do equilíbrio mundial.

O Partido Socialista perspectiva uma Europa mais justa e desenvolvida, na senda das históricas conquistas sociais da esquerda no quadro de um compromisso em tomar as medidas que permitam reforçar o papel desta renovada Europa, num mundo em vias de globalização. A ratificação do Tratado de Amsterdão e a criação do euro ocorrem numa conjuntura em que a esmagadora maioria dos Governos da União Europeia são liderados por partidos socialistas. Este facto reforça simultaneamente a obrigação da Europa ter uma posição pró-activa face à globalização mediante a promoção do seu modelo social e assumir a responsabilidade de estar à altura dos desafios que se colocam na mudança de milénio.

Entre esse desafios destacam-se os causados pela emergência dos egoísmos nacionais retrógrados e pelas tentativas de imposição de dogmatismos neo-liberais que devem ser combatidos. Por outro lado, há um novo campo de possibilidades para a inovação, a difusão tecnológica e o aumento geral do bem-estar que o socialismo democrático deve encabeçar com determinação ao nível nacional, europeu e mundial.

IV

Globalização, Competitividade e Modelo Europeu

A questão não é dizer-se apenas que vivemos na era da globalização. É útil compreender o que isso implica em termos de alteração do modelo económico e social dominante nas sociedades modernas e a sua compatibilização com os valores da esquerda e do socialismo democrático. Desde logo é necessário levar em conta a situação em que as unidades produtivas mudam de país para país com grande facilidade e rapidez, na procura de melhores condições de competitividade como o custo e qualidade de mão de obra, acessibilidades, custos dos transportes, comunicações e, naturalmente, incentivos dos Estados. Mas não são ape-

nas as empresas que mudam de lugar, são também os próprios factores de produção que são globais, sendo normal que um produto seja pensado em Los Angeles, desenhado em Milão, utilize tecnologia japonesa, incorpore componentes e peças de Hong-Kong, Malásia, Alemanha e Portugal, seja montado em Singapura e exportado para todo o mundo.

De acordo com este modelo económico dominante, teremos que no próximo século os recursos essenciais da competitividade serão os recursos humanos qualificados, cultos e experientes, o acesso fácil e rápido ao mundo através de comunicações de última geração e transportes aéreos, marítimos, ferroviários e rodoviários fiáveis, rápidos e de baixo custo. Neste modelo e nestas condições a competitividade resulta da capacidade de orquestração e de casamento entre oportunidades e recursos, independentemente do local onde se localizam estas oportunidades. É nesse contexto que a generalidade dos Estados têm vindo a avançar no sentido de o comércio mundial ser livre para a grande maioria das mercadorias e serviços.

Acresce, por isso, que as regiões mundiais que melhor respondam a estas necessidades da competitividade, têm melhores condições para atrair e reter os investimentos, sendo que estes também serão globais, isto é, terão cada vez menos nacionalidade e serão crescentemente móveis.

Este modelo de economia beneficia os consumidores, que necessitarão de cada vez menos recursos para adquirir os bens de que precisam, nomeadamente os produtos mais maduros e menos inovadores, já que a inovação nos produtos, nas tecnologias e nas formas de comercialização e de distribuição continuarão a beneficiar de um prémio de valor acrescentado. Ou seja, para a esquerda e para a defesa dos seus valores é relevante saber, em termos nacionais e internacionais, se este movimento das empresas multinacionais por todo o mundo contribui ou não para dar oportunidades aos países menos desenvolvidos do globo para iniciar um processo de desenvolvimento, de que beneficiam todos os consumidores mundiais, ainda que isso possa ser feito à custa dos interesses desses mesmos consumidores enquanto trabalhadores dos países mais desenvolvidos, principalmente daqueles com limitações de formação escolar e profissional e tenham dificuldade em responder às características dos novos postos de trabalho em sectores de maior sofisticação e exigência.

Com a dificuldade adicional de saber em que plano devemos colocar Portugal nesta contabilidade e no contexto das nações, até por que tendo o nosso país ainda grandes fragilidades no seu processo de desenvolvimento, visíveis na formação dos recursos humanos e na pobreza relativa das infra-estruturas de comunicação e de transportes, já possuímos políticas activas de investimento no estrangeiro, isto é, participamos activamente no processo de globalização.

A globalização deve assim ser entendida como condicionando as formas de estar no mundo, o que passando por reconhecer a interdependência dos países e das acções políticas, reforça a obrigação de proceder a reformas económicas que capacitem os Estados para estabelecerem um justo e socialmente aceitável sistema de comércio internacional.

Neste contexto, parece evidente que uma verdadeira política de esquerda passa pela expansão apoiada pelas forças progressistas dos países democráticos mais desenvolvidos dos valores do socialismo democrático e do modelo de liberdade sindical, de segurança e de justiça social existente na Europa, que apesar de vir a integrar custos de produção pagos pelos consumidores, são ganhos civilizacionais irreversíveis e como tal não podem ser negociados em qualquer parte do globo. Isto é pode-se aceitar que a globalização transporta importantes ganhos de eficiência económica que contribuem para a disponibilização a baixo preço de bens essenciais, mas isso não pode ser compatível com aceitar-se, de modo nenhum, formas de exploração e de opressão dos trabalhadores dos países menos desenvolvidos.

Não esquecendo que os consumidores beneficiados o são tanto mais quanto mais consomem, o que é um outro problema de injustiça social relativa, existente nas sociedades do nosso tempo, bem como uma questão reconhecidamente grave no campo do consumo dos recursos naturais existentes no planeta.

V O Primado da Política e a Estratégia Económica

Passados que estão os tempos em que alguns colocavam toda a fé no planeamento imperativo e centralizado e outros num modelo neo-liberal ultrapassado há que reafirmar com clareza o primado da política sobre a economia e a necessidade de estratégias socialistas democráticas claras e assumidas nos planos nacional e europeu.

Respeitando a economia de mercado e o modelo social europeu, no caminho de uma sociedade solidária.

Cabe aos partidos políticos, como elementos essenciais da democracia representativa mas também como postos avançados das ideologias, apresentar propostas para o futuro. Uma estratégia para Portugal no século XXI contempla, nas suas vertentes económica e financeira, a ponderação dos sectores que devem ser privilegiados em função do seu carácter inovador, do seu potencial em termos de emprego, por serem sectores de enlace ou pela sua capacidade de arrastamento face aos restantes.

Esta estratégia económica deverá utilizar os instrumentos de planeamento e de programação elaborados com rigor técnico e flexibilidade de execução que sejam adequados, envolvendo sempre a audição dos agentes económicos sectoriais ou regionais e dos poderes locais abrangidos nas acções a de-

envolver.

Também em termos espaciais se exige a promoção de todo o território nacional, que não pode ser a justaposição de uma faixa desenvolvida, duas áreas sobrepopoadas, uma coutada de caça, uma estância de férias e o "interior" mas tem que ser uma simbiose da nossa diversidade. O Governo do PS já tomou significativas medidas de promoção do interior (o que está a passar por incentivos empresariais, pela modernização de vias de comunicação, pela promoção de infraestruturas e equipamentos, pela nova prática no domínio da energia - de que o novo sistema de distribuição do gás natural é exemplo) e de combate ao desemprego nas regiões mais afectadas por este fenómeno (como ainda recentemente se pôde ver no Alentejo). Nos próximos anos há que garantir que Portugal não seja apenas um diamante que maravilhe os estrangeiros com as suas diversas faces mas antes de mais um país em que todos, de Norte a Sul, na Madeira e nos Açores vivam com dignidade e tenham acesso à formação, ao trabalho e ao lazer. Um passo muito significativo foi dado com a aprovação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas no decorrer desta legislatura.

Uma estratégia económica e financeira nacional num quadro europeu passa por um sistema fiscal mais equitativo, pela reconversão do tecido económico, pela inovação empresarial, pela melhoria do sistema educativo e por uma estratégia de investimento social com maiores oportunidades de educação e formação ao longo da vida, integrando-se a promoção do emprego e o desenvolvimento de um clima de concertação estratégica, num quadro de co-responsabilização das forças sociais e de partilha dos frutos do desenvolvimento. Tudo isto no respeito pelos direitos do consumidor, com uma adequada perspectiva de equilíbrio espacial e promovendo a melhoria das condições ambientais.

É neste contexto que pretendemos a reforma económica, com equilíbrio financeiro, crescimento económico e mais justa distribuição da riqueza. A perspectiva da Reforma Económica e do Desenvolvimento Sustentável têm que estimular a inovação, quer na área da organização empresarial, quer na área tecnológica quer na procura de novos mercados e na satisfação de novas necessidades.

VI Equilíbrio Financeiro e Coesão Social

A prática do actual Governo tem-se pautado pela defesa dos valores fundamentais do socialismo democrático europeu e mundial nesta viragem do milénio, combinando as reformas modernizadoras com o reforço da democracia política e com o avanço no sentido da democracia económica, social e cultural. Uma política que pretende o crescimento para gerar mais solidariedade e mais justiça; uma política que respeita a economia de mercado mas e porque quer uma sociedade de justiça, liberdade e solidariedade.

É neste contexto, que a preocupação e a concretização do equilíbrio financeiro ganham mais sentido. Não só para assegurar a caminhada de desenvolvimento económico que o EURO potencia como para garantir a possibilidade de distribuir solidariamente os frutos desse desenvolvimento.

A estabilidade monetária e a disciplina fiscal ganham o seu maior sentido para assegurar os objectivos de solidariedade social, de que o pleno empre-

go e a luta contra a exclusão são vectores indissociáveis.

Há também que prosseguir de forma contínua e empenhada uma política de rendimentos integrando uma política salarial, a qual garanta uma partilha socialmente equitativa dos benefícios do crescimento. Tudo isto com o imperativo da coesão social, da convergência real e da diminuição da pobreza.

VII Política Económica, Papel do Estado, Competitividade e Solidariedade

No quadro actual é também uma obrigação das propostas socialistas democráticas a defesa da eficiência económica porque só se pode distribuir a riqueza que as sociedades têm condições para criar. Tem ainda de se ter presente que as crises financeiras recentes evidenciam os riscos da globalização incontrolada. É neste contexto que o aumento da cooperação internacional e um aperfeiçoamento das políticas dos Estados pode ajudar a ultrapassar esses riscos. O peso dos governos socialistas na Europa aumenta a responsabilidade da nossa família política, dos nossos camaradas na Europa e no Mundo.

Nesse contexto, no domínio financeiro, ganham particular relevo:

- A protecção dos mercados emergentes relativamente à excessiva vulnerabilidade financeira;
- A urgência de desenvolver a cooperação entre a zona EURO e os outros espaços económicos e monetários mundiais;
- A luta pela reformulação do papel dos organismos monetários e financeiros internacionais, demasiado dependentes de concepções neo-liberais ou enformados por paradigmas monetaristas.

Quanto às consequências económicas da actual realidade financeira europeia interessa referir que a criação do EURO e a consolidação de uma zona monetária europeia unificada exigem uma coordenação séria das políticas económicas e progressos graduais na harmonização fiscal.

Entretanto, convém ter em conta que o papel do Estado e do sector público tem vindo a mudar, também na nossa perspectiva. E se interessa que o Estado garanta com regras precisas um quadro macro-económico estável, é preciso também que o Estado esteja atento não só à necessidade de aumentar a eficiência das Administrações Públicas como a prevenir e a combater novas formas de desigualdade. Na óptica dos socialistas que somos, o Estado também deve servir para isso. A redução do papel do Estado como proprietário na área económica não o pode inibir de intervir quando necessário com objectivos sociais ou económicos indissociáveis da sua responsabilidade. Mas uma cultura de regulação pública e um reforçado dinamismo empresarial associado ao sector público actual em áreas onde a sua presença se revele ou venha a revelar necessária é imprescindível.

E neste contexto, o papel do Estado como dinamizador de grandes infraestruturas e promotor de melhores condições ambientais, à escala nacional e europeia, aparece-nos como irrecusável. Bem como garante de condições e regras que encorajem o desenvolvimento do investimento privado, nacional e estrangeiro, socialmente útil, criador de empregos e de valor acrescentado, factor de inovação e de dinamismo social.

A afirmação de Portugal na economia europeia, passa entre outros factores pela reconversão do tecido empresarial. Portugal tem de deixar de ser uma economia caracterizada por uma estrutura produtiva vulnerável, já que os tempos da mão-de-obra barata e do trabalho infantil têm de ser ultrapassados como

base de competição, por razões de realismo político, de ética e de eficácia económica. Apesar de nos últimos anos já se terem verificado alterações significativas, o tecido empresarial português tem obrigatoriamente de prosseguir a todos os níveis a busca de uma competitividade europeia e no plano mundial, combatendo a óptica da subsidio-dependência, promovendo a constante inovação quer tecnológica, quer através da aplicação de técnicas de gestão adequadas, apoiando a formação e a maior qualificação do pessoal, na busca dos melhores índices de qualidade, do aumento de produtividade e de uma maior competitividade, para garantir mais riqueza produtiva e o bem estar dos cidadãos.

O papel do Estado, enquanto agente regulador da actividade económica integra responsabilidades na aplicação dos mecanismos que potencialmente criem condições de sucesso aos empresários empreendedores, cabendo a estes, no total respeito pelos direitos e dignidade dos trabalhadores, contribuir de forma positiva e continuada para o crescimento económico do País e consequentemente, para o desenvolvimento económico-social.

Uma política socialista democrática respeitadora da economia de mercado mas interveniente com objectivos de solidariedade social e equilíbrio sectorial se deve promover as privatizações totais ou parciais das empresas cuja gestão privada será mais adequada aos objectivos de crescimento económico, maior produtividade e melhor prestação de serviços ao utilizador final, não pode deixar de participar sem complexos em empresas onde os objectivos de inserção, de desenvolvimento de infraestruturas, de impulsionar inovações em sectores relevantes e estratégicos ou ainda onde o apoio às políticas de internacionalização tornarem vantajosa essa intervenção pública, nomeadamente através de instrumentos empresariais adequados.

Assim, como têm de ser criadas, com empenhamento público e participação social, alternativas que garantam oportunidades a todos aqueles que não tenham as competências e as condições para acompanhar os segmentos económicos mais modernos. O Portugal que queremos tem que ser um mosaico de oportunidades em que se concilie uma economia moderna e competitiva com um sistema de emprego que crie oportunidades diversificadas para todos.

VIII Solidariedade e Desenvolvimento Sustentável

Assume particular importância neste contexto a continuação do processo de modernização da Administração Pública, de reforma da Segurança Social, aprofundamento da protecção social e desenvolvimento das políticas activas de emprego bem como o desenvolvimento do mercado social de emprego. Ganham, no contexto indicado, uma relevante importância as questões do financiamento da saúde e da nova relação entre o ambiente e a fiscalidade bem como um entendimento mais adequado do papel da econo-

mia social.

Há elementos que caracterizam um modelo, uma sociedade e um país e sem a transformação dos quais não é possível falar em desenvolvimento numa perspectiva de longo prazo. Estes elementos não podem, por definição, ser impostos porque dependem de uma determinada acomodação social – por isso implicam uma concertação social e política alargada – um autêntico “novo contrato social”, reconciliando economia e sociedade na expressão feliz de Jacques Delors.

Destes vectores de desenvolvimento podem depender a qualidade, profundidade e fecundidade do crescimento de hoje, o desenvolvimento do país e nomeadamente o bem estar dos portugueses.

Financiamento da Saúde

O aperfeiçoamento do modelo de financiamento para a saúde num contexto europeu, exigente, avaliador e interdependente, constitui uma referência essencial para os desafios de políticas económicas e sociais conjuntas.

A estratégia para o Serviço Nacional de Saúde passa por uma maior clarificação dos sectores que nele intervêm: sector social, prestadores públicos e prestadores privados, de forma a criarem-se as condições necessárias ao seu aperfeiçoamento, através de uma melhor acessibilidade e equidade. Cada vez mais é urgente impedir que apenas os informados obtenham do sistema o que os pobres e marginalizados sentem passar-lhes ao lado, no benefício dos efeitos do investimento no SNS, um dos importantes instrumentos de promoção da equidade social e um dos pilares do modelo social europeu.

Ao centrarmos a análise na prestação de cuidados de Saúde no SNS como coluna vertebral do sistema é fundamental assumir a realidade bipolar que é o facto de sermos ainda um país da Europa em que a saúde tem pouco peso no Produto Interno Bruto, embora a econometria indique que Portugal gasta mais em recursos de Saúde do que seria expectável face ao seu nível de desenvolvimento.

O financiamento para a Saúde em Portugal no século XXI deverá colocar no terreno alguns axiomas que têm vindo a fazer parte de estratégias dos programas socialistas, avultando entre outras, para além da necessidade de uma melhor clarificação dos sectores:

1. A definição rigorosa da qualificação e formação em exercício dos recursos humanos, bem como dos seus papéis de intervenção no SNS.
2. A existência de mecanismos de planeamento e de regulação eficazes em matéria de tecnologia e medicamentos;
3. A inovação e desenvolvimento de “sistemas socio-sanitários” que garantam respostas solidárias e de qualidade às pessoas em situação de dependência, particularmente dos idosos, a partir dos quais se ensaie a mudança do SNS em termos de titularidade e financiamento.

O Serviço Nacional de Saúde deverá ser objecto de uma estratégia que, do mesmo modo, crie condições para o seu desenvolvimento quer em matéria de melhor acessibilidade e equidade, quer de um modelo de oferta de cuidados que se recentre na Saúde e não somente na doença e prestação de medidas curativas, quer ainda na intro-

dução de mecanismos de gestão mais rigorosos.

Gerir melhor os recursos, promover a educação do utilizador dos cuidados, formar o prescritor proporcionando-lhe capacidade de avaliação e domínio sobre o binómio custo/qualidade, pagar mais pela qualidade e menos pelo desperdício são premissas que devem sustentar o financiamento e a gestão do sistema de Saúde em Portugal para o próximo século.

Crescimento e Ambiente

Torna-se fundamental assumir, em que termos, poderemos incluir no nosso projecto de desenvolvimento nacional e comunitário, acções que potenciem a afirmação de um modelo social com mais oportunidades e que suporte uma política sustentável no domínio ambiental.

Sendo certo que, as opções tradicionais vão no sentido de explorar, de forma cada vez mais intensa os recursos naturais, verificando-se uma cada vez mais insuficiente utilização da mão-de-obra, substituindo-a pela generalização da introdução de novas tecnologias mecanizadas. Este caminho é evidente e irreversível, levando-nos a uma maior consciência da problemática social e ambiental, que desta forma, se cruzam intimamente.

É, assim, imperioso encontrar um meio de conciliação dos vários interesses e de eventualmente conseguir superar as diferentes dificuldades e desafios de cada vertente de tão complexo momento. Sucesso económico, com equilíbrio da utilização dos recursos da natureza e com vantagem na afirmação das oportunidades sociais, pelo emprego.

Defendemos como uma das vias para concretizar tão diferenciado conjunto de objectivos a articulação de um nível baixo de tributação sobre os sectores sociais mais carenciados, com uma fiscalidade mais activa sobre a utilização dos recursos ambientais e o desenvolvimento de serviços criadores de emprego na satisfação de necessidades sociais básicas.

Avançar na penalização de actividades produtivas que são desenvolvidas à custa da destruição de recursos não renováveis ou de danos ambientais. Trata-se de encaminhar o sector produtivo no sentido de uma maior eficiência social, penalizando externalidades negativas, nomeadamente, o dispêndio de recursos que a geração presente tem o dever de preservar em benefício das gerações futuras.

É o caminho que permitirá, a melhor gestão dos meios que a Natureza nos permite desfrutar, seja como recurso para a produção, seja pela preservação da qualidade de vida ambiental e do património ecológico, reduzindo a sua sobre-exploração, induzindo à criação de postos de trabalho, pela criação de novas oportunidades de negócio e por uma mais justa e equilibrada distribuição da carga fiscal.

Uma acção política desta envergadura justificará uma concertação de medidas entre os diferentes Estados-membros da União Europeia, visando evitar distorções na concorrência.

Economia assente em diversos pilares

Para além do Estado e dos agentes privados há um outro pilar da sociedade e da economia que importa relevar. A chamada eco-

nomia social já não é um parente pobre das outras entidades, mas uma forma não menos eficaz e responsável de responder aos desafios que a todos se colocam.

Para além da relevância social do sector cooperativo são dignas de apreço e merecedoras de estímulo, todas as instituições que actuam na economia social, com destaques para as IPSS's, Misericórdias e Mutualidades que desempenham um papel social insubstituível. Cabe-lhes identificar as necessidades das populações, promover actividades não valorizadas pelo mercado e aplicar meios de forma eficiente e com elevada relevância social.

Não substituindo o Estado, pelos agentes da economia social também passa a generosidade do ideal de solidariedade que os socialistas defendem.

IX Desenvolvimento Regional, Política Fiscal e Orçamental

Será necessário prosseguir globalmente e de forma articulada com os esforços exigidos por um desenvolvimento regional coordenado e harmónico, pela necessidade de internacionalização da economia e, ainda, com o complexo e necessário processo que a reforma fiscal constitui.

Equidade e equilíbrio no desenvolvimento do território, eficácia e equidade no funcionamento das regras do sistema fiscal devem ir de par com a internacionalização da economia portuguesa, tirando partido dos aspectos positivos da globalização.

O resultado do referendo da regionalização não nos pode fazer esquecer a necessidade de aprofundar uma política de desenvolvimento regional que contribua para a superação progressiva das desigualdades de desenvolvimento entre as diferentes áreas do território nacional. Essa política de desenvolvimento regional tem de envolver os poderes locais e os diferentes agentes económicos e sociais de cada região em diálogo com o Estado, sendo essencial que a desconcentração do Estado tenha alguma racionalidade espacial e sectorial.

Neste contexto de maior equilíbrio espacial do desenvolvimento veio a consagração das regiões ultra-periféricas no Tratado de Amsterdão reforçar a ter em conta as necessidades especiais de apoio ao seu desenvolvimento, o que os deputados socialistas visaram sublinhar ao integrar essa referência nas Grandes Opções do Plano de 1999, assumindo-se todo o Partido numa óptica de solidariedade nacional como garante de apoio à concretização desse desenvolvimento.

É também neste contexto de tirar partido dos aspectos positivos da globalização que tem de se entender a internacionalização da economia portuguesa e apoiar o seu relacionamento com outros espaços económicos, com o Mercosul, as áreas mediterrânicas e os países lusófonos, sem esquecer outras zonas do globo onde a capacidade laboral e empresarial dos portugueses tenham boas condições de intervenção.

A necessidade de se prosseguir com o processo da reforma fiscal em curso radica nos objectivos de aumentar a eficácia e a operacionalidade da Administração Fiscal e essencialmente na necessidade de reafirmar e progressivamente concretizar os objectivos de equidade e justiça fiscal que nos animam. O avanço do processo da reforma fiscal que teve já algumas concretizações significativas, nomeadamente na alteração do sistema do

IRS no Orçamento de Estado para 1999, terá que ser prosseguido de forma convicta e consolidada, com os cuidados necessários num domínio de tão elevada tecnicidade e de tão elevadas consequências sociais, económicas e financeiras.

Outros avanços se perspectivam que importa debater alargadamente e concretizar progressivamente de forma equilibrada.

Articulada com a Política Fiscal, a política orçamental tem emergido como um instrumento essencial ao serviço do desenvolvimento e da solidariedade. Os quatro Orçamentos da legislatura que está a terminar garantiram a compatibilização entre o rigor financeiro, o crescimento económico e a solidariedade social. A óptica, audaz e prudente nos objectivos e prudente na metodologia, com que foram elaborados e a sua boa execução conduziu, aliás, a que nomeadamente em termos do défice orçamental, da dívida pública e da receita fiscal, fossem frequentemente ultrapassados os objectivos estipulados. A definição da política orçamental tem que continuar a harmonização entre os compromissos assumidos no âmbito europeu e a prossecução da melhoria contínua das condições de vida dos portugueses, através do investimento público e num esforço nas despesas sociais.

A prossecução desta política orçamental, em que o equilíbrio financeiro se associou a uma forte promoção do investimento público e à garantia de condições para o investimento privado e ao aumento do rendimento disponível das famílias coincide com um significativo aumento das despesas com as funções sociais do Estado, o que evidencia as características de uma política socialista, desenvolvimentista e solidária.

É justo reconhecer que estes últimos anos foram “anos de ouro” da economia nacional. E é também justo sublinhar que foi uma política governamental planeada com lucidez e executada com determinação que permitiu garantir as condições políticas e financeiras das famílias colocam no início dos anos do “EURO”, politicamente centrais na Europa e no núcleo do novo espaço monetário europeu.

É neste quadro, que importa equacionar as questões futuras.

Por um lado, há que manter a coragem de, sendo partidários do alargamento da União Europeia a leste, entendermos que as vantagens da participação de Portugal no EURO são múltiplas mas implicam um redobrado cuidado nos esforços de conversão de parte do sistema produtivo nacional e nas negociações da Agenda 2000. Já que importa salientar que a actual proposta de Agenda 2000, na qual não se reconhece plenamente o ideal de solidariedade inerente ao socialismo europeu, apresenta aspectos preocupantes para Portugal que negociações cuidadas e firmes procurarão ultrapassar.

Por outro lado, há que ter cada vez mais em conta as questões decorrentes da chamada “Economia Digital”, resultante da rápida expansão mundial e nacional das redes electrónicas.

Propiciando novas formas de comunicação e transacção, o novíssimo ambiente digital está a impulsionar profundas mutações na organização das empresas, na forma de fazer negócios, no teletrabalho e na própria estruturação e condução das Administrações Públicas. Colocar Portugal nas rotas mundiais do comércio electrónico e levar aos vários sectores da economia os benefícios da modernidade tecnológica é uma grande tarefa nacional, a que é preciso futuramente

dedicar mais atenção e adequada prioridade.

X Conclusão

Esta moção insere-se numa preocupação importante de intervir na área económico-financeira, num quadro nacional e europeu e no contexto mundial, assegurando a concretização dos princípios do socialismo democrático, tendo em conta as realidades da economia moderna. Pretende-se mobilizadora das vontades de militantes e simpatizantes, intervenientes na área económica, sejam trabalhadores, quadros, gestores ou empresários, autarcas, parlamen-

tares ou governantes, no sentido da concretização de um projecto solidário e democrático no caminho do terceiro milénio.

Subscritores:
Joel Hasse Ferreira
João Carlos Silva
José Medeiros Ferreira
Paulo Pedroso
Henrique Neto
Vitor Ramalho
António Reis
Helena Torres Marques
Barbosa de Oliveira
José Barros Moura
Maria Carrilho

Nelson Baltazar
Paulo Neves
Carlos Luís
José Rosa do Egipto
José Saraiva
Fernando Serrasqueiro
Casimiro Ramos
Fernando de Sousa
Oscar Gaspar
Miguel de Andrade
Carlos Beja
Afonso Candal
Sónia Fertzinhos
Fernando Rocha Andrade
Marcos Perestrello
Luís Pedro Martins

Mafalda Troncho
José Maria Teixeira Dias
Gonçalo Velho
Manuel Francisco Valente
Teresinha Garrido
Arlindo Oliveira
Mark Kirkby
Rui Carreteiro
Clara Pinto
José Gameiro dos Santos
Isabel Lourenço
Pedro Adão e Silva
José Joaquim Leitão
Ana Catarina Mendes
Manuel dos Santos
Fausto Correia

MOÇÃO SECTORIAL

POR UMA ECONOMIA DA CIDADANIA, DO EMPREGO E DA COESÃO SOCIAL

Introdução

Portugal tem desde as últimas eleições legislativas, sob o ponto de vista social, o Governo mais à esquerda de sempre. António Guterres e o Governo do Partido Socialista implementaram reformas e medidas concretas que visam proteger os mais desfavorecidos.

Medidas como o Rendimento Mínimo Garantido são hoje unanimemente elogiadas; medidas como a nova filosofia de aumento de pensões, nas quais quem ganha menos tem um aumento percentual maior do que quem ganha mais ou medidas como o novo esquema de apoio às famílias, substituindo o antigo abono de família vieram evidenciar a grande preocupação social do nosso Governo e deram-lhe um cariz verdadeiramente socialista.

Continuar a alterar o rumo

Estas medidas do governo socialista realizaram-se após a política cega, surda e muda dos Governos do Partido Social Democrata, impregnada das influências mais nefastas das tendências conservadoras que vieram acentuar as assimetrias sociais no nosso País e cavar o fosso que separa, cada vez mais, os ricos dos pobres.

Efectivamente, sobre os escombros da falência do modelo comunista, as forças conservadoras pretenderam impor o ideário neoliberal, como modelo de organização da sociedade, enquanto factor determinante de progresso económico do mundo.

O novo sistema de valores emergente do fenómeno da globalização tendeu, ainda que subtilmente, a hipervalorizar junto do cidadão as vantagens e benesses do liberalismo económico.

No entanto, a actual crise financeira mundial, a primeira crise do pós comunismo, veio mostrar a falência dos dogmas e postulados neoliberais. As taxas de crescimento diminuíram globalmente, o desemprego subiu, a precariedade instalou-se e apareceram as crises e choques financeiros erráticos através do planeta.

Políticas autistas em matéria económica,

objectivadas apenas pela procura de mais valias à custa dos empregos, os aumentos de impostos e a doutrina evadida de sucesso individual criaram profundas desigualdades e, tão grave ou mais, lançaram sementes, que cresceram nalguns sectores, de egoísmo, individualismo e de profundo desprezo pelos valores da solidariedade e da entrelajada. O PARTIDO SOCIALISTA NÃO SE PODE CONFORMAR COM ESTE QUADRO SOCIAL E ECONÓMICO.

Se em 1921 Léon Blum rejeitou visionariamente o modelo comunista, hoje, os socialistas têm que se opor ao neoliberalismo. O mercado não tem consciência social, pelo que não se pode pensar que as leis da livre concorrência sejam suficientes para promover a justiça, a solidariedade social, a distribuição de riqueza e o desenvolvimento económico.

O grande desafio que se impõe hoje aos socialistas é o de alterar o modelo vigente de organização da sociedade, implementado no último quartel deste século, compatibilizando-o com um modelo intervencionista susceptível de *aprofundar a democracia participativa e concretizar o património ideológico do Partido Socialista*.

O mercado não pode estar sujeito às leis da simples concorrência. É necessário regulá-lo e fiscalizá-lo, mediante critérios de transparência, rigor, solidariedade e justiça social.

Podemos e devemos contribuir no interior da família socialista europeia, na defesa, aprofundamento e renovação do ideário socialista, garantindo uma lógica social e política que privilegie a pessoa humana, combatendo o endeusamento do livre mercado. A voz do PS na luta pelo emprego deve ajudar a própria Europa a redefinir-se e readaptar-se na construção da Europa dos Cidadãos, não se quedando pela Europa do Mercado Livre.

Uma área onde o Partido Socialista tem uma importante palavra a dizer quer a nível nacional quer a nível europeu é na política ambiental.

Historicamente o modelo liberal não foi gizado para combater a ameaça que enfrenta a humanidade no Sec. XXI – a degradação ambiental. Por si só, o livre mercado assente em postulados egoístas, não dispõe de me-

canismos capazes de refrear o aumento do lucro em favor da preservação ambiental. Cabe ao Estado intervir neste domínio garantindo a qualidade de vida dos cidadãos.

A história económica recente comprova que são os socialistas que têm razão, e não outras forças políticas, à esquerda e à direita do PS, quando alertam para as falhas e limites dos modelos liberais e totalitários como suportes do progresso, manutenção e estabilidade das sociedades.

O progresso tecnológico e o simples assumir do mercado livre não são capazes por si só de produzir progresso e fazer aumentar a riqueza.

Para os socialistas são a justiça na distribuição da riqueza e a coesão e estabilidade sociais os factores determinantes no progresso económico e na capacidade de produzir mais riqueza.

Apenas a acção estatal ao nível do mercado permite a prossecução de um desenvolvimento estrutural, continuado, em benefício de todos.

O mercado livre, tal como é propalado pelos defensores dos modelos neoliberais, não assume essa natureza. O poder económico é concentracionário, não permite o funcionamento livre do mercado. Antes pelo contrário são formadas oligarquias de mercado que assumem o seu controlo, sendo a liberdade neste meio uma mera utopia.

Hoje, mais do que nunca, os socialistas devem implementar estratégias políticas que evitem a excessiva concentração do poder económico, dado que os mecanismos internos de funcionamento das sociedades liberais levam, de modo natural, à concentração do poder, o qual, potencialmente, e ainda de modo natural, se converte em poder político, pondo em causa, ou, no mínimo, perversendo a própria democracia política. Aqui é importante que a política de privatizações não descure a manutenção no poder do Estado de sectores estratégicos da economia na totalidade ou maioria de quotas.

Neste contexto é incumbência do Estado criar mecanismos que assegurem uma efectiva liberdade de intervenção e participação de todos no mercado, incluindo o próprio Estado.

A responsabilidade do Estado não se confi-

na a este tipo de intervenção; ao Partido Socialista coloca-se o desafio de inovar e implementar políticas que promovam e sustentem economias e mercados locais e regionais, exteriores ao circuito e à lógica do mercado global de exportação.

Algumas soluções possíveis passam pela promoção da especialização de produtos nacionais de qualidade em condições competitivas relativamente a outras economias, criando redes de distribuição desses produtos com vista a garantir o seu escoamento para mercados locais e regionais e adaptando e coordenando a internacionalização desses produtos.

A actual crise financeira mundial demonstrou que os países com mercados interiores dinâmicos, e que reservam à exportação proporções menores da sua produção, suportaram melhor as consequências negativas da deregulação dos mercados. Importa então fortalecer e dinamizar os mercados locais e regionais.

A história recente demonstrou que nem a via estatizante, totalitária, nem a via de mercado totalmente livre defendido pelos neo-liberais são a resposta às necessidades que se colocam a nível económico e social, não se conseguindo esbater as desigualdades sociais. A economia de mercado social em que se interligam e conjugam os factores de mercado livre e de iniciativa privada com um papel interventor do Estado na produção de riqueza e sua distribuição devem balizar a acção política do Partido Socialista e do Governo que dele emana, na estruturação da vida económica e social do nosso País.

Ao Partido Socialista impõe-se a coragem política de defender o investimento público criando empresas públicas e mistas, abertas ao capital privado e coteadas em Bolsa.

Esta nova política de fomento do investimento público visará assegurar a participação do Estado, num lógica empresarial, em sectores básicos da Economia, promovendo o funcionamento das leis da oferta e da procura, em prol do bem estar social e da diminuição das desigualdades sociais.

Esta orientação aplicada a áreas como o mercado de arrendamento na área da habitação, agricultura, saúde e comércio, criando empresas regionais e nacionais permitirá

a promoção de um desenvolvimento sustentado em termos estruturais, potenciadores de emprego, esbatendo o desequilíbrio existente no nível de vida entre os portugueses e os outros cidadãos da União Europeia.

Com este modelo conseguiremos, também, atenuar os efeitos das crises conjunturais e assegurar a dinamização do emprego e das economias locais e regionais.

Para se conseguir aumentar o investimento público é imperiosa a redução dos custos de funcionamento dos organismos estatais e na administração local. O despesismo tem de ser combatido e contido. Os gestores de capitais públicos podem e devem ser responsabilizados pelos seus actos de gestão. É uma medida necessária que tem de

ser assumida.

É esta via que o Partido Socialista deve seguir, inovando, transformando, recriando e criando novas formas de associação e harmonização entre a iniciativa pública e privada.

Conclusões

O Partido Socialista em coerência com o seu património ideológico deve continuar a:

- aprofundar os mecanismos de participação democrática e cívica dos portugueses na Sociedade, contribuindo para o reforço da Cidadania.
- promover políticas de desenvolvimento económico capazes de combater eficazmente as

desigualdades sociais.

- incentivar o mercado na prossecução de fins como a solidariedade social, a justa distribuição da riqueza, o desenvolvimento económico estrutural, a livre participação dos agentes no mercado.

- promover o investimento público e a participação do Estado no mercado como instrumentos fundamentais do desenvolvimento económico equilibrado e da coesão social

§ Cabe ao Partido Socialista criar novas formas de associação e harmonização entre a iniciativa pública e privada e modernizar o investimento público em prol do bem estar social de todos os portugueses, nomeadamente com a criação de empresas de capitais

públicos e mistos, vocacionadas para actuar em áreas como a habitação, agricultura, saúde, distribuição e indústria.

Correspondemos, assim, às expectativas e à confiança depositadas pelos Portugueses no PARTIDO SOCIALISTA. É esta responsabilidade que nos move, é este o nosso fim.

VIVA O PARTIDO SOCIALISTA!

PLO SECRETARIADO DA COMISSÃO POLÍTICA CONCELHIA DE LISBOA

O PRESIDENTE
Miguel Coelho

MOÇÃO SECTORIAL

ALGUMAS IDEIAS PARA UMA POLÍTICA TRANSFORMADORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1. O sentido desta moção é o de contribuir para o debate em torno das políticas sociais, encarando em conjunto algumas delas e projectando-as no futuro. Não se trata de as analisar detalhadamente, nem de concretizar propostas. Trata-se de valorizar a sua conjugação como factor susceptível de lhes potenciar a eficácia e de clarificar o seu significado estratégico. A moção desdobrar-se-á em vários tópicos, os primeiros dos quais procuram enquadrá-la, ainda que muito genericamente.

2. As últimas décadas mostraram como era equívoco encarar o socialismo como um modelo fechado, nacionalmente limitado e tributário do produtivismo, realizável por simples voluntarismo estatal. Paralelamente, o capitalismo, tendo-se revelado uma poderosa força propulsora do desenvolvimento tecnológico e da criação de riqueza, tornou mais ostensiva a sua face predatória, geradora de exclusão e de injustiça, agressora do ambiente e indiferente aos valores do humanismo.

Mas se algumas das tradições socialistas se revelaram estéreis, outras há que esperançosamente desabrocham carregadas de futuro, talvez acicatadas pela agressividade do lado negro do capitalismo. São elas que reinventam um horizonte socialista, gerador de um inconformismo estratégico radical, contrário a tudo o que na sociedade é de degradação humana, mas susceptível de se projectar nos dias de hoje com realismo, de modo a ter eficácia prática imediata na resolução dos problemas concretos. Um horizonte onde se inscrevam como expressões vivas de criatividade social, quer o movimento cooperativo, quer o movimento mutualista, ser as diversas vertentes do associativismo.

Um horizonte socialista, em suma, que corresponda ao desenvolvimento da democracia, à generalização da solidariedade, à instituição da justiça, à conquista da liberdade e da paz, de modo a tornar possível uma cidadania completa e generalizada, reconciliada com o ambiente ecológico, e que se traduza num exercício efectivo de todos os direitos humanos universalmente consagrados.

3. É este o contexto da nossa política social, que deve ser concebida, simultaneamente, como remédio para os males existentes e como factor de transformação da sociedade. Sendo assim, em todas as suas vertentes deve ser salvaguardada, não só a respectiva eficácia específica, mas também a viabilidade da conjugação dos seus desenvolvimentos num horizonte futuro, onde serão eles próprios a imagem de uma nova sociedade. Assim, ao estruturarmos as políticas de promoção de emprego, de combate à exclusão, de segurança social, de repartição do trabalho e dos rendimentos, de formação profissional, de educação ao longo da vida, de democratização da cultura e da informação, devemos conjugar duas preocupações: concebê-las com rigor e realismo e imaginá-las, em perspectiva, valorizando a sua compatibilidade, quando projectadas num horizonte comum.

É que só assim, assegurada a projecção estratégica conjugada das políticas citadas, se pode estimular verdadeiramente a esperança e a confiança dos povos no futuro. E só elas podem ajudar a perceber que muitos dos pequenos passos que vão sendo dados, em si próprios aparentemente modestos, são o começo de um caminho que, encarado no seu todo, muito mais facilmente dará confiança no futuro. Em contrapartida, se nos limitarmos ao imediato de cada política, deixando-a fechar-se sobre si própria, sem ambição globalizante, como se fossemos prisioneiros das sociedades actuais, apenas geraremos cepticismo e desânimo entre os portugueses, especialmente entre os trabalhadores e entre os excluídos.

4. O modo como tem evoluído, em termos genéricos, o actual ciclo político, iniciado em 1995 com a vitória eleitoral do PS, tem vindo a criar as bases para dar credibilidade a uma mais nítida presença da identidade socialista no horizonte para onde caminhamos. O inconformismo revelado por este Governo no combate a algumas das mais marcadas desigualdades sociais, bem como a competência que evidenciou na implantação de uma base económica sólida para uma política

pública de solidariedade, tornaram possível uma ambição mais globalizante, no campo das políticas de desenvolvimento social.

A evolução política europeia nos últimos anos, marcada por sucessivas vitórias eleitorais de partidos da Internacional Socialista, combinada com o conteúdo das posições que o nosso Partido tem sustentado na União Europeia, reforça apreciavelmente a viabilidade de uma política social mais ambiciosa e de orientação mais solidária.

Em contrapartida, poderemos sofrer uma pesada derrota estratégica, se a esquerda europeia deixar que este ciclo político se inverta, sem que consiga anular as sequelas neo-liberais, causadas pela direita, no período em que deteve clara hegemonia política no plano europeu. E se esta oportunidade for desperdiçada, à escala europeia, dificilmente se podem esperar bons resultados no âmbito de cada país. É que já hoje, entre nós, é pouco realista imaginar horizontes verdadeiramente libertadores, fazendo economia do contexto europeu. Por isso, conseguir que a Internacional Socialista assuma um protagonismo mais expressivo é, cada vez mais, um elemento decisivo para o êxito das nossas políticas no quadro nacional.

5. Tudo isto deve estar presente, quando nos debruçamos sobre cada um dos aspectos da política social. No campo da segurança social, a política seguida pelo actual governo, para além de incorporar o cumprimento da respectiva lei, tem já no activo o facto de ter afastado o espectro de um colapso do sistema, tendo sabido esvaziar o alarmismo mistificador que se insinuara, diminuindo drasticamente as fraudes e recuperando boa parte das dívidas.

A reforma da segurança social, pautada pelo normativo constitucional a que tem de obedecer, deverá contribuir para dar ao respectivo financiamento público um novo sentido, inscrevendo-o entre as obrigações públicas centrais, com o mesmo grau de imperatividade que as outras. É claro, que isso não significa diminuição da importância da sustentabilidade económica do sistema, nem implica, por si só, a mudança dos crité-

rios de afectação e de angariação de receitas, ou uma outra arrumação nas contas públicas do orçamento da segurança social. Apenas torna evidente que não tem sentido agitar a ameaça de uma possível falta de dinheiro para pagar as prestações sociais, exactamente na mesma medida em que não tem sentido agitar o espectro da possível falta de dinheiro para fazer face a outras obrigações públicas centrais, já que tem de passar a ser claro para todos que, em qualquer desses casos, isso significaria sempre o colapso do Estado no seu todo. Ora, não se perfila no horizonte qualquer risco desse desenlace.

No mesmo sentido, deve ser salientado que o lugar que na escala das prioridades públicas cabe às despesas com a segurança social só depende, em última instância, da vontade popular. Por isso, se torna importante que o pilar público do sistema de segurança social mantenha a sua preponderância actual, mantendo-se o pilar privado lucrativo na posição de complementaridade que tem e procurando-se restituir gradualmente às mutualistas a importância relativa que perderam. Na verdade, se é perceptível o contributo que pode trazer o mutualismo à renovação da protecção social, pela humanização em que se pode traduzir e pela multiplicação de protagonismos solidários que implica, já a mesma avaliação se não pode fazer quanto a uma mudança qualitativa do papel das organizações lucrativas nesta matéria. De facto, a abolição dos condicionamentos, que limitam a acção do capital financeiro nesta área, poderá ser um elemento perturbador da marcha das reformas desejáveis, introduzindo elementos especulativos de difícil controle, produtores de incerteza, num sector onde se joga a qualidade de vida de milhões de portugueses.

Tal como actualmente acontece, a todos deve ser dada a liberdade de garantirem complementos de reforma e outras formas de reforço da protecção social, recorrendo a organizações privadas lucrativas ou seguindo a via mutualista, nada havendo a opor ao seu encorajamento fiscal. Mas o que de modo nenhum se pode consentir é que as esco-

lhas estruturantes a fazer, quanto à reforma da segurança social, sejam condicionados pelos resultados obtidos nesse campo pelo governo socialista. Isso não significa que não seja útil discutir essa problemática.

6. São conhecidas as medidas usuais de combate ao desemprego, sendo positivos os resultados obtidos nesse campo pelo governo socialista. Isso não significa que não seja útil discutir essa problemática.

Torna-se cada vez mais evidente que o crescimento económico, que evidentemente é desejável, não conseguirá, por si só, reduzir significativamente e sustentadamente o desemprego. Por isso, concita uma concordância cada vez mais generalizada a ideia de que para esse objectivo é também indispensável recorrer à redução do tempo de trabalho. Uma redução que se não confunde com uma reparação do desemprego, com uma aposta num dualismo social penalizador do mundo do trabalho, mas tem de significar uma extensão da cidadania pelo inconformismo em face do desemprego. Por isso, a redução do tempo de trabalho, para além de poder ser um factor de travagem do desemprego, deve ser valorizada em si própria, como via para uma sociedade futura, em que o trabalho seja repartido, no quadro de uma justa repartição dos rendimentos entre todos os cidadãos, desse modo se extinguindo estruturalmente o desemprego como factor de exclusão e de dualismo social.

Tendo este horizonte como contexto, percebe-se que se sustente que os custos da redução gradual do tempo de trabalho devam ser suportados equilibradamente pelo Estado, pelas empresas e pelos próprios trabalhadores. Como balizas que assinalem os pontos de equilíbrio: no caso do Estado, há que compatibilizar a escassez de recursos com a multiplicidade de objectivos que lhe são próprios; no caso das empresas, tem de se asse-

gurar que não serão postas em causa, nem a sua competitividade no curto prazo, nem a sua perenidade, a médio e longo prazo; no caso dos trabalhadores, tem de se ter em conta o seu baixo nível salarial, pelo que num primeiro momento, e até se atingirem patamares salariais mais elevados, tudo terá de ser voluntário e sindicalmente negociado.

7. O rendimento mínimo, lançado pelo actual governo, é um escolha plena de humanismo, uma manifestação concreta de uma solidariedade imediata, uma opção justa e um sinal estratégico da maior importância.

Sem menosprezo por outros aspectos, o que nele é mais futurante é a lógica de um rendimento mínimo de cidadania que corresponde a um efectivo direito de integração social e cívica. Uma lógica aberta à ideia de que cada homem pelo facto de nascer tem direito a que lhe seja assegurado um nível de vida condigno, tão alto quanto o permita a riqueza e a produtividade globais, bem como a reprodutibilidade do actual sistema económico-social.

Desse modo se caminharia para uma sociedade em que o trabalho e o rendimento fossem repartidos, de modo a que as diferenças e os méritos individuais se repercutissem no plano dos rendimentos, sem pôr em causa a garantia de uma base a todos assegurada. Neste contexto, pela própria natureza das coisas, os problemas da exclusão social, do desemprego e da protecção social à terceira idade, estariam reduzidos a dimensões hoje inimagináveis.

A distância que nos separa de um horizonte deste tipo é naturalmente grande, mas a nossa identidade socialista tem de recuperar a capacidade de imaginação do futuro.

8. Essa imaginação mostra-nos, aliás, um horizonte mais amplo. De facto, uma socie-

dade desse tipo implicaria necessariamente que o encurtamento do tempo de trabalho se articulasse com o aumento do tempo de lazer. Ora, este aumento, por si só, exigirá um enorme desenvolvimento da educação, da produção e da animação culturais, dos meios de comunicação e de informação.

Educação, informação e cultura são, efectivamente, condições indispensáveis para o aumento de produtividade, necessário à viabilização dessa sociedade, mas são também elementos estruturantes de uma ocupação gratificante e qualificadora dos tempos livres. Assim, o desenvolvimento nos campos da educação, da ciência, da cultura e da informação, não é um ornamento do horizonte que atrás se delineou, é um dos seus elementos constitutivos.

De facto, a lógica da educação ao longo da vida ganha um sentido mais fundo se a articulamos com o princípio da repartição do trabalho, estabelecendo-se entre ambos uma espiral virtuosa. A educação e a formação vão potenciando a qualidade do trabalho nos ciclos subsequentes e, por sua vez, a combinação de períodos laborais com períodos de formação dá-lhe muito mais eficácia.

Por seu lado, a democratização da cultura, em todas as suas vertentes, tende a ser cada vez mais um vector de cidadania sem o qual se não reforça, como é indispensável, a atitude crítica das pessoas e dos povos, a qual por sua vez é um pressuposto incontornável, para o pleno aproveitamento das virtualidades que integram a sociedade de informação. Na verdade, deve valorizar-se a necessidade de democratizar as capacidades críticas dos povos, não só pelo que isso tem de positivo em si próprio, mas também como obstáculo ao surgimento de novas formas de exclusão, traduzidas na difusão social da incapacidade de para perceber e aproveitar a informação recebida.

9. Os caminhos percorridos por todas estas políticas projectam-se num horizonte futuro que potencia e clarifica o sentido e o significado de todas elas. Mas todas elas dependem de uma firme, inteligente e continuada vontade pública, sucessivamente capaz de conquistar os apoios sociais que lhe permitam manter esse rumo. Por isso, deixar que em qualquer destas áreas se atenuo o protagonismo público, para confiar em hipotéticos automatismos económicos impulsionados pela lógica do lucro, e condicionados por interesse partilhados por um reduzido número de entidades, só pode dificultar qualquer estratégia para resolver os problemas com que as sociedades actuais se debatem numa perspectiva socialista. Por isso, o Estado tem de continuar aqui a ser claramente hegemónico, mantendo em suas mãos firmemente o leme do desenvolvimento, reforçando a sua capacidade reguladora e conjugando agilmente as suas políticas no quadro de uma prospectiva ousada e criativa.

Rui Namorado (Com. Polít. da Fed. de Coimbra, Deputado AR).

Nuno Filipe (Com. Polít. da Fed. de Coimbra).

J. L. Pio de Abreu (Com. Polít. Concelhia de Coimbra).

Fernanda Campos (Secret. da Secção dos Olivais -Coimbra).

Margarida Antunes (Secção de Educação - Coimbra).

José Gama (Sec.-Coordenador da Sec. de Educação - Coimbra).

Júlio Mota (Pres da AG da Sec. Educ. e Dep. Municipal- Coimbra).

António Fonseca Ferreira (Secção do Lumiar - Lisboa).

Jorge Strecht Ribeiro (Comissão Nacional, Deputado AR).

Alberto Martins (Com. Política Nacional, Deputado AR).

MOÇÃO SECTORIAL

POR UM NOVO HUMANISMO NOS SECTORES ECONÓMICOS E NAS EMPRESAS

Os militantes das secções de Acção Sectorial propõem ao Congresso uma reflexão sobre o seu papel na vida do partido e na sociedade portuguesa.

No passado fizemos um combate fundamental para pelas liberdades no plural. Consolidada a Democracia, muitos pensam que o seu papel se secundarizou e há mesmo desejo extintas estas estruturas de militância, consideradas um do PREC, ou pior, formas de «lobbying» para fins egoístas.

Projecta-se, assim, na nossa vida interna a linha de linha de pensamento de cultura antidemocrática da direita radical que, com sucesso, acentuou na sociedade portuguesa a ideia de que todos os males da vida moderna, insegurança, corrupção, desemprego, pobreza e violência, exclusão e sofrimento humano - radicam nos vícios dos partidos políticos, tal como os radicais de esquerda estigmatizam a liberdade de mercado, a actividade económica e particularmente os gestores e empresários. Compete aos socialistas a continuação do seu papel histórico,

como reformadores do sistema político económico e social na procura do justo equilíbrio.

Sendo esta responsabilidade fundamental de todos os Socialistas, os militantes das Secções de Acção Sectorial estão para ela vocacionados.

Não há separação possível entre a responsabilidade política e a gestonária pelo que o mito da tecnocracia chegou ao fim, baseado num novo pensamento único, o liberalismo, apropriaram-se do poder servindo-se indiferentemente da esquerda ou de direita, misturando num mesmo registo os conhecimentos técnicos como um fim e não como um meio, e a definição dos problemas políticos. Para os socialistas a base do poder reside na eleição em torno de um projecto, que as mudanças socioeconómicas tornaram mais complexo, daí que a confiança na concretização de melhorias sustentadas e realistas seja cada vez mais depositada nos partidos socialistas europeus.

Nas sociedades contemporâneas de Estado

repartem-se e interligam-se com a iniciativa dos cidadãos e das instituições, pela via do diálogo com compromissos e descentralização das decisões, sem paternalismos económico-sociais e sem indiferença face às desigualdades.

A emergência de uma grande classe média com crescentes exigências de consumo e conforto, faz representar o papel do político portador de «Esperança» em todas as frentes de decisão, representação e debate, sem abdicar dos objectivos e grandes princípios de sempre, de justiça e igualdade de oportunidades.

O pluralismo não pode ser incompatível com a alternância, daí que tenhamos o dever de ambicionar participar em todas as frentes de acção política que contribuam para a concretização do nosso projecto, temos essa responsabilidade, pelo que, cada vez que investimos em funções políticas um socialista tecnicamente competente, assumimos dupla responsabilidade perante o nosso projecto e o País.

Linhas de orientação dos militantes das Secções de Acção Sectorial

I. As secções de acção sectorial são sedes de debate político, de saberes e elaboração de estratégias para o desenvolvimento sustentável e sólido em que os socialistas trabalham com o fim último de equilibrar o desenvolvimento económico com o desenvolvimento humano.

II. Sem ingerências nos actos legítimos de gestão ou definição das políticas sectoriais, não podemos ser indiferentes às consequências sociais, económicas e políticas dos mesmos.

III. O extraordinário défice de participação dos trabalhadores na empresa, cujo acesso continua vedado aos sindicatos, tem acentuado o autoritarismo das decisões, correndo risco, o modelo para o qual tantos gestores socialistas contribuíram para implementar nas empresas públicas, pelo que, apoiaremos os sindicatos no sentido de levar à empresa o diálogo social, e um novo modelo de relações laborais

e de representação dos interesses das comunidades de trabalho.

IV. Os militantes das Secções de acção Sectorial apoiam a Acção governativa, divulgam onde é mais rapidamente assimilada a informação correcta das decisões tomadas pelos seus camaradas no Governo, na produção legislativa, na administração e em todas as frentes de representação política.

V. Apoiaremos os nossos gestores, contribuindo para que a maioria dos trabalhadores assumam com conhecimento e sentido de pertença e partilha das responsabilidades o desafio da competitividade que passa por uma informação e consulta aos trabalhadores sobre a situação económica e financeira, a gestão provisional do emprego e das decisões que possam conduzir as mudanças substanciais da organização de trabalho e das relações contratuais.

VI. Os militantes das Secções de Acção Sectorial apoiarão os esforços de formação de iniciativa pública ou privada realmente qualificantes dos recursos humanos, nos sectores.

VII. As Secções de Acção Sectorial serão estruturas de debate abertas à sociedade, aos técnicos e independentes que conosco queiram

reflectir sobre os problemas sociais comuns e específicos dos grandes sectores e também das PME.

VIII. Os grandes desafios de construção sectorial pela via da negociação colectiva ou auto-organização ou associação de soluções de complementaridade de Segurança Social, adequadas a cada caso, terão o nosso empenhamento prioritário, sem pôr em causa a responsabilidade do Estado nem o papel insubstituível da Segurança Social na construção da solidariedade.

IX. Os problemas do desemprego, do trabalho clandestino, da sinistralidade no trabalho, da escassa qualificação e formação insuficiente dos activos, da inserção dos jovens, da discriminação salarial e de carreira entre os sexos e da ausência de solidariedade geracional – trabalhadores jovens versus idosos – têm a nossa estreita vigilância e empenhamento no sentido de contribuir para um novo humanismo das relações sociais.

X. Apoiaremos as iniciativas de TSS para uma participação na actividade dos sectores, nas comissões de saúde, higiene segurança e ambiente o local de trabalho, e de representação dos interesses gerais dos trabalhadores por conta de outrem.

Assim propomo-nos realizar:

a) Bi-anualmente um Fórum de debate de aspectos socioeconómicos racionais e comunitários comuns e globais com vista a encontrar estratégias de desenvolvimento solidário e sustentável, com a participação de Independentes e a colaboração das universidades.

b) Realizarmos com o apoio de TSS encontros temáticos que fortalecem a acção sindical e aumentem a nossa participação e empenhamento social.

c) Em colaboração com os movimentos sociais mutualidades, associações cívicas, universidades e outros claremos combate à exclusão ao racismo e à indiferença, dando a estas organizações que se desejam independentes, significativa militância.

d) Colaboraremos para debater e implementar medidas de gestão e sociais na administração pública central e local com vista à melhoria das condições de vida e trabalho particularmente das zonas urbanas, degradadas ou periféricas.

e) Cada sector organizará, anualmente a sua reunião geral, combate nos principais estatutos e regulamentos de participação a aprovar pelos órgãos competentes do Partido (Federações e Secretariado Nacional) em função da

sua amplitude.

Confiantes no futuro do PS, revemo-nos nas suas realizações de que queremos ser parte activa nos exactos termos e princípios que nos propomos a este Congresso.

Orgulhamo-nos do prestígio europeu do nosso primeiro-ministro e nas realizações dos nossos camaradas no Governo. Os socialistas são a esperança de um futuro melhor para quem trabalha mas, no local de trabalho o rosto dessa esperança, que sem demagogias ou enganos temos a convicção e a ambição legítima de realizar, somos também nós os militantes de base. Com o nosso trabalho convicção e testemunho contribuímos para credibilizar o PS nas comunidades de trabalho.

As nossas propostas a este Congresso têm a finalidade de que este reconheça e enquadre a nossa acção política na modernização e abertura à sociedade do PS que todos desejamos, recuperando e conquistando para a actividade política os cidadãos activos e solidários disponíveis para enriquecer a já nobre e generosa tarefa de ser cidadão e militante do PS no mundo do trabalho.

Secções de Acção Sectorial da FAUL

MOÇÃO SECTORIAL

OS SOCIALISTAS E O TURISMO - DO SÉC. XX PARA O SÉC. XXI -

Afastados mais de duas décadas de anos da área governamental do Turismo em Portugal, o PS, o Governo da Nova Maioria, o Grupo Parlamentar Socialista e os Socialistas dos Órgãos Locais e Regionais de Turismo fazem destes cerca de 3 anos de acção governativa um balanço claro e inequivocamente positivo.

Um sector como o do turismo, cuja horizontalidade intersectorial é reconhecida, encontrava, em 1995, sensíveis fracturas e um mal estar crescente em amplas áreas da actividade turística.

De 1995 a 1999 muito se fez.

Se recordarmos o Manifesto Eleitoral do PS e o Programa do Governo facilmente constatamos que praticamente todos os compromissos eleitorais foram cumpridos e que, nalguns casos, foram mesmo ultrapassados.

Emblemática, porque promessa pré-eleitoral do Secretário Geral foi a redução do IVA na restauração de 17% para 12% repondo assim, com justiça, uma situação que o Governo do PSD tinha injustificada e penalizadamente criado ao debilitado mas importante sector da restauração.

Mas importa ainda recordar a resolução de alguns graves problemas herdados do passado como os casos Torralta e Grão Pará, para citarmos apenas os mais conhecidos. Em diálogo mas com rigor, em transparência mas com determinação, o PS, o seu Governo e o seu Grupo Parlamentar souberam ultrapassar algumas turbulências e no curto espaço de 3 anos, produzir e implementar legislação vital para o sector de que destacamos:

- A criação do PROREST. - Apoio à Modernização e Requalificação da Restauração;
- Nova Lei orgânica da Direcção Geral de Turismo;

- Implementação e definição de novas Áreas Promocionais;

- Novo Quadro de Apoio ao Financiamento Turístico;

- A publicação do PITER – Projectos Integrados Turísticos Estruturantes de Base Regional;

- Criação de novas Escolas de Formação Profissional;

- Nova Lei das Agências de Viagens;

- Programa Nacional de Turismo da Natureza;

- Programa de Investimento do Turismo Cultural;

- Programa de Dinamização das Actividades Turísticas, desde já dotado com 4 milhões de contas para enfrentar o Pós-EXPO'98;

- Criação do Observatório e Conselho Nacional de Turismo;

- Plano Estratégico para o Mercado Interno Alargado abrangendo Espanha;

- Enquadramento Jurídico dos Equipamentos Turísticos, da Restauração, do Espaço Rural, dos Parques de Campismo.

- Legislação fortemente defensora dos direitos dos consumidores referente ao Direito Real de Habitação Turística.

- Descentralização de alguns poderes para a Região de Turismo do Algarve.

- Lei que viabilizou a entrada da Confederação do Turismo Português no Conselho Económico e Social.

- Também na área do Turismo Juvenil e do Turismo da 3ª Idade, melhor dizendo, do Turismo da Melhor Idade, os socialistas desenvolveram em profunda articulação sectorial um trabalho que se traduziu numa reforçada melhoria de infraestruturas de acolhimento e de um muito maior número de Portugueses a fazer férias fora do seu local de habitação.

De facto, em 1998 e pela primeira vez, mais de 3 milhões de Portugueses exerceram o seu direito às férias e ao lazer fora do seu local habitual de residência.

Fazer com que cada vez mais portugueses possam fazer férias e usufruam do seu inalienável direito ao lazer eis um claro objectivo de justiça social dos Socialistas para o Turismo do Séc. XXI.

Actividade económica e social fundamental para um desenvolvimento sustentável, o Turismo tem nos valores socialistas pilares fundamentais:

- O intercâmbio de culturas e abertura ao mundo e a novas experiências;

- Mais tempo livre, menos horas de trabalho e mais rendimentos disponíveis nas famílias;

- A salvaguarda do património histórico, cultural e ambiental, base estratégica para o desenvolvimento do País e do seu turismo.

- Melhorias das infraestruturas turísticas das zonas turísticas mais desenvolvidas optimizando o esforço conjunto de autarcas, empresários, trabalhadores e associações da sociedade civil;

- Nova Lei Quadro das Regiões de Turismo com novas, reforçadas e descentralizadas competências, novos meios de financiamento e novo impulso agregador dos espaços regionais, apoiando os produtos turísticos regionais cuja diferenciação e promoção é importante e vital para o desenvolvimento equilibrado do País;

- Possibilitar e apoiar iniciativas que permitam que cada vez mais jovens tenham acesso aos produtos turísticos nacionais e estrangeiros, bem assim como a um mercado de emprego mais estável e duradouro no sector do Turismo.

- Reforçar o papel do turismo sénior por forma a que aqueles que durante toda uma vida

deram através do seu trabalho o melhor que podiam ao País, possam agora também usufruir do Turismo, das suas infraestruturas e do lazer, contribuindo também desta forma para atenuar o problema mais global da Sanzonabilidade Turística.

- Elaboração de uma Lei de Bases da Actividade Turística.

- Crescente autonomia do sector da Promoção Turística dentro do Quadro Institucional em que está inserido.

- Reforço do sector do Turismo no III Quadro Comunitário de Apoio cruzando o princípio da discriminação positiva de desenvolvimento de zonas do interior com o reapetrechamento de infraestruturas turísticas em zonas mais desenvolvidas, nomeadamente no litoral.

- Acentuar o carácter horizontal de importância capital para o Turismo do sector do Transporte Aéreo e Aeroportuário.

Para os socialistas o turismo está ao serviço das pessoas e é a pensar nas pessoas que os socialistas desenvolvem e continuarão a desenvolver a sua política solidária de turismo no Séc. XXI.

1998 foi um ano impar no País e, particularmente no sector do Turismo.

Como disse o nosso camarada Secretário Geral e Primeiro Ministro, António Guterres:

"O êxito da EXPO não é uma sorte. A Moeda Única não aconteceu por acaso. O nosso crescimento económico não é um milagre. Tudo justifica que tenhamos mais orgulho em nós próprios. Que desenvolvamos a nossa autoestima e a nossa confiança no futuro".

É com esta redobrada confiança no futuro que os Socialistas encaram o turismo do Séc. XXI.

Subscritor
Carlos Beja

MOÇÃO SECTORIAL

PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO COOPERATIVO

1. As linhas estruturantes da política cooperativa que constam do programa eleitoral do PS mantêm naturalmente plena validade. No fundo elas exprimem uma firme vontade política de pôr em prática o essencial das directrizes que, em termos gerais, resultam da nossa Constituição.

Sob o actual governo socialista, foi nítido o incremento do apoio às cooperativas, merecendo destaque a entrada em vigor de um novo Código Cooperativo e a recente publicação de um Estatuto Fiscal das Cooperativas, que pela primeira vez encarou o sector cooperativo, em termos fiscais, numa perspectiva global e mais favorável, em razão da sua especificidade.

Sem prejuízo do balanço positivo da política cooperativa que tem vindo a ser posta em prática desde 1995, devem ser salientadas algumas prioridades no caminho que se está a percorrer. Procurando chamar a atenção para o essencial, sublinham-se as seguintes como as mais importantes:

- a) - tomar as medidas necessárias para incluir a temática cooperativa nos currículos dos ensinos básico e secundário;
- b) - promover programas de apoio ao desenvolvimento dos estudos cooperativos no ensino superior, bem como à investigação sobre o fenómeno cooperativo;

c) - valorizar mais sistematicamente as cooperativas nos processos de desenvolvimento local;

d) - atribuir maior relevo à participação das cooperativas em projectos de desenvolvimento regional;

e) - criar as condições necessárias para envolver mais as cooperativas no desenvolvimento rural e na requalificação urbana;

f) - colmatar a lacuna existente no sector cooperativo português que se traduz na ausência de um ramo de crédito não-agrícola.

2. O movimento cooperativo mundial é um dos exemplos mais consistentes da globalização emancipatória, pelo que não podem ser menosprezadas as suas virtualidades na resistência aos aspectos mais negativos da globalização. Com a força das suas centenas de milhares de cooperadores tem-se revelado um factor relevante em inúmeros processos de desenvolvimento.

No que diz respeito ao nosso país, as cooperativas continuam a desempenhar um papel de primeiro plano na produção agrícola, dão um contributo apreciável na promoção da habitação económica, participam activamente na defesa dos consumidores, desempenham um relevante trabalho cultural, estão presentes em diversos sectores dos serviços, inter-

vêm no campo da solidariedade social, posicionando-se com destaque crescente na defesa do ambiente.

Para além disso, o cooperativismo tem raízes em comum com o socialismo, traduzindo-se a prática cooperativa numa vivência democrática radicada na ajuda mútua, aberta à solidariedade e à justiça, ciosa da sua autonomia, mas profundamente envolvida nos problemas da comunidade. Parece, por isso, difícil de compreender que o Partido Socialista não valorize de uma maneira mais sistemática e mais decidida o desenvolvimento cooperativo.

Como impulso inicial destinado a romper com essa relativa inércia apresentamos as duas propostas concretas que a seguir se formulam:

I) Como meio de reforço da capacidade de intervenção dos socialistas neste terreno, a primeira proposta tem como objecto a reanimação da Fundação Azedo Gneco, que, como se sabe, foi constituída com o objectivo de apoiar o trabalho dos socialistas nas cooperativas, tendo entretanto caído na inactividade.

II) Em segundo lugar, recomenda-se à direcção do Partido que apoie as iniciativas consistentes, promovidas por socialistas reconhecidamente empenhados no movimento

cooperativo, tendentes à constituição de uma estrutura associativa nacional de quadros socialistas, ligados ao movimento cooperativo, à qual deve ser concedido um estatuto especial de ligação ao Partido Socialista, que corresponda aos objectivos e ao tipo de actividade que estiverem em causa.

Rui Namorado (Com. Polít. Fed. Coimbra, Deputado AR).

Joel Hasse Ferreira (Com. Polít. Fed. Setúbal, Deputado AR).

António Martinho (Presidente da Fed. Vila Real, Deputado AR).

Paulo Neves (Com. Polít. Fed. do Algarve, Deputado AR).

Victor Moura (Com. Polít. Fed. Guarda, Deputado AR).

António Cândido Alves (Com. Polít. Fed. Coimbra, Pres. Eleito CPConc. da Fig. Foz).

Guilherme Vilaverde (Secção da Senhora da Hora, Presid. da FENACHE).

João Simões (Secção do BPA-Lisboa, Presid. da COOPBANCÁRIOS).

José da Cruz Costa (Vice-Presid. da CPConc. de Aveiro, Vereador da C.M. Aveiro).

MOÇÃO SECTORIAL

QUEREMOS O PS POR DENTRO DAS COMUNICAÇÕES

Em primeiro lugar congratulamo-nos e pretendemos saudar com certa emoção o regresso aos Congressos Nacionais, o que demonstra inequivocamente à Sociedade que o Partido Socialista é um Partido aberto, moderno e que pratica os princípios democráticos mesmo no seu interior.

Em segundo lugar entendemos ser motivo de grande satisfação, ao realizar-se o XI CONGRESSO NACIONAL do PARTIDO, o Governo de PORTUGAL ser constituído por Socialistas e ser dirigido por um 1º Ministro que se chama ANTÓNIO GUTERRES, um Homem que já deu aos Portugueses provas bastantes de competência, determinação, coragem, honestidade e humanismo.

Todos os Militantes do PS devem igualmente sentirem-se orgulhosos porque o SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA DR. JORGE SAMPAIO com grande dignidade e coerência, por vontade própria, decidiu continuar Militante do Partido não obstante ter ocupado as importantes funções de ser o Presidente de todos os Portugueses.

Ao apresentarmos esta Moção a todos os Socialistas neste Congresso, especificamente àqueles que estão integrados no Sector das Comunicações temos perfeita consciência e conhecimento dos padrões e valores que norteiam e sempre nortearam o Partido Soci-

alista e que constam na sua Declaração de Princípios: Liberdade, Democracia, Justiça Social, Fraternidade, Igualdade, Solidariedade, e Socialismo Participativo e Democrático.

Gostariamos de dar o nosso contributo para que algumas situações actualmente existentes no domínio das Comunicações no nosso País fossem modificadas e outras radicalmente alteradas.

Estamos conscientes de que esse desafio passa pela renovação e refrigeração do actual Secretariado Nacional (e da Comissão Permanente).

Pretendemos contribuir para esse «arejamento» tomando o Secretariado (e a Comissão Permanente) mais solidários, mais coerentes e mais inseridos na realidade social de um Sector estratégica e economicamente tão importante para o nosso País, em que, necessariamente, também devem participar os Militantes do Partido que sempre deram a cara nos «maus momentos».

Pretendemos uma renovação na organização, nos métodos, e na prática política. Sentimos que o Partido «abandonou» os seus Militantes.

Estando consciente, ainda, de que a participação dos Militantes na vida de um Partido Político, mais do que um dever é um direito,

propomo-nos lutar pela consolidação da Democracia interna e pela aplicação, na prática, do Socialismo Participativo.

Pretendemos lembrar aos Dirigentes Nacionais do PS (que na sua maioria são membros do Governo) que os Militantes de base não servem apenas para, nas campanhas eleitorais, fazerem parte das Mesas de Voto e/ou serem os profissionais do cartaz, da faixa e do pendão.

O que pensamos e o que pretendemos os militantes de base do sector das comunicações

A globalização da economia, a internacionalização do espaço económico e as novas exigências dos mercados, determinaram a necessidade de profundas mudanças na organização estrutural das empresas. AS modificações operadas no sector das telecomunicações culminaram com a fusão dos TLP, Telecom Portugal, TDP e mais tarde a CPR Marconi dando origem à Portugal Telecom.

Face a este contexto vivemos uma nova situação caracterizada por duas necessidades fundamentais que são:

- Compatibilizar hábitos e culturas empresariais diversas, sem discriminações e
- Responder com eficácia às exigências e

expectativas do País, de forma diferenciada. A política arrogante, centralista e prepotente aplicada pelo PPD/PSD no Sector e nas Empresas, no passado, jamais poderá ser seguida.

Serão as políticas que tenham por base o diálogo e um profundo sentido humanista, que vencerão.

No momento político actual só o PARTIDO SOCIALISTA poderá corporizar essas políticas e não existe a mais pequena dúvida de que está a conseguir.

No entanto pretendemos apresentar ao Congresso alguns alertas e iremos justificar porque QUEREMOS O PS POR DENTRO DAS COMUNICAÇÕES:

O PSD esteve durante 10 longos anos no Governo.

Quase no dia seguinte à sua tomada de posse, afastaram os melhores quadros do PS nas mais diversas empresas do País, entre as quais se encontravam então os CTT, os TLP, a MARCONI e mais recentemente a PT, onde foi implementada a famigerada gestão do Eng. Luís Todo Bom.

No dia 1 de outubro de 1995, o PS e a Nova Maioria ganharam as Eleições Legislativas. Também com os votos de inúmeros Socialistas e de Independentes das Empresas de Comunicações.

Todos os que votaram no PS, fizeram-no acreditando firmemente no seu Programa, nos seus projectos, nas suas ideias, no protagonismo e competências dos seus dirigentes e na enorme capacidade e seriedade política e humana do Eng. António Guterres – o 1º Ministro de Portugal.

Numa palavra: acreditaram na mudança. Entendemos que não basta mudar as estratégias, os métodos, as intenções, é fundamentalmente necessário mudarem as pessoas, isto é, as *estratégias do PS* tem de ser levadas a cabo *por pessoas do PS*, que se identifiquem com os seus princípios e estratégia empresarial.

Ora nas Empresas de Comunicações, concretamente na Portugal, Telecom, verifica-se que lugares de certa importância e poder de decisão continuam, foram e estão a ser ocupados por quadros do PSD.

Os quadros dirigentes do PSD continuam na gestão das Empresas do Grupo PT, sem que ninguém com responsabilidades no PS ou nas Administrações tome qualquer posição de modo a inverter esta situação, o que se tem tomado frustrante, desanimador e até motivo de uma certa revolta, para *quadros independentes* da área do PS que esperariam outras decisões dos Dirigentes das Empresas, que são Militantes Socialistas e que foram nomeados pelo Governo.

Alguns desabafando, perguntam: «De que valeu eu ter votado no PS?» ou «Para que fui eu votar no PS, para tudo voltar a estar como dantes?»

Existe grande desmotivação nos militantes que durante os 10 anos de Cavacismo sempre lutaram contra este estado de coisas e

agora que o PS é Governo não encontram nenhuma diferença nas Empresas de Comunicações, em relação a esta relação a esta matéria, bem pelo contrário.

Grande descontentamento reina também entre pessoas que não têm nada a ver com o PS mas que escolheram o seu projecto, dando-lhe a sua preferência nas urnas.

Aqui fica o alerta para a consideração e atenção dos responsáveis do Partido Socialista, membros do Governo.

É que os Socialistas das Comunicações estão à beira de um ataque de nervos. E não se venha com aquela dos «Jobs For The Boys», que não se aplica nesta situação porque estamos todos empregados.

É uma questão de coerência e de cultura política, na aplicação dos valores e princípios que norteiam e sempre nortearam o PS, nomeadamente a SOLIDARIEDADE, a FRATERNIDADE e o ESPÍRITO de ENTRE AJUDA, valores que sempre caracterizaram os Socialistas desde a sua fundação.

Outra questão que se coloca é se alguns (muitos) dos gestores das Empresas do Sector das Comunicações, Militantes do PS, têm conhecimento (e os sentem) destes valores e princípios.

Se têm conhecimento e não os praticam andam, certamente, muito distraídos. Se nem sequer os conhecem (e por consequência não os sentem) esta é a altura propícia de saírem do Partido Socialista muito rapidamente e se filiarem noutro partido porque andam completamente equivocados.

Fazemo-nos entender? Por ser esta a nossa convicção defendemos que um novo Secretariado Nacional deverá

ser constituído por elementos que detenham um perfil capaz de mobilizar e organizar internamente o Partido, também na área das Comunicações, mas em todas as vertentes... (e nalgumas terão de ter muito cuidado para não serem enganados).

Por consequência iremos apresentar ao CONGRESSO as nossas legítimas preocupações, desejos e sugestões:

- Gostaríamos que fossem criadas condições para que o Partido tenha uma acção aglutinadora de todos os militantes, com integral aproveitamento das suas potencialidades e capacidades.

- Gostaríamos que fossem criadas condições para que, dentro do Partido se trave uma saudável luta política, a volta das ideias, projectos e não de pessoas, com base na democraticidade interna, reforço da coesão na divergência de opiniões e na tolerância, face as grandes questões de política geral e, em particular, sobre o Sector das Comunicações.

- Daremos o nosso contributo para o reforço da unidade do Partido na via da renovação, contra o compadrio, a incompetência, e a promoção de certas «equipas», defendendo o espírito de tolerância e de diálogo, defendendo a honestidade de processos e colocando os mais capazes e corajosos na defesa do País, do Partido e do Sector.

- Sentimos a necessidade de criação de grupos de trabalho especializados, nomeadamente: Técnicos de Gestão Empresarial; Económicos; Jurídicos e de Comunicação Social.

- Sentimos a necessidade de existir um contacto permanente e atempado com os vários

órgãos do Partido, nomeadamente com o Secretariado Nacional, Comissão Permanente, Grupo Parlamentar, Gabinete de Estudos, Empresários Socialistas, e com o Secretariado Executivo da UGT, por forma a se debaterem todas as questões que digam respeito ao desenvolvimento e progresso do Sector das Comunicações.

- Gostaríamos de contribuir para promover a discussão e o debate interno de todas as questões pertinentes do Sector.

- Rejeitamos clara e inequivocamente os despedimentos como forma de racionalização das Empresas do Sector (também conhecido por «emagrecimento» das Empresas).
- Entendemos ser de fundamental importância a divulgação das propostas do PS, para as Comunicações, juntos dos trabalhadores do Sector, quer sejam ou não Socialistas.

- Desejamos que o avanço tecnológico das Comunicações contribua para a diminuição das assimetrias existentes e para o aumento do bem estar das populações do País e não que se agravem ainda mais essas assimetrias.

Por tudo isso QUEREMOS O PS, POR DENTRO, DAS COMUNICAÇÕES.

Com solidariedade;
Com coerência;
Com dignidade;

23/01/99

1º Subscritor
Reinaldo Morais da Silva
militante nº 131362

MOÇÃO SECTORIAL

POR UMA CULTURA DE PRESTÍGIO DA DEMOCRACIA E DE VALORIZAÇÃO DO DIREITO AOS DIREITOS

O nível civilizacional de uma sociedade afere-se designadamente, pela forma como os seus cidadãos *accedem* ao direito nas suas múltiplas vertentes.

Por força do artigo 20º, da CRP estipula-se que "a todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legítimos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos".

Trata-se de um *direito geral à protecção jurídica* que inclui: o direito de acesso ao direito, aquilo a que se intitula "o direito aos direitos", e o direito de acesso aos Tribunais como garantia jurisdiccional efectiva.

A sua conexão é evidente, pois todos eles são componentes de um *direito global à protecção jurídica*. Constituem *elemento vital e essencial da própria ideia de Estado de Direito*, não podendo conceber-se uma tal ideia sem que os cidadãos tenham conhecimento dos seus direitos, o apoio jurídico disponível para a sua realização e o acesso aos tribunais para adequada tutela.

Através desta *MOÇÃO*, gostaríamos de sublinhar o quanto é importante que possamos reflectir e desenvolver dinâmicas futuras que possam contribuir para que as *Portuguesas e os Portugueses, aprofundem uma mais for-*

te consciência cívica dos seus direitos e da forma de os defender.

O *acesso ao direito é muito mais do que o acesso aos tribunais*, pelo que o incremento da protecção e defesa dos direitos dos cidadãos, passa necessariamente por:

1. *Mais e melhor informação* sobre os seus direitos fundamentais em matéria de saúde, ambiente, consumo, habitação;
2. *Melhor acesso ao conhecimento do direito*, que se consegue através da informação e consulta jurídica, o que implica a existência de serviços públicos que as prestem;
3. *Disseminação de informação multimédia* e de quiosques de informação nas freguesias e municípios;
4. *Adopção de conteúdos programáticos* nas escolas do ensino básico e secundário dirigidos à formação cívica e defesa dos direitos dos cidadãos;
5. *Substituição das vias tradicionais de justiça* por mecanismos de resolução de litígios que se situem num patamar mais próximo dos cidadãos;
6. *Cultura da Educação* do cidadão em geral, no sentido de este não fomentar a morosidade da justiça;
7. *Atenção prioritária à educação-formação-profissão jurídicas*.

Mais e melhor informação

Essa melhor informação passa inevitavelmente por um bom desempenho do Estado e dos seus serviços, das entidades independentes, associações e organizações não governamentais vocacionadas para a defesa dos direitos dos cidadãos, que deverão desenvolver estratégias de actuação e de informação acessível e eficaz aos cidadãos.

Esta componente implica igualmente que a Administração Pública assegure de modo ainda mais ágil e eficaz o acesso à informação, através do acesso aos documentos administrativos, de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade.

Melhor acesso ao conhecimento do direito

O acesso ao conhecimento do direito passa necessariamente pela existência e bom funcionamento dos serviços públicos que as prestam.

É entendimento pacífico que são ainda extremamente deficitários os serviços existentes de informação e consulta jurídica em Portugal, havendo ainda um longo caminho a per-

correr neste domínio.

Há que dotar esses serviços de estruturas humanas e financeiras que hoje ainda não dispõem de forma plena desses recursos.

Disseminação de informação multimédia

A utilização de novas tecnologias de fácil acessibilidade e com forte componente pedagógica e informativa no campo da Informação aos cidadãos, devem ser disseminados por todo o território nacional. Nesse esforço de descentralização devem estar envolvidos os *autarcas das diversas freguesias e municípios* que compõem o mosaico português.

Adopção de conteúdos programáticos

Os Estabelecimentos de ensino devem envidar esforços para integrarem nos seus currículos escolares, e hoje isso já começa a ser uma realidade, programas curriculares que incluam conteúdos vocacionados para a formação cívica e defesa de direitos fundamentais.

Com efeito, se a nova geração beneficiar de uma cultura de direitos humanos e for ade-

quadamente preparada para um conhecimento dos direitos, poderá contribuir para uma sociedade mais esclarecida, mais consciente dos seus direitos e logo, mais preparada para os desafios do séc. XXI.

Substituição das vias tradicionais de justiça

A morosidade da justiça tem sido recentemente utilizada como arma de arremesso da oposição.

Ora, são inquestionáveis os esforços consideráveis que têm sido desenvolvidos nos últimos três anos, no âmbito do Ministério da Justiça por forma a tornar a justiça mais célere e eficaz.

Ao longo da actual legislatura, o Governo do PS tem vindo a tomar um conjunto de medidas, legislativas e administrativas, que são essenciais para uma Reforma da Justiça que responda adequadamente às solicitações dos cidadãos, designadamente no que respeita à diminuição da duração dos processos, à desburocratização, ao tratamento mais eficaz da informação, visando, em geral, a modernização de todo o sistema.

Com forte impacto em todo o sector, foram diversas e importantes as medidas já tomadas nos domínios da justiça cível e da organização judiciária.

Destacam-se :

- A Reforma do Código de Processo Civil;
- O Código das Custas Judiciais;
- A utilização preferencial do procedimento

de injunção.

- A Revisão do Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência;
- A Utilização do sistema instituído de pagamento através de meios electrónicos;
- O Tribunal Central Administrativo, como 2ª instância do contencioso administrativo e fiscal;
- A Nova Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, trave-mestra do aparelho judiciário;
- A Nova Lei Orgânica do Centro de Estudos Judiciários;
- Reforço em funcionários judiciais;
- A Revisão do Código do Processo Penal;
- A Execução do Estatuto do Ministério Público, bem como do novo regime da Medicina Legal e do Registo Criminal;
- A Nova Lei da Droga;
- O novo Código Penal;
- A nova Lei do Cheque;
- A Reforma do regime jurídico da adopção;
- A Informatização dos tribunais e de outros sistemas, como o prisional ou o dos registos e do notariado;
- Em curso encontra-se a reforma relativa à execução das penas e toda a legislação aplicável a menores, em matéria tutelar.

Não obstante, o esforço que estas reformas patenteiam, continua a ser premente que os Portugueses e as Portuguesas comecem a recorrer a outros sistemas de justiça, menos onerosos e mais próximos de si, estamos a falar dos processos de arbitragem, a deno-

minada arbitragem voluntária que tem demonstrado visível sucesso no ramo do consumo e no da área da reparação automóvel. Ainda nesta sede, convém reafirmar a importância dos mecanismos de auto-regulação, cujo ordenamento jurídico próprio lhe permite dirimir conflitos e ajustar direitos, sem recurso aos tribunais mas com respeito pelo contraditório e demais mecanismos de defesa inerentes ao Estado de Direito. Por último, sublinhe-se a importância dos Julgados de Paz, cuja figura foi readmitida no ordenamento judicial, a título facultativo, e prevista no decurso do processo da última revisão constitucional.

Cultura da Educação

Esta vertente está directamente relacionada com a anterior, dado que o incremento dos processos subsidiários de regulação social, contribuirão para um decréscimo de acções em tribunal e permitirá a curto e médio prazo um melhor funcionamento dos Tribunais. Tudo devemos fazer para criar uma cultura cívica que penalize todos aqueles que apenas utilizem a justiça com o objectivo de a obstaculizar.

Atenção prioritária à educação-formação-profissão jurídicas

Por último deverá ser conferida atenção prioritária à educação-formação-profissão jurídicas, visando uma articulação responsável

entre as opções administrativas e legislativas com incidência no ensino de direito, na formação inicial, complementar e permanente orientada para as diversas profissões jurídicas, nas disciplinas públicas profissionais e nas políticas públicas de emprego para juristas

Conclusão

Em nosso entendimento o acesso ao direito representa, simultaneamente, uma importante garantia da igualdade dos cidadãos e uma expressão basililar do princípio democrático, a tal ponto que bem pode dizer-se que o Estado de Direito Democrático está por realizar enquanto existirem direitos definidos na lei, sem que a maior parte dos cidadãos possa exercê-los ou ter sequer consciência dos mesmos.

Julgamos que feito o balanço de quase 4 anos de Governo do PS, estamos no caminho certo, embora sempre conscientes que em termos de acesso aos direitos a obra nunca está feita até porque nenhum direito é "natural". O reconhecimento de um direito e o seu exercício pelo indivíduo ou pelo grupo são sempre expressão de um estágio mais desenvolvido da cultura da cidadania, das responsabilidades, do exercício da participação e em última análise, da realização do estatuto do cidadão activo.

1º Subscritor
Nuno Baltazar Mendes e Suzana Amador

MOÇÃO SECTORIAL

A DEFESA DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES E O RESPEITO PELOS MILITANTES

A defesa dos interesses dos consumidores

Preâmbulo I

Certamente todos os Socialistas - e com eles todos os portugueses de boa-fé - reconhecem, em consonância com o nosso camarada Secretário-Geral, António Guterres, que: O Governo do PS e da Nova Maioria fez, pela primeira vez em Portugal, da política de defesa dos interesses dos consumidores uma política prioritária da acção do Governo, atingindo as diferentes políticas sectoriais, ao serviço do desenvolvimento de uma sociedade moderna e por forma a promover a qualidade de vida dos cidadãos. As novas leis do consumidor e dos serviços públicos essenciais que conduziram à garantia da facturação gratuita detalhada no serviço de telefones, a consagração da desvalorização automática do valor dos veículos objecto de seguros facultativos por danos próprios, o novo Código da Publicidade, a nova lei da publicidade domiciliária e as novas regras em matéria de time-share e outros direitos de habitação turística são alguns exemplos que devemos realçar.

Esta actuação firmemente prosseguida defrontou-se, por vezes, com hábitos arraigados e resistências corporativas, tão prejudiciais a uma verdadeira modernização da sociedade

onde os valores da realização pessoal encontrem adequada satisfação.

O PS continuará, sem esmorecimento, a conferir à defesa dos direitos dos consumidores uma atenção central, correspondendo à exigência de qualidade nos produtos e serviços fornecidos, com especial incidência naqueles sectores onde se registem atitudes de abuso de posição dominante ou concertação de interesses contrários à satisfação das necessidades colectivas.

(Capítulo - "Uma Sociedade humanizada assente na melhoria das condições de vida dos cidadãos" - da Moção A NOSSA VIA - Uma relação de confiança com os Portugueses)

... e o respeito pelos militantes socialistas

Preâmbulo II

Um Partido que, enquanto Governo, assume, com coragem, que uma das suas prioridades na acção governativa, é a defesa e a protecção dos consumidores, deverá ter em conta que, enquanto organização partidária, o respeito pelos seus militantes, a dignificação dos seus dirigentes e a procura quotidiana para que eles se respeitem entre si, deverão estar, por uma questão de verdade e coerência, na primeira linha das suas preocupações.

NÃO É ISSO O QUE, INFELIZMENTE, ACONTECE!

Introdução

A realização do XI Congresso Nacional do Partido Socialista tem, hoje, um duplo significado. Por um lado, tem lugar num momento particularmente importante da vida nacional, já que marca o arranque dos socialistas para duas grandes batalhas políticas, as Eleições Europeias e Legislativas, para as quais são desde há muito conhecidas as metas e objectivos. Por outro lado, a realização deste conclave marca, também, o regresso do Partido à formula dos Congressos, abandonada por renovação estatutária, introduzida em 1992, e vem possibilitar momentos profundamente enriquecedores de debate e de participação de todos nós.

Todas estas questões assumem um outro importante significado, dado que o PS é o Governo e as Eleições que aí vêm determinam, desde já, uma análise e uma reflexão profunda sobre a nossa prestação, durante os últimos três anos, a qual que em breve será sujeita ao julgamento democrático de todo o Povo Português.

É neste contexto que surge a Moção Sectorial - "A Defesa dos Interesses dos Consumidores e o respeito pelos militantes socialistas", procurando, também, corresponder ao desa-

fio lançado pelo camarada Jorge Coelho, para que transformemos este Congresso num grande Fórum Nacional de debate e de participação.

Por outro lado, este documento sectorial, enquadra-se no apoio claro e inequívoco à Moção "A NOSSA VIA - Uma relação de confiança com os Portugueses" que tem como 1º Subscritor o nosso camarada ANTÓNIO GUTERRES, cuja candidatura a Secretário-Geral apoiámos.

Assim, este documento procura reflectir sobre a nossa vivência interna, enquanto militantes dum Partido que é Poder, ao mesmo tempo, que aponta caminhos, e enumera preocupações numa área de intervenção, que o Governo do PS e da Nova Maioria, fez questão de elevar a área prioritária da sua acção A Defesa e a Protecção ao Consumidor.

Marcar, política e culturalmente, uma época!

Este é um dos grandes desafios que o Eng.º António Guterres propôs a si próprio, aos socialistas e aos Portugueses, ao assumir a liderança do Governo do PS e da Nova Maioria.

E é, também, perseguindo este objectivo que, já hoje, se começam a assumir como prioritárias grande áreas de intervenção, que marcarão decisivamente a agenda política no

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

próximo milénio, e que têm a ver com grandes e novas realidades, decorrentes dum quotidiano que se desenvolve a um ritmo verdadeiramente alucinante.

É neste contexto que começa a ter lugar um discurso novo, que envolve as reflexões sobre o nosso tempo útil de vida, a Saúde e o Ambiente, a defesa intransigente das nossas livres opções, o Cidadão como agente potencial de todas as mudanças, a par da defesa e da protecção dos nossos direitos enquanto consumidores.

O Governo do PS e da Nova Maioria, inscreveu, assim, a "Defesa dos Interesses do Consumidor" entre as áreas de intervenção prioritárias.

Enquanto cidadãos, mas particularmente enquanto socialistas, dever-nos-emos sentir orgulhosos pelo caminho que estamos a seguir com passos largos e determinados.

A intervenção brilhante, enquanto Ministro, do nosso camarada JOSÉ SÓCRATES é disso mesmo um excepcional exemplo.

Assim, as novas Leis do Consumidor, com todas as intervenções daí decorrentes – O Novo Código de Publicidade – A nova Lei de Publicidade Domiciliária – As novas propostas em matéria de time-share a par, da consagração de desvalorização automática do valor dos veículos de objecto de seguros facultativos por danos próprios, constituem, uma pedrada no charco, um muro no estômago, e uma inovação total, da forma de fazer política em Portugal, designadamente em áreas, para as quais, até agora, pouca atenção tinha sido dispensada pelos anteriores governos.

Tanto mais que a produção legislativa não se fica por aqui, mas tendo criado também os mecanismos legais necessários para a sistematização de políticas nesta área, possibilitando assim, que a nível Concelhio, possam também no âmbito das competências que estão actualmente consignadas às Autarquias, existir condições para um trabalho aturado e eficaz nesta matéria.

A justificá-lo aí está a Criação dos Conselhos Municipais de Consumo, e a possibilidade de os mesmos poderem ser criados em cada Concelho, como instrumentos de acção preventiva e pedagógica.

Outros factores a ter em conta são as dificuldades de meios existentes para a implementação de políticas concelhias neste sector, já que os protocolos assinados entre as duas partes raramente são cumpridos no articulado da responsabilidade da Autarquia. E isto acontece, dado o espaço apagado e cinzento que tem sido reservado aos CIACS, quer nos quadros funcionais da maioria das Câmaras onde estão instituídos, quer no tratamento verdadeiramente humilhante que vem sendo dado a esta área de intervenção tão importante.

E Lisboa aqui tão perto

E se isto é a realidade maioritariamente vigente em termos nacionais, ela é bem pior quando se trata de analisar as mesmas ques-

tões decorrentes da implementação de CIACS nos Concelhos do Distrito de Setúbal – numa palavra, nos Concelhos a sul do Tejo. Aqui, o panorama é mais negro! Esta área de Informação Autárquica ao Consumidor, que existe protocolada apenas em seis dos treze Concelhos do Distrito, é tratada como um filho de um Deus menor, não havendo preocupações em termos logísticos, humanos ou meramente orçamentais.

E assim tem acontecido porque numa primeira fase não havia sensibilidade para o desenvolvimento de realizações nestas áreas e, mais recentemente, os presidentes de Câmara – que no contexto distrital são esmagadoramente do Partido Comunista – decidiram atribuir este Pelouro, que eles próprios designavam de "Pelourinho", aos vereadores da oposição, designadamente aos Vereadores do Partido Socialista.

Perante este quadro já é possível saber a razão de tal atribuição e, bem assim, avaliar a luta que têm quotidianamente que travar todos os eleitos nessas circunstâncias para servir quem os elegeu.

E, aqui, aproveitamos para saudar todos os camaradas que nesta situação se encontram e apelar-lhes para que, em conjunto, com a colaboração do Governo e do Instituto do Consumidor, possamos contribuir para corporizar um projecto que, Concelho a Concelho, de acordo com as especificidades de cada um, possa contribuir para, no terreno, atingirmos os nossos objectivos: a defesa eficaz do interesse e da protecção dos consumidores.

Não pretendendo personalizar preocupações, podemos falar-vos da experiência vivida na qualidade de actual responsável do Concelho do Barreiro pelo Pelouro do Centro de Informação Autárquica ao Consumidor, área que foi atribuída ao Partido Socialista após as Eleições Autárquicas de 1997, onde à chegada, nos deparámos com a inexistência de um Plano de Actividades e com orçamento reduzido a zero, muito embora, dois meses depois tenhamos tomado conhecimento de compromissos assumidos nesta área no ano anterior.

Por outro lado, é certa e sabida a falta de formação necessária aos funcionários que trabalham nesta área. E a acrescer a tudo isto existe, por parte destas Câmaras, que tanto utilizam o "trabalho, honestidade e competência", como seu lema, a recusa sistemática na formação e na promoção dos seus funcionários, nomeadamente naquilo que a esta área diz respeito, os quais, na sua maioria, são esforçados, verdadeiramente colaborantes e disponíveis no apoio sempre tão necessário.

Consumidores somos todos nós.

Nós consumimos cultura.

Nós consumimos educação.

Nós consumimos informação.

Nós consumimos efectivamente tudo. O consumo, tem pois, a ver com tudo.

Com base nisto, fácil se torna reconhecer o nervosismo dos diversos Presidentes de Câmara comunistas que, pensando que atribuí-

am a um Vereador da oposição um "Pelourinho", acabam por verificar que lhe consignaram uma área de intervenção que, para ter eficácia, tem efectivamente a ver com tudo.

Daí que seja hoje mais urgente que nunca legislar, fiscalizar e aprofundar a intervenção nesta área tendo em conta os parâmetros em que ela está a ser implementada e o vasto campo de actuação que permite, na defesa da qualidade de vida de todos nós.

Não, produtores e consumidores de política...

Foi em Bad Munstereifel, a 19 de Abril de 1973, que um grupo de corajosos lutadores decidiu fundar o Partido Socialista.

Esse momento representou um grito de coragem, um acto de paixão, de liberdade, de solidariedade e, sobretudo, de esperança no futuro.

O PS comemorou no ano passado, através de diversas iniciativas, o seu 25º. Aniversário.

É já um percurso assinalável. Com muitas alegrias mas, simultaneamente, com muitas dificuldades, momentos muito difíceis, quando se tratou de defender a Democracia e a Liberdade, contra tudo e, às vezes, quase contra todos.

A verdade é que o PS soube, ao longo destes 25 anos, honrar a memória de todos quantos no passado souberam lutar pela Liberdade.

O PS soube, ao longo destes 25 anos, no governo ou na oposição, ser um referencial de responsabilidade, de democracia e de Liberdade.

Em suma, o PS soube, ao longo destes 25 anos, permanecer, sempre, no coração dos Portugueses.

O XI Congresso Nacional do Partido Socialista tem lugar no momento em que decorrem as Comemorações dos 25 anos da data libertadora do "25 de Abril, e num momento em que exerce o Poder em Portugal.

Tem sido uma experiência difícil mas estimulante, dada a correlação de forças existente na Assembleia da República, em que os partidos da oposição, não raras vezes, promovem as votações negativas, unindo todos os esforços no sentido de impossibilitar o Governo do PS e da Nova Maioria, de promover as Reformas que prometeu aos Portugueses.

Um dos exemplos mais significativos foi, certamente, a rejeição do Projecto do Governo sobre a alteração da Lei Eleitoral que, como objectivo principal, tinha a ideia de aproximar os eleitos dos eleitores, através da criação de círculos uninominais.

SÓ QUE OS NOSSOS ADVERSÁRIOS NÃO QUEREM REFORMAS.

Este Congresso tem lugar, também, num momento em que começa a despontar, por via do Governo do PS, uma nova classe política.

Uma classe política resultante de quadros cuja competência nunca esteve em causa, uma classe política resultante da preocupação de abrangência, manifestada por parte do actual Governo.

Mas uma classe política que, em alguns ca-

sos, não tem procurado nem encontrado acolhimento, junto das bases do Partido, junto dos seus militantes.

É indispensável o respeito para com os dirigentes do PS. E é ainda mais indispensável o respeito para com todos os militantes do Partido.

É necessário que nos entendamos.

É necessário que a nossa vivência interna seja respeitada.

É necessário que se respeite a dignidade dos dirigentes locais, concelhios e distritais do PS. Em resumo, é necessário ter sempre em linha de conta quem, nos momentos difíceis, aguenta o PS.

É bom que se saiba que, ao contrário daquelas e daquelas que aparecem nos momentos da vitória e do Poder, existe todo um colectivo, que tem história, a quem se devem as vitórias do PS, e que exige ser respeitado. Os militantes do PS não são "carne para canhão".

Esta Moção defende um PS interclassista, aberto aos cidadãos, um PS de todos.

Um Partido Vivo e um Partido Jovem, onde, com solidariedade, cada dia se reinventa a alegria de um novo desafio e de uma nova aposta.

Um partido que saiba conviver com as novas gerações, que saiba conviver com a sua organização de Juventude e que tenha a capacidade para mobilizar os jovens Portugueses para a vida política.

Um Partido Forte, um Partido actuante – cuja eficácia resulte do compromisso entre todos, banindo, de vez, querelas estérteis, interesses de capelinha, e onde triunfem as ideias, os projectos, o debate e o confronto saudável de posições diversas.

Um Partido que sobre cada matéria tenha sempre uma ideia e a defesa.

Que não se acomode ou resigna a qualquer interesse de momento.

Que saiba, a cada momento, fazer a separação entre o fundamental e o acessório, e que, com os militantes e todos quantos de nós se aproximarem, saiba arregimentar um autêntico "exército", sempre disponível para travar, em conjunto conosco, a batalha seguinte.

Um Partido de Protagonistas, que resulte da convivência sã entre militantes e cidadãos anónimos que se manifestem disponíveis para cada área, para cada temática e assumam, sob a sigla do PS, um contributo que deverá honrar qualquer organização partidária.

Um Partido Aberto à Sociedade e com Iniciativa Política, que se adapte aos novos desafios, que em conjunto com os autarcas, com os dirigentes locais, concelhios e distritais, em ligação ao Grupo Parlamentar e à Direcção Nacional, reforce a credibilidade necessária, criando condições para continuar a permitir-nos sonhar com um Portugal mais justo, mais fraterno, mais solidário e onde todos tenham direito à alegria e à felicidade.

1º Subscritor

Áires de Carvalho, militante nº 107778

MOÇÃO SECTORIAL

PARA UM DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTADO DE PORTUGAL

Portugal tem pela frente um enorme desafio, os portugueses têm que o vencer, com as suas sinergias, capacidade inovadora e com uma forte convicção política, social, cognitiva e por que não transcendental.

O mundo que aí vem é deveras complexo. A causa da complexidade é sem dúvida o SÁBER nas suas variantes tecnológicas e epistemológicas. A confrontação, a interacção ao nível do conhecimento vão liderar a supremacia de alguns sobre os outros.

Se analisarmos os tempos actuais no que concerne ao cognitivo, há nações que começaram a querer liderar processos e conjunturas pelo lado das novas tecnologias. A supremacia dos EUA é já o início do que pode

rá vir acontecer no campo das tecnologias de ponta. Dominadoras, corporativas e por que não dizê-lo. Canibalizadoras.

Os exemplos muito perto de nós são ao nível das multinacionais. Se atentarmos à pretensão do investimento directo estrangeiro no nosso país, todo ele ou quase fica-se pela montagem de equipamentos, com a ajuda de incentivos, que facilitam a entrada desse investimento e também rapidamente sai porque outros países oferecem contrapartidas. Portanto a deslocalização é efectuada, deixando milhares de postos de trabalho desocupados.

Portugal tem que investir rapidamente no conhecimento efectivo, contando para isso com Empresas, Universidades, Laboratórios e In-

vestigadores. Inovação, Investigação, Produção e Comercialização, quatro palavras que Portugal e os portugueses têm que interiorizar. Sem esta interiorização o desenvolvimento económico sustentado não se fará.

Os sistemas económicos, baseiam-se, nos países com forte desenvolvimento no chamado vector cognitivo. É por esta via que Portugal deve apostar e em particular o Partido Socialista, deve imprimir toda a sua força, geradora de mudança, numa sociedade global mas que deverá ter em conta os problemas específicos dos portugueses e do que poderá efectivamente dar de contributo, a um mundo multicultural e pluridisciplinar

O apelo, esforço e significado que está

consubstanciado nesta moção é possível e passível de concretização. Assim os portugueses o queiram assimilar, como luz num túnel, que de escuro apenas está para aqueles que não têm esperança, mas que ao menos não obstaculizem o futuro dum povo que desbravou e descobriu novos mundos, num mundo desconhecido, não utilizando tecnologias, como as actuais, onde a precisão de concretização se mede em attómetros. Começemos, pois, a abrir a porta do futuro.

Iglésias Costal

Militante 172017

Secção Residência Alvalade / Secção Sectorial EDP
Lisboa 98-12-15

MOÇÃO SECTORIAL

MOÇÃO (PS/MADEIRA)

1 – Introdução

No momento em que o Partido Socialista retoma, no respeito pela sua memória e pela sua História, o exercício estatutário da realização dos congressos e da (re)consagração destes como «Fora» máximos das decisões do PS, da definição das suas estratégias, mas, sobretudo, da consolidação dos princípios enformadores da acção política que tem desenvolvido de forma decisiva, na afirmação da democracia em Portugal, impõe-se ao PS/Madeira, a análise do que tem sido o seu passado, o seu presente e as perspectivas de futuro.

Hoje, Estado-membro de pleno direito da União Europeia, Portugal tem tido no Partido Socialista, enquanto organização política, um «corpo» responsável de homens e mulheres que, pela sua acção empenhada, prestigiou o País perante os seus filhos, perante a Europa e perante o Mundo.

O PS/Madeira, parte integrante, e por isso orgulhosa, do conjunto, sente com a mesma intensidade e alegria as vitórias, deplora com a mesma veemência as injustiças e entristece-se com a mesma sensibilidade e sinceridade, face às razões que a todos os seus membros – e aos seus órgãos – determinam, inevitavelmente, sentimentos de tristeza.

Congratulamo-nos assim com a realização do XI Congresso Nacional do Partido Socialista, que saudamos com toda a fraternidade, com toda a alegria e com toda a camaradagem, fazendo votos de que constitua, para bem de Portugal e dos portugueses, o momento em que encetaremos as grandes caminhadas que nos conduzirão às eleições europeias e às eleições legislativas nacionais que a nossa participação na Europa e a Constituição da República, respectivamente, determinam para 1999 e que saberemos enfrentar com determinação e responsabilidade.

Uma palavra para aquele que tem sido, com nobreza de alma e de carácter; com excelência técnica e científica; com temperamento tolerante e dialogante; com forte personalidade – rejeitando a força e a imposição – e com um inultrapassável sentido de justiça, o protagonista evidente, evidenciado e merecedor do colectivo que lidera com inegáveis qualidades, o Eng.º António Guterres. Os portugueses renderam-se ao tom, às sensatez, ao brilho discreto e ao prestígio a que as suas convicções deram consistência, força e impulso.

2 – O percurso

O Partido Socialista, desde o início de 1992 – período de plena actividade da maioria absoluta do PSD, e apesar disso – conseguiu a afirmação do seu projecto – se é que ainda hoje se pode falar de «partido de projecto» – nos diferentes patamares da sua existência e das exigências com que era, e é, confrontado e estabelecer, com Portugal e com os portugueses, uma relação de confiança, de afecto, de empatia e mesmo, de cumplicidade que, retirando distância ao poder, responsabilizou-o, aproximou-o e humanizou-o, civilizando-o.

Não é por acaso, nestes termos, que ao Partido Socialista foi atribuída a obrigação de governar a maior parte dos municípios do País e de o fazer bem, não é intempestivamente, nestes termos, que ao Partido Socialista tenha sido reconhecida, de forma maioritária, capacidade para gerir os destinos de Portugal numa fase crucial da construção europeia, fazendo-o compatibilizando as exigências do desenvolvimento e da contenção com as da solidariedade e da justiça, não se trata de um mero acidente que, ao Partido Socialista, de acordo com os inquéritos de opinião, continue a ser dada uma intenção de voto maioritária, apesar de, para os nossos adver-

sários políticos, estamos, nós socialistas, definitivamente «derrotados» face à estratégia «aniquiladora» definida no laboratório dos que da democracia só conhecem o poder e os seus benefícios e para quem, sempre, «os fins justificam os meios» e não é com surpresa que, ao Partido Socialista, resta manter o rumo no cumprimento dos reais e intransponíveis grandes objectivos nacionais.

3 – O PS/Madeira

O PS ganhou as eleições autárquicas em 93, ganhou as eleições europeias em 94, as eleições legislativas em 95 e promove a candidatura e a eleição do Presidente da República em 96. O sucesso em todas as frentes onde se desenvolve a nossa acção política passava ainda, em 96, por duas duras provas: as eleições regionais nos Açores e na Madeira.

Felizmente, das duas difíceis contendidas eleitorais, o PS/Açores conseguiu uma saborosa e merecida vitória que a todos honrou, restando a Região Autónoma da Madeira como única e lamentável excepção à nossa vontade de, juntos, reforçarmos a democracia, promovermos a justiça e darmos larga aos nossos compromissos com os portugueses e, no caso concreto, com os que, na Madeira e no Porto Santo, resolveram construir a sua vida.

Muitas e poderosas razões determinam a situação actualmente existente na Região Autónoma da Madeira a que o comportamento do PS/M não é estranho, mas não a causa única e, eventualmente, nem mesmo a principal. Procuraremos adiante encontrar justificações razoavelmente analíticas, devendo por agora caracterizar a actuação do Partido da Região, no cotejo com a de outras estruturas aparentemente semelhantes, sendo que, apenas com o PS/Açores a prática é comparável.

3.1 – A Autonomia e o Desafio Democrático

A Constituição da República Portuguesa consagrou, logo na sua primeira versão, emergente das eleições constituintes de 1975, a Autonomia Política e Administrativa das regiões insulares da Madeira e dos Açores.

Vivendo e assentando a democracia na natural e indispensável existência de partidos nacionais, são as suas estruturas regionais responsabilizadas por um «combate» democrático próprio em que, se por um lado partilham solidária e empenhadamente nas importantes tarefas e exigências nacionais de afirmação e credibilização – autarquias, Assembleia da República, Parlamento Europeu e Presidência da República – por outro, desenvolveu quotidianamente uma vida política intensa no plano regional, com exigências pragmáticas, estratégicas e táticas que, sob todos os pontos de vista, não tem comparação, sublinhe-se o todo o respeito por estruturas semelhantes, com qualquer uma das outras federações distritais do Partido Socialista.

Compreende estas circunstâncias, é fundamental para o sucesso da acção política na Região Autónoma da Madeira, por parte do PS, **porque só essa compreensão pode, e deve, induzir uma atitude solidária na assunção dos objectivos comuns, no acompanhamento estratégico, na definição de recursos** e, em suma, no vencer das dificuldades por nós experimentadas uma postura de expectativa permanente e quase sempre frustrada, face a necessidades várias no âmbito da insubmissão e inconformismo que teimamos em manter.

4 – Ambiente político regional

Desde as primeiras eleições regionais, em

1976, que o PSD mantém com oscilações relativamente pequenas, uma confortável maioria absoluta, que lhe tem permitido manter o poder, o «poder absoluto», numa região territorialmente reduzida, com uma população de cerca de 260 000 habitantes, amplos meios financeiros e acentuado investimento público, sem que nenhuma consistente análise ao «sucesso» tenha sido produzida com rigor técnico e político, pelo menos no âmbito das relações do Estado com a Região, e desta com aquele, em todos os patamares de uma desejável cooperação sóbria, sensata e civilizada.

O PSD é no País, e por maioria de razão na Região Autónoma da Madeira, um partido com uma forte e sólida «cultura de poder», subvertida sistematicamente pelos desregramentos de linguagem, pelas manobras táticas inspiradas pela politiquerice barata, pelo desrespeito pela democracia, mesmo nas suas formas mais elementares, pela chantagem política e pelo exercício tendencialmente condicionador dos cidadãos e das suas consciências. O exercício da democracia na RAM continua a ser uma realidade incivilizada, não participada, monocolor e parcial, suportada por uma administração pública regional razoavelmente discreta na sua acção, mas efectivamente repressiva na sua relação com os cidadãos.

Apesar da tentativa séria que o Governo da República tem vindo a fazer no sentido de transmitir à Comunicação Social (serviço público) o essencial de uma atitude isenta e plural, na Região Autónoma da Madeira, tanto a RDP como a RTP, condicionadas por um discurso ameaçadoramente crítico do Presidente do Governo Regional, tendem a obedecer, sendo órgão de comunicação social ao serviço do poder, do PSD, da sua máquina, da sua estratégia e dos seus interesses.

Apenas como exemplo, a RDP-Madeira «criou» um novo programa intitulado: «O Governo Responde». Se não fosse o trágico e efectivo ridículo de isto poder acontecer na democracia portuguesa, reagiriamos como se estivéssemos na Roménia de Ceaucescu.

Como se nada acontecesse – nem acontece – que limitasse os seus desvarios, o Presidente do Governo Regional afirma eufórico que «o Estado é mafioso» - ele, que é, nos termos da Constituição, Conselheiro de Estado – que o Primeiro-Ministro é «caloteiro», que a prática do Estado Português em relação à Madeira é «colonialista» e outros «piropos» com que regularmente vai brindando os órgãos de soberania, no meio da maior impunidade.

Das duas, uma. Ou o governo português, a Presidência da República, a Assembleia da República, o Conselho de Estado. Os Tribunais e todos os outros agentes democráticos da República condescendem, entendendo que o cidadão em causa tem razão – e nesse caso, o PS/Madeira não tem razão de existir em termos úteis e dignificantes – ou são de opinião contrária e, nesse caso, ou os tribunais declaram a inimizabilidade do personagem ou, inevitavelmente, terão os responsáveis que reagir considerando como «Questão de Regime» a situação vivida na Região Autónoma da Madeira.

E é neste quadro que o PS/Madeira se move, que eu me movimento. Enquanto dirigentes governamentais e partidários se «glorificam» no elogio oportunista, balofo e de certo modo cruel para quem os elegeu e para quem contribuiu para essa atribuição de confiança, aos detractores do Partido Socialista, dos seus dirigentes e da sua política.

Não é, decentemente, defensável que se continue a exigir do PS/Madeira e dos que o

entendem como meio sério de serviço público que, por um lado defende a República, os seus mais visíveis intérpretes, Portugal e o Partido Socialista e, por outro, ser um colectivo idiota, eventualmente útil, ao serviço de interesses que não consegue interpretar quais sejam, já que, não são, manifestamente, os interesses de Portugal e da Região Autónoma da Madeira.

5 – Na defesa da autonomia

É urgente que os militantes do PS tomem consciência do ambiente político na Madeira. **Não questionamos, nem questionaremos, a autonomia e os seus benefícios.** Defendemos **com convicção o princípio da subsidiariedade** e da aproximação dos centros de decisão daqueles a quem ela se dirige. Não partilhámos, nem partilharemos, dos argumentos dos que, por convicção ou oportunismo, entendem ser o separatismo e a independência, caminhos a seguir, mas sujeitar-nos-emos à decisão democrática que sob este ponto de vista vier a ser emitida pelas populações interessadas.

Uma coisa é certa. Sem regras não há democracia e quem fecha os olhos às regras está, por omissão, a defender o incumprimento da Constituição, na sua letra e no seu espírito e a promover no âmbito da sua aplicação, os seus mais visíveis adversários.

Entendemos a autonomia como um processo dinâmico. Não o qualificamos nem quantificamos por entendermos ser, ele própria, útil ao desenvolvimento do País e da Região e corresponder, no essencial, ao grandes objectivos europeus de modernidade e justiça social. Não queremos, definitivamente, estar disponíveis para assumir, de forma exclusiva, a legitimação dos interesses dos outros.

Assim sendo, o XI Congresso Nacional do Partido Socialista, reunido em Lisboa nos dias 30 e 31 de 1999, mandata o órgão deliberativo e executivos nacionais do PS para, com os órgãos do PS/Madeira, estudarem e definirem as melhores formas de optimização do relacionamento intrapartidário, visando potenciar uma actividade política concertada, consequentemente e produtiva para o cumprimento dos objectivos do PS/M que, o mesmo é dizer, do Partido Socialista, de Portugal e da Região Autónoma da Madeira.

Expressar o seu mais sentido repúdio pela forma anómala, cultural, política e socialmente, com que o PSD/Madeira julga cumprir a sua missão de maior força política na Região Autónoma da Madeira.

Manifestar a sua solidariedade ao PS/Madeira pela forma corajosa, frontal e inequívoca com que tem sabido defender os interesses da Madeira e do Porto Santo, os interesses de Portugal na Europa e o seu prestígio no Mundo. Sublinhar a fraternidade de todo o Partido para com os que na Região Autónoma da Madeira se não têm cansado de lutar pela defesa dos princípios e valores que os fizeram integrar este grande Partido, o Partido Socialista. Reivindicar dos órgãos de soberania as atitudes e acções necessárias ao reenquadramento da Região Autónoma da Madeira como espaço de vivência democrática, participação cívica e assunção plena da cidadania, como forma única de dignificar a Constituição da República e Portugal.

O Presidente do PS/Madeira
Mota Torres

Funchal, Dezembro de 1998.

MOÇÃO SECTORIAL

SEMEAR PARA DESENVOLVER

1 - Semear para Desenvolver. Ao nível Doméstico.

A agricultura portuguesa, à semelhança da europeia, tem vindo a perder peso nos contextos social e económico.

No plano social emprega, em média anual entre 1992 e 1996, 11% da população activa empregada no Continente, colocando-se em último lugar quando confrontada com os sectores secundário e terciário.

Na óptica económica, e em 1995, o valor acrescentado bruto agrícola no produto interno bruto representou apenas 2% do mesmo, situando-se ligeiramente acima da média da União Europeia a 15.

O rendimento dos agricultores, por sua vez, teve uma evolução favorável entre 1994 e 1996 e desfavorável nos anos 1992, 1993, 1997 e 1998.

Analisando o produto agrícola por ramos de actividade, entre 1992 e 1996, torna-se possível concluir que as indústrias agro-alimentares se destacam claramente dos ramos silvo-industrial e do agrícola, que assumem um peso semelhante.

No que toca ao comércio externo a agricultura e as indústrias agro-alimentares são deficitárias face às necessidades de consumo dos

portugueses. Já o ramo silvo-industrial continua a sustentar um saldo superavitário.

Desde 1986 e da aplicação das ajudas de pré-adesão, os investimentos e subsídios públicos e comunitários, na agricultura portuguesa já ultrapassaram o bilião de contos.

Mau grado esse acréscimo dos fluxos financeiros a fundo perdido, para além do crédito bonificado e das isenções fiscais - temos uma agricultura altamente subsidiada - não se pode afirmar, antes pelo contrário, que a agricultura portuguesa tenha melhorado o seu perfil de especialização, a sua competitividade e a segurança alimentar dos seus produtos.

Há, contudo, condições edafó-climáticas e outras susceptíveis de melhorar essas performances ao nível de, designadamente, tomate, vinho, lacticínios, frutas, horticolas e floresta de uso múltiplo.

É ainda necessário apostar no regadio e no melhor aproveitamento da água, nos produtos de qualidade, na multifuncionalidade agro-rural, nos produtos eco-agrícolas e eco-rurais, na melhoria do valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais através da sua industrialização, na floricultura, na produção agro-pecuária extensiva, na agricultura biológica, na melhoria dos circuitos de

comercialização e de armazenagem e, também, na melhoria da qualidade e da segurança alimentar.

Um pouco por todo o País, e sobretudo nas regiões periféricas ou desfavorecidas, importa também proceder à construção de alianças e cooperações alargadas e integradas, assentes numa estratégia de longo prazo de diversificação da base económica, integrando os três sectores da economia, em que seja dado papel de relevo à qualificação das pessoas e actores regionais e locais, as quais terão que assentar no fomento de uma cultura inovadora e criativa, ainda que com efeitos a médio e longo prazo.

Ainda no que respeita à agricultura e ao desenvolvimento agro-rural, consideramos que, por um lado, sejam concebidos programas nacionais de expansão sustentada dos subsistemas mais dinâmicos e competitivos e, por outro, desenhados criativamente programas que apoiem conjuntamente as outras agriculturas e as outras actividades que a montante e a jusante lhe estão associadas. Julgamos também que é pertinente desenvolver acções de sensibilização conducentes à adesão às inovações pelos actores agrícolas e rurais e, muito especialmente, de mais e

novos jovens agricultores.

2. Semear com harmonia e alargamento.

A política agrícola portuguesa decorre da mais antiga e organizada política agrícola europeia: a política agrícola comum (PAC). Os seus princípios assentam na unidade dos mercados, na preferência comunitária e na solidariedade financeira.

A sobreprodução agrícola europeia, observada no início dos anos 80, ao implicar excedentes estruturais dispendiosos, e a pressão do GATT conduziram à reforma da PAC em Junho de 1992. Esta reforma visou, entre outros objectivos, aproximar progressivamente os preços europeus dos preços mundiais, proteger o ambiente, substituir o apoio aos preços pela ajuda directa ao rendimento e inserir a agricultura europeia no mercado mundial.

O suporte financeiro da P.A.C. é o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - FEOGA. Os seus recursos representam cerca de 50% do orçamento Comunitário e em 1984 essa representação atingia 70%.

A política que sustenta a PAC está desactualizada. Favorece os agricultores do

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

Norte e do Centro da União Europeia, protege, sobretudo, os ramos agrícolas dos cereais, dos bovinos e dos laticínios e está elaborada para sustentar uma escassa minoria de agricultores.

É tremendamente injusto que 20% dos agricultores da União Europeia (U E) abocanhem 80% dos recursos do FEOGA.

O alargamento da União Europeia aos PECO's e ao Chipre, a intenção da manutenção do limite máximo dos recursos próprios da U.E. em 1,27% do P.I.B. comunitário e em 0,46% a dotação dos fundos estruturais, a reforma dos fundos estruturais e a nova ronda de negociações da Organização Mundial do comércio produzirão, inevitavelmente, novos contornos à reforma em curso da PAC, cuja conclusão se prevê que ocorra no decurso da presidência alemã, provavelmente em Março de 1999. A reforma da PAC, ao nível da Comissão, encontra-se numa fase regulamentadora, quer no seu todo, quer ao nível das Organizações Comuns de Mercado, das Políticas estruturais e do FEOGA.

Esta revisão da PAC encaixa na Agenda 2000 que engloba também a reforma dos fundos estruturais, o alargamento da União Europeia e alterações às regiões objectivo.

A Comissão da União Europeia apresentou ao Conselho Europeu de Madrid, em Dezembro de 1995, um conjunto de propostas tendentes à reforma da P.A.C.. Dessas propostas e posteriores desenvolvimentos, destacamos:

- 1 - Melhorar a competitividade da agricultura no mercado interno e externo, através da redução dos preços, da melhoria da qualidade e da segurança dos géneros alimentícios;
- 2 - Criação de fontes de rendimento e oportu-

nidades de empregos complementares ou alternativos para os agricultores e suas famílias, introduzindo uma maior multifuncionalidade nas zonas rurais;

3 - Aprofundar e alargar a reforma de 1992, substituindo de forma crescente as medidas de apoio aos preços por ajudas directas ao rendimento e acompanhando esse processo por uma política rural coerente;

4 - Reforço das competências do FEOGA-garantia, dando-lhe novas atribuições na área das regiões desfavorecidas, da melhoria da produção e da comercialização, do desenvolvimento rural, isto é, ao nível da futura região do objectivo 2, caracterizada por dificuldades estruturais (rurais, industriais, urbanas, etc);

5 - Redução, de acordo com as conclusões do Uruguay Round, dos direitos niveladores e das restituições às exportações, e, redução gradual dos preços de intervenção e redução ou extinção da armazenagem pública;

6 - Reformar os apoios aos principais produtos mediterrâneos (tabaco, azeite, vinho, frutas e produtos hortícolas);

7 - Fixação de um limite máximo específico, por exploração, para todas as ajudas directas ao rendimento e a modulação das ajudas;

8 - Reforçar as medidas de acompanhamento ligadas à política rural:

- Regime agroambiental, melhorando este e apoiando o desenvolvimento da agricultura biológica;
- Florestação, fomentando a floresta de uso múltiplo e a defesa do ambiente;
- Pré-reforma e conseqüente rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola.

Estas propostas da Comissão, apesar do seu aparente amplo espectro, em pouco alteram, como veremos, o essencial da Política Agrícola Comum (PAC), conservando o velho modelo da redistribuição social, sectorial e regional dos dinheiros do FEOGA, penalizando os consumidores e os contribuintes fiscais da União Europeia e continuando a favorecer, fortemente, uma escassa minoria de grandes e ricos empresários agrícolas europeus.

Qualquer que seja o modelo de revisão da PAC que venha a obter vencimento em Bruxelas, há alguns aspectos que importa reter e enunciar:

- É imoral que o sector agrícola, que ocupa 4% da população activa empregada na União Europeia, receba 50% (cinquenta por cento) do orçamento comunitário;
- É insustentável que os cereais, as oleaginosas, os bovinos e o leite absorvam 67% das despesas da PAC, 72% das ajudas directas ao rendimento e não representem mais de 41% da produção agrícola da U.E.;
- É (política, social e eticamente) injusto que 20% dos agricultores da U E embolsem 80% (oitenta por cento) do orçamento da PAC.

Propomos, por tudo o que ficou expresso, e em síntese, a degressividade e progressiva eliminação das ajudas financeiras às zonas favorecidas.

As ajudas comunitárias deverão encaminhar-se, exclusivamente, para as regiões desfavorecidas, plafonando-as por exploração até um limite máximo global e modulando-as, também por exploração, de acordo com a mão de obra empregada e a defesa do ambiente, e tendo sempre presente como pressuposto que estas propostas deverão ser

negociadas no quadro multilateral da Organização Mundial do Comércio.

Importa ainda salientar que a política de qualidade, de segurança dos alimentos, o respeito pelo ambiente, a biodiversidade e a saúde e o bem estar dos animais devem ser colocados no centro de toda a política de mercado da PAC, e não serem ultrapassados pelos interesses comerciais e economicistas, como vem sendo prática na Comunidade Europeia.

3. O PS. O poder. Os militantes.

Por último, o PS, e os seus militantes não devem continuar colocados à margem do desenvolvimento e do poder, antes devendo ser discriminados pela positiva, tornando-se elementos activos e de confiança técnica e política e susceptíveis de se inserirem nos movimentos sociais e na constituição de secções e de federações sectoriais, gabinetes de estudo e departamentos integradores de novos militantes e participantes na vida do partido e da sociedade.

É urgente semear para unir.

Secção do Ministério da Agricultura, em 21 de Janeiro de 1999,

Subscritores
João Morais
J. Machoqueira
Matilde Alves
Manuel Teixeira
F. Gonçalves Nú
Xavier Fernandes
Oscar Xavier

MOÇÃO SECTORIAL

RUMO A UMA MELHOR SAÚDE

O debate político no seio do Partido Socialista tem sido uma necessidade sentida por todos aqueles que revelam alguma preocupação com o nosso futuro como portugueses e que vêm no PS uma importante tribuna de intervenção na sociedade. Esse debate pode e deve assumir várias formas, de modo a aprofundar as questões e a levar o partido a pensar colectivamente, em especial, naquelas áreas onde exista uma forte componente de cariz social. Deve ser essa a nossa intenção, é isso que nos deve mover, de forma a sugerir novos rumos, sensibilizar as mentes, enfim, colocar à disposição dos portugueses novas vias, novas alternativas, novas soluções.

A política de saúde pelas dificuldades que encerra e pelo impacto social que assume, é seguramente uma daquelas áreas em que vale a pena o debate, em que é necessário o diálogo, em que é sentido o consenso. A política de saúde em Portugal vacilou durante anos, principalmente na primeira metade da década de 90, quer em relação aos seus objectivos, quer aos modelos de gestão e financiamento, por razões que se prenderam com alguma indefinição política e com certas tentativas de reforma desajustadas à realidade.

Por outro lado, foi também perdido demasiado tempo com a tentativa de implementação de medidas avulsas, muitas

delas de eficiência objectivamente duvidosa e desajustadas ao modelo do sistema de saúde português e de que são exemplo os seguros-doença, ou com o abandono de algumas linhas de orientação estratégica na área do financiamento e que só há bem pouco tempo foram retomadas pelo governo do Partido Socialista. Também na sensível e importante área da gestão hospitalar, não houve a coragem política necessária para inovar, tendo só muito recentemente sido criados novos instrumentos que, se espera, irão permitir uma eficiente gestão dos recursos humanos e financeiros, e ainda assim a título experimental.

Para além destas razões de ordem política são também conhecidas as conseqüências devidas a uma legislação inadequada aos modernos modelos de gestão hospitalar, quer a relativa ao SNS, quer à administração pública em geral, com os constrangimentos conhecidos e os efeitos perversos sobre o funcionamento dos serviços.

A lentidão na implementação das reformas estruturais fundamentais que a sociedade reclama e que a própria OCDE aconselha no seu último relatório para Portugal, juntamente com as dificuldades na resolução de algumas prioridades de efeito imediato junto da população, e de que são exemplo a resolução das listas de espera para certas cirurgias electivas ou as complicadas e difíceis

marcações de consultas nos centros de saúde e nos hospitais, têm levado a que os portugueses não tenham acesso aos cuidados de saúde da mesma forma que a grande maioria dos cidadãos da União Europeia. Muitos factores têm contribuído para isso. No entanto, a má gestão e organização das nossas instituições, o modelo de financiamento e um certo sub-financiamento crónico, são os que mais parecem influenciar os maus resultados do nosso sistema de saúde relativamente aos nossos parceiros europeus. Portugal gasta com a saúde em termos de despesas públicas, cerca de 5% do PIB, valor que se encontra já perto da média comunitária. Contudo, se as contas forem feitas em paridades de poder de compra em dólares por habitante, apenas estamos melhor que a Grécia e a Irlanda. Há portanto ainda aqui, alguma margem de progressão em termos de aumento das despesas públicas, pelo que se pode facilmente reconhecer a existência de algum grau de sub-financiamento. Até porque a percentagem das despesas privadas são de tal modo elevadas relativamente às públicas, em comparação com o que se passa nos outros países da comunidade, que dificilmente se poderá deixar de aceitar no futuro um maior equilíbrio entre ambas. Aliás, o total das despesas públicas e privadas revela-se já superior à média comunitária, apesar dos

índices sanitários e do grau de satisfação dos utentes ser inferior aos dos outros países europeus.

Por tudo isto, não podemos deixar de colocar o problema da má gestão das nossas instituições, em especial, dos hospitais, como tendo seguramente um papel determinante no mau funcionamento e nos desperdícios que afectam o sistema. Qual a verdadeira dimensão do problema e qual a quota parte de responsabilidade que cabe a cada uma destas vertentes, não parece ainda completamente claro.

Apesar da melhoria evidente no funcionamento do SNS, a que não é alheia a existência de um governo socialista, os portugueses continuam a questionar-se se estão de facto a ser resolvidos os seus problemas mais imediatos. É particularmente notório o enorme fosso que ainda nos separa da Europa relativamente à equidade no acesso aos cuidados de saúde, à qualidade e humanização dos nossos hospitais, ou ao apoio domiciliário, para já não falar nos eternos problemas que afectam as urgências hospitalares, com a enorme plétora de doentes que aí acorrem, por incapacidade de resposta a nível das consultas nos centros de saúde.

Todas estas razões e muitas outras, tornaram urgente a necessidade de dar um novo impulso e um novo rumo à política de saú-

de. É justo, no entanto, que se diga, que em matéria de reformas estruturais e ao contrário do que muitas vezes a oposição pretende fazer crer, Portugal tem já em curso algumas das recomendações preconizadas pela OCDE no seu último relatório. É o caso da separação entre o público e o privado e da melhoria da coordenação e articulação entre os diversos níveis, serviços e estabelecimentos de saúde públicos, e ainda da modificação, se bem que de um modo experimental, da forma de remuneração dos médicos.

As reformas estruturais têm tido um caminho difícil, não só em Portugal, mas também em toda a Europa. O distanciamiento histórico ainda escasso relativamente aos novos modelos de financiamento e gestão nos vários sistemas de cuidados de saúde existentes na Europa, sejam eles do tipo do Serviço Nacional de Saúde ou do Seguro Social obrigatório, não têm permitido avaliar com objectividade a bondade daqueles modelos, os quais ciclicamente têm aparecido como varinhas de condão capazes de resolver todos os males de que enfermam os diversos

sistemas de saúde por esse mundo fora. Também a permanente pressão exercida sobre os médicos e os doentes por efeito das novas tecnologias e das novas moléculas farmacológicas que a toda a hora emergem, sempre mais dispendiosas, não deixam grande margem para pensar na melhor forma de conter os crescentes custos com os cuidados de saúde, de que todos os governos se queixam. Não admira pois, que as grandes reformas estruturais na Europa tenham uma história de avanços e recuos de difícil gestão e de enorme lentidão na sua aplicação, chegando-se ao ponto de se considerar que o que era verdade há dois ou três anos atrás, passa a ser mentira, ou pelo menos altamente duvidoso no presente.

Por tudo o que atrás ficou dito, parece importante a implementação de medidas que tenham em conta a resolução imediata de alguns dos principais problemas que afectam os portugueses, dando tempo a que as reformas possam produzir o seu efeito. Assim: Considerando que a saúde é um bem fundamental para os cidadãos.

Considerando que a política de saúde, baseada no Serviço Nacional de Saúde, deve ser encarada como uma prioridade por parte do governo.

Considerando que as reformas estruturais são morosas, de difícil aplicação e que levam tempo a produzir os seus efeitos. Considerando que se torna premente a resolução de alguns problemas imediatos que afectam os portugueses, de que são exemplo as listas de espera para certas cirurgias electivas, as consultas nos Centros de Saúde, ou o atendimento domiciliário. Considerando que o próprio Secretário-Geral do Partido Socialista tornou público a intenção de privilegiar a saúde num próximo mandato.

Propõe-se:

1 - Que a política da saúde seja considerada a primeira prioridade no programa eleitoral e no programa de governo do Partido Socialista, nas próximas eleições.

2 - Que a política de saúde a implementar, tenha em conta a resolução, de uma forma expedita, dos problemas mais imediatos que

afectam os portugueses, em especial, a resolução das listas de espera para cirurgia, as consultas nos Centros de Saúde e o apoio e atendimento domiciliário.

3 - Que as reformas estruturais em curso sejam aceleradas, nomeadamente, as que se relacionam com as áreas da gestão e financiamento, as que se prendem com a aplicação do novo estatuto jurídico dos hospitais, que se pretende mais alargada, as relacionadas com a introdução dos sistemas de garantia de qualidade e de melhoria das instalações e das condições de humanização dos serviços de saúde, e as que levem à implementação de medidas de saúde pública conducentes à diminuição da chamada mortalidade evitável, em especial, a que se relacionam com a diabetes, as doenças cardíaco-vasculares e as doenças oncológicas.

Lisboa, 4 de Janeiro de 1999

O Subscritor
José Miguel Boquinhos
Militante nº179478

MOÇÃO SECTORIAL

PERSPECTIVAR UM FUTURO COM SAÚDE TOTAL

Introdução

Na actual legislatura, o Partido Socialista, liderou uma política fundamentada em estratégias consistentes orientadas por princípios de equidade e solidariedade.

Herdámos um sistema corporativista, sem rumo, incapaz de responder de forma holística às necessidades mais prementes de todos os cidadãos. Ao terminar este mandato, o PS deixa o país mais modernizado. Foram contruídos novos hospitais, ampliados ou remodelados os existentes. Apresentamos alguns indicadores da saúde ao nível dos outros países da OCDE. Ao mesmo tempo, lançaram-se programas específicos para a promoção da saúde e para a prevenção da doença, seja ela física ou mental, quer nos jovens quer nos idosos.

Novos modelos de gestão foram implementados, preconizadores de mudanças profundas não visíveis no espaço temporal que uma legislatura impõe.

Novos contextos se adivinham, novos modelos de gestão se desenham. No entanto, urge que o doente obtenha uma consulta ou intervenção cirúrgica, em tempo útil e sempre que necessário, num hospital ou num centro de saúde. Sob pena dos cidadãos perderem a confiança que depositaram naqueles que elegeram como padroeiros ou representantes legítimos.

O acesso aos cuidados de saúde é um desejo mal satisfeito, quer por parte dos prestadores de serviços de saúde, quer por parte dos doentes.

Importa abrir caminhos para a mudança com a vontade férrea que legitima todos aqueles que aceitaram como sua missão servir o próximo.

Não se pode dissociar a saúde da solidariedade, principalmente para com os mais desfavorecidos e os mais necessitados. Fo-

ram estes princípios que estiveram subjacentes à Lei 56/79 de 26 de Agosto, que criou o Serviço Nacional de Saúde na dependência da Secretaria de Estado do Ministério dos Assuntos Sociais. O Partido Socialista tem a progenitura do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Cabe-lhe a responsabilidade de providenciar sem demoras a reparação dos erros do passado, neste momento decisivo da história da Europa, marcado pelos desafios constantes no Tratado de Amsterdão, pela política económica mundial e, sobretudo, pelo reforço dos direitos de cidadania.

Perspectivar o futuro

1 - Consideram-se urgentes as reformas nas áreas da propriedade dos serviços, do exercício da tutela, dos modelos de gestão e da responsabilização, baseados no conceito da competição gerida.

Um novo modelo de organização e funcionamento dos hospitais deverá garantir a acessibilidade aos cuidados primários ou secundários, em tempo útil, quer no que se refere às urgências, às consultas, ao bloco operativo, ao internamento e aos cuidados domiciliários ou facilitar o acesso a outras entidades de saúde, sempre que os hospitais não tenham capacidade de resposta, mediante formas contratuais.

Poder-se-á entender, à priori, como uma transferência de responsabilidades. Todavia não inédita no actual sistema no que se refere aos meios complementares de diagnóstico e tratamento.

Por outro lado, poder-se-á entender como um primeiro passo, seguro, para a clarificação urgente entre o sector público e o sector privado.

A opção por parte dos profissionais de saúde terá de ser feita, sob pena de se perpetu-

arem as "greves-de-facto" ou em "self-service" causadoras de intermináveis listas de espera, desmarcação de consultas, de exames ou de intervenções cirúrgicas, que, com rapidez, são resolvidas no sector privado, financiados maioritariamente por todos aqueles que já pagam os seus impostos.

2 - É urgente conceber e levar à prática uma Gestão dos Sistemas de Informação, moderna, pragmática, actualizada e sem complexos, que devolva em tempo útil os resultados operacionais e financeiros dos serviços prestados, de forma a aquilatar os recursos disponibilizados, os proveitos obtidos e os resultados alcançados pelo doente e pelo sistema. A natureza da gratuidade do SNS não invalida o sentido de responsabilidade por parte dos utentes.

A medição dos resultados, em Saúde, é essencial porque se trabalha com a vida Humana!

É imperativa a construção de um modelo de avaliação dos resultados obtidos pelo doente, que complemente a prática usual da informação estatística, com reduzido valor acrescentado para a leitura objectiva do binómio "Despesa/Melhores Cuidados de Saúde Prestados".

3 - Promover uma articulação eficaz e eficiente entre as diferentes entidades pertencentes ao mesmo Sistema Nacional de Saúde, principalmente entre os centros de saúde e os hospitais e entre os hospitais centrais e distritais, com recurso às novas tecnologias informáticas tais como a telemática e a telemedicina, de forma a reduzir:

As assimetrias regionais

O isolamento das populações

Os custos com as deslocações, dos doentes e seus familiares, do interior para os grandes centros urbanos, onde se concentram quase todos os recursos humanos e materiais

Quanto mais e melhor informação sobre as complexas necessidades de saúde da população e a oferta disponível no mercado, melhor será o contributo para um futuro com mais confiança no progresso e ...

Um futuro com saúde total

Cabe aos socialistas reacender a chama da confiança dos cidadãos num Serviço de Saúde de mais equitativo, justo, eficaz e mais humanizado. Muito se fez nesta legislatura! Mas podemos fazer mais e melhor.

São inúmeros os diagnósticos e muitas as incertezas perante um futuro que se vislumbra aberto às nossas vontades! Temos potencialidades para nos sobrepor aos interesses instalados e provarmos as nossas capacidades de renovação de forma sustentada. Pretendemos um Sistema promotor da saúde e não da doença, que, em articulação com as políticas de Solidariedade Social, Ambiental e de Educação, incentive o respeito pela Vida.

Acreditamos num Sistema de Saúde com objectivos mensuráveis, que contemple de forma harmónica as melhores condições e métodos de trabalho, as novas tecnologias de ponta, a aprendizagem e a formação profissional contínua, de forma a assegurar a satisfação, a igualdade de oportunidades, o respeito e a dignidade de todos os profissionais que, directa ou indirectamente, servem os doentes.

Encarar a Saúde Total para além da ausência de doença pressupõe a garantia do Bem-Estar Social, Físico, Psíquico e Económico dos cidadãos.

É um desafio a vencer no século XXI !

Alexandrina Batalha
Nº 216397, Carnide

DROGA - CONSUMO E PUNIÇÃO

1. A problemática da droga vem assumindo, na actualidade, uma dimensão crescente, concitando à emergência de debates e confronto de posições no seio das Comunidades nacionais e Internacional.

Trata-se, com efeito, de um fenómeno que se tornou, em poucas décadas, num dos temas mais polémicos com que se defrontam as sociedades contemporâneas, reparando-se por múltiplas vertentes, desde a jurídica à política, da médica à psicológica, da sócio-cultural à económica. Poder-se-á dizer que o surto de droga se tem transformado num autêntico susto, com todas as consequências nefastas que decorrem do facto de os poderes não saberem como o gerir: e o susto fez-se pânico, envolvendo as estruturas do Poder e as sociedades. Na realidade, perante a droga têm falhado, sucessivamente, todas as estratégias, quer a repressiva e criminal quer as que se inspiram em variantes mais apelativas das componentes psicossocial e de reinserção social. Contudo, a droga continua a ser um dos negócios mais rentáveis do tempo presente, provavelmente também dos tempos que virão, e não só no que se reporta aos cartéis do tráfico: há que ter a coragem de afirmar que os sectores jurídico e de terapêutica também têm prosperado com esta situação, vivendo-se uma autêntica sobreposição de interesses, entre os ilícitos e os ilícitos.

A este caos, acresceu o problema SIDA, com todas as suas implicações no tecido social, adicionando às já conhecidas matrizes da droga-crime e da droga-enfermidade, a droga-epidemia.

Face à questão droga é nítido que todos os projectos em que a Comunidade Internacional se tem empenhado atingiram o fracasso: atente-se, a título de exemplo, na política norte-americana da *war on drugs*, iniciada há mais de vinte e cinco anos pelo então Presidente Nixon, a qual tem constituído um inéxito mais estrondoso do que a famigerada *Lei Seca*. Para além disso, os custos sociais do proibicionismo têm-se revelado gigantescos e, do mesmo passo, aberrantes: basta que se pense que, nos Estados Unidos, em 1981, o orçamento federal para o chamado *combate à droga* atingia já a cifra de 645 milhões de dólares, elevando-se, em 1987, para o montante astronómico de 4 000 milhões de dólares; e, no primeiro mandato de Reagan (1980-84), as despesas com o tratamento dos toxicodependentes decresceram em 40%. E já depois da invasão norte-americana do Panamá, aquando da captura de Noriega, quando se admitiu, puerilmente, que o consumo de drogas decresceria, assistiu-se, em 1991, ao aumento do uso do crack (18%) e da heroína. Espantosamente, em 1992, os Estados Unidos despenderam 8 000 milhões de dólares na luta contra a droga, sendo que dois terços desta verba foram disponibilizados na repressão.

Efectivamente, por mais que os Legisladores nacionais implementem a severidade penal contra os narcotraficantes, recorrendo, nalgumas partes do globo, ao terrorismo da pena capital, a verdade é que a produção e o tráfico ilícitos de drogas não param de florescer, num processo de auto-reprodução compulsiva.

2. Portugal também tem percorrido um trajecto repressivo, em especial desde que em 1970 se estabeleceu a campanha marcelista *Droga-Loucura-Morte* - quiçá meio de despeletar o próprio consumo! - e se definiu, na letra da lei, a concepção criminal do consumo das drogas (Decreto-Lei nº 420/70, de 3 de Setembro). Todavia, o nosso país foi pioneiro na prossecução de uma política legislativa vocacionada para a cura e reinserção dos toxicómanos, revelando uma perspectiva clínico-social do uso das drogas: porém, esta racionalidade jurídica estava confinada ao território de Macau, nunca tendo encontrado eco no continente, até 1976.

3. Seria, na verdade, na vigência do I Governo Constitucional, do P.S., que se equacionou a vertente clínico-psicossocial do consumo de drogas, em antítese à visão incriminadora herdada do anterior regime. Assim, sob a égide de um Governo socialista, abandonou-se a lógica meramente criminal e proclamou-se que «Sem deixar de ser um delito, o uso ilícito da droga coloca delicados problemas jurídicos, na medida em que conduz a um enfraquecimento, e até a uma escravização da vontade, que tendencialmente transmuta o infractor num doente, nessa medida impune, ou pouco menos, a uma imputação de culpa» (in preâmbulo do Decreto-Lei nº 792/76, de 5 de Novembro).

Esta racionalidade, adoptada em sede da política de dispositivos, em 1976, resultava coerente com as referências do Direito convencional então ratificado. De facto, a Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas, de Viena (1971), aprovada, entre nós, em 1979, estabelece que quando os ilícitos de droga sejam cometidos por indivíduos que utilizem abusivamente os psicotrópicos, «... as Partes poderão, em vez de as condenar ou pronunciar uma sanção penal, sujeitar estas pessoas a medidas de tratamento, de educação, de pós-cura, de readaptação e de reintegração social» [artigo 2º, nº 1, alínea b)].

De modo idêntico e na esteira deste convénio, o Protocolo de 1972, que modificou a Convenção Única sobre Estupefacientes, de Nova Iorque (1961), prescreve que os Estados poderão recorrer, cumulativamente ou em alternativa à medida de encarceramento, à sujeição dos transgressores a medidas de tratamento, de cura ou reintegração social [artigo 36º, nº 1, alínea b)].

Por outras palavras: a Comunidade Internacional situa o problema do consumo das drogas, desde 1971, no foro clínico-psicossocial, em detrimento do contexto repressor em que se localiza a penalidade pura e simples.

4. Apesar da mensagem legislativa, de origem socialista, constante dos diplomas publicados no ano de 1976, o Decreto-Lei nº 430/83, de 13 de Dezembro - novamente com o Governo do P.S. -, veio manter a tendência incriminadora do consumo, destinando-lhe uma pena detentiva até 90 dias, e multa (artigo 36º), aludindo-se ao simbolismo da lei penal como meio de dissuasão potenciais utentes das drogas ilícitas.

A actual tonalidade legislativa, mantendo a incriminação, veio cominar uma pena até 3 meses de prisão, ou multa até 30 dias (artigo 40º, nº 1, do Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de Janeiro). Apela-se, novamente, ao valor dito simbólico da punição, admitindo-se que o drogado, que em regra já não é sensível a nada mais do que aos prazeres das drogas, disporá ainda de capacidade de descodificação de simbolismos jurídicos. Contudo, ainda que se admita como válida essa asserção, torna-se complexo entender como se pode referir o mencionado simbolismo quando se prevê pena prisional até 1 ano, sempre que o agente do crime cultivar, detiver ou adquirir substâncias ou produtos em quantidade que exceda o designado "consumo médio individual durante o período de 3 dias" (nº 2 da citada disposição). Face a estes dados, tem valido a prudência dos Aplicadores da Lei, que muitas vezes procuram criar alternativas à prisão, consabido que é o seu fraco valor terapêutico no que tange aos toxicodependentes.

5. Alegou-se, a nível do Poder, em 1993/94, que não fazia sentido traçar uma política de descriminalização do consumo, usando-se argumentos porventura falaciosos. Dizia-se, então, que «Numa área onde o desconhecimento ainda impera - manda a verdade e a humildade dizê-lo! - não se deve partir de uma realidade experimentada e conhecida para uma aventura, ao encontro de uma realidade que pode gerar, como em toda a parte tem gerado, efeitos perversos [...]» (do discurso do Secretário de Estado Borges Soeiro - 1993). Esta filosofia parece permanecer neste momento: dir-se-á, apropriando-nos da expressão de Epicuro, para quem «os deuses habitam as lacunas do nosso conhecimento», que a incriminação habita as lacunas do conhecimento do Legislador!

6. Apesar desta atitude legiferante, que persiste em manter punível o consumo, cumpre saudar a decisão do Ministro José Sócrates em constituir uma comissão de especialistas para delinear a política portuguesa em sede de droga. Pensou-se, de acordo com o discurso de Foucault, que o Poder está a recorrer ao Saber, e fez-se a expectativa que dessa ligação resultassem um Poder e um Direito mais sábios. Ora, a posição assumida pela Comissão de Estratégia Nacional de Luta contra a Droga propôs, no seu relatório, que se abandonasse a criminalização do consumo e da posse para consumo. Parece ser tempo de o Poder, adoptando a recomendação dos peritos que incumbiu de estudarem o assunto, proceder à descriminalização dos actuais ilícitos de consumo de drogas e da respectiva posse, quando destinada à utilização pessoal do agente.

7. Argumenta-se agora contra a alteração das medidas penais do consumo com a necessidade de serem observadas as convenções internacionais, argumento este que, em face das normas que citámos, não pode colher, e ainda com o facto de não se poder erigir Portugal em ilha isolada no contexto

mundial, presa fácil dos traficantes e consumidores de todo o mundo, que aqui se uniram, como se de uma nova Meca se tratasse!

Todavia, esta postura, ainda que se lhe reconheça algum fundamento, não deve inviabilizar a adopção de determinadas medidas, designadamente a distribuição de seringas em meio penitenciário - sob pena de se adoptar a mais cega política de avestruz! Dir-se-á, no entanto, que a insistência, porventura teimosa, no proibicionismo, sob a liderança norte-americana, esquece que quase noventa anos de proibição - desde Xangai, em 1909 - nunca resolveram, nem atenuaram o problema. O tráfico e o consumo têm prosperado à sombra da *guerra às drogas*, o que constitui um paradoxo da civilização contemporânea.

Mas, ao menos, haja coragem para se ser um pouco ousado e aceitar os caminhos da mudança.

8. Nesta conformidade, que lógica existe em distribuir, nas farmácias portuguesas, kits a drogados e "esquecer" que nas prisões existe consumo de drogas, existe homossexualidade? Por que se evita a SIDA aos homens livres e se aceita, passivamente, que o fenómeno alastre nas prisões? Porquê - e para quê ignorar ou fazer que se ignora - que a prisão, que M. Foucault chamou a *fábrica da delinquência*, se vem afirmando, cada vez mais, como um autêntico *depósito da toxicodependência*? E como se pode conceber que se mantenha a possibilidade de, segundo critérios quantitativos, necessariamente falíveis, se prescrever o encarceramento de toxicodependentes até 1 ano? Simbolismo? Como esquecer que toda esta utilização do sistema penal e judiciário acaba por importar custos sociais e morais gravosos? Como olvidar que é o próprio sistema de Justiça que sai ferido e desprestigiado desta contenda?

9. Assim, propõe-se ao Congresso Nacional do Partido Socialista a aprovação da seguinte

Moção Sectorial

1. Recomendar ao Grupo Parlamentar do P.S. e ao Governo que seja revisto o Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de Janeiro, no que concerne ao seu artigo 40º, no sentido de deixar de ser incriminado o consumo, bem como o cultivo, aquisição ou detenção de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV do citado normativo, desde que as mesmas se destinem ao uso pessoal do agente.

2. Recomendar ao Grupo Parlamentar do P.S. e ao Governo que seja revogado o nº 2 do artigo 40º do mesmo diploma, que prevê a prisão até 1 ano, ou multa, sempre que a quantidade de produto exceda o consumo médio individual em 3 dias, em virtude de se tratar de um critério quantitativo que, não raras vezes, é desajustado da realidade de cada caso, tornando-se gerador de situações injustas e injustificadas - critério que não pondera devidamente as especificidades da vivência dos toxicómanos.

3. Solicitar ao Governo que divulgue os números disponíveis sobre detidos e presos contaminados pelo vírus HIV.

4. Recomendar ao Governo que seja iniciada, com a maior urgência, a distribuição

de seringas e preservativos nas cadeias, em condições que permitam obstar ao alastramento da SIDA em meio penitenciário.

5. Recomendar ao Governo que sejam cri-

adas estruturas e condições para o estudo e a investigação científica da problemática da droga e das suas articulações com os sectores da Saúde e da Justiça, em termos permanentes e numa perspectiva de produção de conhecimento cientí-

fico plural.

Lisboa, 22 de Janeiro de 1999.

Carlos Alberto Poiares
(militante nº 7 029, secção Almirante Reis)

MOÇÃO SECTORIAL

VENCER O DESAFIO DO AMBIENTE

«Requalificar o ambiente urbano, promover o património e recursos naturais em defesa do Ecossistema Portugal»

I - Introdução

A actuação do XIII Governo Constitucional demonstrou que o Partido Socialista foi capaz de implementar uma política de ambiente coerente, fundamentando com acções, as teses do desenvolvimento sustentável, marcando uma ruptura com um passado casuístico e oportunista, no qual se demoliram barracas ilegais mas, ao mesmo tempo, auto-estradas «legais» rasgavam de forma selvática alguns dos bens mais preciosos do património natural de Portugal.

Herdando um país sujo e degradado, com níveis de atendimento em matéria de saneamento básico e abastecimento de água abaixo de qualquer país da Europa, e num processo de progressiva estagnação e degradação dos valores do património natural, urge inverter a situação.

Ao terminar este mandato, o PS deixa um país substancialmente mais limpo, no qual foram encerradas mais de 300 lixeiras e substituídas por aterros controlados; os níveis de abastecimento e saneamento básico aproximam-se da média europeia. Por outro lado, lançaram-se as bases de uma nova política de conservação da natureza e salvaguarda do património natural, permitindo que Portugal estivesse também no núcleo duro da rede europeia da conservação da natureza - a Rede Natura 2000 -, ao mesmo tempo que se lançavam programas específicos para a melhoria dos níveis de vida das populações, dentro dos parques naturais. Determinante pode ainda considerar-se o acordo ibérico sobre os rios internacionais, para o qual contribuiu também a firme vontade do governo em avançar com a criação dos parques naturais desses rios internacionais.

Mas é fundamental referir que se grande parte

destes avanços foi possível eles devem-se em grande medida a uma nova filosofia de articulação interdepartamental, ao invés da atitude de contra-poder como foi encarado o ambiente pelos anteriores governos. Conjugaram-se assim acções entre obras públicas, economia, emprego, educação e ambiente, permitindo um desenvolvimento com respeito pelo património natural e alicerçado numa política de divulgação, formação e sensibilização consistente.

II - O desafio do futuro

As bases da política de ambiente lançadas para o Sec.XXI, devem consubstanciar-se numa política que encare o ambiente como um factor positivo e inovador de desenvolvimento económico e social, ao invés de um entrave a políticas sectoriais, permitindo aliar o bem-estar das populações e salvaguarda do património natural, ao emergir de novos vectores de actividade económica geradores de *novo emprego*.

1.- Requalificar o Ambiente Urbano

O divórcio acumulado de décadas entre os cidadãos e o meio ambiente urbano onde vive a maioria da população, deve constituir a maior preocupação de um futuro governo do PS em matéria de ambiente. Deve assim assumir-se como prioridade no quadro 2000-2006, numa acção articulada entre Planeamento, Economia/Indústria e o Ambiente, a requalificação ambiental das indústrias portuguesas, bem como um esforço para a sua realocação adequada em parques industriais infraestruturados, segundo as melhores tecnologias ambientais, para os quais serão encaminhadas as novas indústrias.

A requalificação do ambiente urbano das ci-

dades passa também pelo reforço nos sectores de águas e resíduos, devendo ser criadas as condições de sustentação de um verdadeiro sistema empresarial do Ambiente, assegurando o Estado os instrumentos de fiscalização, regulamentação e regulação destes mercados. O investimento nestes dois sectores deve reger-se pela melhoria objectiva da qualidade de vida dos portugueses. A criação de *holdings* sectoriais com intervenção do Estado, mas segundo o primado da iniciativa privada bem como da esfera municipal, deve ser um factor decisivo de eficácia e funcionalidade e, a par das tecnologias de requalificação ambiental, a mola dinamizadora de um novo mercado de «emprego verde».

O conceito de cidadania e ambiente enquadra-se fortemente numa política de reforço do sistema nacional de protecção de pessoas e bens, reforçando os meios de informação, prevenção e fiscalização do Ministério do Ambiente e a sua coordenação com os Serviços de Protecção Civil. Por outro lado, considera-se determinante a integração da política de ordenamento do território numa perspectiva ambiental, visando a atenuação de desequilíbrios demográficos e numa óptica de prevenção de situações de risco ambiental, dentro dos quais o ordenamento do litoral deve oferecer carácter prioritário e específico.

2.- Promover o Património e Recursos Naturais

A política de Conservação da Natureza deve assentar em três conceitos fundamentais: em primeiro lugar o da compatibilidade entre Homem e Natureza, rejeitando todas as noções extremistas segundo as quais a Conservação da Natureza se faz melhor na ausência do ser humano; em segundo lugar,

defende-se que a Conservação da Natureza é extensiva a todo o território nacional, sustentando-se a criação de uma *Rede Fundamental da Conservação da Natureza* que, de facto, contribua para a preservação do «Ecossistema Portugal»; por fim o princípio da utilização sustentável dos recursos naturais, como forma de promover o bem estar das populações.

Assim, a par de um esforço redobrado no conhecimento científico, divulgação e sensibilização com programas específicos segundo o primado «conhecer para preservar», defende-se o lançamento de «programas integrados de desenvolvimento sustentável» em Áreas Protegidas que, no quadro 2000-2006, assumam carácter prioritário visando a melhoria da qualidade de vida das populações e o inverter de uma tendência de desertificação humana gravosa. Torna-se fundamental uma gestão global e integrada dos recursos naturais, incluindo a caça a pesca, as florestas bem como a regulação e promoção adequada e específica da oferta de bens e serviços, nomeadamente Turismo de Natureza e Produtos Agroambientais, visando a criação de novo emprego e mais valias para essas áreas, colocando a *máxima prioridade nas regiões do interior do país*.

Encarar o património natural como um símbolo de identidade nacional e gerir os recursos naturais de uma forma sustentável, garantindo uma partilha justa e equitativa dos benefícios que advêm da utilização dos mesmos, deve constituir a *nossa via de política ambiental*, defendida pelo Partido Socialista.

SUBSCRITOR: **José Guerreiro**
MILTANTE Nº 223686
SECÇÃO/FEDERAÇÃO: Ambiente e Qualidade de Vida/FAUL

AMBIENTE

A importância do Ambiente, no conjunto das preocupações que interessam à generalidade das populações portuguesas, é cada vez maior. A necessidade de gerir adequadamente os recursos naturais disponíveis no País e nas suas diferentes regiões é indiscutível, no contexto de um desenvolvimento sustentável da União Europeia no seu todo e de Portugal especificamente.

Sendo óbvio que o País se não situa entre as regiões mais favorecidas da Europa, no que respeita aos recursos naturais próprios e indispensáveis a uma gestão cuidada desses bens de modo a maximizar as produções e benefícios possíveis e minimizar os impactos negativos decorrentes do seu uso. Alia-se a este facto um outro não, menos importante: muitos dos ecossistemas nacionais apresentam uma susceptibilidade ecológica elevada, isto é, são susceptíveis de sofrerem processos degradativos intensos e rápidos, quando o seu uso não for o mais adequado. AS consequências do mau uso desses recursos têm pelos motivos indicados reflexos inevitáveis, a nível da qualidade do ar, da água do solo e de recursos vivos que se traduzem em situações de decorrente e inaceitável *falta de Qualidade do Ambiente e de Vida das populações, em demasiados locais.*

Não é uma simples visão da Conservação da Natureza, ou de fruição do indiscutível património natural disponível, que o Ambiente tem de ser encarado. É indispensável defender esse bem social e comum, de modo a compatibilizar a sua continuidade com o desenvolvimento possível e necessário da Agricultura da Indústria e do Urbanismo.

Com efeito o País tem de otimizar as suas

capacidade produtivas de modo a convergir realmente com as comunidades europeias mais abastadas e mais favorecidas, com que coexistimos na União Europeia.

Essa necessidade social de compatibilizar o Ambiente com o crescimento económico, nas suas diversas vertentes obriga à elaboração de planos e projectos específicos de desenvolvimento, apresentados de forma integrada e sustentada.

Como a manutenção de equilíbrio local, regional nacional e comunitário desse desenvolvimento não pode ser conseguido pela adição de resoluções avulsas torna-se indispensável a existência de Plano que assente numa Política integrada de desenvolvimento onde a vertente Ambiental assuma a sua posição específica limitada insubstituível.

Importa por isso desenvolver uma Política de Ambiente integrada numa Política Global de Desenvolvimento, que respeite os pressupostos essenciais de uma tal coexistência.

A situação actual herdada dos anteriores Governos, caracteriza-se pela inexistência de uma real Política de Ambiente, na sua dimensão própria, integrada com as outras vertentes do desenvolvimento nacional.

Uma Política de Ambiente não é uma simples listagem de obras, planos e projectos a desenvolver a prazo, mesmo que acompanhadas de uma eventual calendarização.

Temos de passar de uma situação de costas voltadas, onde os diferentes responsáveis se procuram desculpabilizar do reflexo limitado das suas decisões para uma outra onde todos deverão colaborar solidariamente na resolução de um problema comum.

Importa definir as razões porque se propõem

determinadas soluções, integradas num contexto económico definido e com objectivos sociais assumidos. O PS é um partido com uma ideologia própria, que não pode *sacrificar o colectivo ao individual, o público ao privado.*

AS exigências ambientais têm de ter um sentido de construção do Futuro, não pondo em causa os direitos das gerações futuras, mas sem esquecer também os direitos, em especial dos menos favorecidos dos seus actuais utentes.

Os objectos políticos têm de impedir a internalização dos benefícios por alguns, face à externalização dos prejuízos pelos restantes.

As opções práticas dos Serviços envolvidos têm de ser norteadas não apenas para o imediato mas sempre que possível para médio e longo prazos, actuando essencialmente na fonte de poluição e de forma preventiva.

Por outro lado há que atender à vertente comunitária dessa Política.

Portugal não se pode limitar a transpor passivamente para o Direito nacional as múltiplas determinações comunitárias na matéria.

Tem de exigir o reconhecimento da sua especificidade ecológica e ambiental, que não se compadece com um simples alargamento da área geográfica de decisões que foram estudadas para responder a situações de *zonas de clima mais frio, mais férteis em geral e com um nível de desenvolvimento científico e tecnológico também mais elevados, por norma. Em suma culturalmente diversas. Não basta pois apoiarmo-nos na Política Comunitária do Ambiente para resolver os problemas ambientais concretos do*

País. Há que adaptá-la à realidade concreta de Portugal, ecologicamente heterogênea ambientalmente sensível e localmente frágil. Que somos.

Há que nacionalizar, no sentido de adaptar uma concepção, mais larga e genérica, às especificidades próprias do País.

Tem de actuar-se e decidir com base no conhecimento real do território, procedendo de forma a respeitar a realidade nacional, sem nunca esquecer as consequências dessa integração, sobre o todo sócio-cultural que é o nosso

A Política do Ambiente tem, por isso, de ser uma Política global do Governo, de carácter horizontal, isto é, responsabilizando todos os Ministérios e Serviços. Não pode limitar a ser apenas uma Política sectorial, *de estrutura vertical, a carga de sectores específicos e limitados da Administração Pública, pertencentes não apenas ao Ministério do Ambiente.*

O PS tem de mostrar a sua excelência governativa e a atenção que dá à resolução efectiva dos problemas do quotidiano dos portugueses, elaborando e assumindo uma tal Política. Não porque as eleições se aproximam, mas porque quer decididamente contribuir para a sua solução, efectiva, consistente e durável.

Monte de Caparica, 18 de Janeiro de 1999

José Filipe Santos Oliveira

Militante nº 179113

Secção de Almada

Fed. Setúbal

O BARREIRO NÃO SE PISA! AS PESSOAS PRIMEIRO, D. ELISA...

Moção sectorial sobre ambiente, qualidade de vida e ordenamento do território

O Barreiro como paradigma

Do Barreiro e ao Barreiro, como documentadamente sustenta o premiado Investigador barreirense José Caro Proença, membro da Academia de Marinha, partiram e chegaram muitas das caravelas de Quinhentos, que "novos mundos" ao mundo deram, podendo, por isso, dizer-se que esta terra é um bom exemplo do esforço, arrojo, inventividade e modernidade dos homens e mulheres que sustentaram a expansão portuguesa.

No Barreiro começou, em 1861, a expansão ferroviária para o Sul e Sueste do País e, também por isso, o Barreiro passou a ser uma das principais portas de entrada das populações meridionais arribadas de aquém Tejo, na atracção natural pela Capital.

Quando Alfredo da Silva, em 1908, arrancou

com as fábricas da CUF, no Barreiro, junto ao Tejo, mais uma vez esta urbe se coloca na vanguarda do processo de modernização do País, por via da criação do primeiro conjunto industrial integrado e coerente, assente na química pesada.

Sigamos a descrição de António Sardinha Pereira, Engenheiro Mecânico e Vice-presidente da QUIMIPARQUE - Parques Empresariais:

Estas fábricas vêm a arrancar em 1908, com a produção de ácido sulfúrico e adubos. Em ritmo cadenciado sucedem-se-lhes outras unidades, nomeadamente de fabrico de diversos produtos químicos para a indústria e para a agricultura.

Paralelamente à construção de fábricas, a C.U.F. faz a edificação de bairros operários e de uma completa infra-estrutura social.

À volta do núcleo fabril desenvolvem-se en-

trando outros aglomerados habitacionais, que vão acompanhando a própria expansão da actividade industrial.

*in "O Ambiente - Uma experiência empresarial", revista "Administração", do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, nº 7 * Série IV, Nov/Dez. 1977*

E foi assim, segundo conta quem sabe do que fala, que o Barreiro se tornou, mais uma vez, um exemplo:

Com a entrada em funcionamento das fábricas de ácido sulfúrico, extraído das pirites alentejanas, nasce o problema da poluição, por via da emissão de dióxido de enxofre para a atmosfera.

Outras formas de poluição foram depois surgindo, em resultado da emissão de efluentes líquidos das fábricas químicas, dos resíduos sólidos dessas mesmas unidades e da emis-

são gasosa de outras fábricas de grande capacidade - ácido clorídrico, ácido fosfórico, ácido nítrico, superfosfatos e outros adubos. António Sardinha Pereira, op. cit.

Só que, desta vez, passou a ser o mais triste exemplo de um dos males que o século que agora acaba nos trouxe, como corolário do progresso tecnológico e da escalada do consumo - A POLUIÇÃO.

E é por isso que, durante mais de metade deste século, o Barreiro, para desgraça dos Barreirenses, se tornou, aquém e além fronteiras, praticamente, sinónimo de poluição, constituindo-se como um verdadeiro paradigma das situações extremas de descontrolo ambiental.

Mas o Barreiro e os Barreirenses, são também, um excelente exemplo de resistência. Ai se resistiu, exemplarmente, à Ditadura e ai

se tem conseguido "aguentar" o domínio absoluto do Partido Comunista, que vem ganhando desastrosamente o Concelho há 25 anos, dando prova cabal da sua incapacidade de adaptação aos novos tempos e às novas necessidades das populações, não conseguindo, sequer, ao fim de um quarto de século, deixar qualquer marca distintiva da sua gestão, no campo social, no acréscimo de qualidade de vida das populações, no ordenamento do território que lhe competia assegurar, no desenvolvimento sustentável da comunidade que não soube impulsionar. O Barreiro "engoliu" os gases para "comer o pão", na expressão inspirada do Presidente da Câmara, que nas últimas eleições autárquicas conseguiu "segurar" - espera-se que pela última vez - por menos de duas centenas de votos, a liderança do executivo. Inspiração que, aliás, sempre lhe faltou para liderar a exigência da profunda requalificação ambiental de que o Barreiro há muito necessita.

Porque algumas melhorias que nos últimos anos se verificaram apareceram por razões exógenas, perversas algumas delas, não tendo o poder autárquico contribuído, em nada, para essa modificação.

E é, novamente, o Eng^o Sardinha Pereira que nos explica a génese dessas alterações: *... procedeu-se no Complexo Industrial do Barreiro, ainda nos anos 70, à criação de uma estrutura permanente de controle do ambiente, que inventariou e hierarquizou os problemas existentes.*

Resultaram daí diversas acções de combate à poluição atmosférica, que permitiram uma acentuada redução dos índices de poluição antes registados.

Posteriormente, e acrescentando às exigências ambientais razões de carácter económico decorrentes da crise da indústria química, vieram a encerrar no Barreiro todas as fábricas relacionadas com o processamento das pirites, com destaque para as fábricas de ácido sulfúrico.

E assim o Barreiro foi ficando com menos "pão para comer" mas, em contrapartida, com menos gases para "engolir".

Entretanto, até meados dos anos oitenta, a mitologia colectivista que ia alimentando a militância do PCP bem como os tristes exemplos de incuria ambiental que vinham chegando dos seus países de referência, impunham que falar da poluição fosse considerado um ataque às "empresas nacionalizadas", sendo os objectantes imediatamente arrumados na prateleira dos que "faziam o jogo da reacção"...

Por isso o Barreiro, que ao longo da História tem sido um padrão para muitas coisas boas, guarda a mágoa de, infelizmente, aparecer sempre associado, no imaginário colectivo, a duas coisas más - a poluição, por um lado, e um modelo sectário, ultrapassado, autista e redutor, que a gestão do Partido Comunista há 25 anos exercita, por outro. Incompreensivelmente, o rumo que vem tomando o processo decisório, por parte do Ministério do Ambiente, relativamente ao denominado "Projecto de Eliminação de Resíduos Industriais pelo Sector Cimenteiro", ameaça, perigosamente tornar o Barreiro, mais uma vez, um exemplo negativo de várias coisas más, que colocam, irremediavelmente, em perigo o bem-estar, a tranquilidade e a qualidade de vida dos Barreirenses!

De facto, não lembraria ao Diabo, levar todos os resíduos industriais, tóxicos e perigosos do País, e provavelmente muitos do Estrangeiro, precisamente para o meio de um agre-

gado urbano de mais de 120.000 habitantes, num concelho com uma das maiores densidades populacionais e uma das áreas mais pequenas do País.

E muito menos se esperaria que todo e qualquer resíduo dessa espécie tivesse que ir - para ser armazenado, separado, moído, misturado com serraduras e despachado para as cimenteiras, ou outra vez armazenado à espera que se decida para onde vai o que não pode ser co-incinerado - para o meio de uma cidade à beira do Tejo, mesmo em frente ao rebaptizado Parque das Nações, obra exemplar de requalificação urbana e reconversão de uma zona industrial com óbvias semelhanças com a martirizada vizinha da frente...

Aliás, apetece dizer que se a "tradição industrial" parece ter sido uma das determinantes da decisão de construir, de raiz, a Estação de Tratamento do Barreiro, bem que se podia ter aproveitado uma das estruturas desactivadas da EXPO para, com menos custos, fazer a tal Estação...

É que, se não faz mal a ninguém, sempre tem ruas mais largas, cais de acostagem ao pé e até a futura Presidência do Conselho de Ministros, o que sempre permitiria a fiscalização directa da apregoada perfeição do sistema pelos dignatários da Tutela...

No Barreiro pouco percebemos de dióxidos e furanos. E para os que percebemos isso não é, verdadeiramente o mais importante.

No Barreiro fazem-se, hoje, coisas muito graves, no que respeita aos resíduos industriais e outros tipos de lixos tóxicos e perigosos. Queima-se já, certamente, o que não se devia, em condições que, efectivamente, ninguém controla. Mas não está prevista, que se saiba, a construção de nenhuma cimenteira, estando, pois, posta de lado a possibilidade de sermos afectados pelos males eventuais do processo de combustão da co-incineração.

Não partilhámos com Maceira e Souselas esse risco hipotético mas comungamos com eles de todos os outros perigos potenciais. O despacho do Ministério do Ambiente, no qual foi tomada a decisão da escolha das cimenteiras que se prepararam para proceder à co-incineração limitou-se a informar, lacónicamente, que:

"sem embargo de não terem que ser sujeitas a este processo, as estações do Barreiro e Estarreja, por se encontrarem em parques industriais convenientemente infraestruturados, são possíveis mediante o cumprimento das medidas de minimização de impactes aí preconizadas";

Tomada a decisão, uma espessa cortina de ensurdecedor silêncio desceu sobre o Barreiro, esquecido no burburinho de Maceira e Souselas.

Tal estratégia de "adormecimento" foi entrecortada por uma manifestação de estudantes e a "provocatória" plantação de um sobreiro - logo baptizado pelo PC.PC (Presidente da Câmara Pedro Canário) com o nome de "Eliseo" - pelo reafirmar da posição de oposição de todos os Partidos, associações e órgãos das Autarquias locais e pelo aparecimento, em todas as paredes do Barreiro de pichagens "PS=Lixos Tóxicos".

Fartos disto tudo estão as estruturas locais do Partido Socialista que, claramente, sempre se pronunciaram contra a localização da Estação; todos os Autarcas socialistas que, nos respectivos Órgãos, manifestaram, unanimemente, o seu repúdio, tristeza e revolta pela decisão; cada um dos militantes socialistas que não consegue perceber tão estapafúrdia intenção.

Merecemos, todos, mais respeito.

Como bem afirmou o Presidente da Federação Distrital de Setúbal e Governador Civil, o nosso camarada Alberto Antunes, no grandioso jantar em que, no Barreiro, deu posse a todos os Presidentes das Comissões Políticas concelhias do distrito:

Quanto a esta matéria as estruturas Concelhias do Barreiro afirmaram já a posição do PS.

A Federação Distrital acompanha as preocupações colocadas e lembra que, mais do que a perigosidade das substâncias manipuladas, é a sobrecarga do trânsito, nesta espartilhada cidade, que nos preocupa.

Por isso parece-nos que devam ser encontradas alternativas à localização desta unidade.

E, se as pessoas ou movimentos que controlem ou agitam a onda de contestação estiverem interessados, existem alternativas e hipóteses que poderão respeitar as dívidas e interações de todos os Barreirenses. Espero, desta forma, que toda a agitação desenvolvida tenha em conta as preocupações e interesses legítimos dos cidadãos desta terra. Se assim for, haverá condições para que, construtivamente, tudo se resolva.

Veremos quem está com os Barreirenses ou quem precisa dos seus votos para em nome deles decidir.

No PS é possível e legítimo às pessoas discordarem e divergirem, o que não sucede noutras forças políticas.

Oportunas e judiciosas palavras, tanto mais significativas dada a dupla qualidade de quem as proferiu.

E é por isso que nós, que vemos mais alguns problemas - e mais graves - do que os que o nosso camarada vislumbra, que não controlamos nem temos que controlar nenhuma onda de contestação mas a engrossamos e agitamos, quando necessário, em nome do presente e do futuro, nosso e dos nossos filhos, viemos a este Congresso.

Porque estamos com os Barreirenses, porque temos em conta as preocupações e interesses legítimos dos nossos cidadãos, queremos contribuir para que construtivamente tudo se resolva.

Naturalmente, afastando liminarmente a hipótese do disparate.

Apoiando, sem ambiguidades, a postura de diálogo e de concertação que parece ter sido retomada pelo Ministério do Ambiente, após a contestação das localidades escolhidas para a co-incineração.

Dando o nosso melhor para, orgulhosamente, aplaudir o notável esforço, em termos de preocupações ambientais, que o Ministério vem desenvolvendo, levando à prática um conjunto de medidas que muito tem contribuído para a resolução de um conjunto de problemas que, há muito tempo, se arrastavam.

Salientando a fraca legitimidade para falar por parte de quem, como o PSD, permitiu a queima de pneus nas cimenteiras ou andou indecênio à procura da solução salvadora, no mínimo tão discutível como a que agora se prefigura.

Ou de quem, como o PCP, deixou, por incapacidade, inércia e falta de visão de futuro, chegar a QUIMIPARQUE e o Barreiro ao estado em que a SCORECO nos encontrou. Mas não vimos, só, por causa do Barreiro. Nem viemos para ensombrar uma festa tão bonita, que, entre outros feitos, consagrará a releição do nosso Secretário Geral, António Guterres, e a aprovação da sua Moção de orientação política geral "A nossa via - uma

relação de confiança com os Portugueses", na qual todos nos revemos.

E é em nome dessa relação de confiança; E é em nome das pessoas, que sempre deverão estar primeiro;

É porque este caso, a forma como foi tratado, e o que está em jogo constituem um paradigma, qual bitola de avaliação entre aquilo que se diz e aquilo que se faz, que nós aqui estamos.

Esse nosso compromisso, de dessacralizar o poder, não resultava apenas de uma contraposição táctica face ao autismo e à arrogância que caracterizaram os dez anos de governação do PSD. Resultava antes, acima de tudo, de acreditarmos profundamente nas virtudes do diálogo e da concertação, da procura de soluções partilhadas e participadas que resolvam os problemas concretos dos cidadãos no respeito pelo interesse geral. Um Portugal cuja vitalidade assente, acima de tudo, na cultura cívica e na capacidade de afirmação da própria sociedade civil, em permanente diálogo com os poderes públicos e no respeito pela vontade geral.

Estamos aqui com a legitimidade que o nosso Secretário-Geral, certamente, nos reconhece.

Com a liberdade indissociável da nossa condição de militantes do Partido Socialista.

Com a consciência do exemplo que a nossa presença pode constituir. Cabe-nos a todos, ao Congresso, decidir, no fim, se foi bom ou mau exemplo.

Oh p'ra ele o Programa do nosso Governo!

A elevação do ambiente ao estatuto de elemento integrante do conceito de cidadania terá de passar por uma abertura à participação dos cidadãos nas decisões da Administração - nomeadamente no que respeita à auscultação de opiniões e intercâmbio de informação - nomeadamente no que respeita à introdução dos elementos essenciais de uma nova "cultura ambiental" aos diversos níveis do sistema educativo.

in "Programa do XIII Governo Constitucional"

Este processo, que nasceu torto, pelas razões que todos conhecemos e nos dispensamos de voltar a enunciar, teve o mérito de introduzir "os elementos essenciais de uma nova "cultura ambiental" aos diversos níveis do sistema educativo" e em toda a comunidade barreirenses.

Proporcionou uma aparência de diálogo, prévio à tomada de decisão, o qual, afinal, parece ter tido como destinatários, pelo lado de quem decidiu, um conjunto de deficientes auditivos profundos...

Leia-se o que diz o Relatório da Consulta Pública:

Da análise dos pareceres e do resultado do debate ocorrido durante as Audiências Públicas verificou-se que, de uma forma geral, estes eram desfavoráveis à co-incineração nas localizações apontadas, bem como à localização das Estações de Transferência e de Tratamento em Estarreja e no Barreiro respectivamente.

A co-incineração de resíduos perigosos nas Fábricas de Cimento, assim como qualquer decisão na área do processamento, tratamento e destino final de resíduos industriais, particularmente de resíduos perigosos, só pode ser considerada aceitável se preenchidas as seguintes condições que garantem a

sustentabilidade da opção a tomar:

- um Plano de Redução da Produção de Resíduos Industriais, em particular de Resíduos Perigosos;

- um Plano Estratégico para os Resíduos Industriais;

- um conjunto de medidas para levar à efectiva erradicação dos despejos ilegais, com três vertentes principais: a criação de uma Linha de Emergência para o Ambiente; a identificação e descontaminação de lixeiras selvagens de resíduos industriais; e o funcionamento de um Registo Nacional de Resíduos Industriais Perigosos e Não Perigosos.

E, mais adiante

A co-incineração é uma solução deficiente porque resulta na transferência de muitos dos poluentes ou na geração de poluentes ainda mais perigosos para outros meios, particularmente o ar.

A co-incineração pode tornar-se um factor de fomento da produção de resíduos perigosos, pois para os seus produtores deixaria de haver problema em os produzir, visto dispor-se de uma solução "boa" do ponto de vista ambiental.

A co-incineração, como uma nova valência das Fábricas de Cimento, pode servir de base de sustentação à perpetuação destas e das pedreiras a elas associadas em locais onde não deveriam permanecer.

• Relativamente ao Estudo de Impacte Ambiental, é considerado que este apresenta lacunas, entre outras, no esclarecimento dos tipos de resíduos e respectivas quantidades e destinos a processar por parte da Scoreco; nos capítulos da qualidade do ar; relativamente aos riscos da co-incineração; na caracterização do cimento produzido em fornos co-incinerando Resíduos Industriais Perigosos e os seus potenciais efeitos sobre a saúde pública; ao não utilizar dados de estudos de situações análogas situadas em outros locais do Mundo.

• Refere-se ainda que as medidas de minimização do EIA não deveriam ser recomendações mas sim compromissos por parte do proponente.

• São ainda efectuadas algumas propostas relativamente aos programas de monitorização referidos no EIA, considerando-se que estes deveriam abranger todos os locais seleccionados, e ser realizados por entidades independentes de reconhecida capacidade técnico-científica, que enviarão os respectivos resultados ao Ministério do Ambiente e às Comissões de Fiscalização das Actividades de Incineração de Resíduos Perigosos e Não Perigosos ou somente Não Perigosos em Fornos de Cimento.

• Propõe-se que seja estabelecido um protocolo entre a SCORECO e o Ministério do Ambiente de interromper imediatamente o processo de co-incineração quando se verificarem

quaisquer desvios das condições e dos parâmetros pré-estabelecidos, que possam pôr em causa a Saúde Pública e o Ambiente. Relativamente ao transporte dos resíduos, e sendo admitida pelo próprio EIA a sua perigosidade, considera-se que devem ser claramente definidos os trajectos a usar regularmente, em todas as fases do processo, ao longo dos quais deverão ser criadas estruturas de prevenção e minimização de riscos decorrentes de eventuais acidentes, devendo a sua concepção e implementação envolver as entidades responsáveis pela Protecção Civil.

• É proposto pela CP que o transporte ferroviário seja incluído no projecto, dado o elevado grau de segurança que proporciona e que as instalações em causa, bem como algumas das unidades fabris produtoras de resíduos a eliminar, estão, de um modo geral, dotadas de instalações ferroviárias ou relativamente próximas das mesmas

Relativamente à Estação de Tratamento do Barreiro e à Estação de Transferência de Estarreja é referido que não se concorda que não seja apresentada qualquer alternativa de localização, nem que não seja dada qualquer explicação clara para tal escolha prévia.

• **O Barreiro e Estarreja foram e continuam a ser fortemente prejudicadas pela indústria química pesada que despejou para o meio ambiente resíduos industriais e efluentes tóxicos durante dezenas de anos sem qualquer tipo de tratamento.**

• Todos os resíduos geridos pelos promotores do sistema (os destinados a co-incineração, os destinados a aterro, os destinados a armazenagem, os destinados a exportação, isto é, potencialmente todos os resíduos produzidos no país) passarão pela estação de tratamento do Barreiro, através de transporte rodoviário.

• A população do Barreiro já está condenada a viver com as sequelas de um passado industrial que provocou que, ainda hoje em dia, se registem níveis excessivos de poluição atmosférica, pelo que não deve ser sobrecarregada com mais nenhum peso ambiental. Junto ao local onde se pretende instalar a ETRI existem escolas, um ginásio, um parque empresarial e uma grande superfície comercial.

Perante tudo isto, ouvimos de mercado.

O que o Barreiro quer e o País necessita

Retomemos a análise da situação actual do Barreiro, novamente pela pena do Eng^o Sardinha Pereira:

Na sequência da constituição da QUIMIPARQUE, deparou-se à Empresa a existência, no seu Parque do Barreiro, de vários

tipos de resíduos sólidos, que não foram naturalmente gerados pela sua própria actividade, estando no entanto a Empresa associada à sua gestão.

Tais resíduos eram fundamentalmente constituídos por cinzas de pirite purificadas, fosfogesso, pentóxido de vanádio, resinas polimerizadas, matérias-primas para o fabrico de pesticidas, enxofre e resíduos de zinco. Face a esta realidade, a QUIMIPARQUE promoveu a realização de um estudo sobre a situação ambiental inerente ao depósito destes resíduos industriais no seu Parque, estudo esse que foi oportunamente entregue ao Ministério do Ambiente, aguardando-se uma tomada de posição e decisão sobre as propostas dele constantes.

Paralelamente, a QUIMIPARQUE tem vindo a desenvolver um conjunto de trabalhos no sentido de obter um apropriado acondicionamento dos resíduos inventariados, de forma a reduzir o seu impacto ambiental.

Prosegue, além disso, o seu esforço de implantação de áreas verdes, plantação de árvores, reabilitação de edifícios e de infra-estruturas, construção de novos parques de estacionamento, melhoria da sinalização interna, etc.

E, em relação à situação actual do Parque:

A experiência empresarial apontada vem, como se deu a entender, de longe.

Fechar fábricas, converter algumas, remodelar outras, fazendo-se em curto prazo a transformação dos Complexos Industriais em Parques Empresariais foi vital para assegurar o funcionamento das empresas já instaladas e criar condições para a instalação de novas empresas.

Tal foi possível por se ter introduzido uma grande dinâmica no ataque aos problemas e gerado fundos que o permitiram fazer.

Em termos de ambiente, inverteu-se a marca negativa que sempre caracterizou o Barreiro e modelou-se um novo rosto a uma forte tradição industrial desta terra e também da região de Estarreja.

Este é um caminho que estamos, na QUIMIPARQUE, determinados a prosseguir. Para ele nos impelem a responsabilidade social que assumimos perante as comunidades, a nossa consciência de cidadania, a nossa obrigação de proteger o ambiente como forma de conseguir uma contínua e sustentada melhoria da Qualidade de Vida.

É por isso que nós, todos, percebemos que não precisamos cá, nem o País precisa, de todos os Lixos industriais tóxicos e perigosos, à porta da Feira Nova.

O que nós precisamos e o País precisa é daquilo que nos foi prometido no Programa do Governo:

• **Desenvolvimento de uma política de melhoria do ambiente urbano, originando um pacote de medidas e acções que - assumi-**

das com carácter intersectorial e preparadas e levadas a cabo em articulação com as autarquias e outros agentes locais - valorizem e melhorem os padrões de qualidade de vida;

• **Reforço da articulação com os diversos sectores, nomeadamente os produtivos, de modo a introduzir o vector ambiental nas respectivas estratégias de desenvolvimento;**

• **Particular relevo merecerá, neste contexto, a promoção de estratégias de reciclagem, reutilização e redução de consumos de materiais, recursos naturais e energia, em detrimento de opções correctivas;**

• **Atribuição de uma nova prioridade à política de conservação da Natureza, nomeadamente, através do aumento do conhecimento sobre o património natural, da aceitação do carácter horizontal desta política;**

• **Reforço do papel atribuído às áreas protegidas como elementos essenciais de uma estratégia de desenvolvimento com particular incidência no mundo rural, através, nomeadamente, da implementação de programas de desenvolvimento e gestão desses espaços que incluam a participação interessada das populações locais;**

• **Preparação de um programa de educação ambiental que permita, dentro e fora do sistema educativo, a sensibilização e formação dos cidadãos nos diversos domínios ambientais;**

• **Elaboração de um conjunto de medidas que visem o aumento da informação, o acesso à justiça e a garantia de protecção dos direitos dos consumidores nos campos da saúde e segurança;**

• **Preparação de um conjunto de acções que permitam prestigiar e valorizar a Administração do Ambiente como condição de eficácia das diversas políticas na área do ambiente;**

• **Optimização da articulação entre o sector público e o sector privado, conjugando o interesse público com critérios de maximização da eficácia;**

• **Análise das condições de utilização e aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis - nomeadamente os relativos ao Fundo de Coesão -, assegurando, simultaneamente, a utilização desses montantes na resolução dos grandes problemas nacionais de carácter ambiental e o esgotamento atempado e total das verbas disponíveis;**

E QUEREMOS,
ALEM DISSO,
SER FELIZES E ESTAR TRANQUILOS.
ACHAM QUE É PEDIR MUITO?!

António Fernando Cabós Gonçalves

Militante nº 864

Aires De Carvalho

Militante nº 107.778

Janeiro de 1999

AS COMUNIDADES PORTUGUESAS*

1 - Unir os portugueses onde quer que vivam

Em Outubro de 1995 o Partido Socialista apresentou-se ao eleitorado com um programa eleitoral do qual fazia parte um capítulo sobre as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

Três anos passados de Governo Socialista e ainda sem que a legislatura tenha terminado, muitos dos compromissos eleitorais assumidos em 1995 e traduzidos no programa do Governo foram cumpridos, apesar de haver muito a fazer.

De facto, como sublinha o camarada António Guterres na sua moção, "*Uma relação de confiança com os portugueses*" o Partido Socialista considera que tem "particular destaque o papel das *comunidades portuguesas no Mundo*, não apenas enquanto elemento de ligação de todos os cidadãos nacionais onde quer que residam, mas também enquanto componente da afirmação dos nossos valores nacionais e da nossa específica maneira de ser e de estar no Mundo".

Uma política para as comunidades portuguesas tem de assentar numa dupla vertente: por um lado a manutenção e o reforço dos laços culturais, sociais, políticos e económicos com Portugal e, por outro, o aprofundamento da sua integração social e política nos países de acolhimento.

Assim, o facto politicamente mais relevante foi a constituição do *Conselho das Comunidades*, fundado na sequência de uma Lei votada por unanimidade na Assembleia da República. A sua eleição por sufrágio universal é um passo irreversível, de importância histórica, que cria condições para uma modificação do relacionamento das comunidades portuguesas com os Órgãos de Estado em Portugal. A luz da experiência, importa melhorar as condições de funcionamento e de exercício do mandato dos membros deste Conselho, de forma a que possam desenvolver a sua acção junto das comunidades que representam.

De igual relevância política, deve mencionar-se a inscrição na Constituição da República do *direito de voto nas eleições presidenciais* para os portugueses residentes no estrangeiro.

A RTP1 foi dotada de um *Conselho Consultivo* com representantes das comunidades, tendo como objectivo a análise da respectiva programação. Veículo privilegiado de difusão da língua e cultura portuguesas e para muitos o único elo de ligação a Portugal, todos os esforços serão poucos para melhorar a sua qualidade e o seu papel formativo e informativo.

Ainda no âmbito da Comunicação Social, foram tomadas medidas de *apoio aos órgãos*

de imprensa vocacionados para as comunidades portuguesas.

Também a área do ensino conheceu algum progresso, tendo sido elaborado um Estatuto para os docentes portugueses no estrangeiro e reformulada a rede oficial do *ensino da língua portuguesa* no estrangeiro. Na realidade, todos os esforços que possam desenvolver-se nesta área serão sempre insuficientes. A aposta na qualidade do ensino da língua portuguesa, na melhoria das condições em que o ensino é ministrado, na promoção da cultura portuguesa, utilizando para isso, designadamente, as tecnologias actuais, são objectivos imperiosos.

Mas foi no *apoio aos cidadãos portugueses que residem no estrangeiro* que se centrou o grande esforço do Governo: abriram-se novos postos consulares, modernizaram-se e informatizaram-se grande número de consulados, organizou-se a formação profissional dos trabalhadores consulares, está em curso a reformulação do Estatuto dos trabalhadores das Embaixadas e dos Consulados e publicou-se um novo regulamento consular, para substituir o anterior, velho de 70 anos.

2. Apostar no futuro

No passado recente as comunidades portuguesas sofreram uma grande evolução. Mercê por um lado da natural melhoria das suas condições de vida, fruto fundamentalmente do seu labor, e mercê igualmente da acção governativa que permitiu resolver os mais gritantes problemas respeitantes a sua ligação a Portugal, as comunidades portuguesas adquiriram um estatuto de maioridade económica, política e social que permite actualmente encarar a sua realidade de modo completamente diferente. Impõe-se, no entanto, não esquecer o fenómeno da nova emigração, decorrente da mobilidade geográfica e profissional no quadro do mercado interno e nomeadamente o fenómeno do trabalho sazonal na Europa.

Há que começar a pensar resolver novos desafios: e o maior que entre eles actualmente se coloca as comunidades portuguesas no estrangeiro corresponde as suas segunda e terceira gerações. Há que definir o posicionamento de Portugal face a estas segunda e terceira gerações; num contexto em que uma parte importante das comunidades portuguesas no estrangeiro tem um estatuto social correspondente a trabalhadores pouco qualificados ou mediamente qualificados, é indispensável impedir que isso se prolongue pelas segunda e terceira gerações.

A futura política portuguesa para as comunidades portuguesas deve, portanto, dar uma atenção especial às segunda e terceira gerações. A manutenção dos laços culturais com

Portugal, o desenvolvimento das comunidades e o reforço dos laços económicos entre Portugal e as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro passam por um grande investimento nacional nas segunda e terceira gerações. Este deve ser instaurado como um dos objectivos da acção política nos próximos anos em relação as comunidades portuguesas no estrangeiro.

Neste âmbito, deve apostar-se no desenvolvimento de *Programas destinados especificamente as segunda e terceira gerações das comunidades*, em torno de programas de intercâmbio cultural, de formação profissional, de frequência de universidades portuguesas e de cursos que tratem de questões relacionadas com Portugal; este apoio deve passar igualmente pela atribuição de um número suficiente de bolsas de estudo, que permita a todos frequentarem cursos profissionais ou universitários de acordo com as suas capacidades, quer nos países onde vivem quer em Portugal.

É igualmente necessário perspectivar o futuro e preparar o próximo programa eleitoral do partido para a área das Comunidades Portuguesas. Assim, é necessário levar a cabo as medidas previstas no programa de 1995 que ano foram implementadas, nomeadamente, as que dizem respeito ao Instituto Camões, a RTP1, ao apoio às associações, ao apoio a uma melhor integração nos países de acolhimento e ao retorno a Portugal. A um ano do fim da legislatura, é necessário prolongar e completar a obra iniciada, nomeadamente nas áreas relacionadas com a qualidade da integração nos países de acolhimento. Conhecer melhor as preocupações e as necessidades das comunidades portuguesas nas áreas de acesso ao ensino, a formação profissional e ao emprego é uma tarefa que se impõe. Também o apoio ao movimento associativo deveria ser desenvolvido com base em critérios claros quanto a representatividade das associações e respectivos apoios a conceder.

Dado que se aproximam dois actos eleitorais, é da maior importância que o partido desenvolva acções que conduzam a uma participação mais significativa dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro, designadamente acções de informação e sensibilização para o recenseamento e exercício do direito de voto. No que diz respeito mais especificamente aos cidadãos portugueses residentes nos países da União Europeia, devem ser tomadas medidas em parceria com os governos e as autoridades dos países respectivos, incentivando os nossos concidadãos a participar na vida política desses países, exercendo plenamente os direitos cívicos que lhes são reconhecidos e contribuindo assim para o desenvolvimento da cidadania europeia. Do *projecto para o Portugal do Século XXI* apre-

sentado pelo Partido Socialista faz parte a determinação em ultrapassar o nosso atraso estrutural. Queremos um Portugal com mais solidariedade, justiça social e igualdade de oportunidades para todos e um exercício da cidadania com dignidade e sem que os nossos compatriotas se sintam discriminados onde quer que se encontrem. É dessa vitória, assente nos valores e princípios políticos e sociais do socialismo democrático, que depende haver um Portugal de onde não mais seja necessário partir.

3. Melhorar o funcionamento do Partido

A estrutura partidária deveria acompanhar esta dinâmica. A existência de um *Departamento da emigração*, do qual será responsável um membro do secretariado nacional com capacidade de intervenção nos órgãos apropriados do Partido, permitiria uma ligação efectiva das estruturas partidárias do estrangeiro a vida partidária em Portugal. É imperioso que no momento em que as comunidades portuguesas adquirem a sua maioridade política, o Partido Socialista acompanhe este movimento geral com uma organização correspondente para essas comunidades.

É importante que haja um empenhamento do Partido como um todo, e das suas estruturas de decisão em particular, para que esta nova situação possa receber um tratamento adequado. Consideramos que esta é uma prioridade estratégica que corresponde aos interesses de Portugal, do PS e das comunidades portuguesas existentes em todo o mundo. Neste contexto, os deputados socialistas eleitos pela emigração constituem uma referencia fundamental, devendo estar a altura das solicitações das comunidades portuguesas.

O PS deve reforçar os laços com os partidos irmãos, tendo em vista a sua maior operacionalidade e o aumento da sua capacidade para melhor defender os interesses dos portugueses nos países de acolhimento. Neste âmbito, deve salientar-se e reconhecer-se a importância do trabalho das secções e federações no estrangeiro. Como diz António Guterres "*É insubstituível e inestimável o contributo e o empenhamento dos militantes do PS*" para dinamizar a sociedade civil e acompanhar a acção governativa. Sem este contributo organizado, riscos ha de se perder o esforço efectuado.

*Aprovada pela Comissão Política da Federação do Benelux Luxemburgo, 13 de Janeiro de 1999 Em nome da Federação do Benelux, **Diogo Quintela**, Presidente da Federação

AO ENCONTRO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Política para a emigração

As Comunidades Portuguesas, representadas por mais de quatro milhões e meio de portugueses e luso-descendentes, assumem-se hoje como a *fatia da população portuguesa com a maior capacidade de produção de riqueza*, traduzida nas remessas que regularmente enviam para o nosso país, superiores aos fundos comunitários que Portugal recebe da União Europeia e muito acima das receitas provenientes do turismo.

Por outro lado, o relevante contributo das nossas comunidades no estrangeiro, já não é de natureza exclusivamente económica, mas alargada-se, igualmente, às esferas política, social e cultural, o que muitas vezes se esquece.

A emancipação e integração das comunidades portuguesas, permite-lhes desempenhar hoje o papel necessário para potenciar a língua e a cultura portuguesas, o comércio externo e a importância de Portugal nos países de acolhimento.

Hoje, ninguém se atreve a dizer que as comunidades portuguesas não constituem uma vertente estratégica da política externa portuguesa. Ou elas não estejam em países de grande importância geoestratégica para Portugal ao mesmo tempo que são potenciais mercados-alvo. É nesta perspectiva que temos que entender as comunidades portuguesas e equacionar as grandes linhas de força da orientação das políticas do Partido Socialista para a emigração. Votadas largos anos ao ostracismo pelos sucessivos governos do PSD, as comunidades portuguesas começam agora a reencontrar a sua identidade e a sua capacidade de afirmação, fruto das acções e medidas concretas do actual Governo socialista. O Governo soube considerar expressamente uma política relativa às comunidades portuguesas dispersas pelo mundo, sendo isso um sinal expressivo da mudança que se começa a introduzir, reflexo da mudança de resto está a levar a efeito em todas as estruturas da sociedade portuguesa.

A intervenção do Governo fez-se já sentir em algumas áreas prioritárias de acção, pelo que as comunidades portuguesas começam lentamente a ganhar a necessária visibilidade e que há muito reivindicavam. A defesa e a expansão da cultura e língua portuguesas é hoje alvo da preocupação de quem tem o poder de decidir.

Contrariando a anterior filosofia, que transformou o Instituto Camões numa instituição própria, o IC tem hoje um programa próprio, sustentado, nos mais diversos domínios, aberto para o exterior e a funcionar em articulação com os Ministérios da Cultura, da Educação, da Ciência e Tecnologia, bem como com a Comissão dos Descobrimientos.

O ensino português no estrangeiro começa a ser alvo de ligeiras melhorias, quer a nível das coordenações, quer no âmbito da transparência que o Governo trouxe ao processo de contratação do corpo docente no estrangeiro, com a instauração de um novo regime jurídico para estes docentes. No entanto, algumas deficiências continuam a prevalecer numa área de grande sensibilidade para as comunidades portuguesas. Acredita-se e deseja-se que o projecto de reestruturação do sistema vá continuar, não faltando a coragem para avançar a reforma de uma área que os Governos anteri-

ores nunca ousaram beliscar.

A informação dirigida às comunidades portuguesas tem vindo a aumentar substancialmente, com o projecto da RTP-internacional a consolidar-se e o nascimento de outro, não menos ambicioso, a RTP-África. Mas quantidade não significou qualidade, pelo que se impõe um maior esforço nesse sentido.

As pesadas estruturas consulares, descaracterizadas e disfuncionais, com que os emigrantes portugueses esbarravam continuamente, são agora portadoras, na sua maioria, da desejada imagem de modernidade. Sendo o veículo prioritário de execução das acções do Estado junto das comunidades portuguesas, os Consulados estão a ser dotados dos meios necessários para responderem aos desafios que representam as nossas comunidades no exterior. Resta dar continuidade à reestruturação iniciada, esperando-se que a mesma se traduza numa maior dinâmica e eficácia da rede consular portuguesa em prol das nossas comunidades no estrangeiro.

É de reconhecer o esforço feito na simplificação dos procedimentos da emissão de alguns documentos e a desburocratização de alguns serviços administrativos. Os emigrantes têm históricas razões de queixa relativamente ao funcionamento da Conservatória dos Registos Centrais. São conhecidas as histórias de actos de registo requeridos nos Consulados que esperaram, nalguns casos, vinte anos e mais para serem processados naquela repartição. Por isso mesmo se aplaude o esforço feito na simplificação dos procedimentos da emissão de alguns documentos e a desburocratização de alguns serviços na área do registo e do notariado. Os registos de nascimento e de casamento dos portugueses no estrangeiro processam-se hoje dentro dos prazos estipulados regulamentarmente.

Do mesmo não nos podemos regozijar relativamente ao que se passa na instrução dos processos de atribuição ou aquisição da nacionalidade portuguesa. A reforma do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa operada pelo DL 37/97, de 31 de Janeiro foi, seguramente, feita com boas intenções. Mas a verdade é que não permitiu obter os resultados esperados. O sistema imposto para instrução dos processos tornou-se em coisa tão hermética que anula completamente os efeitos positivos que podia ter. Por outro lado, a morosidade dos registos de atribuição da nacionalidade portuguesa tem prejudicado gravemente os interesses de milhares de compatriotas nossos, sobretudo daqueles em que o factor distância agrava ainda mais a situação, como é o caso dos residentes no Brasil, África do Sul, Venezuela, etc. Por isso mesmo, devemos sugerir que a situação de dificuldades criadas em torno dos trâmites que envolvem a atribuição ou aquisição da nacionalidade portuguesa, seja alterada com a maior urgência.

Não vamos continuar a enumerar aqui e agora, todas as áreas prioritárias que estão a ser alvo de acções ou de estudos tendentes à aplicação de medidas concretas. É que em matéria de comunidades portuguesas, os problemas existentes impõem um grande esforço de acção, em que tudo tende a aparecer como prioritário.

Mas dentro da necessária hierarquização, integração e articulação de políticas e medi-

das, bem como da selecção de áreas e programas de acção a que se atribua carácter prioritário na adjudicação de recursos de vários ordens, somos obrigados a considerar o regresso definitivo a Portugal dos emigrantes portugueses, como uma das questões primordiais dos alicerces da política do PS para as comunidades portuguesas.

Os padrões de desenvolvimento do nosso país ganharam outra dimensão e Portugal, hoje, começa a tornar-se um país atractivo. Se airmos este facto ao envelhecimento da primeira geração de emigrantes portugueses, apercebemo-nos, rapidamente, que o regresso estará na mira de muitos milhares de compatriotas nossos residentes no estrangeiro. Mas o regresso não pode ser um acto solitário. Deve ser um acto enquadrado pela sociedade, pois o seu sucesso reflecte o sucesso de uma política e sobretudo, da sua valência socioeconómica.

A realidade do regresso deve preocupar-nos a todos. Um regresso bem sucedido representa uma mais valia no desenvolvimento da sociedade. Mas o regresso também pode ser um caso dramático de difícil resolução.

Sem apoio institucional capaz, sem directivas claras e concretas de investimento, muitos emigrantes são presa fácil de especuladores e outros oportunistas.

Os apoios institucionais são ténues e traduzem-se em contas bancárias específicas, créditos para a habitação, isenção ou redução de alguns direitos aduaneiros. São pequenos apoios que mais se dirigem às divisões do que ao próprio cidadão emigrante.

Por isso, devem ser melhorados e ampliados os esquemas já existentes, com especial incidência no alargamento da informação sobre o País real junto das comunidades portuguesas. O principal apoio ao regresso passa pela informação. Uma informação correcta e isenta, de fácil acesso ao emigrante, constitui a melhor correa de transmissão entre os portugueses no estrangeiro e Portugal.

II - Uma maior representatividade e participação política das Comunidades Portuguesas

Outro referencial primordial e nuclear da política de emigração passa pelo empenho do PS e do Governo em ampliar até aos limites do possível a participação dos emigrantes portugueses em todos os sectores da vida da Nação. Não se pode aceitar que um dos grupos sociais que mais tem contribuído para a manutenção e o progresso da sociedade portuguesa, esteja politicamente à sua margem.

Paradoxalmente, as autoridades portuguesas têm procurado a todo o custo sensibilizar as comunidades portuguesas para a importância que assume a sua integração nas sociedades de acolhimento, obtendo dessa forma capacidade de influência junto dos governos e outras entidades dos países de residência, mas, por outro lado, restringem o grau da sua participação e influência na vida política portuguesa.

O recém-criado Conselho das Comunidades Portuguesas, órgão consultivo do Governo para as políticas da emigração, pela primeira vez democraticamente eleito pelos portugueses residentes no estrangeiro, surge como um

reforço da participação política das comunidades portuguesas, mas não deixa de ser um instrumento limitadíssimo na influência que possa exercer junto do Governo ou das instituições nacionais. E sobretudo da forma como não tem sido ouvido. O Conselho das Comunidades Portuguesas deve ser visto como um órgão que proporcionará ao Governo a riqueza da experiência vivida das diversas comunidades, constituindo um «forum» para a expressão das aspirações dos portugueses residentes no estrangeiro.

Muitos são aqueles que põem em causa a fraca participação dos emigrantes portugueses nas eleições para a Assembleia da República e a sua reduzida inscrição nos cadernos de recenseamento eleitoral. Mas nunca ninguém se interrogou das razões desta fraca participação. Apenas com quatro deputados eleitos pelos dois círculos da emigração, as comunidades portuguesas não se sentem suficientemente representadas. Também a limitação da sua participação eleitoral apenas nas eleições legislativas e, num futuro próximo, nas eleições presidenciais mas de forma condicionada, funciona como elemento redutor da capacidade e participação eleitoral das comunidades portuguesas.

É urgente que se melhore as estruturas e mecanismos de participação dos emigrantes portugueses na vida política do nosso País. Como defendeu já publicamente o presidente do nosso Partido, Dr. Almeida Santos, as comunidades portuguesas deveriam ver a sua representatividade parlamentar alargada.

Por outro lado, deve ser conferido aos emigrantes portugueses o direito de participação em todos os actos eleitorais nacionais, sem quaisquer restrições. O Partido Socialista não pode ter medo da democracia directa.

Não existirá hoje um cidadão português que não tenha vivido a emigração ou que não tenha um familiar emigrante. Também o PS nasceu na emigração e muitos dos seus dirigentes históricos e fundadores, a começar pelo Dr. Mário Soares, Tito de Morais, Jorge Campinos, Manuel Alegre e outros mais, viveram o mundo da emigração.

Hoje, as comunidades portuguesas são formadas por intelectuais, artistas, pedagogos, cientistas, investigadores, empresários, etc., e todos os outros portugueses de corpo inteiro, que não podem continuar à margem do processo de desenvolvimento democrático de Portugal.

III Funcionamento interno do Partido e relacionamento com as estruturas da emigração

O PS sempre defendeu as aspirações, esperanças e valores dos portugueses que, por razões suficientemente conhecidas, se viram obrigados a sair do país.

Neste contexto, e logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, começaram a nascer núcleos de socialistas portugueses nos cinco continentes, verdadeiros embriões da democracia no seio das nossas comunidades. Porém, nos últimos anos, reconhecemos que temos sido pouco interpelados pelas estruturas nacionais do nosso Partido, no respeitante aos nossos problemas específicos.

Julgamos pois, importante, a necessidade de um relacionamento mais profundo e uma me-

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

Ihor articulação entre as Federações da emigração e todos os órgãos nacionais do Partido. Com efeito, é oportuno que os mesmos sejam sensibilizados para os problemas das comunidades portuguesas. Do mesmo modo que consideramos necessário um relacionamento mais estreito entre o Grupo Parlamentar do PS e as nossas estruturas na emigração, bem como incrementar a colaboração dos deputados socialistas ao Parlamento Europeu com as Federações na Europa, com vista à promoção de acções conjuntas dirigidas às comunidades portuguesas. Também as estruturas socialistas na emigração

transoceânica devem merecer um maior acompanhamento, quer em apoio logístico, quer no âmbito da formação política a ministrar aos seus militantes e dirigentes.

O trabalho notável desenvolvido pelo único deputado do PS eleito pela emigração é digno de registo, vislumbrando-se como o único esforço do Partido dirigido às estruturas da emigração. A extensão geográfica das regiões onde os portugueses se encontram e a enormidade das tarefas que se colocam, apontam para a necessidade de um maior envolvimento dos órgãos nacionais na estratégia de implantação do Partido Socialista no

seio das comunidades portuguesas. Também no Secretariado Nacional deverão ter assento camaradas conhecedores da problemática da emigração no seu conjunto, estabelecendo os mesmos um elo de ligação com os dirigentes socialistas na emigração.

Não podemos continuar a ser tomados como uma parte acessória da organização nacional do Partido. Também não pretendemos um tratamento diferenciado do resto das estruturas, o que desejamos é apenas ser reconhecidos como uma componente orgânica na estratégia da afirmação do Partido Socialista no seio de uma parcela tão importante da sociedade

portuguesa – as nossas comunidades emigrantes.

Lisboa, 20 de Janeiro de 1999.

Moção apresentada por:

Manuel de Almeida (coordenador do PS/França)

Manuel de Melo (coordenador do PS/Suíça)

Carlos Mendes (coordenador do PS/Alemanha)

Fernando Capão (coordenador do PS/África do Sul)

José Verdasca (coordenador do PS/Brasil)

MOÇÃO SECTORIAL

MOÇÃO AO CONGRESSO DO PS

Portugal, através da integração europeia, associou-se a um conjunto de Estados e nações apresentando contiguidade geográfica, património civilizacional comum e opções democráticas claras de regime: Portugal está política, civilizacional e fisicamente na Europa.

A opção europeia foi uma opção acertada, tendo trazido ao nosso país inequívocas

vantagens políticas e no plano material.

Mas, a construção europeia, cultural, económica e política cria condições para um progressivo enfraquecimento do Estado português, subalternização da nossa cultura e diluindo a nação.

Urge criar condições para um fortalecimento da nação, o que se fará mais facilmente pelo reforço das relações entre os países de ex-

pressão oficial portuguesa: os PALOPS.

Neste contexto, a imensa nação brasileira tem uma importância ímpar. As relações luso-brasileiras são de interesse comum, reforçam as respectivas nações e a influência de cada uma delas no contexto da União Europeia e do Mercosul.

Nesse sentido propomos:

Que o PS se comprometa inequivocamente

em todas as suas áreas de influência cívica, autárquica, parlamentar e governamental em comemorar condignamente os 500 anos de descobrimento oficial do Brasil, visando fortalecer os laços económicos e culturais com este gigante «Porto Seguro» da nação portuguesa.

Eurico Figueiredo

MOÇÃO SECTORIAL

O ANO MUNDIAL DO IDOSO

Sendo o ano em curso, o ano mundial do idoso e tendo o Partido Socialista um percurso histórico, no qual se evidenciou pela defesa acérrima da melhoria das condições sociais dos mais desfavorecidos, exige-se que perante o papel principal que ocupa hoje na cena política nacional, tenha uma acção eficaz e incisiva em defesa dos idosos.

Perante a confiança demonstrada pelos reformados e pensionistas, na política social desenvolvida pelo actual governo, e sendo o ano corrente decisivo, já que brevemente se reinicia um ciclo político marcado pelas eleições para o Parlamento Europeu e para as Legislativas, não se pode descurar estes eleitores.

Relembra, este grupo de militantes do Partido Socialista, que em 1989 se fundou, com o apoio da Federação Distrital do Porto, um movimento de reformados socialistas, abreviadamente designados por MRS, sendo nessa altura o Presidente da Distrital, o

camarada Carlos Lage.

Este movimento constituiu-se com o objectivo de lutar para que o PS não se esquecesse dos seus reformados que tinham pensões miseráveis, de modo algum ajustadas ao nível económico da época, não permitindo àqueles que foram outrora o pilar de desenvolvimento da nossa sociedade viver condignamente, com um razoável nível de vida.

Na época realizaram-se diversos contactos com o Parlamento do Idoso Português, na sede nacional do PS, no largo do Rato, em Lisboa, a quem o nosso movimento baptizava como a Comissão dos Sábios do Comité do Rato.

No encontro que se realizou na Assembleia da República, a nível nacional, nos dias 26 e 27 de Março de 1993, formaram-se diversos grupos de trabalho, tendo saído diversas conclusões das quais se destacam as seguintes: *(defendidos e aprovados no II Congresso de 13 e 14 de Maio 1984)*

- Numa sociedade justa, fraterna e igualitária não podem existir reformas abaixo do salário mínimo nacional.

- Os idosos devem usufruir de descontos em todos os espectáculos culturais e recreativos realizados.

- No ensino dever-se-á contemplar a experiência dos idosos.

- Que as Associações de Idosos tivessem representatividade em vários órgãos do poder local.

- Plena e livre utilização do passe social dos transportes.

- Subsídio para recuperação e melhoria da habitação dos idosos mais necessitados.

- Redução das tarifas dos bens de consumo. Duarte os trabalhos realizados foi solicitado que o PS defendesse e reforçasse a Filosofia da Carta Europeia do Idoso, apresentada no Luxemburgo. Foi também proposto solicitar à Assembleia da República a defesa dos princípios das Nações Unidas em favor dos idos-

sos.

O actual executivo tem vindo a promover de forma gradual importantes reformas neste sector; no entanto, face à precária situação actual vigente, urge uma melhoria intercalar no rendimento mensal dos pensionistas.

Estamos certos que os nossos governantes, atendendo ao ano em curso, tudo farão, numa conjugação de esforços, no sentido de promoverem uma série de iniciativas culturais e sociais que dignifiquem a condição dos idosos em Portugal durante o ano que lhes é dedicado.

Por um imperativo de consciência não nos podemos deixar de lembrar os valores e ideologias que servem de base estruturante a este grande Partido Democrático e Socialista que é.

Saudações socialistas, Viva o PS!

Subscritores:

António Madureira Vasconcelos

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

I

O PS é um partido de liberdade e, por isso, os seus militantes devem fazer da liberdade uma prática quotidiana. O debate, a assunção da diferença e da divergência, o espírito crítico, não são incompatíveis com as responsabilidades de um partido de Governo. Antes pelo contrário: são condições necessárias para a co-responsabilização e para que todos os socialistas - quaisquer que sejam as suas funções e os cargos que desempenham - convirjam na vontade e na tarefa de transformação do nosso País, de superação das suas debilidades estruturais, geradoras de injustiças e de desigualdades.

Nesta moção, além de considerações genéricas sobre a Educação e a Ciência, propomos também ao Congresso pistas de reflexão e debate sobre a política para a Cultura que terá de assentar em quatro vectores essenciais:

- a valorização da dimensão cultural do desenvolvimento;
- a afirmação e o enriquecimento da nossa identidade cultural;
- o aumento da participação na vida cultural;
- a promoção da cooperação cultural internacional e do diálogo entre culturas.

II

Os desafios com que os socialistas se deparam neste limiar de um novo século e mesmo de um novo milénio, são, em grande medida, de natureza civilizacional. Face a um modelo de sociedade onde o *ter* predomina sobre o *ser*, onde a política se torna espectáculo, e a economia é determinada não pelo objectivo do bem comum, mas pela procura do lucro máximo, torna-se, mais do que nunca, necessário definir a realização integral do indivíduo como meta principal de um projecto de mudança democrática do Estado e da organização social.

Esta concepção de indivíduo implica que a Educação, a Ciência e a Cultura, sejam consideradas prioridades do PS na sua acção governativa.

Na Educação importa não diminuir o esforço orçamental prosseguido pelo actual Governo socialista, cuja acção positiva neste sector é de sublinhar. Infelizmente são muitas as fragilidades estruturais com que o nosso sistema educativo ainda se depara nos diversos níveis. Por outro lado, continua a ser necessário insistir na dignificação dos professores e demais profissionais que esse sistema integram.

Haverá, ainda, que pugnar por que não sejam as leis do mercado a determinar a evolução do ensino superior privado, a fim de evitar o surgimento de situações de instabilidade e até de desigualdade nas condições de acesso dos jovens à vida activa, resultantes do facilitismo desresponsabilizador que caracterizou a actuação dos governos PSD neste sector, com reflexos perniciosos na qualidade.

Em todas as etapas do processo educativo o Estado, sem impor administrativamente o seu monopólio, não pode nem deve demitir-se das suas obrigações, não só no plano orçamental, mas também no da prossecução de um projecto que tenha no seu cerne

inquestionáveis princípios de liberdade, tolerância e pluralismo, associados a uma firme concepção laica e republicana de formação cívica e cidadã.

O Estado não é nem pode ser neutral quanto aos valores essenciais de uma sociedade verdadeiramente democrática e socialmente responsável. Cabe à escola transmiti-los através do sistema educativo, pois ela não é mera unidade de uma rede administrativa de comunicação burocrática e passiva de saberes, mas antes um espaço vivo de participação, integração e cidadania.

Na **Ciência e Tecnologia** há que continuar e mesmo reforçar o trabalho do Governo, em grande medida e praticamente fundador, para que, tanto quanto possível, se supere o fosso que também nesta matéria nos separa da generalidade dos demais países da União Europeia. É essencial investir na acção de educação e sensibilização para a cultura científica, desde os primeiros anos de escolaridade. Acção que deve alargar-se a toda a população que dessa cultura foi mantida arredada.

No tempo em que vivemos, de aceleradas mudanças tecnológicas e comunicacionais, a incultura científica é como que uma nova forma de analfabetismo que tem de ser combatida. Tanto mais que, com os progressos científicos observados nos tempos recentes, a humanidade ficou simultaneamente mais rica e mais vulnerável, pois não se está livre de alguns desses progressos - nomeadamente no domínio da biogenética - serem utilizados em função de interesses mercantilistas e de poder, subvertendo valores éticos essenciais à dignidade humana.

Estas questões não podem ser iludidas por quem detem responsabilidades públicas de governação, devendo-se tomar, nos âmbitos adequados, as medidas concretas necessárias, de forma a alertar e consciencializar os cidadãos para o que está em jogo na sociedade contemporânea.

III

Na **Cultura**, todos os socialistas se congratulam com realizações importantes como a da inscrição das gravuras de Foz-Côa no Património da Humanidade ou a da atribuição ao Porto da qualidade de Capital Europeia da Cultura em 2001.

Mas devemos ser mais ambiciosos e mais exigentes. É necessário ganhar em solidez o que em certos casos sobra em mediatização, prosseguindo uma política cultural multifacetada e equilibrada, assente numa estratégia coerentemente definida que tenha em conta as responsabilidades do Estado, os meios escassos disponíveis e o que se pode considerar serem as prioridades nacionais.

Algumas destas prioridades têm sido positivamente assumidas, nomeadamente no domínio do património e no que se refere ao desenvolvimento da rede de bibliotecas públicas e ao apoio ao livro e à leitura. Todavia, mesmo nestas matérias certos aspectos merecem reflexão.

No caso do património, criou-se um novo instituto de arqueologia, e apesar do reforço de meios e de funcionalidade do IPPAR, persistem dificuldades na assunção do princípio da

transversalidade, assim como na clarificação do enquadramento legislativo do sector. Tendo—se optado por uma nova Lei do Património Cultural, esta só muito recentemente deu entrada na Assembleia da República. Por outro lado, não se resolveram problemas de articulação e de cooperação com outros organismos do Estado - como a DGEEM (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) - e existe uma situação de indefinição e estagnação quanto a tarefas fundamentais como, por exemplo, a de inventariação dos bens móveis.

No segundo caso, e no que diz respeito especificamente ao livro, a lei do preço fixo deveria ter sido acompanhada por medidas eficazes que contribuíssem para o reforço da indústria nacional, tanto na edição como no que concerne à rede livreira e à distribuição. Consideramos ser igualmente positiva a diversificação das vias de financiamento de sectores e actividades em complemento à participação orçamental do Estado, mas na fase embrionária em que ainda está a aplicação das mesmas, é difícil poder avaliar a sua eficácia. Todavia, seria seguramente útil potenciar instrumentos como o Fundo de Fomento Cultural, que necessitaria de ser re pensado e reestruturado, para que, de acordo com a sua vocação primordial, pudesse assegurar flexibilidade e rapidez na resposta do poder central aos projectos e iniciativas que emanam da sociedade e de agentes culturais, fora dos principais circuitos de financiamento e subsidiação.

Nas artes do espectáculo, onde também havia uma herança particularmente pesada das governações anteriores, mantém-se uma situação de acentuada fragilidade financeira, funcional e programática dos teatros nacionais, em particular do D. Maria II e do S. Carlos, cujo modelo orgânico foi recentemente redefinido. Neste último caso, há ainda a realçar a situação da Orquestra Sinfónica Portuguesa que praticamente se limita a um papel de orquestra de ópera. Sendo a única sinfónica do país, deveria desempenhar um papel dinamizador da vida musical do país. Neste domínio da música, verifica-se, ainda, a estagnação do projecto de criação de orquestras regionais, que deveria ser repensado, inclusive para se clarificar a relação das existentes com a administração central. Por outro lado, continua a ser preocupante o enorme peso de músicos estrangeiros nas formações existentes. Não por razões de carácter estreitamente nacionalista, mas pelos efeitos perversos geradores de conformismo quanto às nossas capacidades e que prolongam uma situação de subaproveitamento das potencialidades dos portugueses. Acresce a este problema, de insuficientes perspectivas de realização profissional e de desenvolvimento dos músicos, o idêntico com que também se deparam os (poucos) cantores líricos consagrados, cujo talento tem sido malbaratado, e, sobretudo, os jovens valores que deviam poder encarar o futuro com optimismo. Uma articulação eficaz com as escolas artísticas existentes é fundamental.

Igualmente fundamental é que se desconcentre a produção de qualidade nos vários domínios - como o da música, o do espectáculo lírico e o da dança -, fomentando, inclusive, acções de itinerância. Assim se

democratizará o acesso a essa produção e se deixará de privilegiar as elites dos principais centros urbanos, normalmente já favorecidas pela oferta que, com frequência, excede os públicos potenciais, visto estes não crescerem nem se renovarem.

Outras áreas exigem medidas em profundidade, o que não se compadece com a procura de realizações de efeito sobretudo imediato e mediático.

Referimo-nos à necessidade de uma descentralização efectiva da acção do Governo que passe, inclusivamente, pela cooperação reforçada com as autarquias locais e com os agentes culturais profissionais ou profissionalizados - por exemplo, no domínio do teatro - que actuem nas zonas do país culturalmente mais desfavorecidas. Mas também nos referimos aos pontuais, casuísticos, insuficientes incentivos e apoios às expressões culturais associativas, às práticas amadoras, como as bandas filarmónicas - existem mais de setecentas em todo o país - e àquilo a que se costuma chamar "cultura popular", o que deve ser entendido não numa óptica conservadora de apego nostálgico à "tradição", mas sim de valorização criativa das nossas raízes, da etnografia aos saberes e sabores, locais e regionais.

No sector do cinema e do audiovisual, assiste-se, durante a legislatura em curso, a uma inflexão profunda da estratégia inicialmente definida, o que será positivo se devidamente enquadrado por uma estratégia realista. Importa, com efeito, encontrar o ponto de equilíbrio entre os condicionamentos que advêm da nossa pequena dimensão enquanto mercado nacional, as especificidades da nossa produção e a componente industrial e económica da mesma. A política para este sector tem de se inserir, sem tibiézas, no contexto europeu, única maneira de, através de uma convergência e concertação de esforços e meios, se poder resistir à hegemonia cultural norte-americana, particularmente agressiva e eficaz.

Portugal tem de participar activamente nas redes internacionais da criação e da produção artística. Delas receber contributos enriquecedores e de nelas se projectar, sem timidez, valorizando os nossos criadores, os nossos escritores e poetas, os nossos intérpretes. Mas isto não significa confundir um salutar cosmopolitismo com snobismo provinciano e que se perca de vista as realidades do todo nacional, as carências, as insuficiências, e as tarefas prioritárias que é preciso executar.

Nesta ordem de preocupações se insere a questão da educação estética e do ensino artístico, absolutamente central, que exige uma eficaz intervenção interministerial, tanto na sua componente vocacional e profissional, como na da sensibilização elementar desde os primeiros anos da escola, necessária para a criação de novos públicos e para a formação de cidadãos de corpo inteiro. Sem esquecer o problema da formação e dignificação da actividade dos animadores culturais, cujo papel é cada vez mais relevante, inclusive do ponto de vista da preservação e da coesão do tecido social e da integração na sociedade de estratos populacionais - em especial dos mais jovens - susceptíveis de comportamentos

desviantes.

Finalmente, e sem pretendermos ser exaustivos, dever-se-á também sublinhar a importância da política da língua e da componente externa da política cultural, direccionada, muito particularmente, para os diversos países lusófonos e as comunidades de portugueses emigrados e luso-descendentes. Neste particular o livro, o vídeo, o cinema, os produtos multimídia, são veículos fundamentais para a defesa e reforço da presença do português e dos laços que ele alimenta. Trata-se de outras linhas de acção interministerial, mas da qual o Ministério da Cultura não se

pode alhear ou demitir. Cabe-lhe o desempenho de um papel catalisador, dinamizador e racionalizador.

A cultura, nas sociedades contemporâneas, gera actividades económicas de grande relevância, não só pelos dinheiros que movimentam, como pelos postos de trabalho que criam. Mas para os socialistas não deve nem pode resumir-se a isso, nem a uma função predominantemente majestática.

A política cultural, para os socialistas, além das questões concernentes à salvaguarda de uma herança comum de gerações passadas, de expressão e projecção da criatividade e

da identidade nacional, deverá também assumir as responsabilidades inerentes à dimensão de serviço público e à sua função social, o que significa tomar-se um instrumento de democracia e de cidadania, de igualdade nas possibilidades de acesso, de fruição e de realização pessoal.

A cultura tem, por isso, de sair dos meios à partida mais privilegiados das grandes cidades, chegar às suas periferias e àqueles que nelas vivem - em especial os jovens -, assim como a todo o lado do espaço nacional, resistindo à tentação, porventura politicamente mais frutuosa no curto prazo, de corresponder

às pressões e às veleidades de certos circuitos e interesses elitistas. Isto para que a passagem à prática desta visão humanista de política cultural, que devemos prosseguir, nos possa ajudar a ser mais humanos, mais portugueses, mais europeus e mais cidadãos do mundo.

**Fernando Pereira Marques
António Reis
José Medeiros Ferreira
Eduardo Pereira
Jorge Strecht Ribeiro**

MOÇÃO SECTORIAL

**EDUCAÇÃO FÍSICA
DESPORTO (ESCOLAR) CADA VEZ MAIS!**

1- "Gestão flexível dos currículos"

O projecto denominado "Gestão flexível dos Currículos", recentemente dado a conhecer pelo Ministério da Educação, introduz três componentes (Estudos Acompanhados, Área de Projecto e Direcção de Turma) com dotações horárias semanais de 2 horas, 2 horas e 1 hora respectivamente.

Globalmente, a dotação horária semanal para as aulas das áreas e disciplinas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico é limitada a 24 horas no 2º Ciclo e a 25 horas no 3º Ciclo.

No 2º Ciclo, a Educação Física deixa de ser uma área disciplinar e passa a integrar uma outra área, associada à Educação Visual e Tecnológica e à Educação Musical.

Para esta área, no seu conjunto, prevê-se uma dotação horária semanal de 8 horas, perdendo-se a garantia de 3 horas para a Educação Física. No 3º Ciclo prevêem-se apenas 2 horas de Educação Física por semana.

Altera-se, assim, a regra actual, em que estão assumidas - e bem - as 3 horas por semana para a Educação Física.

Tudo isto representa uma redução de, pelo menos, 1/3 do tempo Programa de Educação Física, podendo esta redução tornar-se mais expressiva se considerarmos a tendência para se desvalorizar a importância desta disciplina

Considerando o contributo insubstituível da Educação Física Curricular (actividade física ecléctica e inclusiva, visando a Saúde, a Aptidão Física e o desenvolvimento multilateral e harmonioso do aluno, no domínio das actividades físicas desportivas, expressivas, de exploração da natureza) e as suas características únicas (instalações e equipamentos próprios, de que depende a aprendizagem do aluno, matérias de grupo, esforço físico nas aulas, etc.) a redução de um terço na dotação horária das aulas de Educação Física constitui um prejuízo objectivo para a educação dos alunos, pondo-se em causa a possibilidade de realização efectiva dos benefícios da Educação Física

Não se conhecem as bases científicas e pedagógicas próprias para a redução prevista da Educação Física no Currículo, nem se co-

nhece qualquer processo de participação das organizações de Educação Física nesta revisão curricular.

Parece-nos grave esta indiferença em relação a esta especialidade científica e profissional, ao contrário do que aconteceu na elaboração dos currículos e programas instituídos no Decreto Lei 286/89, em que, na área académica e científica e na área profissional e pedagógica, se realizou um vasto e profundo trabalho de concepção e operacionalização curricular, baseado na participação e apoio do professor de Educação Física nesse processo de Desenvolvimento Curricular e Educativo que mantém toda a actualidade como projecto de Educação Física mais adequado para os alunos da Escola Portuguesa.

2 - Situação actual

Actualmente, conforme a informação constante do ofício nº 000225, de 09.12.96, do departamento do Ensino Secundário, e de acordo com o diploma que aprova os planos curriculares dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto), a carga horária semanal prevista para a disciplina de Educação Física é de 3 horas para o 2º ciclo do ensino básico, 3 horas ou 2 para o 3º ciclo do ensino básico de acordo com as infra-estruturas da escola, 3 horas ou 2 para o ensino secundário, de acordo com as possibilidades da escola.

A disciplina de Educação Física desempenha um papel importante na formação integral dos alunos, assumindo-se como uma componente obrigatória do currículo escolar.

Por isso o Governo P.S. apetrechou inúmeras escolas que não tinham infra-estruturas para a prática da Educação Física com os equipamentos necessários, que se tem empenhado em melhorar, sendo ponto assente que as escolas novas, em construção e a serem construídas, têm, obrigatoriamente, de ter um pavilhão desportivo.

Resulta, assim, incompreensível, perante tal quadro e as expectativas criadas pelo nosso governo, tal contradição entre tão bons propósitos e tão más intenções...

Que, aliás, parecem não ser apenas inten-

ções, visto já no ano lectivo 97/98 existirem escolas piloto a funcionarem com os novos currículos e consequentemente com uma redução das horas de Educação Física.

3 - Diz quem sabe

Ouça-se a deputada Isabel Sena Lino, no IV Congresso Nacional de Educação Física:

"Num momento em que a Humanidade dispõe de uma capacidade técnica e científica capaz de satisfazer as suas necessidades, a par de outras realidades responsáveis pela transformação social, onde as preocupações ecológicas aumentam, onde a dinâmica do tempo de trabalho nos liberta para os tempos de lazer, onde renasce uma nova Cultura de "corpo" e das actividades físicas em completa ruptura com o passado recente, estas constatações conduzem-nos a uma nova atitude face à Educação Física na Escola (...)."

"(...) Face à formulação do conjunto de questões que acabámos de referir, estamos contra qualquer política educativa que promova a desvalorização da Educação Física, quer pela concepção recreacionista que lhe queiram atribuir, quer pela falta das condições necessárias à sua concretização(...)."

E do ponto de vista do corpo são que a mente só exige, escute-se, por todos, DANIEL SAMPAIO:

"Nos múltiplos contactos que tenho nas Escolas, passei a ouvir, com redobrada atenção, tudo o que os Professores de Educação Física têm para dizer. Conheci muitas situações em que a sua não intervenção levou a que muitos jovens abandonassem precocemente a Escola, ou prolongassem perigosamente a experimentação do álcool e drogas. Quando escrevi o meu livro "Voltei à Escola" trabalhei com estagiários de Educação Física que foram dos docentes mais activos na promoção de novos projectos de integração de alunos problema (...). Por todas estas razões, tenho dificuldade em compreender a possibilidade anunciada de redução da carga horária da disciplina de Educação Física. Para mim fazia, pelo contrário, muito mais sentido aumentá-la significativamente (...). Já repararam como os "Betos" e os "Chungos" se unem num jogo de futebol? Certamente esta carga

horária não passará de um boato (...)."

Só que, infelizmente, parece que é muito mais que um boato, pesem embora as fundadas dúvidas do ilustre Psiquiatra.

4 - Concluindo

O documento sobre a flexibilização dos currículos ignora o conhecimento científico disponível sobre a relação entre exercício físico e saúde, as recomendações das organizações governamentais que reúnem os especialistas mundiais mais credíveis nas questões da saúde, o papel insubstituível que a Educação Física desempenha na promoção da saúde pública, finalidade que não poderá ser concretizada por qualquer outra área curricular, extracurricular ou de complemento curricular.

Na verdade, a redução da carga horária da disciplina de Educação Física é uma medida que comprometerá não só o desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens, mas que, sobretudo, aprofundará, a médio prazo, uma situação que já é de grande gravidade na sociedade portuguesa contemporânea no que aos factores de risco relacionados com as doenças cardiovasculares diz respeito.

Estão, hoje, cientificamente ultrapassados os argumentos, as dúvidas que, no passado, impediram que cada aluno, em todos os anos de escolaridade, pudesse beneficiar da actividade física educativa, necessária e suficiente, nos termos em que veio a definir-se como compromisso de política educativa nos planos curriculares (3 horas de Educação Física) e nas finalidades, objectivos e orientações metodológicas dos programas normais de Educação Física.

Assim sendo, o Congresso do Partido Socialista decide recomendar ao Governo a continuação da política de apetrechamento das escolas para a Prática, em todos os níveis de ensino, da Educação Física e do Desporto Escolar, atribuindo-lhe os tempos curriculares compatíveis com a sua importância no desenvolvimento integral dos alunos, no respeito pela ancestral máxima "Mente sã, em corpo são".

1º Subscritor
Rui Miguel da Conceição Carvalho

MOÇÃO SECTORIAL

POR UMA MELHOR GESTÃO DO PODER LOCAL

As transformações políticas, sociais e económicas de que Portugal foi objecto nos últimos 25 anos, criaram novos pólos de desenvolvimento de que resultaram novos núcleos urbanos ou o crescimento rápido e, por vezes, desordenado dos já existentes criando novas necessidades, abrindo novas perspectivas e suscitando abertos nas populações a que urge dar resposta.

Estas transformações, por demais evidentes, não foram acompanhadas pela necessária reforma administrativa do território que neste momento, se tornou imperioso fazer de forma rápida e profunda.

A *Força do Poder Autárquico*, uma das realidades mais promissoras e consistentes do nosso Regime Democrático, saído do 25 de Abril deve ser valorizada e apoiada em especial no respeitante às Juntas de Freguesia cuja importância para a vida das populações nunca será demais salientar.

O facto de, por vezes, essa importância não ser devidamente realçada tem propiciado o aparecimento de movimentos reivindicativos para a criação de novos concelhos, movimentos que, na maioria dos casos, são aproveitados demagogicamente por algumas forças políticas sem que se encontrem as respos-

tas adequadas. Urge pôr cobro rápido a esta situação tomando as medidas necessárias. Se estes movimentos, agem muitas vezes, de forma errada os motivos que lhes estão subjacentes são reais, os anseios que os movem são legítimos e é de toda a justiça dar-lhes a resposta adequada.

A incongruência da actual divisão administrativa do território que pode verificar-se pela análise de inúmeras situações concretas, seja de municípios seja de Juntas de Freguesia, não pode manter-se por muito mais tempo se quisermos evitar o proliferar de acções e situações de todo nocivas para Portugal e para os portugueses.

Existem municípios excessivamente pequenos, que já não podem cumprir as suas funções, cuja existência é preciso questionar. Existem municípios com características predominantemente urbanas enquanto outros são essencialmente rurais, sendo necessário diferenciar as respectivas competências e atribuições. De igual modo se deve proceder em relação à sua dimensão muito em especial no concernente à sua densidade populacional.

Este estado de coisas agrava-se de forma acentuada em relação às Juntas de Fregue-

sia cuja quase total inexistência de atribuições e competências lhes reduz, dramaticamente, a sua capacidade de intervenção.

As diferenças existentes entre grandes freguesias, (muitas delas superiores aos médios municípios e a alguns considerados grandes, quer em densidade populacional quer em dimensão geográfica) e pequenas que podem ter menos de 200 habitantes são, no que se refere, a competências e atribuições praticamente nulas. Na verdade as únicas que existem são nas verbas atribuídas, sempre insuficientes, no número de elementos que são eleitos para os respectivos órgãos e nos tempos atribuídos para o exercício das respectivas funções.

Merece, igualmente, reparo o modo de eleição que, como hoje é feito, permite distorções à democracia possibilitando, em casos extremos, mas que não são tão raros como isso, que um presidente de Junta, eleito, possa vir a ficar isolado pelas forças minoritárias de uma qualquer coligação negativa da oposição. Atendendo ao que se acaba de expor e a muitas outras questões que, por manifesta falta de espaço, nos abstermos de enumerar os delegados ao Congresso Nacional do Partido Socialista abaixo assinado propõem:

I – A efectivação, em tempo útil, mas sempre antes das próximas eleições autárquicas de uma reforma administrativa do território visando, em especial, toda a legislação atinente às Freguesias, tendo em vista a situação concreta das mesmas, a sua densidade habitacional, as suas características rurais ou urbanas.

II – Que, visando uma melhor e mais rápida resposta aos problemas do dia a dia dos cidadãos, sejam reconhecidas às Juntas de Freguesia novas competências e atribuições, nomeadamente no domínio dos espaços verdes, arruamentos, higiene e limpeza, venda ambulante, algumas áreas de fiscalização, urbanismo, trânsito, saúde, acção social, cultura e ambiente.

III – Que às freguesias que actualmente têm direito a um membro do executivo a tempo inteiro seja possibilitado e pago, pelo erário público, a sua permanência de mais um elemento do executivo nas mesmas condições.

IV – Estas novas atribuições devem ser previstas em lei própria que deverá regulamentá-las tendo em vista uma correcta articulação entre as Juntas e as respectivas Câmaras.

Secção de Queluz

MOÇÃO SECTORIAL

REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTADO: A DESCONCENTRAÇÃO NECESSÁRIA

O PS em geral, a Federação do Baixo Alentejo em particular, defenderam sempre junto dos portugueses a necessidade de uma *descentralização regional* como meio para atingir um desenvolvimento equilibrado das Regiões.

Ao longo dos anos, diversos Governos aprofundaram o reforço do poder local, através da descentralização para as Autarquias Locais, e também da Administração Central, com a criação e reforço dos serviços desconcentrados do Estado.

Recordem-se apenas os principais momentos:

- Criação das Comissões Regionais de Planeamento (1969)
- Funcionamento dos Gabinetes de Apoio Técnico nos agrupamentos de Municípios (1976)
- Lei das Autarquias (1977)
- Lei das Finanças Locais (1979)
- Criação das Comissões de Coordenação Regional (CCR) (1977)
- Integração nas CCR's de serviços periféricos das Direcções Gerais, com as respectivas competências e meios financeiros, a que se juntou a gestão de Fundos Comunitários (1987)

Ninguém pode ignorar que existem em Portugal fortes assimetrias regionais. No que concerne ao desenvolvimento económico e

social há em Portugal diferenças consideráveis.

Esta Federação do Partido Socialista sempre defendeu o processo de Regionalização como um instrumento fundamental para o combate às assimetrias regionais.

No respeito das nossos compromissos eleitorais, e após a revisão constitucional, o tema da Regionalização foi referendado pelo Povo Português no passado dia 8 de Novembro. Apesar das nossas propostas terem tido acolhimento, a maioria dos eleitores portugueses rejeitou claramente a temática da Regionalização, adiando-se assim uma importante reforma do Estado.

No entanto, a forte crispação e desinformação criadas durante o período de pré campanha e campanha eleitoral nada retirou aos argumentos que julgamos justos em relação à Regionalização.

Os opositores das Regiões Administrativas não apresentaram nenhum modelo alternativo, limitando-se apenas a falar de reforço dos municípios e a admitir que o actual sistema precisava de reformulação.

A grande conclusão a retirar de todo este processo é a necessária, imprescindível, reforma da nossa Administração Central.

Todos reconheceram a desorganização da Administração e a necessidade de sofrer melhorias na sua relação com os portugueses.

As oposições, ainda que pelo caminho, nem

sempre claro, do municipalismo não vão ignorar as lições do passado dia 8 de Novembro.

O PS não deve reacear o confronto político sobre essa matéria.

Devemos continuar na senda da melhoria dos serviços da Administração, com vista a obter maior racionalidade organizativa, maior eficácia de funcionamento e melhoria das formas de articulação entre os diversos departamentos sectoriais.

O Diagnóstico dos serviços desconcentrados é conhecido e consensual depois do trabalho realizado pelo Alto Comissariado para a Reforma da Administração Pública

· Ausência de uma padronização das soluções institucionais, inclusive dentro de sectores restritos e homogéneos.

· Heterogeneidade de atribuições e competências, nuns casos pouco definidos ou vagos, noutros meramente executivos, mas quase sempre sem autonomia administrativa e/ou financeira.

· Existência de leis orgânicas omissas em matéria de funções, ou que se limitam a consagrar genericamente as estabelecidas para a instituição central.

· Disparidade em termos de equiparação do pessoal dirigente.

· Existência de uma compartimentação territorial dos serviços periféricos do Estado

extremamente díspar (ocorrendo tanto em diferentes ministérios como dentro do mesmo ministério)

Urge descongestionar a Administração do Estado, aumentando o exercício de representatividade a nível distrital.

Devemos aumentar a capacidade de decisão dos órgãos periféricos, sem diminuir a sua dependência hierárquica relativamente à Administração Central.

Dando maior eficácia ao aparelho administrativo, poderemos responder mais rapidamente e adequadamente às solicitações que surgem constantemente.

Assim, poderemos criar uma tradição de Administração Regional como condição básica do aparecimento e do bom funcionamento das Autarquias Regionais.

A descentralização regional só tem a ganhar com a antecipação de uma boa desconcentração, sendo porventura o primeiro passo no referido processo.

O que fazer? Quais os caminhos a seguir?

O grande objectivo a atingir é conseguir resolver no Distrito a maior parte dos problemas de coordenação inter-sectorial.

Para tal, devemos fazer coincidir as áreas geográficas dos diversos organismos, dando-lhes uma maior capacidade de decisão.

Este 1º passo torna-se fundamental depois de clarificar-mos outra permissão importante: o território.

1. Devemos estabelecer uma base territorial única para as diversas organizações. É urgente clarificar a unidade territorial como estrutura de planeamento, pois a actual situação não permite responder aos desafios.

2. Progressiva transferência de poderes para os órgãos, sem prejudicar a eficiência e eficácia do sistema administrativo.

3. Estabelecer mecanismos de coordenação inter-sectorial.

Apesar de haver necessidade de serviços de planeamento ao nível das naves II em alguns sectores, os serviços operativos, que mais lidam com os Cidadãos e poderes locais, devem beneficiar de delegações de competências que lhes permitam funcionar com eficácia e de acordo com o conhecimento directo do território. Independentemente do desenho da nova administração - o Distrito - terá que forçosamente

ser reforçado.

O papel do Partido e do Governo

O PS deve assumir este importante desafio, incentivando o Governo na tarefa de modernização administrativa do Estado.

As medidas de descentralização propostas e assumidas pelo PSD não respondem a este desafio. Descentralizar para as Autarquias Locais, sem critérios, sem objectivos e sem prioridades, mais não é do que esconder ver-

gonhosamente a ausência de estratégias e ideias para uma verdadeira Reforma da Administração pública portuguesa.

Cabe ao Partido envolver-se pela discussão pública desta importante temática, procurando obter soluções e propostas que permitam ao Governo atingir o primordial objectivo: *Reformar a Administração Pública*.

António Gavino Paixão, Militante nº 178670 da Secção de Barrancos e Federação Regional do Baixo Alentejo

MOÇÃO SECTORIAL

POR UMA POLÍTICA DE CIDADES

Por uma Política de Cidades

Há trinta anos, dois em cada três portugueses viviam em meio rural. Hoje, com essa relação invertida, Portugal passou, nas últimas décadas e em ritmo sem equivalência nos países europeus, de um modo de vida predominantemente rural para um modo de vida de predominantemente urbano. No entanto, esta acelerada urbanização da sociedade portuguesa, processada de forma descontrolada e desordenada, tem-se caracterizado - através da depreação dos solos, recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais - pela predominância do urbano sobre a urbanidade, a segregação sobre a acessibilidade. Em suma: pela predominância da periferia sobre a cidade.

A cidade sempre foi lugar de liberdade, criatividade e progresso. Para que assim continue a ser, as cidades têm de ser capazes de receber e integrar, desenvolvendo sentimentos de pertença e orgulhos de cidadania, e garantindo bem estar social alicerçado na segurança, na integração social, no desenvolvimento do emprego e no acesso diversificado a bens culturais e económicos.

Se é principalmente na acentuação das desigualdades que se fundamenta a exclusão social, é também por falta de urbanidade e pela inexistência de políticas adequadas na habitação e transportes - sectores decisivos no ordenamento do território - que os fenómenos negativos da vida urbana se acentuam.

As políticas de habitação - nomeadamente o realojamento social com a tendência ao gueto marginal e marginalizado -, a prioridade dada ao automóvel em termos de ordenamento de território e em detrimento de uma política de transportes colectivos - nomeadamente do caminho de ferro -, têm contribuído, de forma decisiva, para a degradação da vida e da vivência nas cidades. O ordenamento do território e as políticas urbanas, com absoluta prioridade à reabilitação e reutilização da cidade existente, enquanto formas de excelência alternativas a novas expansões urbanas, são imperativos nacionais e urgentes que devem ser consagrados numa *política de cidades* capaz de privilegiar o seu desenvolvimento sustentável, capaz de dar conteúdo ao imperativo urbano de construir espaços relacionando as individualidades, capaz, como compete a um Estado democrático, de intervir para dar coesão à fragmentação social e territorial

que o mercantilismo fomenta. Urbanidade e cidadania estão histórica, etimológica e culturalmente ligados a cidade. A essência da Democracia também.

E é, ou pode ser, a própria Democracia e a cidadania que estarão em causa se não soubermos criar as políticas necessárias que respondam de forma eficaz às causas dos graves problemas civilizacionais contemporâneos: desemprego, exclusão e segregação sociais, solidão, pobreza, poluição, insegurança e degradação.

Se não há outro horizonte de cidade que não seja ela própria, também não existe alternativa da civilização democrática para a cidade. Será sempre a cidade que continuará a polarizar a inovação, a criatividade, a cultura e o progresso social. E será ainda ela que permitirá a reinvenção de uma acção política democrática em favor de uma maior igualdade de cidadania.

Ultrapassamos o limiar entre civilização rural e civilização urbana. Com o alastrar da urbanização e dos valores urbanos, surge - para Portugal e para a Humanidade e como desafio maior para o novo milénio - a necessidade de tornar habitáveis, humanas, seguras e competitivas as cidades e as áreas metropolitanas.

Ter um pensamento sobre as cidades, as suas vantagens e problemas; dispor de uma estratégia para a sua competitividade, para a coesão social e para a sustentabilidade ambiental do nosso sistema urbano; implementar as políticas que tornem as nossas cidades mais belas, mais sociáveis e com melhor funcionalidade é um dos maiores desafios que se colocam hoje à sociedade portuguesa e, particularmente, por responsabilidades acrescidas, ao Partido Socialista.

Se o realizado até agora pelo Governo do PS - como o reforço dos apoios à investigação das problemáticas urbanas, a generalização de debates ou a nova Lei de Bases do Ordenamento do Território - é de saudar, é, mais do que nunca, tempo de passar a uma decidida política urbana, de reabilitação dos centros históricos e do património, de qualificação das periferias, de valorização ambiental e (re)ordenamento do território, a uma política de acessibilidades e mobilidade.

São quatro os eixos estratégicos fundamentais para o lançamento de uma política de cidades em Portugal.

- Reforma da administração das cidades
- Uma cidade mais justa e solidária

- Qualificação das cidades e dos sistemas urbanos
- Um ordenamento sustentável do território

A. Reforma da administração das cidades

A gestão das cidades não é mais um domínio exclusivo dos órgãos autárquicos e da administração. As opções estratégicas, a concepção e implementação das políticas urbanas, têm de ser partilhadas e contratualizadas, aos mais diversos níveis, com os cidadãos e os actores urbanos, suas associações e organizações. Assim sendo, as reformas a realizar passarão por três níveis fundamentais:

- Um novo papel para os cidadãos e actores urbanos, através da partilha e da contratualização consubstanciadas na «Carta dos direitos urbanos» e no «Contrato de Cidade»;
- descentralização, reorganização e transparência da administração, através de reformas administrativas que adequem os instrumentos de decisão às necessidades de intervenção e participação activas, dinâmicas e eficazes;
- integração e territorialização das políticas sectoriais de natureza urbana através da criação de meios de coordenação de nível autárquico - Vereadores por áreas geográficas - ou nacional - coordenação ministerial.

B. Uma cidade mais justa e solidária

A cidade não pode cumprir a sua missão de desenvolvimento da cidadania se continuar a admitir no seu interior a proliferação de factores de exclusão como o desemprego, o emprego marginal ou o emprego precário; a precariedade salarial; a falta de habitação ou a sua má qualidade; os transportes colectivos que nos gastam na lentidão, no desconforto e no desajustamento às nossas necessidades. O emprego e a empregabilidade, através do reforço e abertura de novos serviços urbanos - animação e cultura urbanas, desporto e tempos livres, apoios sociais - devem constituir uma das prioridades das políticas urbanas, enquanto factores de realização humana e cidadã, e de prevenção da segregação sócio-económica.

As políticas de emprego, de habitação, de acessibilidades, de formação profissional têm de ser revalorizadas, a par da componente

económica, nas suas dimensões sociais e humanas como garantia para a integração multifracal e cultural e enquanto prevenção dos fenómenos de exclusão e segregação, como contributo indispensável para o renascimento da urbanidade e o reforço da competitividade das cidades.

C. Qualificação das cidades e dos sistemas urbanos

A requalificação urbana é um dos maiores desafios políticos da actualidade. A qualidade urbanística, arquitectónica e construtiva das cidades; a funcionalidade e acessibilidade das estruturas e serviços urbanos; o conforto e salubridade ambientais são condições imprescindíveis da melhoria das condições de vida, da humanização, atracção e competitividade das cidades.

A expansão periférica dos aglomerados urbanos e metropolitanos (tão avassaladora como as enchentes de rios sem margens) consumidora de solo e recursos naturais, onerosa em infra-estruturas e, na maioria das vezes, desprovida de equipamentos e condições de vivência, tornaram, de forma muito injusta, o meio urbano de uma excessiva dureza para as populações carenciadas.

Reverso das negáveis vantagens do automóvel - o conforto, a mobilidade, a disponibilidade e rapidez que lhe estão associadas - o território urbano trocou o espaço livre pela fronteira do traçado rodoviário, monofuncionalizou-se, cresceu apoiado na espiral especulativa, tornou-se menos generoso nas suas praças, jardins e ruas, desvalorizou a sua estética e ambiente, e deixou a sua qualidade de vida mais pobre. Degradou-se... e com ele a vida dos que o habitam.

São, como se percebe, essenciais e urgentes acções políticas que fomentem - contribuindo para a melhoria da atractividade e competitividade das cidades - intervenções que tornem o espaço público urbano num superior valor estético e ambiental, que possibilitem o acesso generalizado a habitações dignas e articuladamente inseridas no tecido urbano, que aumentem e qualifiquem os espaços verdes urbanos, que controlem e reduzam a poluição que, enfim, possibilitem transportes colectivos mais confortáveis, mais rápidos e mais fiáveis.

D. Um ordenamento sustentável do território

A cidade e a sua vivência assentam na con-

centração de bens e serviços. A sua sustentabilidade não é portanto compatível com a sua expansão desmesurada, desarticulada e discricionária. Ou com a descontinuidade do seu território. O espaço rural também não pode ser visto nem tratado como uma permanente reserva de território urbano de uso arbitrário.

É assim necessário – enquanto vertentes fundamentais das políticas urbanas e de ordenamento do território – dispor de instrumentos capazes de planear e gerir estrategicamente; à expansão construtiva, impôr a reutilização e reabilitação da cidade existente; bem como o reequilíbrio do sistema urbano e da rede de cidades nacionais; e a valorização humana, produtiva, social e ambiental do espaço rural enquanto parte de um todo que se pretende, embora equilibrado, dinâmico.

Um dos instrumentos fundamentais de uma nova política de cidades diz respeito à *política de solos*. A falta de adequada legislação tem permitido a apropriação privada das mais-valias proporcionadas pelo investimento público, provocando especulações que retiram, a largos estratos da população, a possibilidade de acesso à habitação em condições de centralidade. Só uma legislação que – sem pôr em causa os direitos da propriedade fundiária – estabeleça critérios assentes na função social da propriedade e salvaguarde o interesse público e o progresso económico e social de forma generalizada, pode garantir a qualificação territorial e a igualdade social no acesso à habitação e aos serviços e bens urbanos.

Como factor de qualidade de vida urbana, como garantia de criação de parâmetros de urbanidade, é preciso que a política de habitação, simultaneamente com o realojamento difuso, fomente a diversidade urbanística e arquitectónica, que relance o mercado de arrendamento e o apoio ao sector cooperativo como forma de erradicação – em paralelo com as políticas de habitação social municipais – dos aglomerados de barracas e dos alojamentos precários.

O Partido Socialista, detendo a presidência da maioria das câmaras municipais de cidades portuguesas, deverá ter nas políticas urbanas uma distinção de marca no quadro partidário português. Uma política de cidades não pode reger-se apenas por soluções imediatistas, isoladas e geograficamente localizadas. Para que as cidades melhorem a

sua qualidade de vida, a do seus cidadãos – habitantes ou utentes –, é necessário estabelecer políticas e estratégias que possibilitem o uso do território de uma forma alargada e equitativa.

As diferentes e desarticuladas formas de intervenção no tecido urbano do território exigem, cada vez mais, a sua coordenação. A importância – para o desenvolvimento e consolidação da Democracia e para o desenvolvimento económico e social do país – das Cidades, dos seus territórios, da sua qualidade de vida e das suas relações sociais e económicas, tornam-na absolutamente necessária.

A competência pertence ao Governo e deve estar alicerçada num seu Ministério: o das Cidades.

Agenda para uma Política de Cidades em Portugal

- I. Fixação de Objectivos claros e ambiciosos para uma política de cidades;
- II. uma definição de estratégias adequada às situações diferenciadas do sistema urbano e das condições cidadinas;
- III. uma organização e promoção de instrumentos legais técnicos e financeiros para a realização eficaz das políticas;
- IV. as reformas institucionais que garantam a implementação eficaz da nova política urbana e um governo mais transparente e participado das cidades.

Objectivos fundamentais de uma Política de Cidades em Portugal

- 1) Tornar a cidade mais eficiente, justa e solidária;
- 2) recriar os espaços e as condições da cidadania e do encontro, de debate e participação nos projectos da vida colectiva e nas decisões de governo das cidades;
- 3) Criar emprego, designadamente em novas áreas e sectores dos serviços urbanos e de apoio social às Comunidades;
- 4) tornar o sistema urbano nacional equilibrado, mais equitativo no acesso aos serviços e equipamentos e mais competitivo;
- 5) garantir a sustentabilidade e a qualidade ambiental das áreas e actividades urbanas;
- 6) promover o adequado equilíbrio das complementaridades urbano-rurais;
- 7) promover a articulação das políticas e intervenções que incidem sobre as cidades,

tradicionalmente pulverizadas e descoordenadas, quer sejam municipais, nacionais ou comunitárias;

8) promover a compatibilização das intervenções das administrações públicas, tradicionalmente segmentadas e, não raras vezes, em conflito de tutelas.

A. Reforma da administração das cidades

A.1. descentralização para os municípios e freguesias das competências e meios que, de acordo com o princípio da subsidiariedade, as autarquias locais estão em condições de desempenhar;

A.2. reorganização geográfica e funcional da administração desconcentrada do Estado, reforçando a sua coordenação numa base territorial;

A.3. aprofundamento da democracia e da transparência ao nível da constituição e funcionamento dos órgãos autárquicos.

A.4. «Carta dos direitos urbanos», garantindo direitos e deveres de participação aos cidadãos e actores urbanos nas decisões e gestão das cidades;

A.5. novos poderes e dignificação para as assembleias municipais e de freguesia;

A.6. aperfeiçoamento do «Contrato de cidade» como instrumento de contratualização estratégica e partilhada - autarquias, agentes privados, cooperativos e associativos;

A.7. criação de novos níveis (intermédios) de administração nas grandes cidades, particularmente de Lisboa e Porto;

A.8. propiciar e encorajar o vereador com competências de âmbito geográfico, em vez da divisão sectorial;

A.9. reorganização administrativa das freguesias.

B. Uma cidade mais justa e solidária

B.1. impulsionamento do mercado social do emprego nos serviços e equipamentos urbanos;

B.2. profunda alteração da política de realojamento, com prioridade à diversidade de soluções urbanísticas, arquitectónicas e institucionais, designadamente de um novo papel para as cooperativas de habitação e o realojamento nas zonas urbanas consolidadas;

B.3. apoio ao multiculturalismo e miscigenação social urbana como garantia da vitalidade urbana e prevenção da marginalidade.

B.4. Construção de «Centros Cívicos» nos subúrbios e apoio a escolas e equipamentos juvenis em zonas de maior dificuldade de inserção social e urbanística.

C. Qualificação das cidades e dos sistemas urbanos

C.1. apoio financeiro a organização dos sistemas de transportes públicos urbanos de qualidade;

C.2. constituição de autoridades metropolitanas de transporte nas áreas de Lisboa e Porto;

C.3. programa de modernização do caminho de ferro, a nível nacional e suburbano, bem dos sistemas de Metropolitanos ligeiros e eléctricos rápidos;

C.4. medição e controlos efectivos da poluição sonora e atmosférica nas cidades;

C.5. património e equipamentos;

C.6. animação e cultura urbanas

D. Um ordenamento sustentável do território

D.1. Lei de solos que distinga, claramente, entre direito de propriedade e direito de urbanizar e adopte os mecanismos do «solo programado»;

D.2. regulamentação da Lei de Bases do Ordenamento do Território;

D.3. apoio prioritário a programas de reabilitação urbanística e social dos centros históricos e das periferias urbanas;

D.4. nova Lei do Ordenamento urbano;

D.5. valorização das áreas rurais (actividades agro-pecuárias - florestais, património, artesanato, turismo);

D.6. apoio à estruturação e complementaridade urbanas (redes e eixos de cidade);

D.7. nova regulamentação de edificabilidade urbana.

António Fonseca Ferreira (Delegado Secção do Lumiar)

José António Reis Borges (Delegado Secção do Lumiar)

António Pacheco de Almeida (Delegado Secção do Lumiar)

Júlio Dias (Delegado Secção de Almirante Reis)

Fernando Gameiro (Delegado Secção do Lumiar)

Nota: Esta Moção teve o contributo do João Paulo Bessa

MOÇÃO SECTORIAL

ACESSIBILIDADES AO CONCELHO DE SINTRA

1 – Considerando que o sistema rodoviário existente no concelho de Sintra atingiu, neste momento, a ruptura total, por falta de escoamento do IC 19 e pela inexistência de vias alternativas, que afectam milhares de municípios, sujeitos a um verdadeiro drama quotidiano;

2 – Considerando que o concelho de Sintra é um dos maiores do País, com cerca de 350 000 habitantes;

3 – Considerando que nos últimos 15 anos, o poder central esqueceu por completo os projectos e obras de investimento nas acessibi-

lidades ao concelho de Sintra, nomeadamente às suas principais zonas urbanas;

4 – Considerando que as populações das freguesias de Massamá, Monte Abraão e Queluz são das mais prejudicadas, chegando a demorar mais de 1 hora, para entrar e sair no IC 19 e na CREL;

5 – Os Delegados da Secção de Queluz ao XI Congresso Nacional do PS propõem, independentemente de outras acções que estejam programadas, a implementação urgente das seguintes medidas:

1 – Abertura imediata de uma entrada e saída

directa na CREL, por Massamá Norte/Alto de Colaride, com ligação a Monte Abraão e Queluz;

2 – Conclusão imediata das obras do interface da designada Estação da CP Queluz – Massamá (encontra-se localizado na freguesia de Monte Abraão);

3 – Ligação do IC 19 (Nó Hospital Amadora/Sintra) com Queluz (Av. Elias Garcia/Ponte Carenque) e Amadora (Zona Lido);

4 – Prolongamento do IC 16, desde o Nó de Belas até ao Campo Raso;

5 – Abertura de uma saída directa do IC 19

para a zona industrial de Massamá, a seguir ao viaduto da CREL no sentido Lisboa/Sintra; 6 – Alargamento do IC 19 para 3 faixas de rodagem.

Que esta moção seja enviada aos nossos camaradas António Guterres, João Cravinho e Edite Estrela.

Queluz, 7 de Janeiro de 1999

Os Delegados da Secção de Queluz ao Congresso

MOÇÃO SECTORIAL

ODIVELAS: RUMO AO SÉCULO XXI

Em 1998 : um novo Município

O Partido Socialista desde há muitos anos, que vinha defendendo de forma inequívoca a criação do Concelho de Odivelas.

Com efeito desde 1987, e até ao momento presente nunca desistimos, e o Partido Socialista sob o impulso dos seus autarcas e da sociedade civil, tem apresentado de forma contínua e em todas as legislaturas os seus projectos sobre o Município de Odivelas.

Decorridos 11 anos de sucessivos adiamentos, concretizou-se no dia 19 de Novembro de 1998, a legítima aspiração Municipalista de Odivelas mediante a aprovação na Assembleia da República da Lei de criação do Concelho de Odivelas, que veio a ser publicada em 14 de Dezembro de 1998.

A Secção de Odivelas congratula-se desta forma com o sucesso obtido neste processo e com a forma célere e eficiente como o Governo o conduziu.

A Comissão Instaladora foi empossada no passado dia 20 de Janeiro de 1999, e esperamos que as divisões políticas que a mesma espelha não dificultem ainda mais a já espinhosa tarefa que o empenhado Presidente dessa Comissão tem à sua frente nos próximos 3 anos.

Alcançada a 1ª fase que foi a da consagração de direito e de facto do Município, entramos numa 2ª fase que é das expectativas criadas e dos objectivos a atingir no curto e médio prazo.

**Num futuro próximo:
Um município de qualidade**

Todos sabemos que a cidade de Odivelas tem sido asfixiada ao longo dos tempos por Loures e pelos autarcas comunistas que tudo fizeram, para prejudicar e atrofiar o crescimento saudável e planeado de Odivelas, bem como a gestão socialista da freguesia, que tem feito um trabalho de inegável qualidade e de grande di-

menção social tendo em conta os escassos meios financeiros e humanos de que dispõe e as apertadas competências que a lei prevê. Em 1999 a emancipação de Odivelas face ao Concelho de Loures é uma realidade e um desafio que urge vencer, rompidas que foram as amarras do passado recente.

A Secção de Odivelas e os militantes que a legitimamente representam gostariam que o Novo Município pudesse ser sinónimo de bem-estar, qualidade de vida e de progresso.

Para que esse designio se cumpra há que realizar um conjunto significativo de obras e opções político-sociais nas seguintes áreas:

Justiça

O acesso à justiça é um imperativo constitucional e um direito fundamental, urge que Odivelas possa beneficiar de um espaço judiciário próprio que permita aos Odivelenses ter um fácil acesso aos Tribunais, ao apoio judiciário e a uma justiça célere e eficiente.

Saúde

As estruturas existentes no campo da Saúde em Odivelas são manifestamente insuficientes. O índice populacional de Odivelas e o seu Estatuto de cidade já há muito que justificam uma estrutura hospitalar condigna que garanta o direito fundamental dos Odivelenses aos cuidados de saúde.

Ambiente

O ambiente e a qualidade de vida em Odivelas tem melhorado nitidamente com a gestão socialista dos últimos anos, mas muitas iniciativas e projectos eram de competência camarária e portanto ficaram por cumprir. O novo município terá neste campo uma vasta área por desbravar no sentido de tornar Odivelas uma cidade mais atractiva do ponto

de vista do tecido urbano-paisagístico. Assim a construção de mais zonas verdes, jardins, melhor limpeza urbana e um racional planeamento urbanístico conferiria a Odivelas uma imagem de qualidade e desenvolvimento sustentável.

Nesta área é também de extrema importância o investimento na Educação Ambiental e na preparação das gerações mais novas para a cultura do ambiente.

Acessibilidades

O desenvolvimento passa necessariamente pelas acessibilidades ou seja, por mais redes viárias e transportes eficientes. O alargamento da rede do Metro até Odivelas será sem dúvida um dos investimentos mais positivos para Odivelas e significará igualmente a concretização de uma aspiração antiga a concretizar no novo milénio.

Educação

A Educação tem sido uma das paixões deste Governo e deverá igualmente ser uma preocupação do novo município, dado que a qualidade do ensino é um factor vital para uma boa preparação cívica e académica das novas gerações.

O novo Município deverá investir em mais e melhores equipamentos escolares, sendo que a possibilidade de criação de um polo universitário permitirá a Odivelas uma renovada fonte de vitalidade e de investimento.

Segurança

Odivelas congratula-se de ter índices de segurança bastante razoáveis dado que a criminalidade existente se confina aos pequenos furtos e outros crimes contra propriedade não se verificando a criminalidade violenta que existem em outros Concelhos; contudo urge

de aumentar e reforçar as estruturas policiais existentes , a iluminação pública, e a vigilância aos estabelecimentos de ensino por forma a prevenir condutas desviantes.

Um Município seguro é sempre um polo de atracção para a fixação de investimento em serviços e outras actividades.

Conclusão

Elencamos alguns dos desafios que os Odivelenses e mais concretamente os militantes do PS gostariam de ver cumpridos.

Estamos certos que a futura Câmara de Odivelas será composta por GENTE que FAZ e que poderemos contar com o total, empenhamento de um Governo que ao longo destes quase quatro anos demonstrou que a Governação Socialista, ainda que minoritária, está a contribuir para a construção de um País mais solidário ,mais próspero onde a palavra Democracia, o exercício do cidadania e da diversidade se renovam diariamente.

A gestão municipal do futuro, tem que ser necessariamente mais interactiva, englobando Universidades, Igrejas, Associações Patronais e Sindicais, Associações Cívicas e outras, pelo que os actuais agentes políticos locais devem estar preparados para ser agentes de mudança num quadro de Democracia avançada e de reconhecimento do policentrismo local.

- Susana de Carvalho Amador**
Militante nº 205367 /Secção de Odivelas
- Carlos Lérias**
Militante nº 58851/Secção de Odivelas
- Armando Fernando Ramalho Santos**
Militante 72957/Secção Odivelas
- António José Real da Fonseca**
Militante nº171364/Secção Odivelas
- Maria João Torrão Fernandes**
Militante nº198521/Secção Odivelas
- Manuel António Serraninho Vaz**
Militante nº 137409/Secção Odivelas

MOÇÃO SECTORIAL

PELA POSSIBILIDADE DE FAZER ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO PRÓXIMO CONGRESSO

Um problema central da Democracia em toda a Europa é o do afastamento das populações em relação aos aparelhos partidários.

O fenómeno verifica-se mesmo em partidos que mantêm a adesão sentimental e política de sectores importantes do eleitorado. (São, nestes casos, os eleitores e mesmo militantes que se sentem cada vez mais afastados do aparelho do partido em que votam).

Como as populações não se podem mudar, têm de ser os partidos a estar atentos ao problema e a tomar medidas, que até poderão ser simples, para inverter a situação.

O PS tem de estar muito atento a este problema.

Trata-se, no essencial, de um problema de renascimento.

Não propriamente de renascimento feito pelas

das instâncias superiores dos partidos, que também é essencial , mas das possibilidades de renascimento feitas a partir da massa dos militantes desconhecidos dos órgãos superiores dos partidos.

Neste Congresso do PS há um manifesto desejo de promover um razoável renascimento dos órgãos superiores do partido, mas feito por iniciativa dos que já ocupam posições cimeiras, em órgãos nacionais ou das federações.

Com os actuais Estatutos é praticamente impossível a militantes de base, que não ocupem já postos de alguma importância, aglutinarem-se nas suas federações, e conseguirem com os seus votos e o seu esforço, eleger alguém para a Comissão Nacional.

Sem isso, o Partido renova-se por dentro, e

por apêlo a pessoas que entram por cima, mas não a partir das suas bases desconhecidas, nem dos cidadãos que gostariam de aderir ao PS, para entrar pela base, se sentissem que a partir daí poderiam ser ouvidos e contribuir para a política do partido e do país.

A prazo, esta situação de não renascimento a partir da base é extremamente grave.

Enviamos para este Congresso uma proposta de alteração dos Estatutos, aliás muito diminuta, que julgamos adequada para resolver o problema (e pedimos à Acção Socialista para a publicar) . No caso de ter sido aceite e aprovada, só viria a ter efeito no próximo Congresso, possivelmente no ano 2001.

Sucedesse este Congresso não tem na sua "Ordem de trabalhos" a revisão dos Estatutos. Assim, a COC indicou-nos que a nossa pro-

posta ficava desde já guardada para um futuro Congresso em que seja possível uma revisão estatutária.

A inclusão na "Ordem de trabalhos" de um Congresso da revisão dos Estatutos pode ser decidida (nos termos do Artigo 115 dos actuais Estatutos) pelo Secretário Geral , pela Comissão Política Nacional, pela Comissão Nacional, ou por 10% dos militantes, o que em termos práticos é impossível.

Assim, ao chamar a atenção do Congresso para este problema, fazemos simultaneamente apêlo ao Secretário Geral, recém eleito, para se debruçar sobre o assunto e por iniciativa própria incluir na "Ordem de trabalhos" do próximo Congresso a revisão dos Estatutos e, a este Congresso propomos a aprovação da seguinte moção:

XI CONGRESSO PARTIDO SOCIALISTA

O CONGRESSO APELA À COMISSÃO NACIONAL AGORA ELEITA, PARA QUE SE DEBRUCE SOBRE O PROBLEMA DAS ALTERAÇÕES QUE URGE FAZER NOS ESTATUTOS DO PS, E PROMOVA A INCLUSÃO DA REVISÃO DOS ESTATUTOS NA ORDEM DE TRABALHOS DO PRÓXIMO CONGRESSO.

António Brotas e Coelho da Fonseca
Delegados eleitos pela Secção de Almirante Reis

Proposta de alteração dos Estatutos enviada à COC no dia 31 de Dezembro por António Brotas e Coelho da Fonseca, militantes da Secção de Almirante Reis.

Justificação

O retorno aos Congressos Nacional e Federativos decidido na última revisão dos Estatutos correspondeu a um desejo generalizado dos militantes do PS. Convém, no entanto, que os Estatutos actuais beneficiem, ainda, de algumas alterações que permitam ao PS ser, no início do próximo século, um partido aberto à inovação, simultaneamente capaz de conservar os seus valores e de evoluir para se adaptar a um mundo em mudança, onde os militantes se sintam ouvidos e com possibilidades de influenciar, efectivamente, a vida do partido. Os recentes Congressos Federativos, e a experiência que se desenha deste Congresso Nacional, revelam deficiências que podem ser facilmente corrigidas e que, no essencial, são as seguintes:

1- As eleições do Secretário Geral e dos Presidentes das Federações, simultâneas com a eleição dos delegados, retiram aos Congressos os momentos altos, de aplauso e consonância, que seriam os das eleições nos Congressos.

2 - O Secretário Geral e os Presidentes das Federações são habitualmente eleitos por francas maiorias, e às suas moções se referem a generalidade, quando não totalidade, das listas dos delegados das Secções. Correntes minoritárias, que aceitem como os mais indicados o Secretário Geral e os Presidentes das Federações propostos pelas maiorias, mas tenham o desejo de conquistar presença na Comissão Nacional e nas Comissões das Federações, e de aparecer nos Congressos a defender opiniões e pontos de vista próprios depois de os apresentar aos militantes, ficam, com os actuais Estatutos, quasi impedi-

das de o fazer.

Os Congressos ficam empobrecidos e o Secretário Geral e os Presidentes das Federações, arriscam-se, na generalidade dos casos, a neles aparecerem como candidatos únicos e já eleitos que fazem discursos solitários.

Generaliza-se, ainda, a prática, a prazo muito perigosa, da Comissão Nacional e a maioria das Comissões das Federações serem eleitas em lista única.

3 - Com os actuais Estatutos, nos Congressos há participantes por inerência. Embora os delegados eleitos pelas Secções sejam franca maioria, quando se passa à eleição da Comissão Nacional e das Comissões das Federações, a prática mostra que para elas são escolhidos um elevado número de inerentes, que continuam inerentes para o próximo Congresso.

Há militantes que têm continuado de inerência em inerência desde que estão no partido.

Mas assim tem de ser enquanto a composição dos Congressos e o modo de eleição das Comissões Políticas for o actual, pois nenhum partido se pode permitir excluir dos Congressos os seus quadros com funções mais elevadas que porventura não tenham sido eleitos pelas suas secções.

Há, pois, que acabar, ou diminuir drasticamente, as inerências, sem que por isso o partido fique em risco de não ter no Congresso quadros que desempenham funções fundamentais.

Com pequenos alterações dos actuais Estatutos, e sem que tal possa provocar qualquer quebra de continuidade na vida do partido, é possível corrigir os defeitos acima apontados.

É o que se pretende com as seguintes propostas de alterações dos Estatutos apresentadas a este Congresso.

NA SECÇÃO IV DA ORGANIZAÇÃO DISTRITAL E REGIONAL

Alteração nos Artigos 46º e 48º

A- Metade da Comissão Política da Federação é eleita directamente, em listas completas, subscritas por 100 militantes da Federação, acompanhadas da apresentação de um programa, votadas no mesmo dia da eleição dos delegados das Secções.

B- Os elementos das Comissões Políticas eleitos em conformidade com a alínea anterior são simultaneamente delegados ao Congresso.

C- A segunda metade da Comissão Política da Federação é eleita no Congresso, não participando nesta eleição os elementos da Comis-

são Política

já eleitos.

D- Acabam todas as inerências

E- O Presidente da Federação é eleito no Congresso.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO A NIVEL NACIONAL

Alteração dos artigos 59 e 61º

A- Metade da Comissão Nacional, é eleita directamente em listas, acompanhadas da apresentação de programas, votadas no mesmo dia da eleição dos delegados das Secções.

A' - Haverá uma lista Nacional para eleição de 1/6 da Comissão Nacional, subscrita por 1000 militantes, e listas federativas, para eleição de 2/6 da Comissão Nacional subscritas por 100 militantes.

B - Os elementos da Comissão Nacional eleitos em conformidade com a alínea anterior são simultaneamente delegados ao Congresso.

C - A segunda metade da Comissão Nacional é eleita no Congresso, não participando nesta eleição os elementos da Comissão Nacional já eleitos.

D- Acabam todas as inerências.

E - O Secretário Geral é eleito no Congresso.

Complemento enviado por fax a 6 de Janeiro

NA SECÇÃO IV DA ORGANIZAÇÃO DISTRITAL E REGIONAL

Alteração nos Artigos 46º e 48º

A- Metade da Comissão Política da Federação é eleita directamente, em listas completas, subscritas pelo dobro de elementos da lista, ou por 100 militantes da Federação, acompanhadas da apresentação de um programa, votadas no mesmo dia da eleição dos delegados das Secções.

B- Os elementos das Comissões Políticas eleitos em conformidade com a alínea anterior são simultaneamente delegados ao Congresso.

B' - Os candidatos à Comissão Política nos termos da alínea A podem, também, integrar uma lista de candidatos a delegados da sua secção. No caso de serem eleitos em ambas as listas, prevalece a eleição directa para a Comissão Política.

C- A segunda metade da Comissão Política da Federação é eleita no Congresso, não par-

ticipando nesta eleição os elementos da Comissão Política já eleitos.

D- Acabam todas as inerências

E- O Presidente da Federação é eleito no Congresso.

Justificação da alínea B' - Pretende-se encorajar os membros das Comissões Políticas cessantes e outros dirigentes do Partido a participarem, também, nas eleições das suas Secções.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO A NIVEL NACIONAL

Alteração dos artigos 59 e 61º

A- Metade da Comissão Nacional, é eleita directamente em listas, acompanhadas da apresentação de programas, votadas no mesmo dia da eleição dos delegados das Secções.

A' - Haverá uma lista nacional para eleição de 1/6 da Comissão Nacional, subscrita por 1000 militantes, e listas federativas, para eleição de 2/6 da Comissão Nacional, subscritas por 10 vezes o número de elementos da lista, ou 100 militantes da federação. Os militantes podem integrar a lista nacional e a lista da sua federação. No caso de serem eleitos por ambas, prevalece a eleição pela lista nacional.

A'' - O número de elementos das listas federativas é determinado pelo método Hondt, mas nenhuma lista terá menos de 2 elementos.

B - Os elementos da Comissão Nacional eleitos em conformidade com a alínea anterior são simultaneamente delegados ao Congresso.

B' - Os candidatos à Comissão Política nos termos da alínea A podem, também, integrar uma lista de candidatos a delegados da sua secção. No caso de serem eleitos em ambas as listas, prevalece a eleição directa para a Comissão Política.

C - A segunda metade da Comissão Nacional é eleita no Congresso, não participando nesta eleição os elementos da Comissão Nacional já eleitos.

D- Acabam todas as inerências.

E - O Secretário Geral é eleito no Congresso.

Justificação das alíneas A' e B' - Pretende-se encorajar os membros das Comissões Políticas cessantes e outros dirigentes do Partido a participarem nas eleições das suas Secções.

O AMBIENTE QUE TEMOS

1 - O Ambiente que nos rodeia

O ambiente nesta era da globalização, é cada vez mais tema, de debates, congressos, etc... Todos falamos de ambiente, seja na rádio, televisão, ou na imprensa escrita. Mas o que é o ambiente? De uma maneira geral, podemos afirmar que a ribeira que passa na nossa terra, faz parte do ambiente que nos rodeia, tal como um bosque de carvalhos, ou um pinhal, com os diversos ecossistemas que os compõem. Todo aquele que poluir de alguma maneira, o solo, a água ou o ar, está a degradar as condições de vida dos animais e plantas, logicamente do Homem. Aliás é o próprio homem, que mais afecta o ambiente com as suas intervenções. O lixo é presença frequente das nossas ruas, estradas, margens de rios e até nos locais de mais difícil acesso das nossas serras. A poluição dos solos e linhas de água, por efluentes das aglomerações urbanas sem ETAR's, por explorações agro-pecuárias, quer sejam do tipo familiar ou industrial, sem o tratamento adequado; ou ainda de unidades industriais, tem de ser combatida.

Existem grandes dúvidas quanto à funcionalidade das diversas ETAR's, quer sejam de efluentes urbanos ou industriais. A rentabilidade destes instrumentos, deveria ser uma prioridade, daqueles que têm a seu cargo esses equipamentos, muitas vezes ao abandono, sem qualquer tipo de manutenção. No entanto, existem ainda muitos aglomerados urbanos sem ETAR, quer sejam cidades, vilas ou aldeias, no litoral ou no interior. Existe ainda muito trabalho por vezes, quer com fundos nacionais, ou comunitários. Não podemos esquecer que muita água captada para abastecimento público, é proveniente de barragens, para onde drenam efluentes, com ou sem tratamento. Daí advém que embora paguem a água, as populações não podem dela usufruir. Estão neste caso, as populações da zona envolvente da Barragem da Aguireira.

1.2.- A legislação

Um número exagerado de D.L. e portarias, são mais de 40, regulam a actividade da fiscalização do ambiente, muitos deles do anterior Governo, lesivos dos interesses das populações, não foram ainda revistos. Dos quais se salientam o D.L. 46/94 (D.P.H.) e D.L. nº93/90 (R.E.N.) e a Portaria nº 326/95 de 4/10, das taxas. Os dois primeiros são contraditórios, não se sabe muito bem onde acaba o Domínio Público Hídrico e começa a Reserva Ecológica Nacional e vice-versa.

1.2.1. - A Reserva Ecológica Nacional

A R.E.N., resultou da elaboração apressada dos PDM (Planos Directores Municipais), pelas Câmaras Municipais e imposto pelo poder central. As autarquias necessitadas de apoio financeiro, elaboraram os PDM, rapidamente, pressionando equipas técnicas e de acompanhamento, maioritariamente, sem experiência neste tipo de trabalhos. Simplesmente com o objectivo da caça ao tesouro, diga-se Fundos Comunitários... Muitos executivos autárquicos, não se aperceberam que estavam a castrar o desenvolvimento dos seus concelhos. Daqui resultou uma REN, que abrange cerca de 2/3 do terri-

tório da zona centro. Os concelhos são montanhosos, tem grande parte da área na REN, devido às zonas de erosão e de máxima infiltração. Nos concelhos planos ou do litoral, acontece algo semelhante, devido às zonas afectadas por cheias, zona de máxima infiltração, ou devido à zona de dunas.

O D.L. nº 93/90, por irreal, ao qual devia ser dado um toque humano, quase tudo é proibido, necessita ser revisto e actualizado. Assim as cartas da REN, daí resultantes, deviam permitir uma consulta clara, com as cartas 1/25 000. Alguém se lembrou dos proprietários dos terrenos agrícolas, na elaboração do D.L. ou das cartas? Da actividade agrícola? A grande maioria dos agricultores sabe o que é a REN? Quais as práticas permitidas e onde? Da área de expansão urbana de vilas e aldeias? Quem fiscaliza a REN?

1.2.2.- Aplicação do D.L.46/94 de 22/2 (D.P.H.)

Este D.L., veio revolucionar o licenciamento, principalmente a das pequenas obras, necessárias à pequena agricultura, como um pequeno muro, ou uma simples passagem em manilhas, para tudo isto, é necessário um simples projecto que faz as delícias dos projectistas. Durante dezenas de anos, foram os Guarda Rios, agora Guardas da Natureza que fizeram a instrução dos processos mais simples, com as vantagens evidentes para todos, inclusive para a linha de água, pois era fiscalizada pelo Guarda, responsável pela área, durante um maior período de tempo.

O licenciamento de captações de água, das correntes, para fins agrícolas, antes deste D.L., representava a grande maioria dos alvarás emitidos. Talvez por essa razão, foi suprimida a necessidade de alvará, e hoje, o número de alvarás emitidos neste aspecto, diminuiu drasticamente. Porquê? Porque os motores de rega até 5 CV de potência, estão isentos de licença. Assim, um agricultor pode utilizar livremente 10 motores de 2 CV, sem necessitar de licença, captando a água que entender, quer seja ou não confinante. A jusante um outro vizinho, mas confinante, devidamente licenciado com motor superior a 5 CV, tendo pago 22 492\$00 de licença, ficará em ano de pouca água, incompreensivelmente sem água, para regar a sua propriedade. Onde está a justiça desta situação? A licença de rega, foi durante muitos anos, uma acção fiscalizadora e reguladora de muitos conflitos entre confinantes e não confinantes. Digamos que servia de compensação aos confinantes, pelo trabalho de limpeza. A licença de rega foi retirada, por puro gesto eleitoralismo, do anterior Governo, talvez devido ao mau estado da agricultura portuguesa. Para compensar as taxas subiram de 380\$00, para 22 492\$00. Esqueceram-se de que grande parte das populações ribeirinhas, são agricultores, ou vivem da agricultura.

- A necessidade de alvará de licença, para a limpeza das linhas de água, quando estas estão num estado calamitoso, parece-nos incompreensível. Seria mais objectivo, dotar os Serviços de fiscalização, com os quadros necessários, para impor a limpeza aos confinantes, bem como adequar a legislação, caso o confinante não cumprisse. As inundações verificadas, num passado recente, na Europa Central, casos da Polónia, Alemanha,

França e Itália, bem como no Alentejo, deveriam ser um sério aviso para as autoridades. No entanto, à boa maneira das aves, mete-se a cabeça debaixo da asa e espera-se que o mau tempo passe. O que se acontece na realidade, é que os poucos Guardas e os meios materiais ao serviço da fiscalização, pouco fiscalizam no sentido da limpeza, pois os muitos processos de licenciamento e as muitas reclamações, não deixam espaço de manobra.

Quem conhece as pequenas valas, mas linhas de água pública? Os poucos Guardas em serviço, moradores noutros concelhos? Os Guardas aposentados? Quem? Um dia destes, ninguém sabe de nada.

Pela ausência dos Guardas, os confinantes não sentem a pressão da autoridade e a linha de água fica por limpar. Como se este facto, não fosse já de si determinante, o D.L.46/94, não prevê no seu articulado relativo às contra-ordenações, qualquer punição para os infractores que não procedam à limpeza das linhas de água, de que são confinantes.

A ausência da fiscalização dos trabalhos de limpeza, implica que muitos troços de linhas de água pública desapareceram, muitas obras não são detectadas, com as implicações evidentes nas receitas, provenientes das contra-ordenações e do licenciamento.

Este D.L. veio tornar necessário o alvará de licença, em todo o território, para as captações de água subterrâneas. Este facto, veio sobrecarregar ainda mais a fiscalização, já de si depauperada, pois torna-se necessário levantar Autos de notícia, onde anteriormente não era necessário. A legislação anterior, previa autos de notícia, para proprietário do terreno e para a empresa que efectuava o furo. Inacreditavelmente, hoje o sondador, passa impune, não necessita de licença dos serviços para a sua actividade, faz os furos que lhe apetece. Abusa dos proprietários, pois quando assenta arreas, numa determinada localidade, para fazer um furo, eventualmente licenciado, tenta sempre fazer o maior número de furos, ganhando o máximo, nada diz ao proprietário quanto à necessidade de licença. Quando o proprietário, pergunta se é preciso licença, recebe o dinheiro e na maior parte das vezes, não trate de nada.

1.2.3.- Taxas actuais e num passado recente. Aplicação da Portaria 326/95 de 4/10.

A taxa relativa à Portaria 326/95 de 4/10, é actualmente de 22 492\$00, para um processo normal de licenciamento. Antes da Portaria referida, a taxa era de 380\$00. Passados alguns anos após a sua saída, aquela portaria, não foi ainda revista.

Muitas obras de reduzida dimensão, têm um preço inferior ao preço da licença, caso de um pequeno muro, uma passagem em manilhas, canos sobre o leito e margens para condução de águas. A taxa, deveria ser aplicada em função da área ocupada.

Diminuindo assim, as injustiças na taxa, entre as pequenas e as obras de grande dimensão.

1.2.4. - Revisão, actualização e condensação da legislação

Em 1990, os Guarda-Rios actuavam segundo o Decreto 8, de 5/12/892, também conhecido por Regulamento dos Serviços Hidráulicos e o DL. n.º 5787-III, de 10/05/919, também chamado por Decreto da Água; nas faixas adjacentes das linhas de água; hoje são mais de 40, os Decretos e Portarias que regulam a fiscalização do Ambiente, em todo o território, com a agravante redução do número de Guardas. Também aqui, passou-se do 8 para ao 80.

O DL da REN e do DPH e a Portaria das taxas necessitam de ser revistos e actualizados. Esta revisão deverá também ter a colaboração dos Serviços, nomeadamente Técnicos e agentes de fiscalização. Porque não saber a opinião dos militantes, ligados ao sector, através das Concelhias e ou Secções de Ambiente?

Poucos saberão que o Decreto n.º 5787-III de 1919, Lei da Água, ainda está em vigor, na companhia de mais quarenta. Decretos e Portarias. Que o RSH, de 1892, apesar de revogado, ainda deixa saudades da sua objectividade, que o substituto não consegue reproduzir.

Passar da aplicação de 2 Decretos, para mais de 40, é obra. Seria muito, para o comum dos mortais, mas para os Guardas em situação de pré-reforma, é uma utopia. Todos compreenderão que é preciso condensar e reformular toda a legislação aplicável, para uma melhor aplicação, por todos, Guardas da Natureza, Técnicos e utentes.

1.3 - Meios humanos e materiais

O quadro dos Guardas que era em 1990, para uma área que abrange cerca de 23 concelhos, passou de cerca de 40, para 11 actualmente. Nesta área, dita do ambiente, é simplesmente uma vergonha. Existem amais obras, mais população, mais REN, mais linhas de água por limpar. Os poucos Guardas não têm mãos a medir, é só levantar autos. Prevenção? Zero. Reclamações, muitas, pedidos de parecer, licenciamentos de obras, são uns verdadeiros bombeiros voluntários, tantos os «incêndios» e as solicitações das Chefias. Voluntários sim, porque caso o desejassem, podiam solicitar a aposentação, pois 90 por cento têm mais de 55 anos (art. 8º do DL 321/90 de 15/10). É também a eles e por eles, que o povo anónimo vai sabendo que há um organismo chamado Ambiente, que muitos identificam com a sua velha conhecida Hidráulica. Exclamam, mas afinal ainda há Guarda-Rios, tinham-nos dito que já tinham acabado. Muito a custo, os ditos, lá vão afirmando que umas pessoas muito importantes lá de Lisboa baptizaram a categoria em Guardas da Natureza, com umas trocas e baldrocas pelo meio. «Fiscais do Ambiente». Na sua inocência não dizem que ficaram a perder com a troca; o serviço do seu cantão que conheciam há muitos anos, por serviço em vários concelhos, quase desconhecidos, sem ajudas de custo. Serão funcionários públicos?

Não houve da parte dos últimos Governos qualquer política credível para a Fiscalização, na área do Ambiente. Não foi feita qualquer tentativa na busca de uma solução, mesmo na área da Administração Pública. Para a Democracia, é necessária uma intervenção,

pois a entrada na Função Pública, da maior parte dos Guardas da Natureza, data do tempo da ditadura.

Comparativamente ao quadro de Guardas da Natureza, o quadro técnico e técnico superior tem vindo a crescer desmesuradamente desde o início da década de 90, enquanto o número de Guardas tem vindo a descer assustadoramente, as últimas admissões ocorreram no período revolucionário, e aproximando-se o número de agentes, rapidamente do zero, sem que dirigentes e políticos, comodamente instalados, tenham feito algo digno de registo, dizem que a culpa é do Ministério das Finanças. Mas para os Técnicos, há sempre lugar para mais um, nem que seja, como agora se diz, com contrato a termo certo.

O quadro de pessoal revela bem qual o papel a desempenhar pelos Guardas da Natureza, 55 para uma área de 78 concelhos, enquanto o número de técnicos ascende a 61. Ou seja, a pirâmide está claramente invertida. Que fiscalização queremos? Pelos vistos,

toda a gente de acordo. Nenhuma. Só haverá concurso quando o número de Guardas for inferior a 45. Meus senhores, haja coragem, se a elaboração do quadro de pessoal não foi a mais correcta, claramente foi errada, distorcida da realidade, ponham de lado o cifrão, actualize-se o quadro de Guardas da Natureza, de acordo com as necessidades, perspectivando o futuro.

A racionalização dos meios humanos está, neste caso, a ser feita pela base. O vencimento de um Director dá para pagar a quantos Guardas da Natureza? Há 10 anos, havia quantos Directores? Quantos Chefes de Divisão?

O parque automóvel não será certamente o melhor, longe disso. Há menos de 10 anos, os Guardas se queriam apresentar serviço, usavam viatura particular, não tinham viatura do Estado. Durante vinte anos, essa possibilidade foi-lhes negada, agora pedem-lhes que conduzam, como quem dá um brinquedo a uma criança. Hoje não será difícil arranjar vi-

atura para meia dúzia de Guardas, ainda ao Serviço. Até um dia destes, em que haverá viaturas a mais e Guardas, zero. Serão necessários? Responda que souber.

1.4. – Conclusão

Nos nossos campos e vales, todos ligam a palavra Hidráulica, ao ribeiro, vaia ou ao Guarda-rios. A palavra ambiente, tem significado apenas para os mais eruditos. Os Guarda-rios, aqueles passarinhos que antigamente, eram vistos, nas nossas valas e ribeiros, incriavelmente quase desapareceram com a idade e com o progresso. Em pouco número, qual D. Quixote, lá vão lutando, apesar da velhice, pela sua Dulcineia, diga-se reforma. No tempo da ditadura, chegou a haver Guarda-rios, por freguesia, no caso de grandes freguesias, e não havia Ambiente; hoje com Ambiente, existem concelhos enormes, sem um único Guarda a residir no concelho, ex: Coimbra, Condeixa-a-Nova, Cantanhede,

Soure, Pampilhosa da Serra, comentários para quê, é este o ambiente que tanto falam, na comunicação social. São necessários meios humanos e materiais, para responder aos cidadãos, nos prazos reduzidos, prevista na legislação. Queremos ainda que a luta pela defesa do ambiente, com os grandes defensores do ambiente, Quercus, Oikos, Geotta e afins, seja mais justa e equilibrada, pois enquanto uns conduzem fórmulas 1, nós continuamos a conduzir 2 CV, com motoristas de terceira idade.

É imperiosa e muito urgente a entrada de Guardas da Natureza, seja interna ou externa à Função Pública. Ou vamos dizer a Bruxelas que não podemos cumprir com as nossas obrigações ambientais, porque não temos fiscalização? Creio que ninguém no seu juízo perfeito afirmaria tal.

Manuel Nogueira Belchior

Secção de São Paulo de Frades
Concelhia e Federação de Coimbra

MOÇÃO SECTORIAL

AMBIENTE – A QUESTÃO DOS RESÍDUOS

Para quem exerce o poder, e tem os deveres de decidir e executar, um sector essencial de acção é o do ambiente e qualidade de vida. Portugal é um país geograficamente pequeno, caracterizado por uma grande diversidade e contrastes de ocupação do espaço, em resultado da sua fisiografia, variação climática ao longo do território, localização periférica e litoral na Europa e uma distribuição populacional que, historicamente, induziu e agravou a dicotomia litoral/interior que caracteriza o País.

A distribuição no terreno da população, no espaço junto ao mar, levou ao desenvolvimento acentuado do litoral, onde se encontram os pólos de desenvolvimento mais importantes e geradores de forte influência no ordenamento do território.

Estas características marcam o mapa de produção e composição dos problemas ambientais no País.

A política ambiental, e especialmente de resíduos, encarando o desenvolvimento susten-

tável, não pode aceitar o acentuar dos contrastes e disfunções existentes. Deverá antes apontar no sentido da sua rectificação.

Importa assim intervir em todo o território, fazendo uma gestão integrada de resíduos, que assente na interligação e observação de sinergias entre os diferentes sistemas de gestão dos resíduos urbanos, industriais, agrícolas e hospitalares, permitindo a existência de economias de escala e a sustentabilidade das soluções encontradas.

O mercado e a iniciativa privada, regulados pelo Estado, deverão ter um papel relevante na concepção de soluções devidamente integradas.

O País deverá reflectir para uma integração e perfeita articulação funcional entre os sistemas de gestão dos diferentes tipos de resíduos, considerando a redução, a reutilização, a reciclagem e a valorização energética, assim reconhecendo o valor dos resíduos na criação de novos mercados, novas actividades produtivas e novos empregos.

Opções estratégicas

A primeira prioridade deverá ser a *prevenção* e a segunda será a *limpeza* do País.

Na prevenção deverá haver indicadores de redução de produção e de reutilização de embalagens, por exemplo.

Na limpeza, há que encarar a valorização energética e o confinamento.

Deverá ser também encarada a *educação* – uma educação sujeita a uma programação rigorosa e apropriada ao sucesso da estratégia no seu todo e não apenas as acções avulsas ou genéricas.

Em 4º lugar, há que encarar a *reciclagem*, aproveitando tudo o que for possível.

Finalmente, há que atender à recolha, análise e tratamento de dados, desde a composição dos diversos tipos de resíduos até aos parâmetros ambientais indispensáveis à vigilância sanitária e *controlo* contínuo de funcionamento das unidades dos diversos sistemas.

É ainda indispensável moralizar o comportamento de muitos agentes face à legislação vigente. Para além de outras acções, há que privilegiar a *Inspecção Ambiental*.

O PS perante a questão

A prevalência de problemas ambientais tem a ver com a acção política dos Governos Central e Locais. A resolução desses problemas será o produto da aplicação da estratégia adoptada.

A eficácia depende de se perceber que nesta questão a primazia é da técnica, devendo ser mobilizada a comunidade científica, sendo a política apenas o suporte da necessária e permanente liderança técnica, na execução correcta da referida estratégia.

Vladimiro Silva

Militante nº 135635

Delegado ao Congresso pela Secção de Salreu – Concelho de Estarreja

Nota: A ordem das moções foi deliberada pela COC segundo critério cronológico-temático em 2/2/99